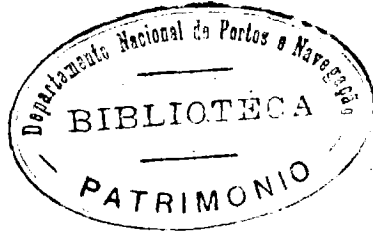


ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



DIÁRIO OFICIAL

Secção I

EXERCÍCIO DE 1940

A Diretoria da Imprensa Nacional, de acôrdo com a legislação em vigor, só registrará assinaturas dos órgãos oficiais, para o exercício de 1940, mediante pagamento da importância correspondente ao período de 12 meses, na Tesouraria da Imprensa Nacional, à rua Treze de Maio, ou mediante recolhimento e respectiva comprovação, nas repartições arrecadadoras federais — Delegacias Fiscais, Alfândegas, Mesas de Rendas e Coletorias.

Aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais é facultado pagar o custo da assinatura, computado já o desconto de 20 %, a que têm direito, em duas prestações semestrais de 28\$0.

As assinaturas só vigorarão dentro do exercício financeiro de cada ano. Por esse motivo, as inscrições novas ou as renovações que forem feitas durante o mês de junho só poderão abranger o 2º semestre do ano em curso.

As reclamações sobre irregularidade de remessa aos assinantes devem mencionar os números impressos no alto, à esquerda, dos respectivos endereços.

Para facilidade e pontualidade na remessa, as inscrições de assinantes só serão feitas quando realizadas até o último dia do mês anterior àquele em que começa a assinatura, isto é, até 31 de dezembro ou até 30 de junho.

As repartições arrecadadoras não devem aceitar pedidos de assinaturas sinão dentro dessas condições, a não ser para funcionários.

Preços de assinaturas anuais do "Diário da Justiça" ou de cada uma das seções do "Diário Oficial":

Assinaturas públicas ou assinantes particulares	No interior	70\$000
	No exterior	110\$000
Funcionários públicos	No interior	56\$000
	No exterior	88\$000

Números avulsos do dia 400 réis, até o limite de dez cadernos com quarenta folhas e mais 100 réis pelos seguintes cadernos de quatro folhas (oitavo) ou fração.

Por ano decorrido, mais 500 réis sobre o preço do dia.
O preço do número de hoje está fixado na última página.

OBSERVAÇÕES

— A Redação não fornecerá gratuitamente aos assinantes números atrasados, extraviados ou anteriores à data da assinatura.

— Convém, por isso, que os interessados renovem as suas assinaturas com a antecedência conveniente, afim de não ficarem com as suas coleções desfalçadas.

— Os conhecimentos das assinaturas tomadas por intermédio das coletorias federais, mesas de rendas e alfândegas, poderão ser encaminhados diretamente à Imprensa Nacional sem interferência das delegacias fiscais.

— As assinaturas não pagas dentro dos primeiros 15 dias do novo período serão canceladas e procedida a cobrança do respectivo preço.

— Nos dias 10 e 25 de cada mês será publicada, em fascículos apensos ao "Diário da Justiça", a jurisprudência do Supremo Tribunal Militar e do Tribunal de Apelação do Distrito Federal.

N. da R. — Para boa ordem dos serviços da Redação, e no interesse do público, fica estabelecido que os pedidos para reprodução de matéria paga, verificada pelos interessados a existência de erros ou omissões, devem ser feitos das 15 às 19 horas e, no máximo, até 48 horas após a saída dos órgãos oficiais.

ANO LXXIX

SUMARIO

N. 20

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

Decreto-lei n. 1.968, de 17 de janeiro de 1940.

Decreto n. 5.141, de 17 de janeiro de 1940.

Decreto n. 5.160, de 22 de janeiro de 1940.

Decreto n. 5.161, de 22 de janeiro de 1940.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Decretos de 16 e 26 de janeiro de 1940.

Ministério da Educação e Saúde — Decretos de 22 de janeiro de 1940.

Ministério da Fazenda — Decretos de 22 de janeiro de 1940.

Ministério da Viação e Obras Públicas — Decretos de 30 de dezembro de 1939 e 22 de janeiro de 1940.

Ministério da Agricultura — Decretos de 22 de janeiro de 1940.

Departamento Administrativo do Serviço Público.

Conselho Nacional do Petróleo.

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Expediente da Imprensa Nacional.

Ministério da Educação e Saúde — Expediente da Divisão de Contabilidade, da Divisão do Pessoal, do Serviço de Obras, da Divisão do Ensino Superior, da Divisão do Ensino Comercial, do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal e do Conselho Nacional do Serviço Social.

Ministério da Fazenda — Expediente do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda, da Contadoria Central da República, da Procuradoria Geral da Fazenda Pública, da Diretoria das Rendas Internas, da Diretoria das Rendas Aduaneiras, do Conselho Superior de Tarifa, da Diretoria da Despesa Pública, da Diretoria do Domínio da União, do Primeiro Conselho de Contribuintes do Segundo Conselho de Contribuintes, da Diretoria do Imposto de Renda e da Alfândega do Rio de Janeiro.

Ministério da Guerra — Portarias — Despachos — Expediente do Sr. ministro.

Ministério da Viação e Obras Públicas — Expediente do Sr. ministro, da Diretoria Geral de Contabilidade, do Serviço do Pessoal, do Departamento dos Correios e Telégrafos, do Departamento de Aeronáutica Civil e da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Ministério da Agricultura — Expediente do Departamento Nacional da Produção Mineral, da Divisão de Contabilidade, da Divisão do Pessoal, da Superintendência do Ensino Agrícola, da Divisão de Caça e Pesca, da Escola Nacional de Veterinária, do Departamento de Administração, do Serviço de Meteorologia, da Divisão de Material, da Divisão de Defesa Sanitária Animal e da Comissão de Abastecimento.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Expediente do Sr. ministro, do Serviço do Pessoal, do Serviço de Identificação Profissional, do Departamento Nacional da Indústria e Comércio, do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, do Departamento Nacional de Imigração, da Delegacia do Trabalho Marítimo do Porto do Rio de Janeiro, da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal, do Serviço de Comunicações e do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

Tribunal de Contas — Parte comercial — Rendas públicas — Editais e avisos — Sociedade anônimas — Sociedades civis — Anúncios.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO-LEI N. 1.968 — DE 17 DE JANEIRO DE 1940

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de janeiro de 1940)

RETIFICAÇÃO

Onde se lê: "Art. 23. O desempenho das funções de membro e secretário da Comissão Especial é considerado serviço nacional relevante e não será remunerado, recebendo, apenas, cada um deles, a título de representação, a importância de duzentos mil réis (200\$0), por sessão a que comparecer, até o máximo de cinco sessões por mês." leia-se: "Art. 23. Aos membros e secretário da Comissão Especial será abonada, a título de representação, a gratificação de duzentos mil réis, por sessão a que comparecer, até o máximo de um conto de réis por mês."

Suprima-se o art. 38.

No art. 39, onde se lê: "... inclusive pagamento do pessoal e material necessários à execução dos serviços", leia-se: "... inclusive aquisição de material e pagamento de pessoal extranumerário admitido na forma da lei."

Onde se lê: Art. 39, 40, 41 e 42, leia-se: Art. 38, 39, 40 e 41.

DECRETO N. 5.141 — DE 17 DE JANEIRO DE 1940

Concede autorização para funcionar à Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada "Banco da Lavoura, Comércio e Indústria de Alagoas" (Cooperativa Mista de Crédito, Compras e Vendas em Comum), com sede em Maceió, Estado de Alagoas.

O Presidente da República resolve, de acordo com a letra b, do art. 12, do Decreto número 22.239, de 19 de dezembro de 1932, revogado pelo Decreto-lei número 581, de 1 de agosto de 1938, conceder à Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada "Banco da Lavoura, Comércio e Indústria de Alagoas", autorização para funcionar em Maceió, Estado de Alagoas, após o registro no Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1940, 119ª da Independência e 52ª da República.

GETULIO VARGAS

Fernando Costa

(C 784 - 22-1-40 - 1934)

DECRETO N. 5.160 — DE 22 DE JANEIRO DE 1940

Extingue cargo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda

O Presidente da República resolve declarar extinto o cargo de Tesoureiro padrão 15, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vago em virtude da demissão de Patrício Pinho, aproveitando-se a dotação para o preenchimento do cargo correspondente de Tesoureiro, padrão I, do Quadro Permanente, do mesmo Ministério.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1940, 119ª da Independência e 52ª da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO N. 5.161 — DE 22 DE JANEIRO DE 1940

Dispõe sobre a vigência do art. 34, do Decreto-lei n. 1.187, de 4 de abril de 1939 (Lei do Serviço Militar)

O Presidente da República, usando da atribuição constante do art. 74, letra a, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Entra desde já em vigor o art. 34, do Decreto-lei número 1.187, de 4 de abril de 1939 (Lei do Serviço Militar).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1940, 119ª da Independência e 52ª da República.

GETULIO VARGAS

Eurico G. Dutra

Henrique A. Guilhem

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

DECRETOS DE 16 DE JANEIRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

PROMOVER POR MERECEMENTO:

O Bacharel Francisco de Paula Rocha Lagoa Filho do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara de Orfãos e Ausentes da Justiça do Distrito Federal, padrão P, do Quadro VI do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, padrão R, do mesmo Quadro e Ministério, vago em virtude do falecimento do respectivo titular, Bacharel José Buarque de Figueiredo.

O Bacharel Silvio Martins Teixeira do cargo de Pretor da 8ª Pretoria Civil da Justiça do Distrito Federal, padrão N, do Quadro VI do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara de Orfãos e Ausentes da mesma Justiça, padrão P, do referido Quadro e Ministério, vago em virtude da promoção do respectivo titular, Bacharel Francisco de Paula Rocha Lagoa Filho.

DECRETOS DE 23 DE JANEIRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

CONCEDER EXONERAÇÃO:

A Mario Guimarães de Barros Lins, das funções de membro do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo.

NOMEAR:

Nos termos do artigo 13 do Decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939, Renato Pais de Barros para exercer as funções de membro do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo.

Ministério da Educação e Saúde

DECRETO DE 22 DE JANEIRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

DECLARAR SEM EFEITO:

O decreto de 3 de novembro de 1939, que nomeou, à vista do parecer da Comissão Revisora, homologado em 25 de setembro de 1936, Maria Amália Vasconcelos Barroso, ex-Adjunto de Professor do Curso Primário da Escola de Aprendizes Artífices do Estado do Rio de Janeiro, para exercer o cargo da classe D, da carreira de Auxiliar de Ensino, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, vago em virtude da promoção do respectivo titular, João Gonçalves de Aguiar

Ministério da Fazenda

DECRETO DE 22 DE JANEIRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

NOMEAR:

De acordo com o artigo 14, item I, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, Ramiro Martinez, para exercer o cargo de Tesoureiro, padrão I, do Quadro Permanente, do Ministério da Fazenda, vago conforme consta das tabelas anexas ao Decreto-lei número 1.847, de 7 de dezembro de 1939.

Ministério da Viação e Obras Públicas

DECRETOS DE 30 DE DEZEMBRO DE 1939

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

PROMOVER, POR ANTIGUIDADE, DE ACORDO COM O ART. 46, DO DECRETO-LEI N. 1.713, DE 28 DE OUTUBRO DE 1939:

Antonieta de Magalhães Miranda, do cargo da classe C, da carreira de ajudante de agente, do Quadro XX do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo da classe D, da mesma carreira e do mesmo Quadro, vago em virtude da promoção do respectivo titular — Antonietta Campos Barbosa.

Cecília Lima Martins, do cargo da classe B, da carreira de ajudante de agente, do Quadro XX do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo da classe C, da mesma carreira e do mesmo Quadro, vago em virtude da promoção do respectivo titular — Coliva Judice Corrêa da Silva.

Esmeralda de Siqueira Botelho, do cargo da classe D, da carreira de ajudante de agente, do Quadro XX do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo da classe E, da mesma carreira e do mesmo Quadro, vago conforme consta das tabelas anexas à Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936.

Guilhermina de Aguiar Bastos, do cargo da classe B, da carreira de ajudante de agente, do Quadro XX do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo da classe C, da mesma carreira e do mesmo Quadro, vago em virtude da promoção do respectivo titular — Ely de Oliveira Moreira.

João Francisco dos Santos Filho, do cargo da classe H, da carreira de oficial administrativo, do Quadro XX do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo da classe I, da mesma carreira e do mesmo Quadro, vago em virtude da aposentadoria do respectivo titular — José de Aguiar Continente.

Raul Stein de Almeida, do cargo da classe H, da carreira de oficial administrativo, do Quadro XX do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo da classe I, da mesma carreira e do mesmo Quadro, vago em virtude da promoção do respectivo titular — Alfredo de Freitas Bahiense.

PROMOVER, POR MERECIMENTO, DE ACORDO COM O ART. 47 DO DECRETO-LEI N. 1.713, DE 28 DE OUTUBRO DE 1939:

Alfredo de Freitas Bahiense, do cargo da classe I, da carreira de oficial administrativo, do Quadro XX do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo da classe J, da mesma carreira e do mesmo Quadro, vago em virtude da aposentadoria do respectivo titular — Luiz Tavares de Macedo Netto.

José Joaquim Xavier de Carvalho, do cargo da classe II, da carreira de oficial administrativo, do Quadro XX do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo da classe I, da mesma carreira e do mesmo Quadro, vago em virtude da aposentadoria do respectivo titular — José Benedito Coutinho.

Mário Guerra Peixe, do cargo da classe D, da carreira de carteiro, do Quadro XX do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo da classe E, da mesma carreira e do mesmo Quadro, vago

em virtude da aposentadoria do respectivo titular — Carlos José de Siqueira.

Horacio Penna, do cargo da classe D, da carreira de carteiro, do Quadro XX do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo da classe E, da mesma carreira e do mesmo Quadro, vago em virtude da aposentadoria do respectivo titular — Alberto Guilherme Walker.

Eurico Carvalho de Oliveira Motta Azevedo, do cargo da classe D, da carreira de carteiro, do Quadro XX do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo da classe E, da mesma carreira e do mesmo Quadro, vago em virtude da aposentadoria do respectivo titular — Abdon Pereira Gomes de Mattos.

Manoel Mauricio da Costa, do cargo da classe D, da carreira de agente, do Quadro XX do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo da classe E, da mesma carreira e do mesmo Quadro, vago em virtude da aposentadoria do respectivo titular — Octavia Mollulo.

Izabel Parada, do cargo da classe B, da carreira de ajudante de agente, do Quadro XX do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo da classe C, da mesma carreira e do mesmo Quadro, vago em virtude da transferência do respectivo titular — Manoel Felipe Teixeira.

Ely de Oliveira Moreira, do cargo da classe C, da carreira de ajudante de agente, do Quadro XX do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo da classe D, da mesma carreira e do mesmo Quadro, vago em virtude da promoção do respectivo titular — Esmeralda de Siqueira Botelho.

Antonietta Campos Barbosa, do cargo da classe D, da carreira de ajudante de agente, do Quadro XX do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo da classe E, da mesma carreira e do mesmo Quadro, vago conforme consta das tabelas anexas à Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936.

Sebastião da Motta Macêdo, do cargo da classe B, da carreira de ajudante de agente, do Quadro XX do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo da classe C, da mesma carreira e do mesmo Quadro, vago em virtude da promoção do respectivo titular — Antonieta de Magalhães Miranda.

NOMEAR:

De acordo com o artigo 14, item I, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, Milton Spatola Nogueira para exercer o cargo da classe B, da carreira de Servente, do Quadro III do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago conforme consta das tabelas anexas à Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936.

DECRETOS DE 22 DE JANEIRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

NOMEAR:

De acordo com o artigo 14, item III, letra 5, combinado com o artigo 17, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, Lucy Ribeiro de Almeida, para exercer, interinamente, o cargo de "Escrivário", classe "E", do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da promoção do respectivo titular, José Eloy Filho.

De acordo com o artigo 1º, do Decreto-lei n. 145, de 29 de dezembro de 1937, o escrivário, classe "G", do Quadro XXVII do Ministério da Viação e Obras Públicas, Raul de Araújo Monteiro, para exercer o cargo da classe "H", da carreira de "Oficial Administrativo", do mesmo quadro e Ministério, vago em virtude da aposentadoria do respectivo titular, Raul Vieira Falcão.

NOMEAR, DE ACORDO COM O ART. 14, ITEM III LETRA "B", DO DECRETO-LEI N. 1.713, DE 28 DE OUTUBRO DE 1939, PARA EXERCEREM, INTERINAMENTE, OS CARGOS DA CLASSE "C", DA CARREIRA DE "AGENTE DE ESTRADA DE FERRO", DO QUADRO VIII:

Antonio Candido Teixeira, em virtude do falecimento do respectivo titular, Hermes Diogo de Siqueira.

Ananias Fernandes Lima, em virtude do falecimento do respectivo titular, Ariosto Durand.

Carlos Alves, em virtude da aposentadoria do respectivo titular, Percilio da Silva Tavares.

Euclydes Ribeiro Camara, Francisco Moreira Pinto, Francisco Dario Rocha, José Cloroveu Arruda, José de Castro Machado, Milton Augusto Pereira, Pedro Leite, Raymundo Nonato da Silveira, Raymundo Soares Sampaio, e Waldyr Cabral Herbster, para cargos vagos conforme consta das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 1.711, de 27 de outubro de 1939.

READMITIR:

Tendo em vista o que consta do processo n. 38.756-39, da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, nos termos do art. 79, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, o ex-inspetor de locomoção da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, Vasco de Aze-

vedo Filho, no cargo da classe "K", da carreira de "engenheiro (I.F.E. e D.N.E.R.)", do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago conforme consta das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 1.094, de 3 de fevereiro de 1939.

TRANSFERIR:

A pedido, de acordo com o artigo 64, item I, combinado com o artigo 63, item I do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, Alberto Monteiro, escriturário, classe "E", do Quadro XIX, do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o cargo de "Escriturário", classe "E", do Quadro XIV do mesmo Ministério, vago em virtude da exoneração do respectivo titular, Victor do Sacramento Filho.

CONCEDER APOSENTADORIA, DE ACORDO COM O ARTIGO 197, ALÍNEA "B", DO DECRETO-LEI N. 1.713, DE 28 DE OUTUBRO DE 1939:

Tendo em vista o que consta do processo n. 1.110, de 1940, da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, a José Coelho D'Alverga, no cargo de "Oficial Administrativo", classe "J", do Quadro IV do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Tendo em vista o que consta do processo n. 1.591, de 1940, da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, a Raul Vieira Falcão, no cargo de "Oficial Administrativo", classe "H", do Quadro XXVII do Ministério da Viação e Obras Públicas.

APOSENTAR, DE ACORDO COM O ARTIGO 196, ITEM II, DO DECRETO-LEI N. 1.713, DE 28 DE OUTUBRO DE 1939:

Tendo em vista o que consta do processo n. 1.593, de 1940, da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, José Fênipe dos Santos, no cargo de "Carteiro", classe "E", do Quadro XIV, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Tendo em vista o que consta do processo n. 1.249, de 1940, da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, João Pereira Valente, no cargo de "Escriturário", classe "G", do Quadro III do Ministério da Viação e Obras Públicas.

DEMITIR:

Tendo em vista o que consta do processo n. 39.024-39, da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, de acordo com o artigo 238, item I, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, Geraldo Simplicio Machado, do cargo de "Escriturário", classe "E", do Quadro XXIV do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Tendo em vista o que consta do processo n. 39.062-39, da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, Adelaide de Miranda Iantas, de acordo com os ns. 6, 8 e 10, do artigo 130, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 20.859, de 26 de dezembro de 1931, das funções de agente, com encargos de tesoureiro, da agência postal de "Santa Inês", na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos da Bahia.

Tendo em vista o que consta do processo n. 39.934-39, da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, Edmundo José Botelho, de acordo com os ns. 10 e 15, do artigo 130, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 20.859, de 26 de dezembro de 1931, das funções de agente postal telegráfico de "Marília", na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Botucatu.

Tendo em vista o que consta do processo n. 39.070-39, da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, Maria Aparecida Fraga Damasceno, de acordo com o n. 10, do artigo 130, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 20.859, de 26 de dezembro de 1931, das funções de tesoureiro da agência postal-telegráfica de "Divinópolis", da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Minas Gerais.

Tendo em vista o que consta do processo n. 37.335-39, da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, a bem do serviço público, de acordo com o artigo 239, item VI, do Decreto-lei número 1.713, de 28 de outubro de 1939, combinado com o artigo 130, ns. 10 e 13, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 20.859, de 26 de dezembro de 1931, Antônio Nogueira Filho, do cargo de tesoureiro, padrão "G", do Quadro XIV do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Ministério da Agricultura

DECRETO DE 22 DE JANEIRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

DESIGNAR:

O Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Vegetal, em comissão, padrão R, do Quadro único do Ministério da Agricultura, Carlos de Souza Duarte, para responder pelo expediente do referido Ministério, na ausência do respectivo titular.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N. 43 — Em 20 de janeiro de 1940 — Exmo. Sr. Presidente da República — Submeteu a V. Ex. à apreciação deste Departamento o anexo processo, em que o Dr. Carlos Velho Monteiro, chefe do Serviço Anti-Venéreo das Fronteiras, pleiteia o pagamento de quatro meses de salário a que se julga com direito.

2. O interessado, em 1938, já era extranumerário do Ministério da Educação e Saúde, mas, embora proposto em 12 de janeiro de 1939, para a função de assistente adjunto de 5ª classe, sua admissão, em virtude da demora no registro de seu diploma de médico, só se verificou a partir de 1 de maio último.

3. É o pagamento dos meses de janeiro a abril do ano passado que o peticionário reclama, sob a alegação de haver trabalhado ininterruptamente até a data em que se efetuou, oficialmente, sua admissão.

4. Como o art. 61 do Decreto-lei n. 240, de 1938, declara que

"é vedado permitir-se que qualquer pessoa entre em exercício, antes de se ultimar o processo de sua admissão".

levantaram-se dúvidas sobre o pagamento pleiteado pelo Dr. Carlos Velho Monteiro.

5. Esse dispositivo não veda, entretanto, o pagamento de trabalhos realmente prestados. Veda o permitir-se o exercício antes de ultimada a admissão.

6. Assim, uma vez que, por circunstâncias a que não foi alheio o próprio interesse do serviço, foi permitido que o Dr. Carlos Velho Monteiro permanecesse em exercício, embora não estivesse ainda ultimado o processo de sua admissão para a função de assistente adjunto de 5ª classe, cumpre pagar-lhe os salários correspondentes ao período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de abril de 1939, já que nenhum dispositivo legal se opõe a esse pagamento, que não pode ser impugnado sob a invocação do citado art. 61.

7. Com esses esclarecimentos, tenho a honra de restituir a V. Ex. o processo relativo ao assunto.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. os protestos do meu mais profundo respeito. — *Paulo Lyra*, presidente, interino. Aprovado. Em 20-1-40. — G. VARGAS.

N. 44 — Em 20 de janeiro de 1940 — Exmo. Sr. Presidente da República — O Ministério da Agricultura encaminhou a este Departamento o incluso processo, originário do requerimento, em que o agrônomo do Departamento Nacional da Produção Vegetal, interino, do quadro único do mesmo Ministério, Arquelau Alves Ribeiro, dado como incapaz no exame de capacidade física, que integra o conjunto de provas do concurso para provimento em cargos da referida carreira, o que o impossibilita de prestar as demais provas estabelecidas, recorreu para V. Ex., não obstante esse resultado, no sentido de obter autorização para participar dessas provas, sob condição de, após terminado o concurso, submeter-se ao tratamento específico de que poderia resultar o restabelecimento de suas condições físicas satisfatórias.

2. Este Departamento, em caso análogos, tem negado a medida ora pleiteada, já por não se enquadrar nas normas reguladoras dos concursos, já por constituir prática desaconselhada, pelo precedente, que viria criar, modificando, radicalmente, o critério médico adotado nos diversos concursos já procedidos.

3. Nestas condições, ao encaminhar a V. Ex. o anexo processo, este Departamento, coerente com as diretivas do Governo Nacional, sobretudo com a da distribuição igual de justiça, deseja salientar que a manutenção do que se pretende na petição em exame, pelas razões expostas, seria contrária a esse princípio salutar, pelo que opina pelo indeferimento do pedido.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. os protestos do meu mais profundo respeito. — *Paulo Lyra*, presidente, interino. Aprovado. Em 20-1-40. — G. VARGAS.

N. 46 — Em 20 de janeiro de 1940 — Exmo. Sr. Presidente da República — Submeteu V. Ex. ao exame deste Departamento, a carta, em que Aurélio Antônio Costa pede reconsideração do despacho que indeferiu o recurso contra a sua inhabilitação nas provas

de sanidade e capacidade física do concurso para a carreira de agrônomo do Ministério da Agricultura.

2. Preliminarmente, cumpre acentuar que o candidato, dirigindo-se a V. Ex., infringiu o inciso I, letra b, do art. 224 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, porquanto nenhuma solicitação, inicial ou não, qualquer que seja a sua forma, poderá ser encaminhada, senão por intermédio da autoridade a que estiver direta e imediatamente subordinado o funcionário.

3. Não obstante, as instruções reguladoras do concurso de Agrônomo exigiram prova de capacidade física, para verificação de que o candidato não apresentasse contra-indicação para o exercício do cargo, por anomalia morfológica ou funcional.

4. E, de acordo com o laudo do Serviço de Biometria Médica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o candidato sofre de enfermidade, que o próprio requerente confirma em sua carta, e que,

por ser contra-indicada para o exercício do cargo, determinou a sua inhabilitação.

5. Nestas condições, ao restituir a V. Ex. o processo anexo, este Departamento tem a honra de propor o arquivamento do mesmo.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. os protestos do meu mais profundo respeito. — *Paulo Lyra*, presidente, interino. Arquite-se. Em 20-1-40. — G. VARGAS.

PORTARIA N. 398

O presidente, interino, do Departamento Administrativo do Serviço Público resolve designar o oficial administrativo Newton Correia Ramalho, classe I, Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, com exercício no mesmo Departamento, para ir ao Estado de Sergipe estudar a organização dos respectivos serviços. Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1940. — *Paulo Lyra*.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

SERVIÇOS AUXILIARES

Verba 1ª — Pessoal — Consignação II — Pessoal extranumerário — 2 — Pessoal extranumerário — (01) Contratados — Exercício de 1940 — Anexo n. 3 do Decreto-Lei n. 1.935, de 30 de dezembro de 1939.

Relação dos contratados para 1940

Nomes	Natureza do trabalho	Divisão ou serviço	Mensal	Anual	Total
João Pereira de Lemos Neto.....	Estudos técnicos de material.....	Divisão do material.....	1:600\$0	19:200\$0	
Lucilio Biggs Brito.....	Idem.....	Idem.....	1:600\$0	19:200\$0	
Egmar Correa Leal.....	Idem.....	Idem.....	1:600\$0	19:200\$0	57:600\$0
Paulo Lopes Corrêa.....	Direção da Revista do Serviço Público.....	Serviços auxiliares.....	1:900\$0	22:800\$0	22:800\$0
					80:400\$0

Departamento Administrativo do Serviço Público, em 22 de janeiro de 1940. — *Paulo Vidal*, Chefe dos Serviços Auxiliares. — *Paulo Lyra*, Presidente interino.

Verba 1ª — Pessoal — Consignação II — Pessoal extranumerário — 2 — Pessoal extranumerário — (3) Diaristas — Exercício de 1940 — Anexo n. 3 do Decreto-Lei n. 1.935, de 30 de dezembro de 1939.

Relação dos diaristas para 1940

Serviço	Nomes	Função	1940			
			Diária	Mensal	Anual	Total
Serviço Auxiliar.....	Sebastião d'Abreu Leite Bastos.....	Guarda do Arquivo.....	16\$0	460\$0	4:800\$0	
Portaria.....	José Cardoso de Paiva.....	Trabalhador.....	14\$0	350\$0	4:200\$0	
	Adauto Araújo Amaral.....	Idem.....	14\$0	330\$0	4:200\$0	
	José Aucé.....	Idem.....	12\$0	300\$0	3:600\$0	
	José Miguel Valente.....	Mensageiro.....	9\$0	225\$0	2:700\$0	
	Joaquim Marques Melsert.....	Idem.....	9\$0	225\$0	2:700\$0	
	Raul Francisco de Oliveira.....	Idem.....	9\$0	225\$0	2:700\$0	
	José Salame.....	Idem.....	9\$0	225\$0	2:700\$0	
	Elmo Rodrigues.....	Idem.....	9\$0	225\$0	2:700\$0	
	Sergio Gomes de Oliveira.....	Idem.....	9\$0	225\$0	2:700\$0	
	Carlos Teixeira Fernandes.....	Idem.....	9\$0	225\$0	2:700\$0	
	Valdir Ventura Ramos.....	Idem.....	9\$0	225\$0	2:700\$0	
	Francisco Medina de Oliveira.....	Idem.....	9\$0	225\$0	2:700\$0	
	Arickr Figueira Nogueira.....	Idem.....	9\$0	225\$0	2:700\$0	43:800\$0

Departamento Administrativo do Serviço Público, em 22 de janeiro de 1940. — *Paulo Vidal*, chefe dos Serviços Auxiliares. — *Paulo Lyra*, presidente interino.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

69ª SESSÃO ORDINÁRIA EM 18 DE JANEIRO DE 1940

Realizando a sexagésima-nona sessão ordinária, reuniu-se o Conselho Nacional do Petróleo, sob a presidência do Sr. general Horácio Barbosa.

Compareceram à sessão os senhores conselheiros Dr. Fleury da Rocha, major Antônio Bastos, Dr. Érico de Lamare São Paulo, Dr. Alair Prata Soares e Dr. Raul de Araujo Maia, deixando de comparecer o comandante Helvécio Coelho Rodrigues e os Drs. Ylirio Correia da Costa e Ernesto Lopes da Fonseca Costa.

Lida a ata da sessão anterior, foi a mesma aprovada e assinada pelos senhores presidente e conselheiros presentes.

O Conselho concedeu autorizações para importação de petróleo e derivados, satisfeitas as exigências legais e consoante os termos dos respectivos requerimentos às seguintes entidades: Embaixada Americana, Estrada de Ferro Central do Brasil, The Caloric Company, Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, Dagget & Ramsdell, The Texas Company, Fundação Rockefeller e S.A. Magalhães.

Departamento de Imprensa e Propaganda

SECÇÃO DE CINEMA

Relação dos filmes censurados pela Comissão de Censura Cinematográfica do Departamento de Imprensa e Propaganda, no período de 1 a 15 de janeiro de 1940.

- 1° — A Festa da Fuiha (Smuffy's Party) — Universal Pictures Company, Inc. — U. S. A. — 191 metros. — Aprovado.
- 2° — A Mula Teimosa (Stubborn Mule) — Desenho — Universal Pictures Company, Inc. — U. S. A. — 192 metros. — Aprovado.
- 3° — Herói das Árabias (Arabs with Dirty) — Desenho — Universal Pictures Company, Inc. — U. S. A. — 193 metros. — Aprovado.
- 4° — Bobagens (Silly Supertitions) — Universal Pictures Company, Inc. — U. S. A. — 204 metros. — Aprovado.
- 5° — O Palito para dentes (The Birth of a Tootspick) — Desenho — Universal Pictures Company, Inc. — U. S. A. — 210 metros. — Aprovado.
- 6° — O Correio do Oeste (Outlaw Express) — Drama — Universal Pictures Company, Inc. — U. S. A. — 1.536 metros. — Filme impróprio "proibido" para crianças até 10 anos. — Aprovado.
- 7° — O Puritano ou "Mulheres Perdidas" (Le Puritain) — Trailer — Films Derby — França — 85 metros. — Aprovado.
- 8° — O Puritano ou "Mulheres Perdidas" (Le Puritain) — Drama — Films Derby — França — 2.146 metros — Filme impróprio "proibido" para menores até 18 anos. — Aprovado.
- 9° — Fronteiras do Norte — Inspeção de Fronteiras — Brasil — 2.308 metros. — Aprovado.
- 10° — Ritmos de Rumba — Paramount — 92 metros. — Aprovado.
- 11° — O Camundongo Mickey na Arabia — Paramount — 109 metros. — Aprovado.
- 12° — Popeye Rei da Folha — Desenho — Paramount — 111 metros. — Aprovado.
- 13° — Popeye Diretor de Orquestra — Desenho — Paramount — 113 metros. — Aprovado.
- 14° — Sereias Musicais — Paramount — 132 metros. — Aprovado.
- 15° — 6.000 Inimigos (6.000 Enemies) — Drama — Metro-Goldwyn-Mayer U. S. A. — 1.728 metros. — Filme impróprio "proibido" para menores até 18 anos. — Aprovado.
- 16° — Acusação aos pais (Parents on Trial) — Trailer — Columbia Pictures — U. S. A. — 45 metros. — Aprovado.
- 17° — Prisioneiros sem culpa (Behind Prison Gates) — Trailer — Columbia Pictures — U. S. A. — 48 metros. — Aprovado.
- 18° — Tragédia de Bairro (La Berbene Tragica) — Trailer — Columbia Pictures — U. S. A. — 70 metros. — Aprovado.
- 19° — A Família Jones em Novas Aventuras (The Jones Family in Quick Millions) — Drama — 20 Th. Century-Fox Film Corp. — U. S. A. — 1.687 metros. — Aprovado.
- 20° — Férias do Prado (Man from Sundown) — Drama — Columbia Pictures — U. S. A. — 1.567 metros. — Filme impróprio "proibido" para crianças até 10 anos. — Aprovado.
- 21° — Acusação aos pais (Parents on trial) — Drama — Columbia Pictures — U. S. A. — 1.536 metros. — Aprovado.
- 22° — Cine Jornal Brasileiro — Vol. 1 n. 82 — Departamento de Propaganda — Brasil — 285 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 23° — Filme Jornal n. 104 — A. Botelho Filme — Brasil — 200 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 24° — O Globo Esportivo na tela n. 23 — Cineac do Brasil Ltda. — Brasil — 160 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).

- 25° — Cinédia Jornal n. 17 — Natural — Cinédia S. A. — Brasil — 140 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 26° — Ufa Jornal n. 431 — Universum Film A. G. — Alemanha — 385 metros. — Aprovado.
- 27° — A Voz do Mundo n. 40-35 (Paramount News n. 35) — Jornal — Paramount Pictures — U. S. A. — 194 metros. — Aprovado.
- 28° — Notícias do dia n. 12 x 11 (News of the day n. 12 x 11) — Jornal — Metro-Goldwyn-Mayer — U. S. A. — 250 metros. — Aprovado.
- 29° — Pathe Jornal n. 14 (Pathe Journal n. 14) — Pathe — França — 247 metros. — Aprovado.
- 30° — A Voz do Mundo n. 40-34 (Paramount News n. 34) — Jornal — Paramount Pictures — U. S. A. — 202 metros. — Aprovado.
- 31° — A Voz do Mundo n. 40-35-A (Paramount News n. 35-A) — Jornal — Paramount Pictures — U. S. A. — 236 metros. — Aprovado.
- 32° — The Century-Fox Atualidades n. 22 x 30 (Fox Movietone News n. 22 x 30) — Jornal — 20 Th. Century-Fox Film Corp. — U. S. A. — 300 metros. — Aprovado.
- 33° — A Tomada de Hankou (Hankou) — Agência Domei (Japão) — 268 metros. — Aprovado.
- 34° — O Santo em Londres (The Saint in London) — Trailer — Rko-Radio Pictures — U. S. A. — 54 metros. — Aprovado.
- 35° — Faróis de Alta Roda (Ai vostri ordini, Signora) — Trailer — Fono — Roma — 82 metros. — Aprovado.
- 36° — Ufa Jornal n. 427 — Universum Film A. G. — Alemanha — 400 metros. — Aprovado. (Sofreu corte).
- 37° — High Life Clube e o Carnaval Carioca — A. Ferreira — Brasil — 40 metros. — Aprovado.
- 38° — Criada para amar (The Housekeeper's Daughter) — Trailer — Hal Roach — U. S. A. — (Dist. da U. A. of Brasil, Inc.) — 69 metros. — Aprovado.
- 39° — Criada para amar (The Housekeeper's Daughter) — Drama — Hal Roach — U. S. A. — (Dist. da U. A. of Brasil, Inc.) — 2.216 metros. — Aprovado.
- 40° — Laranja da China — Revista — Sonofilmes — Brasil — 2.255 metros. — Aprovado.
- 41° — Cavalcada do Amor (Cavalcade D'Amour) — Trailer — G. I. P. R. A. — França — 70 metros. — Aprovado.
- 42° — Cinédia Jornal — Vol. 3 n. 14 — Cinédia S. A. — Brasil — 140 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 43° — O Perigo do travesso no contágio das molestias — Professor Dr. Uliisses Nonôfi — Brasil — 70 metros. — Aprovado.
- 44° — Estrelas do Futuro — Cineac do Brasil Ltda. — Brasil — 70 metros. — Aprovado.
- 45° — Nos arredores de Angra — Edison Chagas — Brasil — 113 metros. — Aprovado.
- 46° — Brasil Colonial — Natural — Edison Chagas — Brasil — 115 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto número 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 47° — Rezende — Natural — Edison Chagas — Brasil — 115 metros. — Aprovado.
- 48° — Peixes e plantas aquáticas — Stille Filme — Brasil — 120 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 1932).
- 49° — Porto de Angra — Natural — Edison Chagas — Brasil — 125 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 50° — Casa para os empregados da Light and Power — São Paulo — 125 metros. — Aprovado.
- 51° — 15 de Novembro em Catanduva — Agro-Filme — Brasil — 135 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 52° — Catanduva Dinâmica — Agro-Filme — Brasil — 135 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 53° — A Caminho de Angra — Natural — Edison Chagas — Brasil — 137 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 54° — Como se projeta um filme — Victor Filme — Brasil — 150 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 55° — Poemeto cinematográfico — Programa Ipiranga — Brasil — 150 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 56° — Ignassú Velho — A. Botelho Filme — Brasil — 172 metros. — Aprovado. (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 57° — Serpentes do Brasil — Filmes Artísticos Nacionais — Brasil — 200 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 58° — O Aquário — Stille Filme — Brasil — 206 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932). — É um filme educativo.
- 59° — No Reinado dos Cães — Filmes Artísticos Nacionais — Brasil — 220 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto 21.240, de 4 de abril de 1932). — É um filme educativo.

- 60° — Folha da Manhã n. 11 — Meridional Filmes — Brasil — 240 metros. — Aprovado.
- 61° — A História de Niterói — Edison Chagas — Brasil — 245 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 62° — Anemos o Sol — Rossi — Rex-Filme — Brasil — 290 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 63° — Camaradas (La Belle Equipe) — Trailer — M. Arys Nassotti (Paris) — 79 metros. — Aprovado.
- 64° — Sérgio Panini (Serge Panine) — Trailer — Discina — Paris — 80 metros. — Aprovado.
- 65° — Recreio Submarino (Under Water) — Rko-Radio Pictures, Inc. — U. S. A. — 259 metros. — Aprovado.
- 66° — Sérgio Panini (Serge Panine) — Drama — Discina — Paris — 2.059 metros. — Filme impróprio "proibido" para menores até 14 anos. — Aprovado.
- 67° — Tudo a prestação (Saleslady) — Trailer — Monogram Pictures — U. S. A. — 37 metros. — Aprovado.
- 68° — Polícia Especial — (Arson Racket Squad) — Trailer — Republic Pictures — U. S. A. — 59 metros. — Aprovado.
- 69° — O Santo em Londres (The Saint in London) — Drama — Rko-Radio Pictures Inc. — U. S. A. — 2.036 metros. — Filme impróprio "proibido" para menores até 10 anos. — Aprovado.
- 70° — Tudo a prestação (Saleslady) — Drama — Monogram Pictures — U. S. A. — 1.804 metros. — Aprovado.
- 71° — Tortura de uma alma (Rio) — Universal Pictures Company, Inc. — U. S. A. — 2.098 metros. — Filme impróprio "proibido" para menores até 14 anos. — Aprovado.
- 72° — Poder Oculto (Hidden Power) — Drama — Columbia Pictures — U. S. A. — 1.602 metros. — Aprovado.
- 73° — Prisioneiro sem culpa (Behind Prison gates) — Drama — Columbia Pictures — U. S. A. — 1.692 metros. — Filme impróprio "proibido" para crianças até 10 anos. — Aprovado.
- 74° — Poder Oculto (Hidden Power) — Trailer — Columbia Pictures — U. S. A. — 44 metros. — Aprovado.
- 75° — Florisbela em férias (Blondie takes a vacation) — Trailer — Columbia Pictures — U. S. A. — 57 metros. — Aprovado.
- 76° — Conflito ou "Culpa de Amor" (Conflict) — Trailer — Cípra (Paris) — 81 metros. — Aprovado.
- 77° — Cinédia Revista n. 18 — Cinédia S. A. — Brasil — 140 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 78° — Camaradas (La Belle Equipe) — Drama — M. Arys Nassotti (Paris) — 2.238 metros. — Filme impróprio "proibido" para menores até 18 anos. — Aprovado.
- 79° — Andy Hardy é o tal (Andy Hardy gets Spring Fever) — Drama — Metro-Goldwyn-Mayer — U. S. A. — 2.383 metros. — Aprovado.
- 80° — Cine Jornal Brasileiro (Vol. 1 n. 83) — Departamento de Propaganda — Brasil — 225 metros. — Aprovado (artigo 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 81° — O Globo Esportivo na tela n. 24 — Cineac do Brasil Ltda. — Brasil — 200 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932). — Sofreu correção.
- 82° — Pathe Jornal n. 15 — Pathe Journal n. 15) — Pathe — França — 189 metros. — Aprovado.
- 83° — Imprensa Animada "Cineac" n. 54 — France Actualité Gaumont — Paris — 203 metros. — Aprovado.
- 84° — Cinédia Revista n. 19 — Cinédia S. A. — Brasil — 126 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 85° — Notícias do dia n. 13 x 11 (News of the day n. 13 x 11) — Jornal — Metro-Goldwyn-Mayer — U. S. A. — 300 metros. — Aprovado.
- 86° — 20 Th. Century-Fox Atualidades n. 22 x 32 (Fox Movietone News n. 22 x 32) — Jornal — 20 Th. Century-Fox Film Corp. — U. S. A. — 300 metros. — Aprovado.
- 87° — Ufa Jornal n. 432 — Universum Film A. G. — Berlim (Cópias do Laboratório Veritas Ltda.) — 475 metros. — Aprovado.
- 88° — A Voz do Mundo n. 40-36 (Paramount News n. 36) — Jornal — Paramount Pictures — U. S. A. — 238 metros. — Aprovado. (Sofreu corte).
- 89° — A Voz do Mundo n. 40-37 (Paramount News n. 37) — Jornal — Paramount Pictures — U. S. A. — 264 metros. — Aprovado.
- 90° — A Voz do Mundo n. 40-37-A (Paramount News n. 37-A) — Jornal — Paramount Pictures — U. S. A. — 272 metros. — Aprovado.
- 91° — Sete de Setembro no Liceu Coração de Jesus — São Paulo — Guarani Filme — Brasil — 205 metros. — Aprovado.
- 92° — II Jogos de Verão (Aracajú) — Tupi Filmes Brasileiros — Brasil — 200 metros. — Aprovado.
- 93° — Cidade do Salvador n. 2 (Parte Moderna) — Tupi Filmes Brasileiros — Brasil — 220 metros. — Aprovado (artigo 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 94° — Jornal Luce n. 1 — Instituto Nazionale Luce — Roma — 276 metros. — Aprovado.
- 95° — Albania — Short — Instituto Nazionale Luce — Roma — 602 metros. — Aprovado. (Sofreu correção).
- 96° — Faróis de Alta Roda (Ai vostri ordini, Signora) — Drama — Fono — Roma — 1.973 metros. — Aprovado.
- 97° — Cinédia Jornal Vol. 3 n. 15 — Cinédia S. A. — Brasil — 150 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 98° — Asas Brasileiras — A. Botelho Filme — Brasil — 146 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 99° — Natal — Victor Filme — Brasil — 150 metros. — Aprovado (art. 13 do Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932).
- 100° — A Perseguida (Female Fugitive) — Trailer — Monogram Pictures — U. S. A. — 38 metros. — Aprovado.
- 101° — Mulheres Culpadas (Girls on Probation) — Trailer — First National Pictures Inc. — U. S. A. — 58 metros. — Aprovado.
- 102° — Ciladas (Pieges) — Trailer — Discina (França) — 111 metros. — Aprovado.
- 103° — A Perseguida (Female Fugitive) — Drama — Monogram Pictures — U. S. A. — 1.621 metros. — Filme impróprio "proibido" para menores até 14 anos. — Aprovado.
- 104° — Sombra destemida (Phantom Creeps) — Trailer — Universal Pictures Company, Inc. — U. S. A. — 93 metros. — Aprovado.
- 105° — Ciladas (Pieges) — Discina — Paris — 2.715 metros. — Aprovado.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

REQUERIMENTOS DESPACHADOS PELO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Carlos da Silva Reis, major, reformado, da Polícia Militar do Distrito Federal, pedindo reconsideração de despacho. — Arquivase. Em 15-1-940. — G. VARGAS. (Processo n. 1.231-1940).

Alvaro Pinto Ferraz, capitão, reformado, da Polícia Militar do Distrito Federal, pedindo reconsideração de despacho. — Arquivase. Em 16-1-940. — G. VARGAS. (Processo n. 1.232-1940).

Diretoria da Justiça e do Interior

Primeira Secção

REQUERIMENTO DESPACHADO PELO SR. MINISTRO

Antônio Pedro de Resende, pedindo reinclusão na Polícia Militar do Distrito Federal. — Deferido. (Processo n. 208-1910).

Segunda Secção

PORTARIA N. 5 DE 22 DE JANEIRO DE 1940

O diretor da Diretoria da Justiça e do Interior:

Resolve designar o oficial administrativo classe K, bacharel Francisco Oto Ferreira de Carvalho, para exercer a Chefia da 1ª Secção desta Diretoria, durante o impedimento do respectivo chefe, Luiz Álvaro Bordini, a quem foram concedidas as férias regulamentares, a partir desta data. — Paulo Camara da Motta.

ATOS DO SR. MINISTRO

Expediente do dia 22 de janeiro de 1940

Requerimentos despachados

Sociedade Bíblica Americana (American Bible Society), consultando si pode ou não continuar a funcionar no País, em face do Decreto-lei n. 383. — Do que consta do processo verifica-se que a American Bible Society não é uma sociedade de estrangeiros funcionando no Brasil. A sua sede é o Estado de Nova York (E. U. A.) e o seu funcionamento obedece às leis do mesmo Estado. Ela tem, apenas, no Brasil, um procurador com poderes para administrar os seus interesses. Não está, pois, compreendida nas disposições do Decreto-lei n. 383, de 1938. (Proc. 6.396-39).

Expediente de 23 de janeiro de 1940

Manuel Sanz Martin, residente nesta capital, solicitando naturalização. — Aguarde que se complete o prazo da lei (processo número 15.262/39).

ATOS DO SR. DIRETOR

Federação Espanhola de São Paulo, com sede em São Paulo, solicitando licença e registro. — Sele, com estampilhas federais, o documento apresentado. (Proc. 8.266-39).

Centro Republicano Português, com sede em São Paulo, solicitando registro. — Sele os documentos. (Proc. 14.083-39).

Armin Leichthaber, solicitando certidão de William Kristel. — Junte procuração da viúva do interessado e declare a data em que foi concedida a naturalização. (Proc. 15.965-39).

Walter Morado, solicitando certidão de João Sternheim. — Junte procuração do interessado e declare a data em que foi remetido a este Ministério o processo de naturalização. (Proc. 13.858-39).

Alcino Pereira de Carvalho, residente no Estado de São Paulo, solicitando título declaratório. — Junte certidão do respectivo registro, provando ter imóvel transcrito em seu nome individual, antes de 16 de julho de 1934 (processo n. 16.516/39).

Artur Cardoso Maltez, residente nesta capital, solicitando título declaratório. — Declare dia, mês e ano em que nasceu e prove residência no Brasil, anteriormente à Constituição de 1934 (processo número 13.189/39).

Antônio de Sousa Guimarães, residente nesta capital, solicitando retificação de data de nascimento. — Junte certidão de casamento (processo n. 472/39).

Antônio Molina, residente no Estado de São Paulo, solicitando restituição de documentos. — Sim, mediante recibo, os dispensáveis ao processo (processo n. 2.668/39).

Manuel de Oliveira, residente nesta capital, solicitando restituição de documentos. — Sim, mediante recibo (processo n. 2.894, de 1939).

Marcos Frankenthal, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Faça reconhecer a firma do atestado de antecedentes; sele um documento (processo n. 16.196/39).

Wolf Cukierman, residente nesta capital, solicitando naturalização. — Junte atestado de antecedentes do Instituto de Identificação; sele documentos do processo e junte atestado policial provando o tempo em que reside no Brasil (processo n. 17.357/39).

Antônio Rodrigues dos Santos, residente nesta capital, solicitando naturalização. — Junte prova de quitação ou de isenção do serviço militar em seu país de origem ou atestado policial provando o tempo exato de residência no Brasil (processo n. 16.568/39).

Vally Jargow, residente nesta capital, solicitando título declaratório. — Retifique o seu nome na certidão de transcrição de imóvel, visto ser Vally e não Valéria o seu nome, de acordo com a documentação apresentada (processo n. 17.113/39).

João José Miana Rafael, residente no Estado de Minas Gerais, solicitando título declaratório. — Prove que ao tempo de seu casamento o imóvel herdado em 1923 continuou em nome de sua esposa (processo n. 688/39).

José Martins Júnior, residente no Estado de Minas Gerais, solicitando título declaratório. — Junte certidão de casamento; certidão do respectivo registro provando ter imóvel transcrito em seu nome, em data anterior à Constituição de 1934; atestado de residência no Brasil antes de 16 de julho de 1934, dado por autoridade policial ou judiciária; certidão da Delegacia de Ordem Política e Social, documentos esses devidamente selados e com as firmas reconhecidas (processo n. 10.061/39).

Bernardo Jalup, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Junte passaporte e respectiva tradução; novas folhas corridas da polícia e das justiças federal e local e cumpra a portaria n. 653 (processo n. 6.483/39).

Horácio Luiz da Costa, residente nesta capital, solicitando naturalização. — Junte certidão provando desembarque no Brasil (processo n. 5.437/39).

João Bernardo Moreira, residente no Estado do Amazonas, solicitando naturalização. — Junte certidão provando desembarque no Brasil e novas folhas corridas da polícia e das justiças federal e local (processo n. 16.410/39).

Chaim Isaac Faiguenblum, residente no Estado do Paraná, solicitando título declaratório. — Junte certidão do respectivo registro provando ter imóvel transcrito em seu nome, em data anterior à Constituição de 1934 e complete selo de um documento (processo número 6.867/39).

Nathan Feferman, residente nesta capital, solicitando naturalização. — Junte atestado policial provando o tempo exato em que reside no Brasil e justifique a divergência de nome, existente na certidão de desembarque (processo n. 16.227/39).

Antônio Martins, residente nesta capital, solicitando naturalização. — Complete o selo de documentos e junte atestado, policial, provando o tempo exato em que reside no Brasil (processo número 17.420/39).

André Migeul Leekning, residente no Estado de São Paulo, solicitando título declaratório. — Sele devidamente documentos apresentados e faça constar de todos os documentos o seu nome civil, que é o constante da petição e alguns documentos e retifique a nacionalidade declarada na certidão de casamento (processo n. 14.637/39).

Davi Bekierman, residente no Estado do Rio, solicitando título declaratório. — Esclareça a divergência quanto à data de seu nascimento (processo n. 629/39).

Raquel Kaufman, residente nesta capital, solicitando naturalização. — Faça nova petição com o nome de Raquel Weksler, reconhecendo a firma por tabelião e junte com esse nome nova folha corrida e novo atestado de antecedentes do I. de Identificação (processo número 16.208/39).

Diretoria da Contabilidade

Expediente do dia 27 de dezembro de 1939,

Primeira Secção

Avisos:

Ao Sr. Comandante da Polícia Militar:

Comunicando que, por decreto de 12-9-39, foram reformados: N. 863 — O anspçada graduado Anselmo Manuel Gomes, competindo-lhe a importância mensal de 157\$6.

N. 859 — O soldado José Praxedes da Silva, competindo-lhe a importância mensal de 118\$2.

Comunicando que, por decreto de 31-10-1939, foram reformados:

N. 862 — O soldado Franklin Sampaio da Silveira, competindo-lhe a importância mensal de 160\$8.

N. 865 — O músico de 1ª classe, João Oscar de Souza Carvalho, competindo-lhe a importância mensal de 476\$0.

Comunicando que, por decreto de 5-12-39, foram reformados:

N. 856 — O cabo ordenança do Corpo de Serviços Auxiliares, Luiz Curcio, competindo-lhe a importância mensal de 306\$0.

N. 857 — O soldado Pedro Alves da Silva, competindo-lhe a importância mensal de 358\$0.

N. 858 — O músico de 2ª classe, Francisco Soares de Jesus, competindo-lhe a importância mensal de 225\$3.

N. 860 — O 3º sargento José Alcides de Almeida, competindo-lhe a importância mensal de 270\$0.

N. 861 — O soldado Antônio José Garcia de Souza, competindo-lhe a importância mensal de 342\$8.

N. 864 — O soldado Francisco de Oliveira Souza, competindo-lhe a importância mensal de 358\$0.

Segunda Secção

Ao Sr. Inspetor Geral Penitenciário:

N. 57 — Solicitando seja paga, à Construtora SEC Ltd., a importância de 89:500\$0, valor da 2ª e última prestação do contrato lavrado entre o Escritório de Obras deste Ministério e a citada firma, para diversos trabalhos na Casa de Detenção.

Ao Sr. Presidente da Caixa Econômica:

N. 58 — Solicitando seja restituída à firma Santos & Gonçalves Ltd., a caução, de 2:000\$0 prestada como garantia de apresentação de sua proposta para diversos reparos na Casa de Detenção, visto já estar a referida firma liberada do compromisso assumido.

Ao Sr. Ministro da Fazenda:

N. 1.548 — Solicitando seja paga, no Tesouro Nacional, à The Leopoldina Railway Company Ltd., a importância de 98\$9.

Solicitando sejam entregues, no Tesouro Nacional, os seguintes adiantamentos:

N. 1.554 — Ao Tesoureiro da Imprensa Nacional, Bel. Guilherme Catramby, 10:000\$0.

N. 1.563 — Ao Chefe da Portaria da Imprensa Nacional, Alberto Fonseca de Mendonça, 3:000\$0.

Serviço do Pessoal

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Requerimento despachado:

Henrique Teixeira da Silva e Saul Pires da Silva, correios do Tribunal de Apelação, solicitando pagamento de diárias. — Indeferido, nos termos do parecer do D.A.S.P. (Proc. 39-404).

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Por portaria de 12 do corrente, foram concedidos noventa dias de licença, para tratamento de saúde, em prorrogação, ao guarda civil, classe "E", do Quadro II, Simão Pedro dos Santos. (Proc. n. 39-4.875).

— Por outra de 16 do corrente, foi concedido um ano de licença, nos termos do art. 175 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, ao guarda civil, classe "D", do Quadro II, Lourival Hostin Samy. (Proc. 40-594).

— Por outra de igual data, foi concedido um ano de licença, para tratamento de saúde, ao arquivista, classe "K", do Quadro I, Antônio Queiroz Vieira Vaz. (Proc. 40-137).

— Por outra de igual data, foram concedidos seis meses de licença, em prorrogação, ao artífice, extranumerário-mensalista, Cristiano Manuel Schmidt, nos termos dos arts. 54, do Decreto-lei

n. 240, de 4 de fevereiro de 1938, e 165 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939 (Proc. 40-238).

— Por outra de igual data, foram concedidos trinta dias de licença, nos termos do art. 172, § 2º do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, ao inspetor de alunos, classe "C", do Quadro I, José Alves dos Santos, a partir de 21 de dezembro de 1939. (Proc. 40-247).

— Por outra de igual data, foram concedidos quarenta e cinco dias de licença, ao arquivista classe "H", do Quadro III, Artemio Candido Alves da Silva, para tratamento de saúde, e a partir de 31 de dezembro findo. (Proc. 40-145).

— Por outra de igual data, foram concedidos noventa dias de licença, para tratamento de saúde, ao guarda-civil, classe "E", do Quadro II, Joaquim Leite Chaves Melo, a partir de 10 de novembro de 1939. (Proc. 40-618).

— Por outra de 19 do corrente, foram concedidos seis meses de licença, nos termos do art. 175 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, ao agente, classe "D", do Quadro II, Pedro Léon Bessil (Proc. 40-935).

SEÇÃO ADMINISTRATIVA

Relação do pessoal tarefeiro da Imprensa Nacional, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1940, organizada de acordo com os arts. 35 e 37 do Decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938, e que se faz publicar em cumprimento ao art. 14, letra c, do Decreto-lei n. 1.909, de 26 de dezembro de 1939:

Numero — Nomes — Admitido em:

1. Alfredo Angelo Silveira — 24-8-1939.
2. Eugênio Augusto de Miranda Monteiro de Barros — 24-8-1939.
3. Floriano Guimarães — 24-8-1939.
4. Galba Bueno Brandão — 24-8-1939.
5. Joaquim de Queiroz Lima — 24-8-1939.
6. José Jacob Muller Júnior — 24-8-1939.
7. José Ribeiro — 24-8-1939.
8. Luiz Cervellini — 24-8-1939.
9. Mário Soares de Mendonça — 24-8-1939.
10. Otacilio Gomes de Oliveira — 24-8-1939.
11. Paulo Cesar de Abreu e Lima — 24-8-1939.
12. Paulo Demby Correia — 24-8-1939.
13. Renê Deslandes — 24-8-1939.

A cada um desses tarefeiros cabe executar o serviço de correção de provas e conferência de emendas, em perfeita condição de acabamento, no limite mínimo diário de 2.250 linhas de 24 quadratins, ou outra produção em corpo diverso, a essa correspondente, — paga à razão de \$008 (oito réis) por linha.

14. Valdemar Miranda — 25-8-1939.
15. Mário Sanches Martins — 25-8-1939.
16. Eládio de Sousa Aranda — 25-8-1939.

A cada um desses tarefeiros cabe executar o serviço de composição, em perfeita condição de acabamento, no limite mínimo diário de 300 linhas de 24 quadratins, ou outra produção em corpo diverso, a essa correspondente, paga à razão de \$060 (sessenta réis) por linha.

17. Maria Cristina Carvalho de Pontes — 18-9-1939.
18. Consuelo Simoni Lobo — 18-9-1939.

A cada um desses tarefeiros compete o trabalho de confecção datilográfica de fichas, em perfeita condição de acabamento, na produção mínima diária de 180 fichas, — pagas à razão de \$100 (cem réis) por unidade.

As despesas correrão por conta da verba 1ª consignação II — Pessoal extranumerário — Subconsignação 12, item 7, letra C, tarefeiros, de que trata o anexo 11 do art. 3º do Decreto-lei n. 1.936, de 30 de dezembro de 1939.

Imprensa Nacional

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Requerimentos despachados

Dia 15 de janeiro de 1940

Augusto de Mendonça (M. 70.696-39). — Encaminhe-se.

Dia 16

Macrino Fernandes Machado (P. 61.520-39). — Encaminhe-se.

Dia 19

João Gaspar Pacheco Pereira Duarte (M. 70.866-39). — Encaminhe-se.

Ministério da Educação e Saúde

Departamento de Administração

Divisão de Contabilidade

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO

Dia 22 de janeiro de 1940

Offícios:

Ao Sr. diretor geral do Departamento Nacional de Educação:

N. 318 — Remetendo relação dos estabelecimentos de ensino que nos dias 17, 18 e 19 do corrente mês, realizaram depósitos de taxas, quotas e cauções na Tesouraria Geral deste Ministério.

— Ao Sr. diretor do Colégio Jesus, Maria e José — Santo Amaro — São Paulo:

N. 319 — Remetendo a 2ª via da guia n. 1 de 5 do corrente relativa ao recibo do recolhimento feito por esse Colégio, na Tesouraria Geral deste Ministério, da importância de 4:600\$0. S.E. 40.198-39.

— Ao Sr. diretor do Ginásio Sinodal — São Leopoldo — Porto Alegre:

N. 320 — Remetendo o recibo passado pela Tesouraria Geral deste Ministério, referente ao depósito feito por esse Ginásio na importância de 1:500\$0.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 321 — Remetendo a comprovação do adiantamento recebido pelo técnico de educação, classe "J", Dr. Roberto Luiz Assunção de Araujo, na importância de 10:350\$0. S.E. 30.272-39.

N. 322 — Remetendo a comprovação do adiantamento recebido pelo escriturário "F", Manuel Gratulino Soares, na importância de 4:375\$0. S.E. 31.783-39.

N. 323 — Remetendo a comprovação do adiantamento recebido pelo escriturário classe "G", Antônio Augusto Clementino da Silva, na importância de 8:000\$0. S.E. 28.656-39.

N. 325 — Remetendo a comprovação do adiantamento recebido pelo superintendente classe "N", Eduardo Duarte de Sousa Aguiar, na importância de 1.429:000\$0. S.E. 17.286-39.

N. 324 — Remetendo o processo n. 33.304-39 no qual é interessado o Dr. Ernesto Zeferino da Costa Tibau Júnior. S. E. 5.963-39.

— Ao Sr. diretor da Biblioteca Nacional — Idêntica as demais repartições.

Circular n. 326 — Solicitando providências no sentido de ser observado o disposto no art. 151, do Regulamento Geral do Código de Contabilidade Pública da União.

Comprovações aprovadas pelo Sr. diretor do Departamento de Administração, em 20 de janeiro de 1940:

Processo — Instituição — Ano — Importância

São Paulo:

39.289-39.	Asilo e Casas dos Pobres de São José — Lorena — 1939	6:000\$0
39.286-39.	Associação de São Vicente de Paulo — Pirassununga — 1939	3:000\$0
39.299-39.	Dispensário Nossa Senhora da Consolação — 1939	5:000\$0
39.300-39.	Dispensário Medalha Milagrosa e Creche Catarina Labouré — 1938	24:000\$0
39.282-39.	Asilo de Mendigos — Amparo — 1939	6:000\$0
720-40.	Casa da Criança Pobre — Leme — 1938.	10:000\$0
38.456-39.	Santa Casa de Misericórdia — Joanópolis — 1939	5:000\$0
39.287-39.	Santa Casa de Misericórdia — São Roque — 1939	3:000\$0
39.288-39.	Santa Casa de Misericórdia — Lorena — 1939	10:000\$0
754-40.	Sociedade Feminina de Assistência à Infância — Campinas — 1938	20:000\$0
1.452-40.	Santa Casa de Misericórdia — Pindamonhangaba — 1939	6:000\$0

Minas Gerais:

39.557-39.	Associação de Assistência aos Tuberculosos Proletários — (Vila de Convalescentes) — Belo Horizonte — 1938	50:000\$0
39.285-39.	Associação das Damas de Caridade de Calafate — Belo Horizonte — 1938	2:000\$0
1.897-40.	Associação Asilo e Hospital São Vicente de Paulo — Lambari — 1938-39	20:000\$0
37.994-39.	Escola de Engenharia — Juiz de Fora — 1938	100:000\$0
39.296-39.	Hospital São Vicente de Paulo — Arassuaí — 1938	3:000\$0
39.294-39.	Hospital de N. S. Aparecida — Divinópolis — 1939	6:000\$0

1.455-40. Hospital Regional do Sul de Minas — Var- ginha — 1939	6:000\$0
1.454-40. Hospital e Asilo São Vicente de Paulo — Manhumirim — 1938	10:000\$0
1.894-40. Irmandade Nossa Senhora Santana (Man- tenedora do Hospital N. S. do Brasil) — Bambuí — 1938	20:000\$0
1.898-40. Santa Casa de Misericórdia — Poços de Caldas — 1938	20:000\$0
1.896-40. Santa Casa de Misericórdia — R. Preto — 1939	5:000\$0
38.457-39. Sociedade Beneficente São José — C. La- faiete — 1939.	3:000\$0
Minas Gerais:	
38.458-39. Sociedade de São Vicente de Paulo — Santa Rita do Sapucaí — 1939	5:000\$0
39.301-39. Santa Casa de Misericórdia — Itajubá — 1939	15:000\$0
39.737-39. Sociedade São Vicente de Paulo — Sacra- mento — 1939	6:000\$0
Distrito Federal:	
1.085-40. Associação Proteção a Veteranos Inválidos — 1939	20:000\$0
2.145-40. Abrigo Maria Imaculada — 1939	10:000\$0
2.306-40. Associação Tutelar de Menores — 1939... .	420:000\$0
38.887-39. Associação Pró-Mãe — 1939	80:000\$0
Paraná:	
40.233-39. Dispensário N. Vicente de Paulo — Jaca- rezinho — 1939	8:000\$0
381-40. Escola Agronômica do Paraná — Curitiba — 1938	50:000\$0
556-40. Hospital de São Vicente de Paulo — To- mazina — 1939	5:000\$0
Bafia:	
39.292-39. Asilo Conde Pereira Marinho — Salvador — 1939.	10:000\$0
752-40. Liceu do Artes e Ofícios — Salvador — 1938	30:000\$0
1.453-40. Santa Casa de Misericórdia — Belmonte — 1939	12:000\$0
Rio Grande do Sul:	
39.297-39. Associação de Damas de Caridade — Ca- xias — 1938	15:000\$0
39.278-39. Asilo Maria Imaculada — Porto Alegre — 1939	6:000\$0
742-40. Biblioteca Riograndense — Rio Grande — 1937	5:000\$0
39.298-39. Santa Casa de Caridade — Bagé — 1939. .	25:000\$0
Amazonas:	
1.450-40. Abrigo Menino Jesus — Manaus — 1939. .	10:000\$0
1.449-40. Casa Dr. Fajardo — Manaus — 1939.... .	20:000\$0
1.084-40. Prelazia de Porto Velho — 1939	200:000\$0
1.083-40. Prelazia do Rio Negro — 1939	200:000\$0
1.086-40. Missões Salesianas — 1939	50:000\$0
Rio Grande do Norte:	
1.451-40. Dispensário Sifrônio Barreto — Natal — 1939	10:000\$0
753-40. Casa de Saúde Marítima do Pará — Belém — 1938	30:000\$0
Pernambuco:	
1.895-40. Escola de Belas Artes — Recife — 1938.. .	10:000\$0
221-40. Liga Pernambucana Contra a Tuberculose — Recife — 1938	15:000\$0
Sergipe:	
39.281-39. Sociedade Beneficente Amparo de Maria — Estância — 1939	5:000\$0
Estado do Rio:	
39.336-39. Santa Casa de Misericórdia — Rezende — 1938	30:000\$0

Divisão do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 20 de janeiro de 1940

Requerimentos despachados:

Antenor Cesar de Barros — Indeferido, à vista da informação.

[(Processo 39.833-39)].

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 22 de janeiro de 1940

Requerimentos despachados:

Noêmi de Sales Pessoa — Indeferido à vista da informação.
(Processo 1.268-40)Antônio dos Santos Oliveira Júnior — Aguarde oportunidade.
(Processo 2.096-40)

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 23 de janeiro de 1940

Considerando licenciados:

Jaquim Inácio Gonçalves de Lima, escriptorário, classe G, Qua-
dro I, no período de 2 a 9 do corrente, com os vencimentos integrais,
e Inã Sá Freire Macine, auxiliar de ensino, classe D, Quadro I, no
período de 10 a 13 do corrente, com os vencimentos integrais, nos
termos do art. 165 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de
1939.

Sebastião José Ferreira da Silva, auxiliar de escritório VIII, do
Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, no período de 2 a
5 do corrente, com os vencimentos integrais, nos termos do art. 165
do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, combinado com
o art. 54 do Decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938.

Licenças concedidas nos termos do art. 165 do Decreto-lei nú-
mero 1.713, de 28 de outubro de 1939:

A Ademir Peixoto Barcelos, atendente classe C, Quadro I, três
(3) meses, com os vencimentos integrais, a partir de 5 do cor-
rente.

A Celina da Costa Pi, escriptorário classe G, Quadro I, dois (2)
meses, com os vencimentos integrais, a partir de 22 do corrente.

Na relação publicada à página 1.248 do "Diário Oficial" de 22
do corrente, relativa à admissão de extranumerários-tarefeiros para
a Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Saúde, substitua-
se o inciso "d" do item 2º, pelo seguinte:

d) mínimo de produção: 200 fichas ou 150 lançamentos certos
por dia de trabalho.

Divisão do Pessoal, 23 de janeiro de 1940.

Serviço de Obras

EXPEDIENTE DO SR. SUPERINTENDENTE

Dia 15 de janeiro de 1940

Sr. ministro:

Processo n. 10.883/39 — Pedido extraordinário de subvenção
da Liga Sandumonense de Proteção e Assistência à Infância.

— Sr. diretor do Departamento de Administração:

Processo n. 215/37 — Remessa de plantas para Sanatório de tu-
berculosos no Estado do Espírito Santo.

— Sr. reitor da Universidade do Brasil:

Processo n. 267/39 — Vistoria no edificio do Instituto Anatô-
mico.

Dia 16

Sr. ministro:

Processo n. 278/39 — Solicitação de engenheiros para fiscali-
zação de obras nos Sanatórios do Pará, Ceará, Pernambuco, São Paulo
e na Escola de Aprendizices Artífices de Goiás.

Processo n. 37.326/39 — Obras no Instituto Anatômico.

Dia 17

Sr. ministro:

Processo n. 5/40 — Obras no 2º andar do edificio do Instituto
Nacional de Surdos-Mudos.

Processo n. 287/39 — Assoalhar o piso do recreio coberto da
Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

Processo n. 257/39 — Preventório para crianças débeis na
Bafia.

— Sr. diretor da Divisão Pessoal:

Ofício n. 38 — Remetendo os dados referentes aos pessoal con-
tratado neste Serviço.

— Sr. diretor da Divisão de Contabilidade:

Processo n. 72/40 — Pagamento de conta à Companhia Tele-
fônica Brasileira.

— Sr. diretor do Serviço de Assistência a Psicópatas:

Processo n. 7/40 — Pedido de informações sobre a instalação de
Ultra-Gaz no Hospital Psiquiátrico.

— Srs. arquitetos:

Processo n. 229/39 — Pagamento à B. Dutra & Comp. Ltda.,
de serviços não previstos no orçamento para a construção do Liceu
Industrial de Vitória.

— Sr. chefe da 1ª Circunscrição de Recrutamento:

Ofício n. 39 — Remetendo petição de Davi Ferreira, solicitando
que lhe seja fornecido certificado de quitação militar.

Dia 18

Sr. ministro:

Processo n. 13.198/36 — Estação de Rádio do Ministério da Educação e Saúde.

— Sr. diretor da Divisão do Pessoal:

Ofício n. 40 — Respondendo ao telegrama n. 23.369, referente aos extranumerários mensalistas em exercício neste serviço.

Ofício n. 41 — Comunicando o falecimento do funcionário Manuel Belém.

— Sr. diretor do Ensino Industrial:

Processo n. 30.375/39 — Construção de uma casa de força e instalação de um grupo convertidor de energia elétrica na Escola de Aprendizizes Artífices do Amazonas.

— Sr. presidente do Instituto Nacional de Previdência:

Ofício n. 42 — Comunicando o falecimento do funcionário Manuel Belém.

— Sr. diretor da Caixa Econômica:

Ofício n. 44 — Solicitando a restituição da caução feita pela firma Coimbra Bueno & Comp. Ltda.

Divisão de Ensino Superior

Dia 19 de janeiro de 1940

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

21.704-39 — Francisco Célio Lameirão Monteiro. — Deixo de homologar o parecer, porque para a admissão aos cursos de filosofia, ciências e letras, na forma do art. 31 do Decreto-lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939, não basta o ensino ministrado pelas escolas de comércio. 6-1-40. — *Capanema*.

26.339-39 — Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de S. Paulo (matrícula de estrangeiros na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"). — Homologado. 6-1-40. — *Capanema*. Parecer n. 264-39, da Comissão de Legislação, no sentido de que "não podem ser adotadas as modificações pretendidas, porque a matéria é de alçada do Governo Federal, regulada que se acha em lei federal."

29.184-39 — Curso de Enfermeiras "Luiza de Marillac", Associação de S. Vicente de Paulo. (Autorização para funcionamento.) — De ordem do Sr. ministro, observe-se o disposto no art. 4º do Decreto n. 20.109, de 1931. 11-1-40. — *C. Drummond*.

29.423-39 — Manuel Calvo Gutierrez Duran. — Requeira na forma da lei o registro do diploma. 17-1-40. — *Capanema*.

940-40 — Prof. Abreu Lima (indicação sobre o material didático dos estabelecimentos de ensino). — A cooperação da União com as instituições particulares é regulada por lei. 6-1-40. — *Capanema*.

Registro de diploma:

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 20 de janeiro de 1940

29.139-39 — Romildo Freire Rodrigues Franca. — A vista do parecer, indeferido.

1.443-40 — Milton Antônio Freire. — Dirija-se à Faculdade Nacional de Odontologia.

Registro de diploma:

18.445-39 — Eduardo Ramalho; 22.099-39 — Naneyli S. Virgolino de Alencar; 38.584-39 — Tomaz Dulce; 39.998-39 — Basílio dos Santos Amaral; 40.014-39 — Francisco Wanderley Nóbrega; 40.013, de 1939 — Gerson de Barros Mascarenhas; 40.032-39 — José Bafa Spínola Bittencourt; 40.073-39 — Rute Bafa Pedreira Ferraz; 336-40 Djalma da Cunha Batista; 337-40 — Celso Pereira de Carvalho; 560, de 1940 — João Vieira de Azeredo Coutinho; 1.210-40 — Paulo Pacheco Prates; 1.212-40 — Odilon de Lima Borba; 1.213-40 — Marcos Vinícius Pinto; 1.214-40 — Nicanor da Luz; 1.216-40 — Sílvia Ferreira Pais; 1.217-40 — Osvaldo Opitz; 1.218-40 — Pedro Marques de Assunção Viana. — Deferido.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO

44.687-38 — Sidney Buso Berteli. — Junte o diploma.

1.675-38 — Ivan Fornozinho Ribeiro; 7.479-39 — José Carvalho Azevedo; 13.780-39 — Jorge Nogueira dos Santos; 16.642-39 — José Nogueira Júnior; 27.960-39 — Maurício Ferreira Brandão; 34.679-39 — Maximino da Costa Barros; 34.680-39 — Sady Carnot Alves Irineu; 35.257-39 — Joaquim Leal da Costa; 35.759-39 — Goiny Rondineli; 36.571-39 — João Ferreira Gomes; 36.914-39 — Arquimínio Fernandes Moraes; 39.900-39 — Reinaldo Gabriel Genta; 39.989-39 — Bernardino Soares Barbosa; 40.078-39 — Virgílio Novais Figueira; 338-40 — Elon Malta Santos; 468-40 — Hugo Tibúrcio Werneck; 471-40 — Uriel de Rezende Alvim; 475-40 — João Fernandes Alvarenga; 476-40 — Daniel Gomes da Silva; 479-40 — Júlio Ferraz Sales; 480-40 — Renato Barrios de Alcântara; 481-40 — Geraldo Ferreira de Aguiar; 482-40 — Expedito Faria Tavares; 483-40 — Joseph Borges de Queiroz; 484-40 — José de Castro; 485-40 — José Alves de Melo Aguiar; 486-40 — Washington Gomes de Farias; 489, de 1940 — Geraldo Cordeiro Valadares; 493-40 — Francisco de Sousa Figueiredo; 630-40 — Miguel Lobo da Silveira; 631-40 — Iraci Jar-

dim; 632-40 — Wilson Melo da Silva; 633-40 — Farid Simão; 634-40 — Sílvia Moreira Cruz; 635-40 — José Olímpio da Fonseca Filho; 636-40 — Luiz Santos; 637-40 — Gumercindo Gomes Guimarães; 1.126-40 — Tufy Haddad; 1.148-40 — José de Menezes Barreto; 1.228-40 — Ademir Dias Maciel; 1.398-40 — Jadir Silva; 1.400-40 — Vladimir Lobato Paracense; 1.429-40 — Murilo de Andrade Abreu; 1.515-40 — Argemiro Cândido Dias; 1.521-40 — Evandro de Almeida Gouveia; 1.522-40 — Davina Luiza Fernandes Santos; 1.523-40 — Edite Cruz Tourinho; 1.524-40 — Judite Nunes dos Santos; 1.525, de 1940 — Castor Leão de Barros; 1.526-40 — Artur Guimarães Seixas Pereira. — Deferido.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO

4.303-38 — Henrique Morgan Aguiar. — Sele, devidamente, o traslado que juntou.

38.758-38 — Fábio de Sousa Nogueira. — Restitua-se o diploma mediante recibo, verificada a identidade.

14.865-39 — Mário Moribe. — Restitua-se, mediante recibo, verificada a identidade.

16.720-39 — Luiz Melo Rossi. — Apresente prova de quitação com o serviço militar.

19.936-39 — Francisco Proficio. — Paga a devida taxa, certifique-se nos termos da informação do Sr. arquivista.

35.912-39 — Sílvia de Oliveira Xavier. — Apresente prova de quitação com o serviço militar.

39.411-39 — Adagamos Sartini. — Restitua-se o diploma, mediante recibo, verificada a identidade.

39.412-39 — Atos Vota. — Restitua-se o diploma, mediante recibo, verificada a identidade.

39.467-39 — Álvaro da Silva Vieira. — Sele, devidamente, o traslado que juntou.

40.115-39 — Arlete Benteumuler de Medeiros. — Compareça à D. E. Superior.

429-40 — Eduardo Romeiro de Lacerda. — Junte a procuração.

Divisão do Ensino Comercial

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO DE ENSINO COMERCIAL

Dia 12 de janeiro de 1940

S.C. 39.892-39 — Américo Perrella Filho; S.C. 39.891-39 — João Dal'Mas. — Indeferidos, à vista das informações. S.C. 24.444-39 — Cesar Baily. — Indeferido, à vista das deficiências existentes no curso efetuado pelo requerente, como se verifica do arquivo do estabelecimento. D.E.C. 38-37 — Orival Fernandes da Silva. — Indeferido. O requerente fez um curso irregular, em face da lei então vigente (Decreto n. 17.329, de 28 de maio de 1926). S.C. 35.368-39 — Miguel Moura. — Indeferidos, por ter sido irregular, em face da lei, o curso feito pelo requerente. 59.182-39 — Guido Antônio Germani — 39.175-39 — Hilário Giacob Zortea — 37.255-39 — João Machado — 39.179-39 — Luiz Baretta. — Deferidos. S.C. 36.692-39 — José A. Fernandes. — Certifique-se.

Dia 18

S.C. 15.860-39 — Paulo Alarcon Júnior. — Indeferido, à vista das informações — S.C. 37.385-39 — Alceu Fayão de Abreu Gomes. — Deferido — S.C. 30.463-39 — João Noviello. — Legalize o seu título de contabilista junto às autoridades competentes — S.C. 1.226-40 — Luiz Carlos de Sales. — Apostile-se no título o termo de registro — S.C. 1.632-40 — Ricardo Lopes Gouveia. — Pede certidão. Deferido — S.C. 35.010-39 — Chaibe Zina. — Pede devolução de seu título de contador. Deferido.

Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal

SEÇÃO DE EXPEDIENTE E CONTABILIDADE

Dia 22 de janeiro de 1940

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Offícios:

N. 85 — Ao Sr. 4º procurador da República, desapropriação de construção na Fazenda dos Coqueiros, em Santíssimo — Distrito Federal.

N. 86 — Ao Sr. superintendente da Administração do Porto do Rio de Janeiro, remessa de orçamento.

N. 87 — Ao Sr. diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional, sobre isenção de pagamento de taxas de consumo d'água.

N. 88 — Ao Sr. juiz de direito da Segunda Vara de Orfãos do Distrito Federal, pagamento de taxa de consumo d'água.

N. 89 — Ao Sr. 3º procurador da República, devolução do processo de executivo fiscal n. 8.027/38, série H.C.

N. 90 — Ao Sr. procurador geral da Fazenda Pública, devolução do processo n. 70.237/39.

N. 91 — Ao Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal, cancelamento — róis de hidrômetros de 1931.

N. 92 — Ao Sr. procurador geral da Fazenda Pública, devolução do processo n. 87.713/39.

N. 93 — Ao Sr. juiz de direito da Segunda Vara de Orfãos do Distrito Federal, relativo ao prédio n. 969 da avenida Suburbana.

N. 94 — Ao Sr. juiz de direito da Quinta Vara Cível, quitação de taxa de consumo d'água.

N. 95 — Ao Sr. juiz de direito da Quinta Vara Cível, relativo ao prédio n. 165 da rua Barão da Torre.

N. 96 — Ao Sr. juiz da Terceira Pretoria Cível do Distrito Federal — 1º Ofício, solicita providência.

N. 97 — Ao Sr. engenheiro chefe da Comissão de Obras Novas da Prefeitura do Distrito Federal, remessa de orçamento.

N. 98 — Ao Sr. diretor da Divisão de Materiais do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde, pede desembaraço de materiais destinados a este Serviço.

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DA SEÇÃO

Offícios:

N. 71 — Ao Sr. presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, relativo ao guarda-fiscal de 3ª classe, Manuel Pereira Duarte.

N. 72 — Ao Sr. diretor da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde, pessoal.

N. 73 — Ao Sr. diretor da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde, pessoal.

N. 74 — Ao Sr. diretor da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde, pessoal.

N. 75 — Ao Sr. assistente do diretor da Recebedoria do Distrito Federal, devolve o processo n. 32.066/39.

N. 76 — Ao Sr. assistente do diretor da Recebedoria do Distrito Federal, devolve o processo n. 40.713/39.

N. 77 — Ao Sr. gerente da Caixa de Aposentadoria e Pensões do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, informação.

N. 78 — Ao Sr. representante da Companhia Telefônica Brasileira, solicita uma relação.

N. 79 — Ao Sr. presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, remessa de tempo de serviço.

N. 80 — Ao Sr. presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, remessa de recibos do Banco do Brasil.

N. 81 — Ao Sr. presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, remessa de tempo de serviço de Francisco Teixeira de Moraes.

N. 82 — Ao Sr. presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, remessa de tempo de serviço de Manuel Canuto Dias.

N. 83 — Ao Sr. assistente do diretor da Recebedoria do Distrito Federal, devolve o processo n. 37.675/39.

N. 84 — Ao Sr. diretor da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde, pessoal.

N. 85 — Ao Sr. superintendente do Serviço de Transportes do Ministério da Educação e Saúde, comunicação.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS PELO SR. CHEFE DA 3ª DIVISÃO

N. 35/40 — Ataíde Barreto de Sá. — Deferido.

N. 85/40 — Crispiniano Bernardes de Castro. — Compareça ao 2º Distrito.

N. 152/40 — Maria Schindler. — Deferido.

N. 8.709/39 — Chindler & Adler. — Deferido.

N. 13.863/39 — Antônio Alves Pereira da Silva. — Deferido.

N. 15.785/39 — Ana do Couto e Ondina do Couto. — Deferido.

N. 16.247/39 — João de Azevedo Moreira. — Junte na S. de Expediente, certificado de numeração do prédio para o qual é requerido abastecimento.

N. 16.556/39 — Maria Luiza da Silva. — Deferido.

N. 17.144/39 — Júlio de Proença (Joaquim). — Considerando que se trata de um só prédio, constituído por três (3) lojas, tendo cada uma delas numeração distinta, possuindo, porém, uma só instalação sanitária para todas e se achando também, em comunicação umas com as outras, por intermédio da área existente no centro do prédio, resolvo conceder um só medidor de 3m3D.C. que será assente na loja n. 1, da rua Coxito Granado e abastecerá também, as de ns. 18 e 18-A, da rua Firmino Moreira.

N. 17.243/39 — Josino Dantas de Menezes. — Deferido.

N. 17.263/39 — Antônio E. de Sousa Filho. — Compareça ao 2º Distrito.

N. 17.415/39 — Henrique L. Feurmam. — Deferido.

N. 17.434/39 — Florentino Fontes Teixeira. — Compareça ao 2º Distrito.

N. 17.820/39 — Companhia Brasileira de Terrenos. — Compareça à S. de Expediente.

N. 16.870/39 — Cactano Faraco. — Deferido.

N. 17.880/39 — José Guedes de Almeida. — Deferido.

N. 17.888/39 — Diná Mesquita Duarte. — Deferido.

N. 68/40 — Antônio Gomes de Amaral. — Deferido.

N. 190/40 — Augusto Capela Gomes. — Compareça ao 3º Distrito.

N. 193/40 — Rui Vacani. — Deferido.

N. 241/40 — Cléria Tupinambá. — Deferido.

N. 232/40 — Carmem Ribeiro de Almeida. — Aguarde oportunidade.

N. 282/40 — José Ferraro. — Deferido.

N. 329/40 — Joaquim Duarte Ribeiro. — Deferido.

N. 349/40 — Manuel Fernandes. — Deferido.

N. 412/40 — Antenor Ferreira de Sousa Júnior. — Deferido.

N. 480/40 — Alberto Lourenço Cabral. — Deferido.

N. 656/40 — Adriano Gouveia. — Deferido.

N. 13.706/39 — Eduardo Costa. — Junte na S. de Expediente, novo esboço que represente o que existe no local e compreendido no valor tributado pela Prefeitura.

N. 13.905/39 — Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro. — Deferido.

N. 16.434/39 — Adriano Sá Júnior. — Deferido.

N. 16.572/39 — Manuel Serafim Coelho. — Aguarde oportunidade.

N. 16.731/39 — Amorim & Alves Ltda. — Deferido.

N. 16.905/39 — João do Nascimento Perral. — Compareça ao 3º Distrito.

N. 17.123/39 — Miguel de Jesus Ferreira. — Aguarde oportunidade.

N. 4/40 — Albino Francisco dos Santos. — Compareça ao 2º Distrito.

N. 74/40 — Justino Egrejas. — Deferido.

N. 120/40 — José Migueles. — Deferido.

N. 129/40 — Arlindo de Santos Faria. — Compareça ao 2º Distrito.

N. 138/40 — Domingos Veloso. — Deferido.

N. 153/40 — Ernesto Paiva Marreca. — Compareça ao 2º Distrito.

N. 297/40 — Roberto Soares de Sousa. — Compareça ao 2º Distrito.

N. 303/40 — José de Mendonça. — Deferido.

N. 376/40 — Odete Lauria. — Deferido.

N. 435/40 — José A. A. Magalhães Cabral. — Apresente, na S. de Expediente, os documentos exigidos no art. 7º do regulamento em vigor.

N. 441/40 — Manuel dos Santos. — Instale-se provisoriamente uma pena d'água em cada um dos imóveis ns. 47 e 49, satisfeitas, porém, previamente as exigências regulamentares.

N. 450/40 — Manuel Ferreira. — Deferido.

N. 541/40 — Virgílio Rodrigues Ribeiro. — Deferido.

N. 598/40 — José Tomé. — Deferido.

N. 648/40 — Francisco Correia dos Santos. — Deferido.

N. 674/40 — Hans Klassmann. — Compareça a 3ª Divisão.

N. 16.432/39 — Lincoln Teixeira de Sousa. — Deferido.

N. 16.513/39 — Roberto Rapp. — Deferido.

N. 17.175/39 — Amadeu Vescila. — Deferido.

N. 17.510/39 — Cristina Guissani Lehmann. — Deferido.

N. 17.528/39 — Casemiro Lourenço. — Deferido.

Conselho Nacional de Serviço Social

ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 1940

No dia dezanove de janeiro de 1940, na sala das sessões, sob a presidência do Sr. ministro Ataúlfo Nápoles de Paiva, presentes mais a Sra. Eugênia Hamann e Srs. Drs. Olinto de Oliveira e Ernani Agrícola, foi aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos. Deixou de comparecer, por motivo previamente justificado, a Sra. Stela de Faro. Pelo secretário foram lidas as atas das sessões dos dias quinze e dezessete de janeiro corrente, que foram aprovadas. A seguir foram relatados os seguintes processos: Pelo Sr. ministro Ataúlfo Nápoles de Paiva: 1 — Santa Casa de Misericórdia, de Pitangui, Minas Gerais (auxílio para 1940) — aprovado. Pelo Dr. Ernani Agrícola: 1 — Policlínica Vital Brasil, de Campanha, Minas Gerais (auxílio para 1940) — aprovado. Pela Sra. Eugênia Hamann: 1 — Ricardo Ferreira (pedindo intonamento de dois menores) — considerou-se que o processo deverá ser submetido à consideração do Sr. ministro da Educação e Saúde com as sugestões constantes do voto da Relatora. As 16 horas e meia, foi encerrada a sessão, da qual para constar, lavrei a presente ata que subscrevo e vai assinada pelo Sr. presidente. — José Pedro Ferreira da Costa, secretário. — Olinto de Oliveira, presidente, *ad hoc*.

Expediente de 23 de janeiro de 1940

O Sr. presidente do Conselho Nacional de Serviço Social faz saber que foram arbitradas pelo Exmo. Sr. Presidente da República, para o exercício de 1940, as seguintes subvenções:

Sociedade Civil Escola de Agronomia e Veterinária do Pará, de Belém	30.000\$0
Liga contra a Lepra, de Belém, Pará	20.000\$0
Ateneu Teixeira Mendes, de S. Luiz, Maranhão	5.000\$0
Patronato Coração Imaculado de Maria, de S. Bernardo das Russas, Ceará	5.000\$0

Escola Técnico-Profissional do Colégio Sta. Isabel, de Fortaleza, Ceará	5:000\$0
Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, de João Pessoa, Paraíba	3:000\$0
Maternidade do Recife, de Pernambuco	30:000\$0
Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, de Recife, Pernambuco	3:000\$0
Instituto de Caridade S. Vicente de Paulo, de Recife, Pernambuco	6:000\$0
União Mixta Beneficente de Timbauba, Pernambuco	2:000\$0
Casa do Pobre, de Olinda, Pernambuco	3:000\$0
Sociedade Espírita Discípulos de Jesus, Maceió, Alagoas	6:000\$0
Associação Beneficente-Hospital de Caridade, de Riachuelo, Sergipe	3:000\$0
Associação de Senhoras de Caridade, de Caetité, Bahia	3:000\$0
Recolhimento de N. S. dos Humildes, de Salvador, Bahia	6:000\$0
Instituto Gonçalves de Assistência à Maternidade e à Infância, de S. Gonzalo, R. Janeiro	10:000\$0
Casa de Caridade, de Macaé, R. Janeiro	20:000\$0
Associação do Hospital de S. Gonzalo, R. Janeiro	10:000\$0
Conferência de S. Vicente de Paulo, de Tambaú, S. Paulo	3:000\$0
Associação "Casa do Senhor", de Santos, S. Paulo	10:000\$0
Fundação Sanatório S. Paulo, de Campos do Jordão, S. Paulo	10:000\$0
Associação do Hospital de Caridade, de Matão, S. Paulo	10:000\$0
Sociedade Humanitária de Vargem Grande, S. Paulo	2:000\$0
Sociedade S. Vicente de Paulo, de Dois Córregos, S. Paulo	3:000\$0
Centro Acadêmico Horácio Lano, de S. Paulo	2:000\$0
Sociedade Beneficente, de Pirajú, S. Paulo	10:000\$0
Asilo Padre Euclides, de Ribeirão Preto, S. Paulo	6:000\$0
Sociedade Legião Brasileira de Ribeirão Preto, S. Paulo	5:000\$0
Casa Nossa Senhora da Glória, de S. Paulo	6:000\$0
Sociedade Beneficente Fraternidade Operária de Santana, de S. José dos Campos, S. Paulo	3:000\$0
Dispensário dos Pobres, de Piracicaba, S. Paulo	5:000\$0
Instituição Artística do Brasil, de S. Paulo	5:000\$0
Sua Casa de Misericórdia, de S. José dos Campos, S. Paulo	12:000\$0
Maternidade de Jauá, S. Paulo	5:000\$0
Juventude Universitária Católica, de S. Paulo	3:000\$0
Sociedade Musical de Ribeirão Preto, S. Paulo	2:000\$0
Associação Beneficente Feminina, de Marília, S. Paulo	6:000\$0
Instituto D. Placidina, de Mogi das Cruzes, S. Paulo	3:000\$0
Asilo de S. Vicente de Paulo, de Itatiba, S. Paulo	2:000\$0
Oratório Amando de Barros, de Botucatu, S. Paulo	5:000\$0
Sta. Casa de Misericórdia, de Sto. Amaro, S. Paulo	10:000\$0
Colégio Imaculada Conceição, de Jacarézinho, Paraná	5:000\$0
Faculdade de Direito de Sta. Catarina, de Florianópolis	12:000\$0
Caixa de Esmolas aos Indigentes, de Florianópolis, Sta. Catarina	5:000\$0
Ginásio Municipal de S. Borja, R. G. Sul	12:000\$0
Sta. Casa de Caridade, de Uruguaiana, R. G. Sul	30:000\$0
Asilo de Orfãos Coração de Maria, de Rio Grande, R. G. do Sul	10:000\$0
Conferência de S. Vicente de Paulo, de Livramento, R. G. do Sul	3:000\$0
Total	378:000\$0

O Sr. presidente do Conselho Nacional de Serviço Social faz saber que foram arbitradas pelo Exmo. Sr. Presidente da República, para o exercício de 1939, as seguintes subvenções:

Educandário Sta. Maria, de Fortaleza, Ceará	5:000\$0
Sta. Casa de Misericórdia, de Feira de Santana, Bahia	10:000\$0
Abrigo dos Filhos do Povo, de Salvador, Bahia	15:000\$0
Caixa de Esmolas (Abrigo dos Pobres), de Campos, R. Janeiro	3:000\$0
Cruzada pela Infância de Leme, do D. Federal	5:000\$0
Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, do D. Federal	10:000\$0
Sta. Casa de Caridade, de Ibitinga, S. Paulo	5:000\$0
Sta. Casa de Misericórdia, de Sta. Vitória do Palmar, R. G. Sul	10:000\$0
Sociedade Internacional de Auxílio aos Necessitados, de Santana do Livramento, R. G. Sul	10:000\$0
Hospital de Caridade, de Três Lagoas, M. Grosso	10:000\$0
Sociedade Beneficência Corumbãense, de Corumbá, M. Grosso	15:000\$0
Escola Normal Dr. Hermenegildo de Moraes, de Morrinhos, Goiás	3:000\$0
Sta. Casa de Misericórdia Dr. Zacarias, de Dolores do Indaiá, M. Gerais	3:000\$0
Sta. Casa de Misericórdia, de Pocos de Caldas, M. Gerais	20:000\$0
Total	124:000\$0

Ministério da Fazenda

Gabinete do Ministro

Processo despachado

Pelo Sr. Presidente da República:

Memorandum da Câmara de Comércio da Cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, pedindo a doação de um terreno de marinha que ocupa na mesma localidade. — Aprovado.

E o seguinte o parecer aprovado pelo Sr. Presidente da República:

"Nos papéis anexos, a Câmara de Comércio da Cidade do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, pede que lhe seja doado o terreno de marinha, que ocupa, naquela localidade.

Alega que, de todos os terrenos de marinha, ali situados, era deventora a Câmara Municipal, em virtude de alvarás do tempo do Brasil colônia, e que a mesma Câmara fez doação à suplicante do terreno reclamado, o que, no entanto, deixou de ser referendado pela Diretoria do Domínio da União.

Traçando do assunto, em exposição n. 782 — Gabinete, de 11 de maio de 1938, dirigida a V. Excia., conforme cópia anexa, teve oportunidade este Ministério de, após estudo minucioso do assunto, propor que aquela diretoria fosse "autorizada a alisar o levantamento cadastral dos terrenos de marinha situados na área daquela cidade, e a regularizar as condições em que os mesmos se encontram, dispensados, entretanto, os emolumentos e taxas em atraso, que somente serão exigidos a partir do despacho final de V. Excia."

Assim, e tendo sido aquelas providências aprovadas por Vossa Excia., em 14 do referido mês, sou de parecer que a regularização da posse em que se encontra a Câmara de Comércio em questão, de um terreno de marinha, só poderá ter lugar na base do já resolvido por V. Excia., o que acarretará pequena despesa àquela entidade.

E o que tenho a honra de propor, restituindo a V. Excia. os papéis inclusos, referentes ao caso de que venho de tratar.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1940. — A. de Souza Costa".

Serviço do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

DESPACHOS

Proc. n. 15.957/1938 — Memorial subscrito pelo advogado Senhor Raul Ohino, a respeito do "Pato Pedras Altas". — Em face do parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Pública, archive-se. — A. de Souza Costa.

Proc. n. 90.416/1939 — Américo Godinho de Argolo Nobre, guarda-livros da classe "G" do Quadro 1 — Tesouro Nacional, solicitando sua nomeação para o lugar de agente fiscal do imposto de consumo. — "Aguarde oportunidade". — A. de Souza Costa.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

DESPACHOS

Proc. n. 65.354/1938 — Memorial apresentado pela Superintendência da Fiscalização de Clubes de Mercadorias e Sorteios de Prêmios, no Distrito Federal, pedindo melhoria de situação para o Quadro de Fiscais. — "Archive-se, à vista do parecer do S. P."

D. G. da Fazenda Nacional, em 17 de janeiro de 1940. — Romêro Estelita.

Proc. n. 18.324/1939 — Manuel Cavalcante de Albuquerque Melo, coletor federal em Águas Belas e Moxolô, no Estado de Pernambuco, solicitando transferência para igual cargo na coletoria de Maraial, no mesmo Estado. — "Archive-se, à vista do parecer do S. P."

D. G. da Fazenda Nacional, em 17 de janeiro de 1940. — Romêro Estelita.

O parecer acima referido esclarece que o interessado já foi transferido para o lugar solicitado.

Proc. n. 28.096/1939 — Diogenes Barbosa Vieira de Sousa e outros, funcionários com exercício no Quadro Móvel do Tesouro, solicitando melhoria da gratificação que percebem. — "Archive-se, à vista do disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei n. 1.847, de 7 de dezembro último.

D. G. da Fazenda Nacional, em 17 de janeiro de 1940. — Romêro Estelita.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DO PESSOAL

DESPACHOS

Proc. n. 3.821/1940 — José Pinto Cardoso, solicitando sua nomeação para o lugar de agente fiscal do imposto de consumo. — "Para o fim do disposto no art. 2.º do Decreto-lei número 1.900, de 20 de dezembro último, está o interessado convidado a provar que exerce, há mais de um ano, função ou cargo pública federal".

Proc. n. 87.308/1939 — Marcelino Tavares Jorge de Sousa, solicitando restituição de documento junto ao processo de inscrição ao

concurso de 1.^a entrância. — “O requerente está convidado a se apresentar a esta diretoria afim de receber o documento solicitado”.

Proc. n. 87.775/1939 — Otávio Moreira Pitaluga, fazendo idêntico pedido ao anterior. — “O suplicante está convidado a se apresentar à esta diretoria afim de receber o documentos pedido”.

Proc. n. 66.397/1939 — Everaldo Ribeiro Machado, solicitando sua nomeação para o lugar de Guarda Aduaneiro. — “Arquive-se, visto haver sido prescrito, em 31 de dezembro último, o concurso a que se submeteu o requerente”.

Proc. n. 95.943/1939 — Américo de Sousa Carvalho, solicitando sua nomeação para o lugar de Guarda Aduaneiro. — “Arquive-se, visto haver sido prescrito, em 31 de dezembro último, o concurso a que se submeteu o requerente”.

Proc. n. 77.938/1939 — Noel Costa;

Proc. n. 95.093/1939 — Ester de Melo Mota;

Proc. n. 95.774/1939 — João Vieira da Cruz Filho, solicitam nomeação para a carreira de escriturário, deste Ministério.

O despacho exarado nos processos acima foi o seguinte:

“Arquive-se, uma vez que em face do disposto no art. 15, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro último, o pedido não poderá ser atendido, visto haver sido prescrito em 31 de dezembro do ano passado, o concurso a que se submeteu o interessado”.

Proc. n. 69.347/1939 — Aloísio Alberto Fernandes;

Proc. n. 74.943/1939 — Bráulio Flores Rangel, solicitam nomeação para o lugar de Guarda Aduaneiro.

O despacho proferido nesses processos foi o seguinte:

“Arquive-se, uma vez que em face do disposto no art. 15, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro último, o pedido não poderá ser atendido, visto haver sido prescrito em 31 de dezembro do ano passado, o concurso a que se submeteu o interessado”.

OFÍCIOS

Dia 18 de janeiro de 1940

Ao senhor doutor procurador geral da Fazenda Pública:

N. 39-A — Apresentando o Sr. Hélio Simões de Figueiredo, que tomou posse hoje, neste Serviço, do cargo de “Dactilógrafo”, classe “C”, do Q. P., deste Ministério

Dia 22

Ao senhor diretor das Rendas Internas:

N. 48 — Em resposta ao ofício em que essa diretoria consulta como deve proceder, para que os funcionários com exercício nos Estados tenham conhecimento da época em que devem entrar em gozo de férias, uma vez que o “Diário Oficial” ainda não publicou a escala respectiva, comunica que a providência cabível, no caso, é fazer valer a escala organizada, independente de publicação, remetendo, para isso, um exemplar da mesma a cada Delegacia Fiscal.

— Ao senhor prefeito municipal de Ituiutaba, em Minas Gerais:

N. 30 — Tendo em vista o ofício em que solicita a promoção do escrivão da coletoria desse Município, Joaquim Antônio da Silva, a coletor da mesma exaloria, comunica que o pedido deixa de ser atendido por não se ter verificado, ainda, a vaga aludida e, bem assim, pelo fato das promoções nessa carreira serem feitas mediante proposta dos Delegados Fiscais, em lista triplíce.

— Ao senhor delegado Fiscal no Rio Grande do Sul:

N. 44 — Tendo em vista o ofício em que essa Delegacia propõe a nomeação de Erico Campos Filho para o lugar de coletor da 2.^a Coletoria Federal em José Bonifácio, comunica que a proposta deixa de ser atendida, em virtude de não ter o interessado concurso que o habilite ao exercício do referido cargo.

— Ao senhor inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro:

N. 30 — Tendo o escriturário da classe C, do Q. P., deste Ministério, João Agrício da Silva Aquino requerido remoção da Alfândega de Manaus, para essa repartição, solicita informar se dita remoção atende à conveniência do serviço.

PORTARIA

Dia 23 de janeiro de 1940

N. 13 — O diretor do Serviço do Pessoal declara ao senhor chefe da S. C. que o estatístico classe 19, do Q. S., João Frederico de Melo Castro Menezes apresentou-se ontem neste Serviço, devendo assinar o ponto nessa Seção, até ulterior deliberação.

CLASSIFICAÇÃO DAS CARREIRAS

Matrículas — Funcionários

- 1 — Pessoal em Comissão — Quadro permanente.
- 2 — Adjunto de procurador geral da Fazenda Pública.
- 3 — Adjunto de procurador da Fazenda Pública.
- 4 — Adjunto de procurador do Tribunal de Contas.
- 5 — Administrador de Capatazias.
- 6 — Agente fiscal.
- 7 — Agente fiscal do Imposto de Consumo.
- 8 — Ajudante de pagador.

- 9 — Ajudante de tesoureiro.
- 10 — Almoxarife.
- 11 — Arquivista.
- 12 — Auditor da Caixa de Amortização.
- 13 — Auditor do Tribunal de Contas.
- 14 — Auxiliar de escrita.
- 18 — Bibliotecário.
- 20 — Chefe de Portaria.
- 21 — Cobrador.
- 22 — Coletor.
- 23 — Conferente.
- 24 — Conferente de descarga.
- 25 — Conferente de valores.
- 26 — Contador.
- 27 — Contínuo.
- 30 — Dactilógrafo.
- 31 — Desenhista.
- 33 — Engenheiro.
- 34 — Oscuritário.
- 35 — Escrivão.
- 36 — Escrivão de Coletorias.
- 37 — Estatístico.
- 38 — Estatístico auxiliar.
- 39 — Extintos (Funções a serem exercidas por extranumerários).
- 40 — Extintos (definitivamente).
- 45 — Fiel de Armazém.
- 46 — Fotógrafo.
- 49 — Guarda-livros.
- 50 — Guarda-mór.
- 51 — Inspetor regional.
- 52 — Intendente.
- 56 — Médico clínico.
- 58 — Ministro do Tribunal de Contas
- 60 — Oficiais administrativos.
- 61 — Pagador.
- 62 — Polícia fiscal.
- 63 — Prático de Laboratório.
- 64 — Procurador.
- 65 — Procurador do Tribunal de Contas.
- 68 — Servente.
- 70 — Técnico de Laboratório.
- 71 — Tesoureiro.
- 72 — Tesoureiro dos Cofres Públicos.
- 73 — Tesoureiro da Delegacia do Tesouro em Londres.
- 74 — Tesoureiro da Dívida Pública.
- 75 — Tesoureiro geral.
- 76 — Tesoureiro da Moeda.
- 78 — Tesoureiro do Selo.
- 80 — Zelador.
- 90 — Gratificações, etc.

Extranumerários

- 81 — Serviço do Pessoal.
- 82 — Tribunal de Contas
- 83 — Contadoria Central.
- 84 — Rendas Internas.
- 85 — Comissão Central de Compras.
- 86 — Imposto de Renda.
- 87 — Domínio da União.
- 88 — Estatística.

SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Expediente de 23 de janeiro de 1940

Processo n. 996-40 — De Isaac Delduque, oficial administrativo classe I, Tribunal de Contas, solicitando abono de faltas. Apresentou atestado médico alegando desconhecer o dispositivo do Estatuto que determina o exame de saúde por médico desta S. S. — Indeferido.

Laudo — Portaria n. 53 — Concedendo trinta dias de licença, para tratamento de saúde, de acordo com o artigo 162, letra “b”, do Estatuto, ao praticante de Laboratório, classe B, com exercício na Casa da Moeda, José Barroso de Melo.

Laudo — Portaria n. 54 — Concedendo trinta dias de licença, para tratamento de saúde, ao marinheiro, classe D, com exercício na Alfândega do Rio de Janeiro, Anastácio Pereira dos Santos, de acordo com o artigo 162, letra “b”, do Estatuto.

Laudo — Portaria n. 55 — Concedendo trinta dias de licença, para tratamento de saúde, ao servente, classe B, com exercício na Casa da Moeda, José Pereira da Costa. (Processo n. 105.569-39.)

Laudo — Portaria n. 56 — Concedendo trinta dias de licença, para tratamento de saúde, ao guarda-livros, classe G, com exercício na Contadoria Central da República, Afonso Augusto de Magalhães Calvet, de acordo com o artigo 162, letra “b”, do Estatuto.

Laudo — Portaria n. 57 — Concedendo sessenta dias de licença, em prorrogação, ao oficial administrativo, classe J, com exercício no Imposto de Renda, Aurora Marques de Almeida, de acordo com o artigo 162, letra “b”, do Estatuto.

Laudo de visita domiciliar n. 52 — Justificando um dia de ausência ao expediente, por motivo de doença, ao escriturário, classe F, com exercício no Imposto de Renda, Lígia Néri.

Laudo de visita domiciliar n. 53 — Justificando dois dias de ausência ao expediente, por motivo de doença, ao desenhista, classe 23, com exercício no Domínio da União, Augusto Gadelha Borges.

Laudo de visita domiciliar n. 54 — Justificando três dias de ausência ao expediente, por motivo de doença, ao ferreiro, com exercício na Casa da Moeda, José Soares Gomes.

Laudo de visita domiciliar n. 55 — Deixamos de justificar a falta do funcionário, servente, classe D, com exercício no Domínio da União, Antônio Cardoso dos Santos, por ser constatação que o mesmo não mora no endereço indicado.

Laudo de visita domiciliar n. 56 — Justificando um dia de ausência ao expediente, por motivo de doença, ao fardador artístico, com exercício na Casa da Moeda, Edgar Pinto Monteiro.

Contadoria Central da República

PORTARIA N. 7

O contador geral da República, tendo em vista o que consta do processo P.I. 298-940, por despacho de 17 deste mês.

Resolve prorrogar o expediente dos funcionários abaixo discriminados, com exercício na Contadoria Seccional na Delegacia Fiscal no Espírito Santo, por 3 horas diárias, durante 30 dias, a partir de 25 do corrente:

Alcindo Bomfim, contador, H, chefe.

Francisco Paula Torres, guarda-livros, G.

Clovis Jorge de Souza, guarda-livros, F.

Clotilde Guedes Pereira, extranumerário, auxiliar técnico de 4ª classe.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1940. — *M. Marques de Oliveira*, contador geral.

Expediente do dia 18 de janeiro de 1940

Offícios:

Ao Sr. procurador geral da Fazenda Pública.

N. 202 — Apresentando o servente da classe B, Francisco Uchoa, designado, por despacho do senhor diretor geral, para ter exercício naquela Procuradoria.

— Ao Sr. diretor geral da Fazenda Nacional:

N. 201 — Sobre a designação de um servente para esta Contadoria.

— Ao Sr. diretor do Pessoal do Ministério da Fazenda:

N. 203 — Comunicando a prorrogação do expediente da Contadoria Seccional na Delegacia Fiscal no Espírito Santo.

N. 205 — Transmittindo o diploma de perito-contador, conferido ao atual contador do Quadro Suplementar deste Ministério, Carmen Carrera Maese Lira.

N. 210 — Comunicando remoção de funcionário.

— Ao Sr. Roberval G. Medeiros, diretor da II Divisão da Comissão Central de Compras:

N. 201 — Agradecendo a comunicação de haver assumido o exercício das funções daquele cargo.

— Ao Sr. agente da Estação D. Pedro II:

N. 209 — Solicitando fornecimento de uma passagem para funcionário que viaja em objeto de serviço.

— Ao Sr. contador seccional no Ministério da Agricultura:

N. 204 — Remetendo portaria de funcionário.

N. 207 — Respondendo ofício 207, sobre serviços.

— Ao Sr. chefe da Contadoria Seccional na Alfândega da Baía:

N. 208 — Remetendo processo n. 296-40, relativo a incorporação de balancetes.

— Ao Sr. Cândido de Abreu e Souza — Comissão de Defesa da Economia Nacional:

N. 206 — Remetendo processo n. 59.659-39, do Tesouro Nacional, relativo ao pagamento da taxa adicional de 10% para as Obras do Porto de Paranaguá.

Expediente do dia 19 de janeiro de 1940

Offícios:

Ao Sr. diretor geral da Fazenda Nacional:

N. 217 — Transmittindo cópia do ofício n. 12.650, de 17 do corrente, do Tribunal de Contas, referente à anotação do registro das distribuições a que alude o supra citado ofício n. 12.650.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 216 — Idêntico ao de n. 217.

— Ao Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos de Juiz de Fora:

N. 212 — Apresentando funcionário.

— Ao Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos de Belo Horizonte:

N. 214 — Apresentando funcionários.

— Ao Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos em São Paulo:

N. 215 — Apresentando funcionários.

— Ao Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos em Aracaju:

N. 223 — Apresentando funcionários.

— Ao Sr. delegado fiscal no Ceará:

N. 211 — Apresentando funcionário.

— Ao Sr. delegado fiscal na Baía:

N. 219 — Apresentando funcionário.

— Ao Sr. delegado fiscal em Sergipe:

N. 221 — Apresentando funcionários.

— Ao Sr. delegado fiscal no Paraná:

N. 224 — Apresentando funcionários.

— Ao Sr. delegado fiscal em Santa Catarina:

N. 227 — Apresentando funcionários.

— Ao Sr. delegado fiscal no Rio Grande do Sul:

N. 229 — Apresentando funcionários.

— Ao Sr. delegado fiscal no Amazonas:

N. 233 — Apresentando funcionário.

— Ao Sr. delegado fiscal no Pará:

N. 237 — Apresentando funcionário.

— Ao Sr. delegado fiscal no Maranhão:

N. 239 — Apresentando funcionário.

— Ao Sr. agente da Estação D. Pedro II:

Ns. 220, 222, 225, 226 e 228 — Solicitando fornecimento de passagens para funcionários que viajam em objeto de serviço.

— Ao Sr. contador seccional no Ministério da Guerra:

N. 218 — Sobre funcionário.

— Aos Srs. chefes das Contadorias Seccionais:

Nas Delegacias Fiscais no Rio Grande do Sul, Amazonas, Pará, Maranhão, Santa Catarina, Ceará, Paraná, Sergipe e Baía:

Ns. 213, 230 a 232, 234 a 236, 238 e 241 — Apresentando funcionários.

Nas Diretorias Regionais dos Correios e Telégrafos em Sergipe, São Paulo, Belo Horizonte e Juiz de Fora:

Ns. 240, 242 e 244 — Apresentando funcionário.

Expediente do dia 20 de janeiro de 1940

Offícios:

Ao Sr. diretor do Pessoal do Ministério da Fazenda:

N. 245 — Solicitando providências quanto à remessa da guia de transferência referente ao auxiliar técnico de 4ª classe, extranumerário mensalista, Ivete Beatriz da Silveira.

— Ao Sr. chefe da Contadoria Seccional na Delegacia Fiscal no Estado do Espírito Santo:

N. 246 — Em aditamento ao telegrama 77, encaminha portaria n. 7, de 18 do corrente.

Procuradoria Geral da Fazenda Pública

Dia 19 de janeiro de 1940

Offícios:

N. 35 — Ao Sr. 2º procurador regional da República, solicitando providências no sentido de ser arquivado o executivo fiscal número 6.000, série H.C.

N. 36 — Ao Sr. procurador regional da República, sobre o cancelamento da dívida inscrita sob n. 5.100, série G.L. em nome de Josué Donadel, na importância de 484\$0.

Dia 22

N. 37 — Ao Sr. 4º procurador regional da República, remetendo o processo de executivo fiscal n. 2.006, série H.A., de 1938, movido pela Fazenda Nacional contra a Sociedade Anônima Martirelli, e solicitando providências no sentido de ser informado o total a que atingiram as custas e mais despesas já realizadas com o aludido executivo.

N. 38 — Ao Sr. 4º procurador regional da República, remetendo, para cobrança executiva, a certidão de dívida n. 1.540, série G.C., 1º semestre de 1932, em nome de Adolfo Zuccol, na importância de 220\$0, em substituição à de igual número e série, por não constar da mesma o exercício a que pertence a dívida.

N. 39 — Ao Sr. superintendente do Departamento Nacional do Café, restituindo 74 processos de dívidas, vindos à esta Procuradoria para efeito de inscrição e respectiva cobrança judicial, afim de que sejam considerados os termos dos pareceres dos adjuntos do procurador Drs. Jorge de Godói e Machado Lima.

N. 40 — Ao Sr. 4º procurador regional da República, encaminhando cópia da informação sobre o que ocorreu a respeito da certidão de dívida n. 37, série G.F. em nome de João da Costa.

N. 41 — Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Educação e Saúde, encaminhando o Boletim de Merecimento, relativo ao 3º quadrimestre de 1939, do escriturário do quadro I. do Ministério da Educação e Saúde, Osvaldo Coutinho Carneiro, que, por ordem do Sr. presidente da República, serve nesta Procuradoria.

N. 42 — Ao mesmo, encaminhando o Boletim de Frequência, relativo ao período de 16 de dezembro de 1939 a 20 de janeiro corrente.

Diretoria das Rendas Internas**FISCALIZAÇÃO BANCARIA****DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS DO TESOURO NACIONAL****Expediente da Diretoria Geral**

N. 988-40 — Dantas & Lima, solicitando autorização para funcionar como "Casa Bancária Dantas & Lima." — Deferido, à vista do que consta do processo.

Expeça-se a necessária carta patente de autorização.

Diretoria da Fazenda Nacional, em 18 de janeiro de 1940. — *Romero Estellita.*

Diretoria das Rendas Aduaneiras**Expediente do Exmo. Sr. ministro da Fazenda**

Dia 16 de janeiro de 1940

Processos despachados:

N. 85.751/39 — Em que o Banco Província do Rio Grande do Sul solicita restituição de direitos — Tendo o pagamento resultado de decisão passada em julgado, sem recurso em tempo habil, archive-se.

Expediente do Sr. secretário chefe do gabinete do Exmo. Sr. ministro da Fazenda

Dia 10 de janeiro de 1940

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 16 de janeiro de 1940

N. 36.062/39 (Catete) — Em que a Companhia Nacional de Explosivos de Segurança pede ao Exmo. Sr. Presidente da República a reforma de uma decisão do Ministério da Fazenda.

"Proceda-se de acordo com o parecer".

O parecer a que alude o despacho supra foi emitido pela 1ª Sub-Diretoria e está assim redigido:

"Estando a petição inclusa insuficientemente selada, proponho preliminarmente que seja a interessada notificada a completar o selo devido".

Dia 17 de janeiro de 1940

N. 103.514/39 — Em que a firma J. Trilho Otero & Comp. consulta sobre despachos de exportação.

Dirijam-se, querendo, à Alfândega local, que tem atribuições para responder à consulta.

N. 2.588/40 — Em que Adalberto Weisz pede certificado de informações dadas por esta Diretoria no processo n. 24.739/39, fechadas. — Indeferido uma vez que é vedado às repartições da Fazenda dar certidão de informações e pareceres prestados em processos administrativos. Cientifique-se.

Dia 22 de janeiro de 1940

N. 101.544/39 — Em que a Companhia Lamport & Holt Line Limited requer expedição de uma circular. — Informe a requerente quais os nomes dos cinco navios que comprou do sindicato da Lamport & Holt Ltd., e se os mesmos têm continuado suas viagens para o Brasil depois da sua aquisição.

Conselho Superior de Tarifa

Pauta para a sessão ordinária a ser realizada no dia 24 de janeiro de 1940, às 13 1/2 horas, quarta-feira, na 1ª Câmara do Conselho Superior de Tarifa:

N. 4.943-A-536 — Herberg & Matos, Ltda. — Classificação de mercadoria — Alfândega do Rio — Relator, Hugo Veiga.

N. 4.947-A-540 — Auto Union Brasil, Ltda. — Classificação de mercadoria — Alfândega do Rio — Relator, Hugo Veiga.

N. 4.950-A-543 — Sudeleto S/A — Classificação de mercadoria — Alfândega do Rio — Relator, R. Menezes.

N. 4.951-A-544 — S/A Ateliers de Constructions Electriques de Charleroi — Classificação de mercadoria — Alfândega do Rio — Relator, Hugo Veiga.

N. 4.945-A-547 — Sociedade Geco, Ltda. — Classificação de mercadoria — Alfândega do Rio — Relator, R. Menezes.

N. 4.960-A-553 — The Dunlop Pneumatic Tyre Co. (S/A), Ltd. — Classificação de mercadoria — Alfândega do Rio — Relator, Sá Campos.

N. 4.966-A-559 — Companhia Telefônica Brasileira — Classificação de mercadoria — Alfândega do Rio — Relator, R. Menezes.

N. 4.967-A-560 — Companhia Telefônica Brasileira — Classificação de mercadoria — Alfândega do Rio — Relator, Hugo Veiga.

N. 4.972-A-528 — Companhia Nacional do Tecido "Nova América" — Classificação de mercadoria — Alfândega do Rio — Relator, Hugo Veiga.

Secretaria da 1ª Câmara do Conselho Superior de Tarifa, de janeiro de 1940.

Diretoria da Despesa Pública**EXPEDIENTE DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA****Despachos:**

Processo n. 68.907-39 — Leopoldina Cirila da Silva, pedindo seja relevada a prescrição em que incorreu seu direito à habilitação ao montepio; apresentada com a exposição de motivos do Sr. ministro da Fazenda, n. 2.304, de 6 de dezembro de 1939. — Archive-se. Em 6-12-939. — G. VARGAS.

Processo n. 71.869-39 — João Alfredo Pessoa de Lima, aposentado no lugar de coletor, reclamando melhoria dos seus vencimentos de inatividade. — Indeferido. Em 6-12-939. — G. VARGAS.

Processo n. 1.355-40 — Ana de Loreto de Lima Carneiro da Silva, pedindo que lhe seja concedida uma pensão; apresentada com a exposição de motivos do Sr. ministro da Fazenda, n. 2.492, de 31 de dezembro de 1939. — Archive-se. — G. VARGAS.

Processo n. 104.275-39 — Helena Rosália Batista de Oliveira, pleiteando a concessão de uma pensão especial; apresentada com a exposição de motivos do Sr. ministro da Fazenda, n. 2.435, de 20 de dezembro de 1939. — Archive-se. Em 20-12-939. — G. VARGAS.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL DA FAZENDA NACIONAL**Despachos:**

Processo n. 96.658-36 — Mário Gonçalves de Matos, pedindo pagamento de subsídio que deixou de receber. — Em face do parecer da Procuradoria Geral da Fazenda, archive-se. D. G. F. 25-11-39. — *Romero Estellita.*

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DESPESA PÚBLICA**Despachos:**

Processo n. 89.984-39 — Manuel Álvares da Silva Campos, pedindo averbação de contrato. — Tendo em vista o disposto no artigo 12, do decreto n. 24.427, de 19 de junho de 1934, indefiro o pedido. D. D. 29-11-39. — J. A. G. de Sousa.

Processo n. 99.409-39 — Cândido Luiz de Oliveira Filho, aposentado, pedindo pagamento de abono provisório. — Convide-se o interessado a apresentar a prova a que se refere a informação. D. D. 18-1-940. — J. A. G. de Sousa.

Processo n. 94.264-39 — Maria Lopes Pereira e outras, habilitando-se ao montepio. — Satisfacam as exigências do parecer. D. D. 10-1-940. — J. A. G. de Sousa.

Processo n. 67.350-39 — Antônio Barbosa do Nascimento, pedindo revisão do processo de sua aposentadoria. — De acordo com o parecer, tendo em vista os termos da circular n. 9.701, de 2 de janeiro de 1936, da Presidência da República, indefiro. D. D. 11-1-40. — J. A. G. de Sousa.

Processo n. 1.893-40 — Adauto Miranda, pedindo certidão. — Revalide o selo da petição. — D. D. 11-1-40. — J. A. G. de Sousa.

Processo n. 104.564-39 — Ema Anunciata Cavalcanti, pedindo pagamento da importância equivalente a um mês dos vencimentos que recebia o seu falecido marido, na conformidade do disposto no artigo 186, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939. — Indeferido, de acordo com o parecer.

Já está resolvido que o abono a título de funeral a que se refere o citado artigo, só é devido à família do funcionário em serviço ativo. D. D. 11-1-40. — J. A. G. de Sousa.

(*) Processo n. 95.786 — Maria Chaves de Oliveira Pena, viúva do Dr. Belisário Augusto de Oliveira Pena, aposentado do Ministério da Educação e Saúde, pedindo pagamento da importância correspondente a um mês dos vencimentos que percebia o seu finado marido, nos termos do disposto no artigo 186 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939. — Tendo em vista a solução dada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público à consulta feita por esta Diretoria e de acordo com o parecer da 2ª Subdiretoria, indefiro o pedido. D. D. 3-1-940. — J. A. G. de Sousa.

O teor do ofício n. 2.207, de 26 de dezembro de 1939, do D. A. S. P. que dá a solução a que se refere o despacho supra, é o seguinte:

"Atendendo à consulta feita por essa Diretoria a este Departamento, no processo junto, n. 8.084, de 1939, sobre a aplicação do artigo 186, do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, esclareço que a importância ali concedida, a título de funeral, apenas tem direito o cônjuge ou, na falta deste, qualquer das pessoas que

(*) Reproduz-se por ter sido publicado com incorreção no "Diário Oficial" de 15-1-40.

constem do assentamento individual do funcionário que falecer em efetivo exercício do cargo, não podendo tal benefício tornar-se extensivo à família do funcionário aposentado ou em disponibilidade, pois essa interpretação não dá margem o parágrafo primeiro do artigo referido. — *Paulo Lira*, presidente interino".

Processo n. 64.902-39 — Francisca Freire e outras, pedindo reversão de pensão. — Satisfazam as exigências do parecer. D. D. 13-1-40. — *J. A. G. de Sousa*.

Processo n. 104.572-39 — Alzira Dornelas, pedindo pagamento de vencimentos deixados de receber pelo seu falecido marido. — Satisfaga, a requerente, a exigência do parecer. D. D. 11-1-40. — *J. A. G. de Sousa*.

Processo n. 95.794-39 — Licínio Machado Garcia Pinto, pedindo reversão de pensão. — Apresente o título de pensionista e atestado de nada receber dos cofres públicos federais, estaduais e municipais, e não ser o montepio deixado por seu pai. D. D. 11-1-40. — *J. A. G. de Sousa*.

Processo n. 95.753-38 — Jorge Teófilo, menor, representado pelo seu tutor, Antônio Gomes da Silva, habilitando-se à pensão de que trata a lei n. 215, de 1936. — Indeferido, nos termos do parecer de fls. 26-27, da Secção de Pensões. D. D. 30-12-39. — *J. A. G. de Sousa*.

Circular telegráfica n. 11, de 23 de janeiro de 1940, expedida às Delegacias Fiscais nos Estados:

"Declaro Srs. chefes repartições subordinadas este Ministério em aditamento circular telegráfica desta Diretoria, n. 9, treze dezembro findo, que deve ser dispensada exigência apresentação títulos pensões montepio quando se verificar tais títulos foram anexados a processos em andamento. Saudações. — *Garcia de Sousa*, diretor Despensa".

Diretoria do Domínio da União

SERVIÇOS AUXILIARES

Almoxarifado

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 17 de janeiro de 1940

Processos despachados:

N. 102.168-39 — Offício n. 365, de 13-12-39, do Sr. chefe do Serviço Regional no Estado do Espírito Santo, com que envia o relatório e o balancete de carga e descarga de material pertinente ao mês de outubro do ano findo. — Anotado. Arquite-se.

N. 105.160-39 — Offício n. 14, de 9-12-39, do Sr. chefe do Serviço Regional no Estado do Maranhão, com que acusa recebimento de material, cuja nota devolve. — Arquite-se.

N. 105.360-39 — Offício n. 240, de 5-11-39, do Sr. chefe do Serviço Regional no Estado de Sergipe, com que envia o balancete de carga e descarga de material do mês de novembro do ano findo. — Anotado. Arquite-se.

N. 515-40 — Offício n. 323, de 13-12-39, do Sr. chefe do Serviço Regional no Estado do Pará, com que envia o balancete de carga e descarga de material do mês de novembro do ano findo. — Arquite-se.

N. 547-40 — Offício n. 335, de 15-12-39, do Sr. chefe do Serviço Regional no Estado do Pará, com que devolve as 2ª e 3ª vias da nota de material. — Arquite-se.

N. 607-40 — Offício n. 265, de 1-12-39, do Sr. chefe do Serviço Regional no Estado do Amazonas com que envia o balancete de carga e descarga de material do mês de novembro do ano findo. — Anotado. Arquite-se.

N. 617-40 — Offício n. 586, de 26-12-39, do Sr. chefe do Serviço Regional no Estado do Rio Grande do Sul, com que devolve as 2ª e 3ª vias da nota de material. — Arquite-se.

N. 1.072-40 — Offício n. 22, de 9-12-39, do Serviço Regional no Estado do Rio Grande do Norte, com que envia o balancete de carga e descarga de material do mês de novembro do ano findo. — Anotado. Arquite-se.

N. 1.076-40 — Offício n. 113, de 7-12-39, do Sr. chefe do Serviço Regional no Estado do Ceará com que devolve as segundas e terceiras vias das notas de material. — Arquite-se.

N. 1.112-40 — Offício n. 247, de 16-12-39, do Sr. chefe do Serviço Regional no Estado de Alagoas, com que devolve as segundas e terceiras vias das notas de material. — Arquite-se.

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DO ALMOXARIFADO

Dia 17 de janeiro de 1940

Offícios:

Ns. 10/16 — Aos Srs. secretário, chefes das Divisões de Engenharia e Obras e de Cadastro e Registro, chefes dos Serviços de Contabilidade, de Comunicações, Regional no Distrito Federal e procurador, respectivamente, com que solicita a relação nominal do pessoal subalterno que tem direito a fardamento.

Ns. 17, 20, 21 e 22 — Aos Srs. chefes dos Serviços Regionais nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, respectivamente, com que comunica o encaminhamento de material.

N. 18 — Ao Sr. chefe da Secção de Emplacamento, com que solicita emplacamento para 1940 do caminhão Ford n. 5.865, a cargo deste Almoxarifado.

SERVIÇO REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DO SERVIÇO

Dia 15 de janeiro de 1940

N. 97.016-39 — Oscar Pereira da Costa, requerendo restituição de documentos que estão juntos ao processo n. 20.479-39. — Satisfaga a exigência da Secção de Engenharia e Obras.

Dia 17

N. 94.048-39 — Adelino Pereira de Carvalho, requerendo locação a título precário de uma área de terreno situado no alto da Boa Vista. — Indeferido.

Offícios:

Dia 16 de janeiro de 1940

Ao presidente do Conselho de Administração da Fábrica de Projéteis de Artilharia do Ministério da Guerra:

N. 36-M.G. — Remetendo copia do ofício n. 1.947, de 18 de dezembro próximo findo.

Ao diretor do Domínio da União:

N. 37-M.E. — Remetendo os boletins de eficiência dos funcionários e extranumerários com exercício neste Serviço, relativo ao mês de dezembro próximo passado.

Ao diretor do Setor 3 do Serviço de Febre Amarela:

N. 38-M.E. — Comunicando que os concertos a que se refere o ofício n. 1.852, de 6 de dezembro, já foram executados.

Ao gerente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro:

N. 39-D.A. — Remetendo a caução de n. 23.593, referente ao depósito de 4580 feito pelo Sr. Heráclito de Matos, para garantia de aluguer do próprio nacional sito à rua Couto Magalhães n. 37.

Dia 17

Ao chefe da Fiscalização do Porto do Rio de Janeiro:

N. 40-M.V. — Comunicando que o desconto de 37\$5 na folha de pagamento de Lucas Corrêa da Silva deve continuar até o pagamento final da aludida quantia.

Dia 19

Ao diretor do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal:

N. 41-M.E. — Solicitando informações a respeito da área de terreno, junto e depois do de n. 1.562, na Estrada Nova da Tijuca, se é desnecessária ao serviço público.

Recebedoria do Distrito Federal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 22 de janeiro de 1940

Requerimentos:

N. 27.869-39 — Sociedade Cooperativa dos Chauffeurs do Rio de Janeiro. — Altere-se a classificação para "automóveis, concertador no lançamento para o corrente exercício de 1940.

N. 45.526-39 — Armando Ferreira Leite. — Faça-se a juntada do auto em referência em seguida intime-se o requerente a regularizar o pagamento do selo de 2\$0 do requerimento.

N. 33.401-39 — Renato da Rocha Miranda. — Anule-se o lançamento e cancele-se a certidão respectiva que ficará no processo.

N. 31.393-39 — Ernesto Augusto Borman. — Cancele-se o lançamento e junte-se ao processo a certidão de dívida.

N. 38.130-39 — Angeliollilo Tomaz. — Indeferido de acordo com a informação, o laudo e o parecer.

N. 42.149-39 — Mossalin & Cia. — Altere-se a classificação para "armazém, fazendas e perfumarias", e cobre-se a diferença do imposto a partir de novembro de 1939.

N. 41.194-39 — Aristue & Irmão. — Reduza-se o valor locativo para cinco contos e quatrocentos mil réis (5:400\$0) no lançamento para o corrente exercício de 1940.

N. 48.192-39 — Hassen Correia. — Indeferido de acordo com a informação e o parecer.

N. 981-40 — Miguel Divb Nahas. — Altere-se a classificação de acordo com o requerido e informado.

N. 48.301-39 — Jaime Pinto Tomaz. — Reduza-se o valor locativo para um conto e oitocentos mil réis (1:800\$0) no lançamento para o corrente exercício de 1940.

N. 118-40 — Milton da Cunha. — Altere-se a classificação de acordo com o requerido e informado.

N. 45.689-39 — Carlos Alves de Oliveira. — Reduza-se o valor locativo para dois contos e quatrocentos mil réis (2:400\$0) no lançamento para o corrente exercício de 1940.

N. 42.418-39 — Diamantino Soares da Silva. — Indeferido de acordo com a informação e o parecer.

N. 44.918-39 — Antônio Pinto Coelho. — Deferido de acordo com a informação, o laudo e o parecer.

N. 45.788-39 — Adolfo Gomes Carneiro. — Reduza-se o valor locativo para quatro contos e duzentos mil réis (4:200\$0) no lançamento para o corrente exercício de 1940.

N. 46.733-39 — Horacio Pinto. — Reduza-se o valor locativo para dois contos e oitocentos mil réis (2:800\$0) e altere-se a classificação para "generos alimentícios de 2ª classe" no lançamento para o corrente exercício de 1940.

N. 46.402-39 — Riedel & Cia. Ltd. — Indeferido de acordo com a informação, o laudo e o parecer.

N. 46.548-39 — V. Quirino da Rocha. — Altere-se a classificação para "farmácia" no lançamento para o corrente exercício de 1940.

N. 2.592-40 — Soc. Motores Deutz Otto Legítimo Ltd. — De acordo com a representação e o parecer, imponho ao requerente a multa de 50\$0, mínimo da lei.

N. 2.125-39 — Sociedade Administradora Urbs S. A. — De acordo com a representação e o parecer, imponho a pena de revalidação correspondente ao selo devido.

N. 2.134-40 — E. P. Baía & Cia. — Idem.

N. 220-40 — Correia Medeiros & Cia. — Idem.

N. 2.096-40 — Norton Roth. — Idem.

N. 28.493-39 — Campos & Correia. — Proceda-se a cobrança do selo devido.

N. 1.756-40 — Lastene Leite. — De acordo com a representação e o parecer, imponho ao requerente a pena de revalidação correspondente ao selo devido.

N. 799-40 — Edgard Raja Gabaglia. — De acordo com a representação e o parecer, imponho a pena de revalidação correspondente ao selo devido.

N. 1.023-39 — Alfredo Fazuolo. — Idem.

N. 160-40 — Nestor Lopes. — De acordo com a informação e o parecer, entregue-se a quantia de dezesseis contos trezentos setenta e dois mil e 900 réis (16:372\$90).

N. 43.667-39 — Nestor Lopes. — De acordo com a informação e o parecer, entregue-se a quantia de trinta e sete contos quinhentos setenta e cinco mil réis (37:575\$0).

Precatórias:

N. 1.531-40 — Juiz da 5ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Dr. Isoulino de Sousa Pinto. — Cumpra-se.

N. 2.462-40 — Juiz da 7ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Antônio Ferreira Martins. — Idem.

N. 2.457-40 — Juiz da 7ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Ernani Correia. — Idem.

N. 2.503-40 — Juiz da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Eugênio Fonseca. — Idem.

N. 2.466-40 — Juiz da 8ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Ernani Correia. — Idem.

N. 2.500-40 — Juiz da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 537\$0 a favor de Ernani Correia. — Idem.

N. 2.498-40 — Juiz da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Ernani Correia. — Idem.

N. 2.497-40 — Juiz da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 600\$0 a favor de Henrique da Silva Costa. — Idem.

N. 2.501-40 — Juiz da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Henrique da Silva Costa. — Idem.

N. 2.460-40 — Juiz da 7ª Pretoria Criminal, entrega de 500\$0 a favor de Ernani Correia. — Idem.

N. 2.463-40 — Juiz da 7ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Dr. João Gonçalves do Couto. — Idem.

N. 2.464-40 — Juiz da 8ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Antônio Ferreira Martins. — Idem.

N. 2.461-40 — Juiz da 7ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Antônio Ferreira Martins. — Idem.

N. 2.292-40 — Juiz da 2ª Vara Criminal, entrega de 200\$0 a favor de U. B. dos Chauffeurs do Rio de Janeiro. — Idem.

N. 2.458-40 — Juiz da 7ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Ernani Correia. — Idem.

N. 2.459-40 — Juiz da 7ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Ernani Correia. — Idem.

N. 2.465-40 — Juiz da 8ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Hilário José Rodrigues. — Idem.

N. 2.293-40 — Juiz da 2ª Vara Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Ernani Correia. — Idem.

N. 2.293-40 — Juiz da 2ª Vara Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Ernani Correia. — Idem.

N. 2.294-40 — Juiz da 2ª Vara Criminal, entrega de 500\$0 a favor de U. B. dos Chauffeurs do Rio de Janeiro. — Idem.

N. 2.502-40 — Juiz da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 463\$0 a favor de Eugênio Fonseca. — Idem.

N. 2.499-40 — Juiz da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Antônio Ferreira Martins. — Idem.

N. 2.496-40 — Juiz da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Ernani Correia. — Idem.

(*) Auto n. 23-1940 contra Sulica Ester — Julgado procedente o auto de fls. 3/4 e imposta a autuada Sulica Ester a multa de 748\$90, de conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 220, combinado com os arts. 81, 54, letra — b —, alínea II e 206 do Decreto-lei 739, de 24 de setembro de 1938.

Baixe-se o processo à 3ª Sub-Diretoria para que o autuante proceda na forma estabelecida no art. 210 do citado regulamento, intimando-se, em seguida, a autuada para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso dentro de 20 dias, observadas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 19 de agosto de 1938.

EXPEDIENTE DO SR. ASSISTENTE

Dia 22 de janeiro de 1940

Certidões:

N. 2.754-40 — Miguel Conceição. — Certifique-se o que constar.

N. 2.473-40 — Belmiro Martins Ribeiro. — Idem.

N. 2.744-40 — F. Seabra. — Idem.

N. 2.807-40 — Luiz Dermenne & Irmão. — Idem.

N. 2.255-40 — Salgado Alves & Cia. — Idem.

Notificações:

N. 1.090-39 — Rodrigues & Duarte, Francisco Otaviano 89. — Deixo de tomar conhecimento do pedido de reconsideração, por ter sido apresentado fora do prazo regulamentar.

N. 1.851-39 — O. G. Pinheiro & Cia. Ltd., Haddock Lobo 176. — O prazo de 20 dias, dentro do qual deu entrada nesta repartição, o pedido de fls. 4 é para o recurso ao Conselho de Contribuintes, entanto, é o que está expresso no despacho de fls. 3, isso não indo culpa ao notificado. Tendo em vista o que consta deste processo e de acordo com a informação do notificante, mantenho o despacho de fls. 3 por seus fundamentos legais, não procedendo as alegações do notificado. Fica o mesmo avisado que não será aceita petição de recurso que exceda a 20 dias, com o depósito da multa e emolumentos.

N. 2.002-38 — João Pereira Neves, Copacabana 794. — O prazo de 20 dias, dentro do qual deu entrada nesta repartição o pedido de fls. 4 é para o recurso ao Conselho de Contribuintes, entanto é o que se acha expresso no despacho de fls. 3, isso não indo culpa ao notificado. Tendo em vista o que consta deste processo e de acordo com a informação do notificante reconsidero o despacho de fls. 3, para o fim de impor, como imponho ao notificado a multa de 100\$0, nos termos do art. 28 do reg. aprovado com o Dec. 739, de 24 de setembro de 1938. Fica o notificado avisado que não será aceita petição de recurso que exceda o prazo de 20 dias, com o depósito da multa imposta. Intime-se.

Requerimentos:

N. 37.377-39 — Paulo Lacaz. — Proceda-se nos termos propostos. Imponho ao Dr. Paulo Lacaz a multa de 100\$0 mínimo da lei.

N. 27.184-37 — Francisco Cabral. — Dê-se a baixa.

N. 43.644-39 — Almeida Lemos & Costa. — Proceda-se a transferência como propõem a 2ª e 3ª Sub-diretórias. Imponho a Almeida Lemos & Costa multa de 50\$0, mínimo da lei e ais a de 30 % "ex-vi" do art. 219, § 2º do Decreto 739 de 24 de setembro de 1938.

N. 46.343-39 — Dagmar Vasconcelos. — Proceda-se de acordo com o parecer. Imponho a Jacira Coelho Amaral a multa de 125\$0, médio da lei.

N. 28.998-39 — João Gumerindo Santos Lima. — Transfira-se. Imponho a João Gumerindo Lima as multas de 50\$0, mínimo da lei.

N. 33.822-39 — José Nigro. — Dê-se a baixa. Imponho a José Nigro a multa de 50\$0, mínimo da lei.

N. 33.223-39 — Domingos Lavir. — Proceda-se a inserção nos termos do parecer. Imponho a Domingos Lavir a multa de 100\$0, mínimo da lei.

N. 29.165-39 — Manuel José Bento. — Transfira-se. Imponho a Manuel José Bento a multa de 50\$0, mínimo da lei.

N. 28.956-39 — Fernandes Moreira & Cia. Ltd. — Idem.

N. 22.442-39 — Angiolina Grimaldi Borbio. — Idem.

N. 21.077-39 — José Fernandes Pinto. — Proceda-se de acordo com a informação e parecer à fls. 7v e 8. Imponho a Daniel Wavile a multa de 50\$0, mínimo da lei, outrossim a Alfredo Joaquim da Silva e Djalma Gross, conjuntamente a mesma penalidade, e finalmente também a José Fernandes Pinto.

Diretoria do Imposto de Renda

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 17 de janeiro de 1940

Portarias:

N. 24 — O diretor do Imposto de Renda, usando das suas atribuições legais, resolve:

Dispensar, a pedido, o official administrativo da letra J, Jaime Cabral de Menezes, do cargo que vinha exercendo, em comissão, de delegado do Imposto de Renda no Rio Grande do Sul; dispensar, também a pedido, o contabilista da letra J, Américo Celestino da Mota do cargo que vinha exercendo, em comissão, de delegado do Imposto

(*) Reproduzido por ter saído com incorreções.

de Renda no Estado do Rio de Janeiro; remover o contabilista da letra J. João de Oliveira Castro Viana, delegado do Imposto de Renda, em Santos, para exercer o mesmo cargo no Rio Grande do Sul; remover o contabilista da letra J. José Pereira Caldas, delegado do Imposto de Renda no Paraná, para exercer o mesmo cargo em Santos; remover o oficial administrativo da letra J. Alarico Francisco Gonçalves, chefe da Seção de Lançamento, para exercer o cargo de delegado do Imposto de Renda no Estado do Rio de Janeiro. — Dê-se ciência, faça-se o expediente necessário e cumpra-se.

N. 25 — O diretor do Imposto de Renda, usando das atribuições que lhe são conferidas em lei e em aditamento a portaria n. 24, desta data, e tendo em vista o disposto no artigo 138 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, resolve arbitrar a ajuda de custo em 2 meses de vencimentos do padrão aos contabilistas da classe J. José Pereira Caldas e João de Oliveira Castro Viana e ao oficial administrativo da mesma classe, Alarico Francisco Gonçalves. — Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Dia 22

N. 29 — O diretor do Imposto de Renda, usando de suas atribuições, resolve remover o contabilista da classe J, Américo Celestino da Motta da Delegacia do Imposto de Renda no Estado do Rio de Janeiro para esta Diretoria. Outrossim, resolve de acordo com o artigo 138 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, arbitrar a ajuda de custo desse funcionário em 2 meses de vencimentos do seu padrão. — Dê-se ciência, publique-se, comunique-se e cumpra-se.

Offícios expedidos:

N. 55 — Sr. diretor do Serviço do Pessoal — Ministério da Fazenda. — Restituindo telegrama de Cláudio D. Ramalho.

N. 56 — Sr. diretor da Despesa Pública — Tesouro Nacional — Solicitando informações sobre Banco Comercial Rio de Janeiro.

N. 6 — Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Solicitando informações sobre a firma A. B. Gomes.

N. 7 — Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Idem quanto à firma A. J. Hollevik.

N. 8 — Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Remetendo guia de conversão e fazendo comunicação sobre Dr. Alcides Senra.

N. 9 — Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Idem quanto ao Sr. Luiz José Nunes.

N. 32 — Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos — Restituindo recibos de registrados que vieram por engano a esta Repartição.

N. 33 — Exmo. Sr. juiz de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública — Transmitindo processo de lançamento "ex-offício" de Augusto da Silva Araújo.

N. 34 — Sr. chefe da Secretaria do Supremo Tribunal Militar — Pedindo informações sobre Artur Barbalho Uchôa Cavalcanti.

N. 35 — Sr. diretor do Corpo de Saúde do Exército — Solicitando informações sobre Brício Portilho Bentes.

N. 36 — Sr. comandante do contratorpedeiro "Sergipe" — Solicitando informações sobre Valtér da Silva Valente.

N. 23 — Srs. membros do Primeiro Conselho de Contribuintes — Remetendo processo em que é interessada Adelaide Rodrigues de Passos.

Dia 23

Offícios expedidos:

N. 199 — 2ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Joaquim Fernandes Torres.

N. 200 — Prov. Resíduos — Prestando informação sobre o espólio de Elias Moreira Neto ou Elias J. P. de Sousa Neto.

N. 201 — 1ª Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Joaquim de Queiroz Maloso.

N. 202 — 1ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Antônio da Mota Mendes.

N. 203 — 2ª Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Carlinda Campos da Paz.

N. 204 — 3ª Pretoria Cível — Prestando informação sobre o espólio de Boaventura Bezerra da Silva e de Maria da Glória Bezerra da Silva.

N. 205 — 2ª Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Virgínia dos Santos Chaves.

N. 206 — 8ª Pretoria Cível — Prestando informação sobre o espólio de João Cianelli.

N. 207 — 1ª Vara de Orfãos — Prestando informações sobre o espólio de Francisco José Ribeiro Leite ou Francisco Ribeiro Leite.

N. 208 — 1ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de José Alves de Oliveira.

N. 209 — 2ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Esmeralda Bandeira Peixoto.

N. 210 — Prov. Resíduos — Prestando informação sobre o espólio de José Gomes Senra.

N. 211 — 1ª Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Antônio Silvério Ursulino.

N. 212 — 2ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Adélia Vasconcelos ou Adélia de Carvalho Vasconcelos.

EXPEDIENTE DO SR. ASSISTENTE

Dia 22 de janeiro de 1940

Offícios expedidos:

N. 107/109 — Sr. Delegado do Imposto de Renda — São Paulo — Recomendando remessa de declarações.

N. 110 — Sr. delegado do Imposto de Renda — Belo Horizonte — Recomendando remessa das declarações de Valdemar Coimbra Luz.

N. 111 — Sr. delegado do Imposto de Renda — Niterói — Idem quanto a Armando Monteiro Ribeiro da Silva.

N. 112 — Sr. delegado do Imposto de Renda — Niterói — Idem quanto a Nelson de Melo.

N. 113 — Sr. delegado do Imposto de Renda — Niterói — Idem quanto a Francisco Vicente Gonçalves Pena.

Dia 23

Requerimento despachado:

Proc. n. 17.485/39 — Ingeborg Berenice Melchens. — Requeira por exercícios findos, provando sua qualidade de inventariante.

Segundo Conselho de Contribuintes

Paula para a sessão ordinária a realizar-se em 26/1/40, sexta-feira, às 14 horas:

RECURSO

Relator Sr. Nero de Macedo:

N. 8.381 — José Rocha Silos — Decs. 17.464, de 1926, 23.664, de 1933 e 739, de 1938. — Delegacia Fiscal em São Paulo.

N. 8.957 — Adriano Maurício & Comp. Ltda. — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Goiás.

N. 8.963 — Brasil Oilílica S. A. — Imposto de consumo — Alfandega de Fortaleza.

N. 8.985 — Barsotti & Comp., voluntários e Delegacia Fiscal em Minas Gerais "ex-offício" — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em M. Gerais e João Justino Fernandes.

N. 8.989 — Wilson Sons & Comp. Ltda. — Imposto de consumo — Deleg. Fiscal no Rio Grande do Norte.

N. 8.995 — José da Silva Neto — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais.

N. 9.765 — Bernardo M. Thees — Imposto de consumo (consulta) — Delegacia Fiscal em Minas Gerais "ex-offício".

Relator Sr. Tobias Rios Filho:

N. 443-R — Instituto Pinheiros Ltda. — Imposto de consumo — Recebedoria Federal em São Paulo.

N. 8.879 — Antônio de Freitas Menezes — Dec. n. 23.664, de 1933 — Delegacia Fiscal em São Paulo.

N. 8.931 — José Santos & Comp. — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Sergipe.

N. 8.964 — Messias de Almeida Mota — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal no Amazonas e Acre.

N. 8.970 — Companhia Paul — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Sergipe.

N. 8.980 — Mobadda Haddad & Filhos — Imposto de consumo — Recebedoria Federal em São Paulo "ex-offício".

N. 8.990 — Areamiro de Almeida — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal no Rio Grande do Norte.

Relator Sr. José F. de Matos:

N. 8.601 — Joaquim Gomes Cardoso, Companhia de Comércio e Indústria Freitas Soares, João Merendeiro e do Rio de Janeiro Flour Mills and Granaries, Ltda. — Imposto de consumo — Recebedoria do Distrito Federal.

Relator Sr. Marcondes da Luz:

N. 8.788 — Sanjad & Irmão — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal no Pará.

N. 8.816 — Paulo Shoji Shirabayashi — Decreto 166, de 4 de junho de 1938 — Delegacia Fiscal no Paraná — "ex-offício".

N. 8.937 — Eutiquio Tenório — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Pernambuco, "ex-offício".

N. 8.983 — José Tabacon & Comp. — Imposto de consumo — Recebedoria Federal em São Paulo.

N. 8.994 — José de Sousa Ferreira — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais.

N. 9.596 — Alfred Bennett — Imposto de consumo (consulta) — Recebedoria do Distrito Federal, "ex-offício".

N. 9.602 — Mayer & Schaedler — Imposto de consumo (consulta) — Recebedoria Federal em São Paulo "ex-offício".

Relator Sr. Brandão Cavalcanti:

N. 9.680 — Eugênio Adamo — Imposto de consumo (consulta) — Recebedoria Federal em São Paulo, "ex-offício".

N. 9.707 — Miguel Pereira da Silva — Imposto de consumo (consulta) — Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul, "ex-offício".

Relator Sr. Vicente Galliez:

N. 8.975 — Empresa Textil da Baía — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal na Baía "ex-offício".

Segundo Conselho de Contribuintes — Secretaria, 23 de janeiro de 1940. — Frederico Diniz Martins, secretário.

Ministério da Marinha

Comissão de Eficiência

Membros: Presidente: Carlos Maia Ferreira, capitão de fragata honorário, oficial administrativo, classe L; Carlos Cardoso de Paiva e Tancredo França Júnior, ambos da classe K, da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro I.

Expediente do dia 1 de novembro de 1939

Ofício n. 229 — Ao Sr. D.G.P. — Remessa de boletins de merecimento do 2º quadrimestre de 1939, julgados por esta CEM.

Ofício n. 230 — Ao Sr. D.G.P. — Encaminha a proposta de admissão do civil Valdemar do Nascimento, como extranumerário-diarista, para exercer nesta CEM, as funções de servente, com a diária de 1580.

Encaminhamento:

Despacho n. 191 — (Processo 108/38 do DASP) — Ao Sr. diretor da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do DASP — Comunico que esta CEM, louvando-se integralmente na informação prestada pelo Sr. diretor geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, quanto à possibilidade da readaptação do pessoal escafandrista, após 20 anos de exercício, julga nada mais ter a acrescentar ao assunto.

Processo relatado:

CEM n. 79/939 — Ofício 478, de 5/8/39, do Tribunal Marítimo Administrativo — Solicita alteração da situação criada pelo ato de 24/12/37, no sentido de voltar a ser permanente o cargo de secretário do referido Tribunal, como cargo isolado ou não, e ser reajustada a classificação do atual secretário Gilberto de Alencar Saboia, para o Padrão L.

Parecer: favorável ao requerido, sendo o processo enviado ao Sr. Ministro da Marinha.

Expediente de 4 de novembro de 1939

Ofício n. 231 — Ao Sr. D.G.P. — Remessa de mapa de frequência dos funcionários que serviram nesta CEM em outubro último.

Expediente de 5 de novembro de 1939

Processo relatado:

CEM n. 104/39 — Requerimento de 18/9/39, de Eugênio dos Santos Tavares, operário de Arsenais, classe F, do Quadro III, deste Ministério. Recorre da preterição que julga ter sofrido nas últimas promoções realizadas.

Parecer: contrário ao requerido, sendo o processo enviado ao Sr. Ministro da Marinha.

Expediente de 8 de novembro de 1939

Ofício n. 232 — Ao Sr. D.G.P. — Remessa de boletins de merecimento do 2º quadrimestre de 1939, julgados por esta CEM.

Processos relatados:

CEM n. 101/1939 — Requerimento de 6/10/1939, do contínuo, classe F, do Quadro I, Duclás Barsand de Leucas. Pede colocação no número um da escala de antiguidade de sua classe.

Parecer: contrário ao requerido, sendo o processo encaminhado ao senhor ministro da Marinha.

CEM n. 106/1939 — Requerimento de 11/10/1939, de Antônio Nunes Barbosa e Antônio Pereira Bezerra, foguistas, classe F, do Quadro I, deste Ministério. Solicitam transferência para a classe F, da carreira de Maquinista-Marítimo, no mesmo quadro, deste Ministério.

Parecer: favorável ao requerido, sendo o processo encaminhado ao senhor ministro da Marinha.

Expediente de 13 de novembro de 1939

CEM n. 74/1939 — Ofício n. 806, de 16/6/1939, do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Consulta sobre a situação do extranumerário-diarista, Antônio Rodrigues Dantas, julgado inválido desde março próximo findo e que tem cerca de 21 anos de serviço público federal.

Parecer: que se restitua o presente processo ao senhor ministro da Marinha, sugerindo-se a S. Ex. seja ouvido o DASP.

Expediente de 14 de novembro de 1939

Ofício n. 234 — Ao Sr. presidente do DASP — Consulta sobre preferência para composição da lista tríplice para promoção por merecimento.

Ofício n. 235 — Ao Sr. presidente do DASP — Comunica que está sendo organizado o relatório das atividades desta CEM, para ser enviado a esse Departamento, até o dia 30 do mês em curso.

Processos relatados:

CEM n. 95/1939 — Ofício n. 586, de 19/9/1939 da Diretoria de Navegação. Solicita a admissão do civil Arceli Vale da Costa, como extranumerário-contratado, para exercer as funções de auxiliar técnico de 1ª classe.

Parecer: favorável ao requerido, sendo o processo enviado ao senhor ministro da Marinha.

CEM n. 108/1939 — Requerimento, de 4/10/1939, de Pedro Dias Freire, Escriturário, classe C, do Quadro III, deste Ministério, com exercício na Agência da Capitania dos Portos do Estado do Rio Grande do Norte, em Arêia Branca. Pede sua remoção para a Agência da Capitania dos Portos do mesmo Estado, em Macau.

Parecer: contrário ao requerido, sendo o processo enviado ao Sr. Ministro da Marinha.

Expediente de 16 de novembro de 1939

Ofício n. 237 — Ao Sr. D. G. P. — Remessa de boletins de merecimento dos 2º e 3º quadrimestres de 1939, julgados por esta CEM.

Expediente de 17 de novembro de 1939

Ofício n. 238 — Ao Sr. D. G. P. — Remessa de boletins de merecimento do 2º quadrimestre de 1939, julgados por esta CEM.

Expediente de 17 de novembro de 1939

Despacho 199 — Ao Sr. D. G. P. — Opinando no processo 63.810/37, da Diretoria da Despesa Pública do Tesouro Nacional, contrariamente à retificação do decreto de aposentadoria do Farpelero, classe E, do Quadro I, Odilon Teixeira.

Expediente de 21 de novembro de 1939

Ofício n. 241 — Ao Sr. D. A. M. — Agradece o recebimento do ofício de comunicação de posse.

Expediente de 22 de novembro de 1939

Processo relatado:

CEM n. 109 — Requerimento de 20-10-1939, de José Cavalcante de Albuquerque, Servente de Oficina, cargo extinto, Padrão B, do Quadro III, deste Ministério. Pede nomeação para o cargo da classe C, da carreira de Servente, alegando haver prestado concurso em setembro de 1936.

Parecer: contrário, de vez que a reclamação do interessado já incidiu nos termos do Decreto-lei n. 1.174, de 27-3-1939, remetando-se o processo à consideração do Sr. Ministro da Marinha.

Encaminhamentos:

Despacho n. 200 — Ao Sr. D. G. P. — Comunica ter esta CEM tomado conhecimento do despacho do Sr. Ministro da Marinha, de 24-3-1939, relativo à recondução do extranumerário-contratado Heládio Camargo Diniz Junqueira, com melhoria de salário.

Expediente de 23 de novembro de 1939

Processo relatado:

CEM n. 113/1939 — Requerimento de 6-11-1939, de Amâncio José Gonçalves, Marinheiro, classe D, do Quadro I, deste Ministério. Solicita transferência para a carreira de Servente, no mesmo quadro, classe e Ministério.

Parecer: que o pedido tem amparo no art. 63, item II do Decreto-lei n. 1.713, de 28-10-1939, satisfazendo o petiçãoário as exigências do mesmo. Enviado ao Sr. Ministro da Marinha.

Expediente de 24 de novembro de 1939

Processo relatado:

CEM n. 112/1939 — Ofício n. 27, de 14-9-1939, da Escola de Marinha Mercante do Pará. Solicita a nomeação interina do civil Guilherme Quillinan Machado, para o cargo de Professor, padrão G, do Quadro III, deste Ministério.

Parecer: que o pedido está no caso de ser atendido, mas o candidato, uma vez nomeado, deverá ter em conta o disposto nos §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 17 do Decreto-lei n. 1.713 de 28-10-1939. Enviado o processo ao Sr. Ministro da Marinha.

Expediente de 29 de novembro de 1939

Processos relatados:

CEM n. 111/1939 — Requerimentos de 14-8-1939 e 31-8-1939, de João Ferreira do Amaral e Rafael Barbosa, marinheiros, classe A, do Quadro III, deste Ministério, com exercício nas Capitâneas dos Portos dos Estados do Piauí, em Parnaíba, e do Pará, respectivamente. Pedem permuta de cargos, sem orus para os cargos públicos.

Parecer: favorável ao requerido, sendo o processo encaminhado ao Sr. Ministro da Marinha.

CEM n. 114/1939 — Ofício n. 287, de 14-11-1939, da Escola de Guerra Naval. Propõe a nomeação interina de Paulo Ramirez Deleito, para o cargo da classe G, da carreira de Desenhista, do Quadro I, deste Ministério.

Parecer: que a nomeação pode ser feita nos termos do art. 17, do Decreto-lei n. 1.713, de 28-10-1939. Enviado o processo ao Sr. Ministro da Marinha.

Expediente de 30 de novembro de 1939

Despacho n. 201 — Ao Sr. Presidente do D. A. S. P. — Encaminhando o Aviso n. 1.807, de 24-11-1939, do Sr. Ministro da Marinha, com o processo administrativo a que respondeu o Marinheiro, classe A, do Quadro III, Joaquim Nascimento de Jesus, com exercício na Agência da Capitania dos Portos do Piauí, em Parnaíba.

Ministério da Guerra

Portarias:

De 19 de janeiro de 1940

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA GUERRA

Avisos:

Dia 22 de janeiro de 1940

Ao Sr. ministro da Fazenda solicitando o pagamento das seguintes quantias:

No Tesouro Nacional:

- N. 267 — 39:590\$, a Ulisses Mendes de Mendonça.
 N. 268 — 1:026\$8 a Ralil Andrano.
 N. 269 — 906\$5 a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd.
 N. 272 — 5:629\$ a Alexandre Izeremeta.

Na Delegacia de Minas Gerais:

N. 273 — 1:200\$0 a Rádio Sociedade Juiz de Fora.

Na Delegacia de Mato Grosso:

N. 266 — 3:540\$7 ao 2.º tenente reformado Samuel Deprat.

Na Delegacia de Santa Catarina:

N. 270 — 6:970\$ a Angelo Antônio Nichela.

N. 271 — 758\$4 a Antônio Inácio Machado.

— Ao Sr. diretor de Fundos do Exército:

N. 274 e 278 — Manda entregar ao Serviço Central de Transportes do Exército — por conta da Verba 2 — Material — Consignação I — Material Permanente — Sje 2 b) — 62, do atual orçamento deste Ministério, a quantia de 37:200\$0 (trinta e sete contos e duzentos mil réis), para a aquisição de dois caminhões Ford, modelo 1940, de 134", entre eixos, com carroceria tipo S.C.T., preço de 18:600\$0 (dezoito contos e seiscentos mil réis) cada um, destinados, respectivamente, ao 24º Batalhão de Caçadores (São Luiz), e ao Hospital de Convalescentes de Campo Belo, e 41:900\$ para aquisição de dois caminhões Chevrolet, destinados ao 3.º Regimento de Infantaria.

Ns. 277 e 279 — Manda entregar ao Serviço Central de Transportes, a conta da Verba 2 — Material — Consignação I — Material Permanente — sje n. 2.01 a) automóveis de passageiros, do atual orçamento deste Ministério, a quantia de 37:500\$, para aquisição de um "ônibus" para 20 passageiros, tipo S.C.T. montado em chassis de 124", entre eixos, Ford, Motor V8, de 85 H.P. destinado ao 17º Batalhão de Caçadores; 18:800\$0 para aquisição de um automóvel Sedan Ford de 4 portas, modelo de luxo, 1940, por troca destinado ao serviço do inspetor do 2.º Grupo de Regiões Militares.

N. 276 — Ao auditor da 1.ª Auditoria da 1.ª Região Militar, pedindo providências afim de que seja substituído, no Conselho Especial de Justiça para que foi sorteado, o major médico Dr. Cláudio Joaquim Bezerra Cavalcanti, por absoluta necessidade do serviço.

N. 48-C — Ao Sr. diretor da Caixa Geral de Economias da Guerra, mandando pagar ao 1.º sargento reformado Elias Ferreira Figueira de Luna, a quantia de 330\$0.

Despachos:

Dia 13 de janeiro de 1940

São exonerados das funções que exercem na Escola de Saúde do Exército os capitães médicos Drs. Arlindo de Castro Carvalho, Ernesto Gomes de Oliveira, José Monteiro Sampaio, Gabriel Duarte Ribeiro, Guilherme Machado Hautz, Hermílio Gomes Ferreira e João Ellen:

São mandados permanecer nas funções que exercem na referida Escola os capitães médicos Drs. Carlos de Paiva Gonçalves, Otávio José de Amaral, Jurandir Manfredini e Generoso de Oliveira Ponce, até o último dia do corrente ano escolar.

Dia 22 de janeiro de 1940

Foi mandado publicar que ao 1.º tenente médico Dr. Antônio Borges Machado foi aplicado o que dispõe o Código de Justiça Militar, em seu artigo 268 (Decreto n. 925 de 2-XII-1938), tendo sido lavrado o respectivo termo de desergão.

Foram designados, sem prejuízo de suas funções normais, para a Escola de Saúde do Exército, os seguintes oficiais: 1.º tenente Gerardo Magela Bijos, que serve no H.C.E., para instrutor de Química aplicada às análises e perícias militares do Curso de Farmacêuticos da referida Escola; o capitão farmacêutico Oscar Filgueiras (que serve no Laboratório Químico e Farmacêutico Militar), para instrutor de Elementos de física, química e história natural aplicados à farmácia, do Curso de Manipuladores de Farmácia; o 2.º tenente farmacêutico Rubens Antunes Leitão (que serve no H.C.E.), para auxiliar de instrutor de Química aplicada às análises e perícias militares, do Curso de Formação de Farmacêuticos.

Notas:

Dia 19 de janeiro de 1940 (Em aditamento)

N. 19 — Circular aos diretores das Armas e Serviços do Exército — Determina que os oficiais classificados na 3ª Região Militar, ou para lá transferidos, devem estar prontos em suas unidades até 15 (quinze) de fevereiro próximo, afim de que fiquem em situação de poderem preparar-se para as manobras da Região.

N. 2.595 — Designa o tenente-coronel Fausto Neto de Albuquerque, para servir na Fábrica de Juiz de Fora, como diretor técnico.

N. 2.596 — Designa o tenente-coronel Gélío de Araujo Lima, para servir no Arsenal de Guerra do Rio.

Em 22 de janeiro de 1940

N. 2.597 — Designa o coronel da Reserva Carlos Autran Dourado, atualmente sem função no Magistério Militar, para lecionar Topografia nas Escolas de Intendência e de Veterinária do Exército.

N. 2.598 — Designa o capitão João Tavares Filho, para exercer, em comissão, por dois anos, na Escola Militar, as funções de adjunto de professor de História Militar.

De 23 de janeiro de 1940

N. 2.599 — Aprova os Quadros de Efetivos da Organização do Exército para 1940, no referente às armas terrestres, formações de serviço e contingentes dos Estabelecimentos Militares.

Requerimentos:

Antônio Ferreira de Sousa, 2º tenente; Benedito Inácio dos Santos, músico de 2ª classe; Gervásio de Sousa Pinto, 2º sábio; Giuseppe Beluci, soldado; Isolino Isidoro do Nascimento, músico de 1ª classe; Itamar Ferreira dos Santos, 3º sargento; João Possidônio de Moura Leite, 2º cabo reservista; José Antônio da Silva, soldado reformado; José Gomes da Costa, 3º sargento; Lourival Camelo da Silva, 2º sábio; Manuel José Alvarenga, marinho do 3º B. C.; Osvaldo Burgos Marques, ex-3º sargento; Pedro Jaime Ferreira, 3º sargento; Salustiano José de Jesus, marinho do 3º B. C., pedindo pagamento das quantias, respectivamente, de 150\$0, 1:140\$0, 40\$7, 158\$9, 216\$0, 372\$0, 280\$9, 102\$6, 754\$0, 930\$8, 729\$6, 40\$0, 300\$0, 729\$0. — Reconheço as dívidas. (Pagamento pela Caixa Geral de Economias da Guerra).

Antônio Gonçalves do Nascimento, soldado músico de 2ª classe da Companhia Extra da Escola Militar, pedindo 30 (dias) dias de dispensa do serviço e permissão para ir à Pernambuco. — Concedo, porém nas condições da letra "d" do art. 38, combinado com o artigo 1.442 de 24-7-1939.

Alfredo Luna, major, pedindo matrícula na Escola das Armas. — Deferido.

Austriclínio Ferreira de Brito, 2º tenente contador da reserva, pedindo reconsideração de despacho que lhe negou pagamento de vencimentos atrasados. — Arquite-se, à vista das informações.

Abílio Moraes de Almeida, 2º tenente da reserva convocado, pedindo pagamento de vencimentos. — Deferido, de acordo com o item III desta informação.

Eliezer de França Ramos, ex-músico do 26º B. C., pedindo inclusão nas fileiras do Exército. — Indeferido. O peticionário verificou praça com duas classe, por isso, a sua situação de permanência no Exército ativo era irregular.

Enéas Ferreira da Silva, pedindo certidão de inteiro teor do auto de corpo de delito constante do I. P. M. referente à morte do 1º tenente Edson de Novais Magalhães. — Certifique-se o que constar na forma da lei.

Gentil Falcão, coronel, pedindo ser considerado como já tendo o Curso de Revisão e ser, consequentemente, incluído no quadro de acesso. — Arquite-se. O requerente já foi reformado.

José Ferrugem de Melo Matos, capitão, pedindo autorização para construir no terreno à rua Conrado Niemeyer, entre os ns. 9 e 17, em Copacabana, Capital Federal, após a realização da compra, ficando, considerado em igualdade de condições aos atuais proprietários das demais frações de terras desmembradas da mesma área acima referida. — Não há inconveniente para o Ministério da Guerra na aquisição do terreno em apreço e na construção a ser nele feita, desde que não tenha altura superior a trinta metros.

Lineu dos Santos Lourival, capitão, pedindo licença para tratamento de saúde. — Concedo dois meses de acordo com a letra a do art. 31 do Decreto-lei n. 1.442 de 24-7-1939, combinado com o artigo 19 do Decreto n. 14.663 de 1-2-1921, tendo em vista o parecer da J. M. S.

Lufzio Chagasteles, pedindo que, por certidão, seja declarado se o prédio de sua propriedade construído à avenida Copacabana n. 427, antigo 509, cujo terreno é foreiro à Prefeitura Municipal, tem algum uso que cause prejuízo à defesa nacional. — O prédio em apreço (sito à avenida Copacabana n. 427, antigo 509) em nada prejudica, pela localização, aos interesses da Defesa Nacional. Certifique-se.

Manuel Epaminondas Lessa, soldado corneteiro da Companhia Extra da Escola Militar, pedindo abertura de inquérito sanitário de origem. — Deferido.

Miguel Ferreira de Mendonça Júnior, 1º tenente de administração, pedindo pagamento de ajuda de custo e reclamando contra o seu afastamento do serviço. — Arquite-se. A suspensão do serviço, imposta ao requerente pelo comando da 8ª Região Militar, tem fundamento legal. Quanto à ajuda de custo, já lhe foi deferida em solução de requerimento, por despacho de 10-1-1940.

Rui Ferreira Barbosa, ex-praça do extinto 3º R. 1., pedindo inclusão na reserva. — Indeferido.

Primeiro Regimento de Aviação

TESOURARIA

Relação nominal do pessoal extranumerário diarista deste Regimento, reconduzidos para o exercício de 1940.

Número de ordem — Classificação — Nome — Diária

1. João Agostinho Ferreira, carpinteiro de 1ª classe....	20\$0
2. João Gomes, mecânico.	20\$0
3. Arelz Moraes Neves, idem.	20\$0
4. Júlio Vilardo, idem.	20\$0
5. Joaquim da Costa Maia, idem.	20\$0
6. Diamantino Pereira Soares, carpinteiro de 2ª classe..	18\$0
7. Agostinho Cerdeirinha, carpinteiro de 3ª classe.....	16\$0
8. Benedito Mário de Oliveira, carpinteiro de 4ª classe	15\$0
9. José Cabral, pedreiro de 1ª classe.	15\$0
10. Onofre dos Santos Brandão, chefe de turma.....	10\$0
11. Adolfo Correia dos Santos, pedreiro de 2ª classe...	10\$0
12. Artur Guedes da Silva, trabalhador braçal de campo.	8\$0
13. Paulo Serafim de Negreiros, idem.....	8\$0
14. Sérgio do Nascimento, idem.	8\$0
15. Vicente Batista de Oliveira, idem.....	8\$0
16. Carlos Medeiros de Sena, idem.....	8\$0
17. Luiz Henrique, idem.	8\$0
18. Antônio Fernandes Pimentel, idem.	8\$0
19. Reginaldo Eutrópio de Menezes, idem.	8\$0
20. José Canuto da Silva, idem.	8\$0
21. Francisco Correia Bastos, idem.	8\$0
22. Alcides Moreira Coelho, idem.	8\$0
23. Iduino Augusto Vargas, idem.	8\$0
24. Leopoldino de Vasconcelos, idem.	8\$0
25. João Gonçalves do Nascimento, idem.	8\$0
26. Joaquim Correia dos Reis, idem.	8\$0
27. Fortunato Alves da Figueira, idem.	8\$0
28. Alcindo de Andrade, idem.	8\$0
29. Agripino da Silva Leite, idem.	8\$0
30. Francisco Moreira Coelho Filho, idem.	8\$0

Quartel no Campo dos Afonsos, 22 de janeiro de 1940. — *Manoel Benedicto Chaves*, cap. de Adm., tesoureiro.

Confere, *João de Almeida*, cap. fiscal administrativo. — Visto. *Assinatura ilegível*, ten. cel., agente diretor.

Ministério da Viação e Obras Públicas

Diretoria de Contabilidade

EXPEDIENTE DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N. 6

Despacho

Senhor Presidente da República — Informa a Diretoria da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, no ofício por cópia inclusa, que encomendou à fábrica M. A. N., na Alemanha, por conta da sub-consignação n. 4-12, verba 2, do orçamento do exercício p. findo, dois truques motores destinados à construção nas oficinas da estrada, de duas automotrizes para os serviços de trens suburbanos, material que, em vista da guerra européia, não pôde ser empacado para o Brasil.

Afim de aproveitar a verba destinada a esse material na importância de 380.000\$0, ainda existente no fim do exercício de 1939, solicitou-me a Diretoria daquela estrada autorização para adquirir um auto-trolley de linha e quatro ou cinco auto-2bassia, que deveriam ser adquiridos no atual exercício.

Dada a urgência verificada e atendendo aos motivos expostos no ofício mencionado, autorizei a compra dos mencionados veículos, por despacho de 23 de dezembro último.

Tendo em consideração, porém, o art. 1º do regulamento aprovado pelo Decreto n. 20.524, de 16 de outubro de 1939, tenho a honra de solicitar a V. Ex. a homologação para aquele ato que autorizou a aquisição dos veículos em apreço à conta da sub-consignação número 4-12, verba 2 do orçamento do exercício de 1939.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1940. — *João de Mendonça Lima*.

Despacho: Aprovado — Em 17-1-940. — G. VARGAS.

ATOS DO SR. MINISTRO

Expediente do dia 19 de janeiro de 1940

Avisos:

N. 218 — Ao Ministério das Relações Exteriores — Encaminhando cópia do ofício n. D-18-78, de 11-1-40, do Lloyd Brasileiro. (1.150-40).

N. 219 — A Insp. Fed. das Estradas — Autorizando, essa Inspeção a transferir para Gustavo Schlumberger, conforme requereu,

os direitos e obrigações referentes aos vagões plataformas de números 4.758 e 4.762, incorporados à R. V. Paraná-Santa Catarina. (38.427-39).

N. 220 — Ao Lloyd Brasileiro — Prestando esclarecimentos referente ao ofício n. D/T-3-6, relativo à diferença de frete devida pelo transporte de material destinado à E. F. Noroeste do Brasil. (165-1940).

Expediente do dia 22 de janeiro de 1940

N. 227 — A Superintendência da R. V. Paraná-Santa Catarina — Declarando que autoriza seja dado o nome do coronel Manuel Tibúrcio Cavalcanti à futura estação do km. 665 + 390, da linha Itararé-Uruguaí, nessa Rede. (691-40).

N. 228 — A Prefeitura do Distrito Federal — Comunicando que designou os engenheiros Antônio Onofre de Moraes Lacerda e Mário Castilho do Espírito Santo para constituir, com os dessa Prefeitura, Jorgo Ernesto de Miranda Schnoor e Antônio Russell Raposo de Almeida, a comissão que, sob a presidência do primeiro, deverá estudar o estabelecimento da rede metropolitana de vias férreas eletrificadas. (39.251-39).

N. 229 — A Insp. Fed. de Obras contra as Secas — Declarando que aprova o orçamento na importância total de 6:188\$380, para a perfuração de um poço tubular, em terras da propriedade denominada "Usina Cedro", Estado do Ceará. (762-40).

N. 232 — Ao Ministério da Agricultura — Encaminhando cópia do ofício n. 48, de 5-1-940, do D. N. P. N. (553-40).

N. 234 — Ao Ministério da Fazenda — Solicitando autorização, afim de que a E. F. C. B. possa importar diversos materiais na importância total de 887:269\$0. (987-40).

N. 235 — Ao mesmo — Solicitando seja novamente considerado o assunto referente ao pedido de restituição da taxa de 3% sobre a exportação de cambiais, formulado pela S. A. Les Ateliers Metallurgiques de Nivelles, correspondente à pagamento de material ferroviário fornecido à R. V. C. (35.409-39).

N. 236 — Ao Ministério das Relações Exteriores — Comunicando que este Ministério solicitou providências junto a Casa da Moeda, no sentido de serem emitidos 1.000.000 de selos da taxa de 400 réis, comemorativo do cinquentenário da União Panamericana. (280-40).

Requerimentos despachados:

Ivanhoé Jorge da Silva e outros — funcionários aposentados do D. C. T., solicitando pagamento, por exercícios findos, da gratificação adicional a que se julgam com direito. — Indeferido, por falta de fundamento legal. (39.616-39).

Edmundo Barreto de Almeida e Albuquerque — oficial administrativo, aposentado do D. C. T., solicitando pagamento de gratificação adicional a que se julga com direito. — Indeferido, de acordo com o parecer do Sr. diretor de Contabilidade. (39.655-39).

Serviço do Pessoal

ATOS DO SR. MINISTRO

Requerimentos despachados

Em 22 de janeiro de 1940

Rodrigo Alves da Cunha, mestre de oficina, classe J, do Quadro II, deste Ministério, solicitando aposentadoria. — Dirija-se o requerente à Caixa de Aposentadoria e Pensões da E. F. C. B., da qual é contribuinte. (1.623-40).

João Rodrigues Coral, auxiliar de 1ª classe, extranumerário, do D. C. T., pedindo nomeação para a classe F da carreira de telegrafista do Quadro III (Diretoria Geral). — Indeferido. Somente os candidatos habilitados na forma dos arts. 361, 367 e 368 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 11.520, de 10 de março de 1915, podiam ser aproveitados como telegrafistas da classe F. (37.926-39).

Pedro Jaguaribe Maldonado, telegrafista adjunto do D. C. T., recorrendo das nomeações ultimamente feitas para telegrafista F do Quadro III (Diretoria Geral). — Indeferido. As nomeações de telegrafistas da classe F são feitas de acordo com o que consta da exposição de motivos n. 610, de 22 de dezembro de 1938, aprovada pelo Sr. Presidente da República. (40.581-39).

Wilson Cícero de Sá, escriturário classe D, do Quadro VII, (E. F. N. B.), pedindo transferência para igual classe e carreira do Quadro XIV (D. R. de São Paulo), deste Ministério. — Indeferido. A carreira de escriturário no Quadro XIV se inicia na classe E. (38.391 de 1939).

Nelson Abercambrie dos Passos Perdígão, maquinista de estrada de ferro, classe I, da E. F. C. B., pedindo lhe seja concedida aposentadoria simultaneamente pela União e pela Caixa de Aposentadoria e Pensões da referida Estrada. — Indeferido, em face do que dispõe o Decreto n. 1.922, de 28 de dezembro de 1939. (40.758-39).

Pedro Rodrigues Andrade, ex-auxiliar de carteiro da antiga Diretoria Geral dos Correios, pedindo reintegração. — Indeferido, em face dos motivos que determinaram a demissão do requerente. (40.593-39).

Pedro José Fernandes, ex-praticante de condutor de trem da E. F. C. B., pedindo readmissão. — Indeferido, em face dos motivos que determinaram a demissão do requerente. (1.016-40).

ACTOS DO SR. DIRECTOR

Expediente do dia 18 de janeiro de 1940

Offícios:

N. 363 — Ao Departamento Administrativo do Serviço Público — Transmittindo o processo relativo à transferência, "ex-officio", no interesse da administração proposta pelo Sr. ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, de Osvaldo Carijó de Castro, do cargo de tesoureiro, padrão H, do Quadro IV deste Ministério, para o cargo da classe H, da carreira de oficial administrativo do Quadro único daquelle Ministério. (P. 1.997-40.)

N. 364 — A Despesa Pública — Solicitando providências no sentido de ser destacada do crédito de 37.342:860\$0 (subconsignação número 2, consignação I, "Pessoal Permanente", verba 1, Pessoal, do orçamento vigente deste Ministério, distribuído à DRCT do Distrito Federal, "ex-vi" da letra c, art. 1º, do Decreto-lei n. 1.755, de 1939, a importância de 31.077:600\$0, que se destina ao pagamento dos funcionários ocupantes das carreiras de engenheiro, guarda-fios, inspector de linhas telegráficas e telegrafista, devendo a mesma ser redistribuída pelas tesourarias das diretorias regionais de correios e telégrafos, de acordo com as tabelas que inclusas são remetidas. — (P. 32.096-39.)

Dia 19

N. 380 — A Despesa Pública do Tesouro Nacional — Transmittindo o processo relativo à habilitação ao montepio civil que pleiteiam Esclara de Azevedo Paes e outra, viúva e filha de Vítor Moreira Paes. — (P. 1.428-40.)

N. 381 — Ao Departamento Administrativo do Serviço Público — Restituindo a exposição de motivos n. 800, na qual este Ministério propõe ao Sr. Presidente da República a transformação, "ex-officio", no interesse da administração, de José Aloísio da Costa Macedo, do Quadro XXVI para o Quadro III do mesmo Ministério. — (P. 1.400-40.)

N. 382 — Ao mesmo — Transmittindo o requerimento em que José Pereira de Moraes, da DRCT de Ribeirão Preto, solicita aumento de vencimentos. (P. 36.243-39.)

N. 383 — A Inspeção Federal das Estradas — Solicitando a renúncia do processo n. 992-39, do Protocolo Geral deste Ministério. — (P. 38.290-39.)

N. 384 — Ao Departamento Administrativo do Serviço Público — A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, indicando a este Ministério os funcionários seus que estão em condições, em virtude dos cargos que occupam, de receber o auxílio previsto no art. 184 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro do ano passado, pediu a inclusão, no orçamento de 1940, da verba necessária ao respectivo pagamento, na Estrada. — Como, porém, o aludido auxílio só começará a ser devido depois de fixado em lei, este Serviço solicita a regulamentação do citado dispositivo. (P. 39.149-39.)

N. 385 — A E. F. Noroeste do Brasil — Idem, idem.

N. 388 — Ao Departamento Administrativo do Serviço Público — Solicitando providências no sentido de ser feita por Osvaldo Pinto Magalhães declaração, por escrito, de desistência dos benefícios concedidos pelo Decreto-lei n. 145, de 1937, caso ainda lhe interesse a transferência do Quadro II deste Ministério para o Quadro III do Ministério da Fazenda, tendo em vista a reorganização dos quadros do citado Ministério, efetuada pelo Decreto-lei n. 1.847, de 7 de dezembro último. (P. 40.234-39.)

N. 389 — Ao SRP-2 — Transmittindo os requerimentos em que Sebastião Moraes Bandeira Duarte e Luiz Moraes Bandeira Duarte solicitam prorrogação de prazo para posse nos cargos para os quais foram nomeados. (P. 262-40.)

N. 390 — Ao Dept. dos Correios e Telégrafos — Solicitando seja informada a data em que Artur José Marques foi inscrito contribuinte do montepio civil e se era efetiva a função pelo mesmo então exercida. (P. 1.297-40.)

N. 391 — A Despesa Pública — Transmittindo o processo número 40.300-39, solicitando seja tomado em consideração o parecer constante de fls. 7 do mesmo. (P. 40.300-39.)

N. 392 — Ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — Comunicando que o motivo da cessação, em abril do ano passado, do desconto relativo ao pecúlio instituído por Abelardo Drummond Lobo, reside no fato de vir o mesmo, desde aquella época, faltando ao serviço, e, por isso, não estar sendo incluído em folha de pagamento de vencimento. (P. 40.773-39.)

N. 394 — A Despesa Pública do T. Nacional — Remetendo a guia de transferência de José Luiz Mendes Diniz. (P. 35.844-39.)

Expediente do dia 20 de janeiro de 1940

N. 401 — A Inspeção Fed. de Obras Contra as Secas — Remetendo a escala do pagamento dos extranumerários em exercício na Administração Central dessa repartição, elaborada por este Serviço, e cujos créditos orçamentários foram distribuídos à tesouraria da Inspeção, à disposição deste Serviço do Pessoal. (P. 2.163 de 1940.)

N. 402 — A Delegação do Tribunal de Contas junto à Inspeção Federal de Obras contra as Secas — Idem, idem.

N. 404 — A Inspeção Fed. das Estradas — Restituindo as relações e os documentos que acompanharam o officio n. 534-S-P.D, de 12 de dezembro último, da E. F. São Luiz a Terezina. (P. 566-40.)

N. 416 — A mesma — Idem, officio n. 5-S, de 3 do mês corrente. (P. 187-40.)

N. 417 — A mesma — Idem, officio n. 1.037-S, de 21 de dezembro último. (P. 39.978-39.)

N. 418 — A mesma — Idem, officio n. 1.324-S, de 27 de dezembro último. (P. 40.390-39.)

N. 419 — A mesma — Idem, officio n. 4-S, de 3 do mês corrente. (186-40.)

N. 420 — A mesma — Idem, officio n. 2.559, de 17 de novembro último. (36.055-39.)

N. 421 — A mesma — Idem, officio n. 2-S, de 3 do corrente. (185-40.)

N. 422 — Ao Dept. dos Correios e Telégrafos — Comunicando que o Sr. ministro nos requerimentos em que Benjamin de Aguiar Machado e Dinorá Pais Barreto recorrem do ato dessa Diretoria Geral que os suspendeu disciplinarmente, proferiu o seguinte despacho:

"Em face do parecer do DCT. (fls. 58-59), dou provimento aos recursos de Benjamin de Aguiar Machado (fls. 2) e Dinorá Pais Barreto (fls. 44)." (P. 40.762-39.)

N. 423 — A Inspeção Fed. das Estradas — Restituindo as relações e os documentos que acompanharam o officio n. 1.035-S, dessa Inspeção, de 21 de dezembro último. (P. 39.835-39.)

N. 424 — A Inspeção Federal das Estradas — Idem, o officio n. 1.332-S, de 28 de dezembro último. (P. 40.690-39.)

N. 425 — Ao S.R.P. — Restituindo o decrto de remoção de Lucília Muzzi de Oliveira Torres, devidamente apostilado. (Processo 37.657-39.)

N. 426 — Ao Departamento dos Correios e Telégrafos — Solicitando remessa urgente a este Serviço, para correção de vagas, dos decretos de nomeação de Arina Barros de Assunção e Maria Pia Nunes. (P. 1.423-40.)

N. 427 — A Despesa Pública — Solicitando providências no sentido de serem anulados e redistribuídos os créditos da subconsignação n. 1, consignação I, verba 1, Pessoal, do orçamento vigente deste Ministério, na forma constante das relações, ficando, destarte, modificadas as tabelas enviadas por esse Serviço com o officio número 123, do corrente mês. (2.000-40.)

Expediente do dia 22 de janeiro de 1940

N. 428 — Ao Departamento Administrativo do Serviço Público — Remetendo resumo da relação do pessoal extranumerário mensalista da I.G.I., publicado com incorreções no suplemento do "Diário Oficial" de 30 de dezembro último, para que seja providenciada a retificação dos enganos verificados. (P. 1.904-40.)

N. 430 — A Inspeção Geral de Iluminação — Restituindo as relações que acompanharam o officio dessa Inspeção n. 138, de 2 de novembro último. (P. 37.255-39.)

N. 431 — A E.F. Central do Brasil — Restituindo o processo em que é interessado José Teixeira de Meireles. (P. 39.899-39.)

N. 432 — Ao Departamento dos Correios e Telégrafos — Solicitando seja informada a data em que Filomena de Medeiros Terra foi inscrita contribuinte do montepio civil e se era efetiva a função pela mesma então exercida. (P. 4.404-39.)

N. 434 — A Despesa do Tesouro Nacional — Transmittindo o processo relativo à habilitação ao montepio civil que pleiteiam Almerinda Limp Teles e outros, filhos e viúva de Silvério Teles da Silva. (P. 31.259-39.)

N. 435 — A Rede de Viação Cearense — Solicitando providências no sentido de ser este Serviço informado sobre os motivos que deram causa a que José de Caminha Muniz fosse repreendido por quatro vezes pela diretoria dessa via férrea, penalidades essas constantes da fé de officio do referido funcionário. (P. 32.915-39.)

N. 436 — Ao Departamento dos Correios e Telégrafos — Solicitando providências no sentido de ser remetido a este Serviço do Pessoal o processo relativo ao pedido de licença para tratamento de saúde, de Arlindo Fernandes Costa. (P. 915-40.)

N. 438 — Ao Departamento dos Correios e Telégrafos — Comunicando que o senhor ministro, no requerimento de Edgar Duque Estrada de Barros, proferiu o seguinte despacho:

"Indefiro a petição de fls. 2-3, ficando, assim, mantido o ato do Departamento dos Correios e Telégrafos."

Outrossim, recomenda o senhor ministro as seguintes providências sugeridas por este Serviço:

I, a mais rápida conclusão do inquérito para punição dos responsáveis pela prática da irregularidade, como for de justiça;

II, a proibição taxativa da continuação de tal prática, agindo-se contra os que nela perseverarem." (P. 38.644-39.)

N. 439 — Ao Departamento dos Correios e Telégrafos — Transmittindo o processo em que é interessado Antônio de Noronha Ferreira. (P. 1.166-40.)

N. 440 — A Inspeção Federal das Estradas — Restituindo os documentos de Pedro Ribeiro, da Estrada de Ferro Petrolina-Terezina. (P. 13.803-39.)

N. 441 — Ao Serviço do Pessoal do Ministério da Agricultura — Transmittindo cópia da informação prestada pela IFOS, relativamente a um pedido de emprego de João Palmeira, no Posto Agrícola de Cruzeta. (P. 1.327-40.)

N. 443 — A Estrada de Ferro Central do Brasil — Restituindo a "Justificação Judicial" que acompanhou o officio dessa Estrada n. 23. (P. 993-40.)

N. 446 — Ao Departamento Nacional de Portos e Navegação — Comunicando que o Sr. ministro autorizou seja aplicada ao caso de Tancionfilio Gregoriano do Nascimento, desse Departamento, a resolução constante da circular n. 2.588, de 1939 (P. 550-40).

N. 447 — A Estrada de Ferro Central do Brasil — Comunicando que o Sr. ministro no requerimento de Cândido Narciso Lopes proferiu o seguinte despacho: "Indeferido, em face do que consta no processo" (P. 41.017-39).

N. 448 — A Inspetoria Federal de Obras contra as Secas — Solicitando a remessa da portaria de admissão de Mário Cavalcanti (P. 758-40).

N. 449 — Ao Departamento Administrativo do Serviço Público — Encaminhando a exposição de motivos e decreto relativos à readaptação, por transferência, de Evaldo Pinheiro (P. 36.447-39).

PROTOCOLO GERAL

RETIFICAÇÕES

(Diário Oficial de 22-1-40)

A pág. n. 1.257, no ofício n. 331 dirigido ao Sr. Miguel Haddad, onde se lê: relativo ao pagamento da importância de 5:781\$2 aos herdeiros de Narciso Haddad, leia-se: *relativo ao pagamento da importância de 5:791\$2 aos herdeiros de Narciso Haddad.*

A mesma página, no ofício n. 332 dirigido à Rede Mineira de Viação, onde se lê: sob n. 3.258, de 1936, leia-se: *sob n. 3.238, de 1936.*

A mesma página, no ofício n. 337 dirigido à Inspetoria Federal das Estradas, onde se lê: referente ao pagamento da importância de 44:121\$0, leia-se: *referente ao pagamento da importância de 44:121\$1.*

Departamento dos Correios e Telégrafos

Dia 23 de janeiro de 1940

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Aplicando à Empresa "Bianchi & Picorelli Limitada" a multa de 3:000\$0 (três contos de réis), como incursa no que dispõe a letra "a", do artigo 4º, do Decreto-lei n. 1.681, de 13 de outubro de 1939. Fica marcado o prazo de 30 dias para o recolhimento dessa importância. (Portaria n. 45, de 20 de janeiro de 1940).

Retificando a portaria n. 376, de 30 de junho próximo findo, na parte relativa à mudança do nome da agência de Cachoeira de Abadia para Itai, devendo ler-se — Itauhi, nome oficial da localidade. (Portaria n. 47, de 23 de janeiro de 1940).

Autorizando a firma Industrias Brasileiras de Cimento S/A., estabelecidas à rua Xavier Toledo n. 14, 2º andar, em São Paulo, a transferir a máquina de franquiar correspondência "Universal Postal Frankers", modelo Multi-Valor com o número de fábrica M.V. 1.484 e o de estampa ou matrícula M.V. 1.179, imprimindo valores desde \$1 até 9\$9, de sua propriedade, para a Companhia Brasileira de Cimento Portland S/A., com sede à rua Conselheiro Crispiniano número 150, naquele Estado e bem assim, permitir, a título precário, que esta Companhia se utilize da máquina no porteamento de sua correspondência, desde que assine termo de responsabilidade obrigando-se a cumprir fielmente as disposições vigentes para o uso de máquinas de franquiar correspondência. (Portaria n. 48, de 23 de janeiro de 1940).

Autorizando seja usada, a título precário, pela firma Grandes Industrias Minetti Gamba, Limitada, com sede à rua São Bento n. 365, 1º andar, em São Paulo, a máquina de franquiar correspondência "Universal Postal Frankers", modelo Multi-valor com o número de fábrica M.V. 1.745 e o de estampa ou matrícula M.V. 1.211, imprimindo valores desde \$1 até 9\$9, devendo a Regional de São Paulo lavar o respectivo termo de responsabilidade pelo qual ficará a citada firma Grandes Industrias Minetti, Gamba, Limitada, obrigada a cumprir fielmente todas as disposições vigentes para o serviço de máquinas de franquiar correspondências. (Portaria número 49, de 23 de janeiro de 1940).

Autorizando à Companhia Brasileira de Empresas Cíveis, estabelecida à rua da Alfândega n. 28, nesta capital, a transferir a máquina de franquiar correspondência "Universal Postal Frankers", modelo Multi-valor com o número de fábrica 1.318 e o de estampa ou matrícula 1.153, imprimindo valores de \$1 até 9\$9, de sua propriedade, para a Sociedade Civil de Administração Geral Limitada, com sede no local acima mencionado, e bem assim permitir, a título precário, que esta Sociedade se utilize da máquina no porteamento de sua correspondência, desde que assine termo de responsabilidade obrigando-se a cumprir as disposições vigentes para o uso de máquinas de franquiar correspondência. (Portaria n. 50, de 23 de janeiro de 1940).

Mandando inaugurar a estação telefônica de Barreiras fundada à agência local, subordinada à Diretoria Regional de Diamantina. (Portaria n. 51, de 23 de janeiro de 1940).

Requerimentos despachados:

Dr. Getúlio Lima Júnior, Dr. Ed Ernest Taves, Bortolo Francisco Ferazolo, Olávio Reali e Fêris Roabaid, residentes, os dois primeiros no Estado de São Paulo, o terceiro e o quarto no de Rio Grande do Sul e o último no de Santa Catarina, solicitando permis-

são para ingressar na Rede Nacional de Rádio Amadores. — Deferido, com exceção de Getúlio Lima Júnior, de acordo com o informado. Portaria n. 2.277/40).

Durvalina da Conceição, residente no estado do Pará, solicitando a sua admissão como extranumerário mensalista. — Dirija-se querendo à Diretoria Regional do Pará, que na ocorrência de vaga, examinará a possibilidade de seu aproveitamento como mensalista. Vá a SRP-2 para remeter àquela Diretoria Regional os documentos anexos para efeito de restituição à interessada. (Portaria número 53.094/39).

Madalena Del Bosco, residente nesta capital, solicitando sua admissão como auxiliar do tráfego ou do expediente. — Aguarde oportunidade. (Portaria n. 51.000/39).

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DO PESSOAL

Requerimento despachado:

Gastão Vieira, escriturário da classe E, da Diretoria Regional do Distrito Federal, solicitando restituição de certidão de idade. — Indeferido. A certidão de idade deve ficar arquivada na repartição. (Portaria n. 52.727/39).

Estrada de Ferro Central do Brasil

PAPÉIS DESPACHADOS PELA DIRETORIA

N. 143.370-39 — José Tibúrcio Henriques. — Certifique-se.
N. 580-40 — José da Silva & Comp. — Compareça ao Serviço Central de Comunicações.

N. 6.000-40 — José Mercadante & Comp. — Compareça ao Serviço Central de Comunicações.

N. 125.820-39 — Comp. Telefônica Brasileira. — Deferido, de acordo com as condições anexas.

N. 132.910-39 — A Barreiro & Comp. Ltda. — Deferido, a título precário enas condições anexas.

N. 710-40 — Benedito de Oliveira. — Indeferido, à vista do parecer do Tráfego.

N. 122.350-39 — Comp. Metalúrgica Barbará S.A. — Deferido, de acordo com as condições anexas.

N. 142.010-39 — Estevão Falcão Ribeiro. — Compareça ao Serviço Central de Comunicações.

N. 131.610-39 — Empresa Internacional de Transportes. — Indeferido, de acordo com as informações.

N. 142.790-39 — Júlio Mendes Campos. — Dê-se baixa da fiança e certifique-se.

N. 142.310-39 — Mário Ventura Marinho. — Dê-se baixa da fiança e certifique-se.

N. 2.890-40 — Manuel Francisco de Castro. — Os prédios indicados não serão desapropriados pela Estrada e sim pela Prefeitura do Distrito Federal.

N. 119.970-39 — Manuel Reis de Sousa Carvalhinho e outros. — Indeferido, em face do parecer da chefia do Tráfego.

N. 146.427-39 — Maria José Dias Fernandes. — Pague-se a presente reclamação na importância de 49\$0, correndo a despesa por conta do empregado responsável conforme parecer do Tráfego.

N. 1.470-40 — S.A. Frigorífico "Anglo". — Certifique-se.

N. 117.832-39 — Seleção Industrial de Artefatos de Madeira S.A. — Indeferido, à vista do parecer do Tráfego.

N. 53.064-39 — Dr. Abreu Lima. — Compareça ao Serviço Central de Comunicações.

N. 60.920-39 — Eliziário Lopes Lisboa. — Compareça ao Serviço Central de Comunicações.

N. 149.910-39 — Rosalina Francisco de Jesus. — Compareça ao Serviço Central de Comunicações.

N. 86.740-39 — Salvador Gianetti e João Besirui. — Deferido, quanto ao requerente Salvador Gianetti. Quanto ao requerente João Desorio nada lhe poderá ser restituído, uma vez que o mesmo não teve pedidos cancelados em seu nome.

N. 5.590-40 — Orfanato São José. — Compareça ao Serviço Central de Comunicações.

Departamento de Aeronáutica Civil

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Requerimentos despachados

Dia 18 de janeiro de 1940

Humberto Gerardo Boretzsohn Brandi, Orlando Bonturi, Pedro Alves Gonçalves, Angenor da Cruz Freitas, Elpidio Pereira, Mário Alberto Padilha e Audalio Soares de Araujo, solicitando o auxílio de que trata a letra a do art. 4º do Decreto n. 678, de 12-9-1938. — Indeferido os requerimentos de fls. Ref. 5.916-39.

Mauro de Carvalho Aguiar, juntando diploma de piloto aviador da Reserva Naval Aérea, requer carta de piloto de aeronave mercante. — Deferido. Ref. 6.493-39.

Silvio Niemeyer Cravo, piloto de aeronave de recreio ou desporto, requerendo carta e licença de mecânico de aeronave. — Deferido. Ref. 6.756-39.

Frank Miloye Milenkovich, piloto de aeronave de recreio ou desporto, requerendo autorização para pilotar aviões do tipo "Piper Club". — Deferido. Ref. 79-40.

Dia 19

Edil Botelho do Amaral Salgado, piloto aviador internacional, requerendo carta de piloto de aeronave de recreio ou desporto, bem como licença para conduzir aeronaves do tipo "Moth". — Deferido. Ref. 159-40.

Sindicato Condor Limitada, solicitando seja considerado como de força maior o motivo que determinou o atraso na partida de Cuiabá, no voo L.R-100 do dia 10-12-39, da linha contratual São Paulo-Cuiabá. — Deferido. Ref. 45-40.

Offícios expedidos

Dia 17 de janeiro de 1940

Ao Sr. diretor superintendente da Viação Aérea São Paulo, S. A.:
N. 190 — Declarando que fica sustada a providência comunicada a essa empresa por ofício n. 159, de 15 do corrente. Ref. 151-40.
— Ao Sr. gerente geral de vendas da Standard Oil Company of Brazil:

N. 196 — Aprovando pintura proposta para o caminhão-cisterna que fará o abastecimento de aviões no aeroporto Santos Dumont. — Ref. 6.687-39.

— Ao Sr. comandante diretor geral da Aeronáutica:

N. 197 — Atendendo à solicitação constante do ofício n. 72, de 25-1-38, presta informações sobre o procedimento e capacidade de oficiais pilotos da Reserva Naval Aérea. Ref. 118-49.

— Ao Sr. primeiro tenente encarregado do I. P. M.:

N. 198 — Comunicando, em resposta ao ofício de 4 do corrente, que o avião "Trainer Moth", de marcas PP-TCK, está inscrito no Registro Aeronáutico Brasileiro, em nome da Sra Rosa Donadel Lima. Ref. 140-40.

— Ao Sr. prefeito municipal de Ouro Fino:

N. 199 — Comunicando já ter sido aprovado pelo DAC o projeto do campo de pouso dessa cidade, de acordo com os elementos colhidos pela 5ª Região Aeronáutica Civil. Ref. 4.873-39.

— Ao Sr. presidente do Aero Clube de Juiz de Fora:

N. 200 — Remetendo uma via da planta do aeroporto de Juiz de Fora, na qual está indicada a localização mais aconselhável para a construção do hangar que esse Aero Clube pretende construir. — Ref. 446-39.

— Ao Sr. interventor federal no Estado do Amazonas:

N. 201 — Acusando o recebimento do ofício n. 5.196, de 3 de dezembro findo, agradece a comunicação em o mesmo contida. — Ref. 67-40.

— Ao Sr. chefe do Gabinete do ministro da Fazenda:

N. 203 — Restituindo, informado, o processo remetido com o ofício n. 402, de 10 de novembro último, e originado pelo requerimento em que a "Ala Littoria S. A." pede lhe seja concedido o favor de direitos aduaneiros. Ref. 5.690-39.

— Ao Sr. diretor do Gabinete de Identificação da Polícia do Distrito Federal:

N. 204 — Comunicando que a Sra. Zulmira Nepomuceno de Carvalho exerce as funções de dactilógrafo da classe G do Quadro I do Ministério da Viação.

Dia 18

Ao Sr. general chefe do Estado Maior do Exército:

N. 212 — Remetendo 15 fotografias que o DAC, pela sua 7ª Região, verificou estarem em circulação em São Paulo. Ref. 45-40.

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 214 — Restituindo o processo n. 411-40, constituído da nota verbal n. AC-6-688. (95), de 3 do corrente, do Ministério das Relações Exteriores, relativa a determinadas restrições sobre a navegação aérea no território da Iugoslávia. Ref. 176-40.

N. 215 — Restituindo papéis encaminhados com papeleta de 28 de novembro findo, relativamente ao aproveitamento, na Aeronáutica Civil, de um tenente da Reserva Naval Aérea. Ref. 5.881-39.

N. 216 — Solicitando providências no sentido de ser autorizado o Departamento dos Correios e Telégrafos a aceitar, como oficiais, no corrente ano, os telegramas que, em objeto de serviço público, forem assinados pelos funcionários da relação que junta.

— Ao Sr. secretário da Interventoria Federal no Estado de São Paulo:

N. 217 — Acusando o recebimento do pedido de vistoria e de matrícula para o avião "Stinson", de marcas PP-EAC, e solicitando seja informado o fim a que se destinam os quatro aviões "Stinsons" 105, importados pela firma Moura Andrade & Comp. Ref. 6.065-39.

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 218 — Restituindo memorial do Aero Clube de Garça, São Paulo, dirigido ao Sr. Presidente da República. Ref. 107-40.

EXPEDIENTE DO CHEFE DOS SERVIÇOS AUXILIARES

Dia 16 de janeiro de 1940

Aos Srs. Filly Borghoff & Comp. (Secção de Material de Aviação):

N. 171 — Remetendo exemplares do Boletim do D.A.C. — Ref. 8.799-39.

— Ao Sr. engenheiro encarregado da 2ª Região:

N. 179 — Comunicando remessa de exemplares.

Ministério da Agricultura

Departamento de Administração

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRE

Senhor Presidente da República:

G. M. 1.363 — O Decreto-lei n. 921, de 1 de dezembro de 1938, instituiu uma taxa de inspeção que incide sobre a malanga ou a produção verificada em todos os estabelecimentos que abatem animais ou elaboram produtos derivados, quando destinados a exportação internacional ou interestadual.

A taxa, conforme estatue o referido decreto, destina-se a custear o conveniente aparelhamento técnico da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, a cuja alçada está afeto o encargo da fiscalização sanitária.

Foi ainda o Decreto n. 921, que revogou o disposto no art. 6º e seus parágrafos do Decreto n. 24.550, de 3 de julho de 1934, de acordo com o qual as empresas industriais custeavam os serviços extraordinários realizados pelos funcionários daquela Divisão.

Iniciada a arrecadação da taxa de inspeção, cujo montante anual fora estimado em 4.500:000\$0, autorizou V. Ex. com base nessa estimativa, o crédito especial de 1.700:000\$0 (Decreto-lei n. 1.338, de 8 de junho de 1939, para atender às despesas previstas no Decreto n. 921.

Tendo em vista as delongas inevitáveis no processamento da admissão de extranumerários — expediente iniciado após a concessão do crédito especial — os serviços de inspeção continuaram a ser prestados exclusivamente pelos funcionários que em dezembro de 1938 integravam o quadro da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Ora esse efetivo, por ser exíguo, não permitindo a organização do serviço em dois turnos, obrigara a que as empresas industriais, antes da expedição do Decreto-lei n. 921, custeassem os serviços extraordinários decorrentes da antecipação ou prorrogação do expediente regulamentar, bem como aqueles prestados à noite, nos domingos e dias feriados.

Tal regime de trabalho não se modificou até a presente data, um vez que os extranumerários, que começaram a ser admitidos a partir de outubro findo, ainda estão em fase de estágio que os habilitará ao exercício de suas atribuições.

Em face das eventualidades assinaladas é justo que os funcionários da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal recebam, como até dezembro de 1938, a remuneração a que sempre fizeram jus pelos serviços extraordinários realmente prestados.

Para atender a esse imperativo é que tenho a honra de submeter à assinatura de V. Ex. o incluso projeto de decreto, de acordo com o qual será autorizado, por conta do crédito especial de réis 1.700:000\$0, o pagamento das gratificações por trabalhos extraordinários prestados no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano em curso, observadas as formalidades legais relacionadas com o processamento das folhas de pagamento.

Eselareço ainda a V. Ex. que, tendo sido aplicada apenas pequena parte do crédito especial de 1.700:000\$0, ha numerário distribuído à Tesouraria deste Ministério para ocorrer ao pagamento das gratificações.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos do meu elevado apreço e mui distinta consideração.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1939. — *Fernando Costa*.

— Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

G. M. 18 — A Estação Geral de Experimentação em Quissamã, no Estado de Sergipe, necessita, para completar suas instalações residenciais, de um edificio destinado à moradia de seu diretor, único funcionário técnico que ainda não dispõe de residência naquela dependência.

Desta maneira, o referido estabelecimento, que tem uma elevada finalidade a cumprir, qual seja a obtenção do melhoramento de plantas peculiares ao território sergipano, contará com mais uma benfeitoria prevista no plano de sua completa instalação.

Assim, juntando as plantas e especificações respectivas, organizadas pela Secção de Arquitetura e Engenharia deste Ministério, solicito de V. Ex. a indispensável autorização para a construção do edificio em apreço, orçado em 70:909\$3 (setenta contos novecentos e nove mil e trezentos réis).

A despesa, caso autorizada por V. Ex., deverá correr à conta da verba 5ª — Obras, — Desapropriação e Aquisição de Imóveis — Consignação I — Obras, — Sub-consignação 1 — Para prosseguimento de obras iniciadas, etc., do orçamento vigente deste Ministério.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1940. — *Fernando Costa*.

Reduza-se o orçamento ao máximo de quarenta contos de réis. Em 19-1-940. — G. VARGAS.

— Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

G. M. 20 — A Estação Experimental de Plantas Tóxicas de Quissamã, no Estado de Sergipe, com uma área de 800 hectares em pleno desenvolvimento, fica distante 16 quilômetros de Aracajú e não dispõe, até o presente, de acomodações suficientes para residência de seus operários.

Desnecessário seria enumerar as dificuldades sem par que essa lacuna tem ocasionado aos trabalhos do estabelecimento, motivo pelo qual tenho a honra de solicitar de V. Ex. a necessária autorização para construir 10 casas de operários naquele próprio federal, de acordo com as inclusas plantas e especificações, independentemente de concorrência pública ou administrativa, correndo a despesa de réis 145:399\$8 (cento e quarenta e cinco contos trezentos e noventa e nove mil e oitocentos réis), caso autorizada por V. Ex., por conta da verba 5ª — Obras — Desapropriação e Aquisição de Imóveis — Consignação I — Obras — Sub-consignação 1 — Para prosseguimento de obras iniciadas, etc — do orçamento vigente deste Ministério Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1940. — *Fernando Costa*.
Reduza-se o orçamento a cem contos de réis.

Em 19-1-940. — G. VARGAS.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 22 de janeiro de 1940

Offício:

A Estação Marítima da Estrada de Ferro Central do Brasil:

N. 1.339 — Solicita providências no sentido de ser concedida isenção de armazenagem para a retirada de nove volumes existentes nessa Estação, remetidos pelo Departamento de Agricultura do Estado do Paraná e consignados ao Dr. Otávio Silveira Melo.

Os volumes em apreço são 8 tóras e 1 caixa com amostras de madeira e, embora consignados ao funcionário Otávio Silveira Melo, chefe de Seção de Parques Nacionais, pertencem ao Serviço Florestal, deste Ministério. — D.C.M. 2.679-40.

Divisão de Comunicações

Retificação: Na escala de férias para 1940, dos funcionários da Divisão de Comunicações.

Onde se lê: Hipólito Japhet Araujo, contínuo classe G, a partir de 8 de julho;

Leia-se: Hipólito Japhet Araujo, contínuo classe G, a partir de 12 de dezembro.

Retificações: No "D.O." de 12-1-40, à pag. n. 662, da 2ª coluna, no ofício n. 412 de 9-1-40.

Onde se lê: 250\$0; leia-se: 25:0.

No "D.O." de 18-1-40, à pag. n. 1.042, 1ª coluna, no ofício n. 1.170 de 15-1-40.

Onde se lê: 15:000\$0; leia-se: 15:900\$0.

Divisão de Contabilidade

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 22 de janeiro de 1940

Offícios:

Ao S. E. R.:

N. 1.351 — Em referência ao ofício n. 1.139, de 16-5-39, que inicia o assunto do D.C.M. 9.393-39, transcreve o ofício n. 12.482, de 10 do corrente, do Tribunal de Contas:

"Comunico-vos, para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o processo iniciado pelo vosso ofício n. 9.865, de 5 de outubro último, ao qual foram juntos o de n. 160, de 4 do atual mês, e o Aviso n. 13.971, de 26 do mês findo, desse Ministério, relativo ao Decreto-lei n. 1.533, de 23 de agosto do ano próximo passado, que transfere a importância de 23:000\$0, da subconsignação 2 — quota 06) — Consignação I — da Verba 2 — Material, para a subconsignação 4 — do orçamento desse mesmo Ministério para 1939, destinada ao Serviço de Economia Rural, — resolveu, em sessão de 9 do corrente, mandar anotar o ato constante do referido decreto-lei, com a declaração de que a despesa respectiva não pode ser empenhada, de vez que se acha encerrado o ano financeiro de 1939. (D.C.M. 808-40).

— A Imprensa Nacional:

N. 1.352 — Em referência ao ofício n. 2.682, de 31 de outubro próximo passado, dirigido ao Sr. diretor do Serviço de Publicidade Agrícola, comunica, para os devidos fins, que a importância de 163\$2, foi escriturada nesta Repartição, de conformidade com a letra "d" da circular n. 261, de 1935, da Contadoria Central da República. Comunica, outrossim, que, de acordo com a letra "c" da referida circular, deixou de ser empenhada a despesa acima, por não existir dotação própria o orçamento de 1939, deste Ministério. (D.C.M. 30.715-39).

N. 1.353 — Em referência ao ofício n. 3.311, de 30 de dezembro próximo findo, comunica que a importância de 3:757\$4, foi escriturada nesta Repartição, de conformidade com a letra "d" da circular n. 261, de 1935, da Contadoria Central da República.

Comunica, outrossim, que, de acordo com a letra "c" da referida circular, deixou de ser empenhada a despesa acima, por não existir dotação própria no orçamento de 1939, deste Ministério. (D.C.M. 36.192-39).

— Ao D. N. P. V.:

N. 1.354 — Em referência ao ofício n. 2.933-V, de 30-12-39, comunica que, conforme foi cientificado através o ofício n. 11.586, de 9 de novembro próximo passado, esta Divisão providenciou junto ao Ministério da Fazenda a distribuição do crédito solicitada. (D.C.M. 585-40).

— Ao inspetor chefe da I.R. em Catú, da Divisão do Fomento da Produção Animal:

N. 1.355 — Restitue o processo que acompanhou o ofício número 1.072, de 17 de novembro último, em que é interessado a Navegação Mineira de São Francisco afim de serem tomadas, por essa Repartição, as providências contidas no parecer desta Divisão de Contabilidade. (D.C.M. 21.838-39)

— Ao Serviço de Meteorologia:

N. 1.356 — Em referência ao ofício n. 1.435, de 30 de dezembro findo, encaminhando uma conta da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, na importância de 178\$6, proveniente de transporte de material em proveito desse Serviço em 1939, declara que o empenho extraído em favor da credora foi de 50\$0, não cobrindo, assim, a despesa devendo a interessada requerer o pagamento por exercícios findos. (D.C.M. 36.182-39).

A Despesa Pública:

N. 1.357 — Restitue o processo fichado nessa Diretoria sob número 18.562-38, feita a juntada do processo anterior, em que é interessado Venâncio Melo, o qual acompanhou o ofício n. 1.771, de 8 de novembro último. (D.C.M. 22.612-39).

Divisão do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 23 de janeiro de 1940

Requerimentos despachados:

Renato Pedrosa, pedindo prorrogação de prazo, por mais 30 dias, para tomar posse do cargo de PRRU — deste Ministério. — Deferido. (DCM-29.631/39).

José Ferreira Pinto, ex-ajudante do S.I.P.O.A., pedindo pagamento dos vencimentos relativos aos meses de fevereiro a julho de 1936. — Dirija-se, querendo, ao Sr. Ministro da Fazenda. (DCM-333/39).

Romeu Raul da Cruz Lima, pede reconsideração da pena de suspensão de 30 dias, que lhe foi aplicada pela Portaria n. 33 de 19/1/39 — O pedido não pode ser considerado, umavez que foi feito fora de prazo legal. (DCM-592/39).

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Por portaria n. 27, de 23 do corrente, foram concedidos a Otto Kirschke, extranumerário-mensalista, inspetor X, com exercício na Seção de Fruticultura da Divisão do Fomento da Produção Vegetal, trinta dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 162, letra b, do Decreto-lei 1.713, de 28/10/39, combinado com o artigo 54 da Lei n. 210, de 1/2/38.

— Por portaria n. 28, de 23 do corrente, foram concedidos a Mariana Leal Aires de Sousa, dactilógrafa, classe F, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, sessenta dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 162, letra a, do Decreto-lei n. 1.713, de 28/10/39.

Offícios expedidos

Dia 22 de janeiro de 1940

A' Divisão de Defesa Sanitária Vegetal:

N. 1.326 — Transmite os títulos de promoção dos agrônomos Isaias Augusto Deslandes e Carlos Henrique Reiniger. (DCM-32 551 de 1939).

— Ao D.N.P.V.:

N. 1.327 — Comunica que, atendendo a chamado telefônico, foi visitado Agenor Fonseca Júnior, agrônomo, classe G, por médico da Seção de Assistência Social desta Divisão, e, segundo parecer do mesmo, são justificáveis as faltas dadas ao serviço, nos dias 10, 11 e 12 do corrente. (DCM-2.473/40).

— Ao Serviço de Publicidade Agrícola:

N. 1.328 — Comunica que, atendendo a chamado telefônico, foi visitado Raul José da Costa, artífice de 3ª classe, por médico da Seção de Assistência Social desta Divisão, e, segundo parecer do mesmo, são justificáveis as faltas dadas ao serviço, nos dias 16, 17 e 18 do corrente. (DCM-2.345/40).

— Ao D.N.P.A.:

N. 1.329 — Comunica que, atendendo a chamado telefônico, foi visitado José Sampaio Fernandes, biólogo, classe K, por médico da

Seção de Assistência Social desta Divisão, e, segundo parecer do mesmo são, justificáveis, as faltas dadas ao serviço, nos dias 16 e 17 do corrente. (DCM-2.344/40).

— Ao Instituto de Experimentação Agrícola:

N. 1.330 — Em referência ao ofício n. 271/39, do diretor da Estação Experimental de Café, em Coronel Pacheco, comunica que, nos termos do art. 17 do Decreto 240 de 4/2/38, não é permitido o aproveitamento de sablos para criação de cargos.

Outrossim, restitue os documentos do Sr. Jano Correia Neto, proposto para o lugar de ajudante-técnico de 5ª. classe, e não admitido, por não existir na relação aprovada pelo Sr. Presidente da República a referida função.

Documentos:

- a) atestado de conduta;
- b) atestado de capacidade funcional;
- c) atestado de vacinação;
- d) atestado de capacidade física;
- e) certificado de reservista de 3ª. categoria;
- f) certidão de casamento.

(DCM-8.639/39).

— A Seção de Contabilidade do Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica:

N. 1.331 — Informa que o engenheiro, classe J, do Quadro único deste Ministério, Sindoro Carneiro de Sousa, ora à disposição desse Conselho, recebeu em maio do ano próximo findo uma ajuda de custo correspondente a dois meses de seus vencimentos, em virtude de haver sido designado por portaria n. 12, de 27/3/39, do diretor geral do D.N. P.M., para chefiar os serviços a cargo da Divisão de Aguas, no Estado do Rio Grande do Sul.

— A D.D.S.V.:

N. 1.332 — Transmite os títulos dos agrônomos José Travassos Vieira, Omílio Monteiro Soares e Jefferson Firth Rangel. (DCM-33.953/39).

— A Divisão de Caça e Pesca:

N. 1.333 — Em referência ao ofício n. 66, de 12 do corrente, no qual solicita-se seja o trabalhador de 2ª. classe, Osvaldo Vilas Boas, submetido a exame médico, para efeito de licença, comunica que o parecer da S.S., foi contrário à concessão da mesma. (DCM-1.937/40).

— Ao Ensino Agrícola:

N. 1.334 — Solicita providências no sentido de ser remetido a esta Divisão, para efeito de retificação de nome solicitada pelo interessado, o título de nomeação do agrônomo Romeu Cruz Lima. (DCM-979/40).

— Ao Tesouro Nacional, em Recife, Estado de Pernambuco:

N. 1.335 — Em aditamento ao meu ofício n. 1.120, de 12/1/40, no qual pedia providência no sentido de ser submetida à inspeção médica, para fins de aposentadoria, Maria Augusta da Silva, lavadeira, em disponibilidade, do extinto Patronato Agrícola "Barão de Lucena", declara não ser mais preciso o exame médico solicitado, porque a mencionada lavadeira foi exonerada em 12/12/39, ficando, assim, prejudicado o pedido feito no aludido ofício. (DCM-29.778/39).

— A Inspetoria Regional da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal em Porto Alegre:

N. 1.336 — Transmite o processo DCM-35.803/39, referente a um requerimento da Viagem Férrea do Rio Grande do Sul, em que pede seja efetuado o pagamento, por exercícios findos, da fatura n. 567, na importância de 278\$6 (duzentos e setenta e oito mil e seiscentos réis), relativa ao transporte de bagagem por ela atendido em novembro de 1935, em proveito dessa I.R., para que seja visada a fatura respectiva, bem como atestada a prestação do serviço, de conformidade com o que determina o R.G.C.P.

Cumprida essa formalidade o processo deverá retornar a esta Divisão. (DCM-35.803/39).

— Ao Serviço de Caça e Pesca:

N. 1.337 — Comunica que, atendendo a chamado telefônico, foi visitado Ediné Vernon Verneck, auxiliar de escritório IX, por médico da Seção de Assistência Social, desta Divisão, e, segundo parecer do mesmo, é justificável a falta dada ao serviço, no dia 11 do corrente. (DCM-2.007/40).

— Ao D.N.P.A.:

N. 1.338 — Transmite os títulos dos químicos Marina Correia Lopes, Lídia Carvalho Benorino e Olímpia Freire. (DCM-33.644/39).

— Ao D.N.P.V.:

N. 1.340 — Solicita indiqueis a esta Divisão os funcionários a serem destacados para as cidades de Santana do Livramento e Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, onde vão exercer a fiscalização fitossanitária. D.C.M. n. 18.829/39.

— A União Nacional de Auxílios:

N. 1.341 — Em resposta a carta n. 2, de 5 do corrente, esta Divisão informa que os nomes das pessoas relacionadas na mesma

carta não constam do fichário dos funcionários e extranumerários deste Ministério. D.C.M. n. 801/40.

— Ao Presidente de Brasil Social:

N. 1.342 — Em resposta a carta n. 8, de 4 do corrente, esta Divisão informa que dos nomes relacionados na mesma carta só consta do fichário deste Ministério o de José Coelho Brochado, que é laboratorista XIII da Divisão de Caça e Pesca. D.C.M. n. 802/40.

— Ao D.N.P.V.:

N. 1.343 — Transmite a portaria n. 12, de 17 de janeiro de 1940, concedendo vinte dias de licença, ao Servente classe E, José de Azeredo. D.C.M. n. 1.035/40.

— A 11ª Divisão da Comissão Central de Compras:

N. 1.344 — Acusando recebimento do ofício n. 2.241, de 10 do corrente, agradece a comunicação de que tomastes posse e entrastes em exercício do cargo de Diretor dessa Divisão. D.C.M. número 1.969/40.

— A I.P.A.S.E.:

N. 1.345 — Transmite um exemplar do questionário desse Instituto, devidamente preenchido por Clara Nícia Senzi Pelligrini, ao tomar posse do cargo de oficial administrativo, classe H, para o qual foi nomeada, interinamente, por decreto de 19 do corrente. D.C.M. n. 35.640/39.

— Ao Tesouro Nacional no Estado do Rio de Janeiro:

N. 1.346 — Remete a guia n. 9/40, referente ao Agrônomo, classe G, interino — Armando Flores, que vai servir no Posto de Análise de Vinho em Campos, nesse Estado.

— Ao Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul:

N. 1.347 — Remete a guia n. 8/40, referente ao Agrônomo, classe G, interino — Odilon dos Santos Muniz, que vai servir no Posto de Análise de Vinho em Rio Grande, nesse Estado.

— Ao Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Bahia:

N. 1.348 — Remete a guia n. 7/40, referente ao Agrônomo, classe G, interino — Alvaro da Silva Machado, que vai servir no Posto de Análise de Vinho em São Salvador, nesse Estado.

— Ao Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo:

N. 1.349 — Remete a guia n. 10/40, referente ao Agrônomo, classe G, interino — Amintas de Assis Lage, que vai servir na Estação Experimental de Viticultura e Enologia em Caldas, no Estado de Minas.

— Ao Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Espírito Santo:

N. 1.350 — Remete a guia n. 11/40, referente ao Agrônomo, classe G, interino — Arquelaú Alves Ribeiro, que vai servir na Subestação Experimental de Viticultura e Enologia em Santa Leopoldina, nesse Estado.

— A D.F.P.V.:

N. 1.358 — Transmite apostilado o título de promoção do Agrônomo, classe I, Pedro Ferreira da Silva Pinto. D.C.M. n. 33.583/39.

— Ao Chefe da Seção de Arquitetura e Engenharia deste Ministério:

N. 1.359 — Transmite a portaria n. 11, de 15 de janeiro, concedendo 30 dias de licença ao Desenhista, classe J, Humberto Rodrigues Nabuco dos Santos. D.C.M. n. 623/40.

— Ao Comandante do 14º Regimento de Infantaria, São Gonçalo — Estado do Rio:

N. 1.360 — Com referência ao ofício n. 2.047/S, de 5 de dezembro de 1939, comunica que o Sr. Raimundo Neri Stelling, não é arventuário deste Ministério. D.C.M. n. 33.240/39.

— Ao Serviço Florestal:

N. 1.361 — Comunica que, atendendo a chamado telefônico, foi visitado Manuel Leira dos Santos, trabalhador de 2ª. classe, por médico da Seção de Assistência Social desta Divisão, e, segundo parecer do mesmo, são justificáveis as faltas dadas ao serviço, nos dias 15, 16 e 17 do corrente. D.C.M. n. 2.474/40.

— Ao D.N.P.M.:

N. 1.362 — Comunica que o Sr. Ministro resolveu destacar a importância de 6:600\$0 da verba I Pessoal — consignação II — Pessoal extranumerário, n. 05) Para admissão, etc., para reforçar a importância dos mensaisistas do Serviço de Aguas e destinada à readmissão de Diamantino Tavares de Oliveira.

— A D.T.C.:

N. 1.363 — Em referência ao ofício n. 1.966, de 3 de dezembro de 1938, transmite o Título de Eleitor n. 8.023 e a Portaria número 1.842, de 5 de março de 1937 do atual extranumerário diarista Heleno José de Andrade, trabalhador no Nucleo Colonial de Santa Cruz, dessa Divisão. S.P. n. 9.013/38.

D. N. P. V. — D. F. P. V.

SECÇÃO DE FOMENTO AGRÍCOLA NO MARANHÃO

Relação de diárias do pessoal extranumerário «Mensalista» do Campo de Propagação de Plantas Frutíferas de Ingaúra, referente aos meses de março, maio, junho, novembro e dezembro de 1939, á conta da quota Federal dos Serviços do «Acôrdo».

Nome — Cargo ou função	Vencimentos	Data e n. da ordem interna do serviço que deu origem às diárias.	Sede do serventuariário e natureza do serviço.	N. de diárias	Importância da diária	Dias e localidades onde foram prestados os serviços
Milton Xavier da Cunha, chefe de serviço de 5a. classe.....	750\$0	Ordem verbal do então Inspetor de Plantas Textéis e Diretor dos Serviços do «Acôrdo»	S. Luiz. Em Coroatá retirando borbulhas de citrús.	2	16\$6	15 e 16 de março em Coroatá.
Milton Xavier da Cunha, idem.....	750\$0	Idem.....	S. Luiz. Em Rosario acompanhando o Diretor do Serviço do «Acôrdo» na escolha de terras para instalação de um campo de multiplicação.	6	16\$3	17 a 22 de março em Rosario.
Milton Xavier da Cunha, idem.....	750\$0	Idem.....	S. Luiz. Em Coroatá retirando borbulhas de citrús.	6	16\$3	29 de maio a 3 de junho em Coroatá.
Milton Xavier da Cunha, idem.....	750\$0	Portaria n. 27, de 1-12-39, do Chefe da Secção de Fomento.	S. Luiz. Retirando borbulhas de citrús.	8	9\$3	6 a 13 de dezembro em Pedreiras e Itapicuru Mirim.
Temoteo da Paz Pinheiro, motorista de 5a. classe.....	300\$0	Ordem verbal do Chefe da Secção de Fomento.	S. Luiz. Conduzindo um trator.	7	3\$0	24 a 30 de novembro em Coroatá e Pedreiras.
Temoteo da Paz Pinheiro, idem.....	300\$0	Idem.....	S. Luiz. Conduzindo um trator.	13	2\$9	1 a 13 de dezembro em Pedreiras e Coroatá.

Observações: — Tratando-se de serviços em zonas insalubres, o Chefe da Secção de Fomento neste Estado, de acôrdo com o § único do art. 2.º do Decreto n. 4.705, de 25 de setembro ultimo, autorizou o aumento das diárias abonadas nos meses de novembro e dezembro nos municípios de Pedreiras, Coroatá e Itapicuru-Mirim.

São Luiz, 23 de dezembro de 1939. Visto. — J. Ernesto de Viveiros, (AGFA-J) pelo chefe da Secção de Fomento Agrícola neste Estado.

Relação de diárias do pessoal titulado, referente ao período de 22 de novembro a 26 de dezembro de 1939.

Nomes — Cargo ou função	Vencimento	Data e n. de ordem interna do serviço que deu origem às diárias	Sede do serventuariário e natureza do serviço	N. de diárias	Importância da diária	Dias e localidades onde foram prestados os serviços
Antonio Carvalho de Oliveira Netto, AGPV-I.	1:300\$0	Portaria n. 23, de 16 de novembro de 1939.	Cidade de Itapicuru. Orientar os trabalhos agrários e plantio.	26 9	12\$581 12\$399	De 22 de novembro a 26 de dezembro, nos Campos de Cooperação Permanente Municipal em Pastos Bons e Buriti Bravo, neste Estado.

São Luiz, 28 de dezembro de 1939 — Visto. — J. Ernesto de Viveiros, (AGFA-J), pelo chefe da Secção.

Divisão do Material

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 22 de janeiro de 1940

Ofício:

Ao Serviço Florestal:

N. 1.325 — Consoante o entendimento verbal que tive convôco, junto encaminhado, vinte jardineiras de zinco destinadas ao Edifício da Secretaria de Estado deste Ministério.

Divisão de Defesa Sanitária Animal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Requerimentos despachados

Dia 4 de janeiro de 1940

André Guérin Lésé requer registro do produto de uso veterinário denominado "Vacina Pasteur em Gelose e Alumen (Gelol)" — (P. A. 168/40). — Deferido.

Dia 10

Dr. Blum & Cia. Ltda. solicitam o registro do produto de uso veterinário denominado "Grêo-Tatú". — (P. A. 165/40). — Deferido.

Serviço de Meteorologia

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 22 de janeiro de 1940

Portarias:

N. 7 — Advertindo o meteorologista classe "I", Antônio Keller Heizer, como incurso no art. 224, item III, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939.

N. 8 — Designando o observador meteorológico classe "G", Eudes Patrício de Carvalho, para ter exercício na estação meteorológica de Olinda.

N. 9 — Designando os Srs. Hermínio Malheiros Fernandes Silva, Francisco de Paiva Elvas, Joaquim José Tinoco, respectivamente, engenheiro meteorologista classe "M", meteorologista classe "J" e calculista classe "G", para, em comissão, procederem a inquérito administrativo para apurar o que ocorre com referência às acusações feitas pelo observador meteorológico classe "E", José Alves Pinto Barbosa, contra o observador meteorológico classe "G", Luiz Pontes Teixeira, ambos com exercício na estação meteorológica de Olinda.

Ofícios:

Ao Sr. diretor da Divisão do Pessoal:

N. 222 — Remetendo portarias relativas ao pessoal extranumerário-mensalista deste Serviço, que deverá ser reconduzido no corrente ano.

— Ao Sr. encarregado da Estação Meteorológica de Curitiba:

N. 224 — Remetendo documentos pertencentes ao Sr. Fernandes Alves de Oliveira e Odisséa Craveiro Paquêto.

— Ao Sr. encarregado da Estação Meteorológica de Alegrete:

N. 225 — Remetendo documentos pertencentes ao Sr. Jorge Silveira.

— Ao Sr. Heitor de Oliveira Ramos:

N. 226 — Respondendo o telegrama n. 46, referente aos descontos feitos nos seus vencimentos.

— Ao Sr. diretor da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos — D. F.:

N. 227 — Acusa o recebimento do ofício n. 105, referente ao ofício n. 2.766, de 4 de novembro último, o qual não foi recebido nesta repartição.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional, Recife:

N. 228 — Remetendo a portaria que concede ao observador meteorológico classe "G", Luiz Pontes Teixeira, 90 dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 1 de dezembro findo.

— Ao Sr. encarregado da Estação Meteorológica de Campos:

N. 229 — Referentes aos diagramas modelo 35, enviadas por aquela estação.

— Ao Sr. encarregado da Estação Meteorológica de Paraíba:

N. 230 — Referente às correções do termômetro de mínima Fuess, n. 3.008.

— Ao Sr. diretor do Serviço de Publicidade Agrícola:

N. 231 — Referente à confecção de fichas modelo 13 e 36.

EXPEDIENTE DO SR. INSPETOR GERAL DA REDE METEOROLÓGICA

Ao Sr. encarregado da Estação Meteorológica de Belém:

N. 223 — Remetendo um conhecimento do Lloyd Brasileiro e duas requisições do Serviço de Águas, afim de ser providenciada a retirada de 2 volumes, contendo régua hidrométrica.

Divisão de Fomento da Produção Mineral

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Por Portaria n. 2, de 11 do corrente, foi designado o técnico especializado Fernando Lacourt para chefiar os trabalhos de geologia econômica a serem realizados no Estado do Rio Grande do Sul.

— Por Portaria n. 4, de 17 do corrente, foi designado o engenheiro de minas, classe "K", Joaquim Miguel Arrojado Lisboa, para verificar a exatidão do relatório final apresentado pela Sociedade de Mineração Santa Luzia das pesquisas pela mesma realizadas no rio das Velhas, em um trecho de 25 Kms., a contar da ponte de Santa Luzia para montante, naquele rio, emitindo parecer sobre os resultados obtidos.

Superintendência do Ensino Agrícola

Cópia autêntica: — Ministério da Agricultura — Superintendência do Ensino Agrícola — Rio de Janeiro, D. F. SEA-80/40, portaria n. 1 de 6 de janeiro de 1940. O superintendente do Ensino Agrícola, resolve designar o agrônomo do Ensino Agrícola, classe K, Paulo Américo de Argolo Silvado, para representar esta Superintendência, na visita que o Sr. Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, comandante Errani do Amaral Peixoto irá fazer ao Aprendizado Agrícola "Nilo Pecanha" no próximo dia 8 do corrente. Para o correr as despesas com esta viagem concede a diária de vinte e cinco mil réis (25\$0. — *Newton Belleza*, pelo superintendente.

Escola Nacional de Veterinária

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Ofícios expedidos

Dia 3 de janeiro de 1940

Ao Sr. diretor da Divisão de Contabilidade:

N. 1 — Remetendo os quadros demonstrativos da distribuição dos créditos.

N. 2 — Comunicando que só deve ser providenciada uma assinatura do "Diário Oficial" no corrente ano.

— Aos Srs. Teixeira Macedo & Comp.:

N. 3 — Autorizando a confecção do diploma do Sr. Celso van Elven.

Dia 5

Ao Sr. diretor da Divisão do Pessoal:

N. 4 — Remetendo a relação do pessoal titulado que deverá ser lotado na Escola.

— Ao Sr. diretor da Divisão de Contabilidade:

N. 5 Remetendo uma conta da Estrada de Ferro Central do Brasil:

N. 6 — Enviando o boletim de renda relativo ao mês de dezembro, bem como uma cópia do conhecimento de recolhimento.

— Ao Sr. encarregado da Sub-contadoria Seccional do Ministério da Agricultura:

N. 7 — Idem. idem.

— Ao Sr. contador seccional do Ministério da Fazenda:

N. 8 — Idem. idem.

Dia 6

Ao Sr. diretor do Serviço de Publicidade Agrícola:

N. 9 — Agradecendo uma comunicação.

Dia 8

Ao Sr. inspetor da Inspetoria de Iluminação do Distrito Federal:

N. 10 — Solicitando uma ligação de luz no laboratório da 4ª cadeira.

— Ao Sr. diretor da Divisão de Contabilidade:

N. 11 — Comunicando que o prof. cadº. da 3ª cad., Dr. Tomás Rocha Lagoa, deu entrada, em 30 de dezembro, dos documentos comprobatórios relativos ao adiantamento de 25:000\$0.

N. 12 — Comunicando que o OFAM-H, Torquato de Oliva Guimarães, deu entrada, em 30 de dezembro, dos documentos comprobatórios relativos ao adiantamento de 500\$0.

Dia 10

Ao Sr. diretor da Divisão do Pessoal:

N. 13 — Solicitando seja o extranumerário mensalista Luiz Gomes da Silva submetido a exame médico.

— Ao Sr. diretor geral do Departamento de Administração:

N. 14 — Remetendo os documentos comprobatórios da aplicação dada ao adiantamento de 500\$0, entregue ao OFAM-H, Torquato de Oliva Guimarães.

Aos Srs. Teixeira Macedo & Comp.:

N. 15 — Autorizando a confecção do diploma do Sr. Geth Jansen.

Dia 12

Ao Sr. ministro da Agricultura:

N. 16 — Indicando o nome de Raimundo Gurgel da Cunha ao prêmio de viagem, por ter sido primeiro da turma de 1935.

— Ao Sr. diretor da Divisão do Material:

N. 17 — Comunicando que o Almoxarife, classe E, interino, Anísio Pedro de Moraes, apresentou-se no dia 10.

Requerimentos despachados:

Dia 2 de janeiro de 1940

Celso van Erven — Pedindo expedição de diploma — A Secretaria para autorizar a expedição do diploma requerido.

Dia 9

Geth Jansen — Idem — A Secretaria para providenciar a expedição do diploma.

Dia 11

Aluizio Lobato Vale — Pedindo devolução do documento — Restitua-se, mediante recibo.

Divisão de Caça e Pesca

Por portaria n. 8, de 3 do corrente, foi designado o inspetor fiscal de 4ª classe, Elói Sully de Azevedo Teixeira, para exercer as funções de inspetor geral da Fiscalização de Caça e Pesca nos Estados da Federação e chefe dos serviços de publicidade desta Divisão.

Conselho Nacional de Caça

RETIFICAÇÃO

Na portaria n. 1.034, de 2 de dezembro de 1939 publicada a páginas 29.034 do "Diário Oficial" de 22 de dezembro de 1939, onde se lê no art. 1.º "exceto os grupados nas alíneas "a" e "d" do Código de Caça"...

Leia-se:

...exceto os grupados nas alíneas "a" e "d" do art. 6º do Código de Caça..."

Comissão de Abastecimento

EXPEDIENTE DO SR. SUPERINTENDENTE

Dia 19 de janeiro de 1940

Requerimentos despachados:

Maia de Almeida & Comp. Ltda., solicitando permissão para aumentar os preços de venda de seus produtos — Prove o alegado. (CA 208-40).

Laboratório Heclan Ltda., solicitando aumento de preços de seus produtos — Prove o que alega. (CA 195-40).

Sindicato dos Industriais Perfumistas — O assunto será resolvido com a aplicação da tabela referente ao grupo H, do § 2º, artigo 9º da Portaria n. 1.036 de 26-12-39. (CA 201-40).

Irmandade da Santa Cruz dos Militares solicitando aumento de aluguel do prédio à rua Silva Pinto n. 87 — A Comissão autoriza o aluguel até o máximo de 400\$0. (CA 963-39).

Dia 22

Francisco de Almeida Mendonça, pedindo para aumentar o aluguel do prédio à rua Miguel Rangel n. 67 — Deferido à vista das justificativas e da retificação do valor locativo do prédio especificado. (CA 650-39).

Multas:

Foi multado, por infração, o Sr. Albino Marques de Oliveira, estabelecido à rua Marechal Cantuária n. 178, em 100\$0 (cem mil réis), de acordo com o art. 7º do Decreto-lei 1.607, de 16 de setembro de 1939. (CA 207-40).

Ofício:

Sr. Dr. procurador do Tribunal de Segurança Nacional:

N. 84 — Remeto a V. Ex. o processo incluso, sob n. 444, procedente da Sub-comissão do Abastecimento, no Estado do Amazonas.

Tabela dos preços máximos de venda, em grosso e a varejo, a vigorar de 24 de janeiro de 1940:

Grupo E — Combustíveis e lubrificantes. Tabela n. 3 — Bombas de gasolina, garagens e estabelecimentos congêneres:

Preço comércio atacado

Gasolina (mistura) 1\$210

Preço comércio varejo

Gasolina (mistura) 1\$310

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Serviço de Comunicações

Primeira Seção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Processos despachados

Dia 13 de janeiro de 1940

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, dando conta das providências que tomou, e devolvendo o respectivo processo, acerca da denúncia feita, contra seu delegado no Maranhão, pelo Sindicato dos Armadores de Embarcações a Vela, de São Luiz (MTIC 1.848-940). — Arquivou-se, dando-se previamente ciência dos resultados do inquérito ao Sindicato denunciante. Outrossim, apresente o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos sugestões sobre modalidades de arrecadação de contribuições que evitem os inconvenientes apurados no processo em relação aos pequenos armadores.

Dia 20

The Texas Company (South America) Ltd., pedindo autorização para continuar a funcionar na República com a alteração introduzida em seus estatutos (MTIC 20-T-934). — Como parece ao Departamento Nacional da Indústria e Comércio. Faça-se o expediente. (O parecer a que alude o despacho opina pelo deferimento do pedido.)

International Standard Electric Corporation, requerendo seja cancelada sua autorização para funcionar, à vista de ter resolvido encerrar suas atividades (MTIC 23.510-939). — Como parece ao Departamento Nacional da Indústria e Comércio. Faça-se o expediente. (O parecer a que alude o despacho opina pelo deferimento do pedido.)

Serviço do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Por portaria de 23 de janeiro de 1940, o diretor do Serviço do Pessoal, usando das atribuições que lhe confere o n. IX do art. 153 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, e à vista do que dispõe o art. 54 do Decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938, resolveu, de acordo com a alínea a do art. 162 e nos termos da primeira parte do art. 165 do referido Decreto-lei n. 1.713, conceder a Ernesto Antão Teixeira, auxiliar de escritório X do Departamento Nacional do Trabalho, 60 (sessenta) dias de licença, para tratamento de saúde, em prorrogação à que lhe foi concedida por portaria de 14 de outubro de 1939. (Processo n. MTIC. 24.339-39), e conceder a Arlete Carvalho Braga da Silva, escriturário XIV do Serviço do Pessoal, 90 (noventa) dias de licença, para tratamento de saúde, em prorrogação à que lhe foi concedida por portaria de 25 de novembro de 1939. (Processo n. MTIC. 18.703-39).

— Por portaria de 23 de janeiro corrente, o diretor do Serviço do Pessoal, usando atribuição que lhe confere o n. IX do art. 163 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, resolveu de acordo com a alínea b do art. 162 e nos termos da primeira parte do artigo 165 do referido decreto-lei, licenciar, por dias dias, para tratamento de saúde, a contar de oito de janeiro corrente, o escriturário, classe "G", Olívia Benjamim Marques da Fonseca. (Processo número 18.703-39).

— Por portaria de 23 de janeiro de 1940, o diretor do Serviço do Pessoal, usando da atribuição que lhe confere o n. IX do art. 153 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, resolveu de acordo com a alínea a do art. 162 e nos termos da primeira parte do artigo 165 do referido decreto-lei, conceder ao escriturário, classe "G", Salvador Jourdan Barroso Ruiz, 30 dias de licença para tratamento de saúde, a contar de 6 de janeiro corrente. (Processo n. 999).

— Por portaria de 23 de janeiro de 1940, o diretor do Serviço do Pessoal, usando da atribuição que lhe confere o n. IX do art. 153 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, e à vista do que dispõe o art. 54 do Decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938; resolveu, de acordo com a alínea a do art. 162 e nos termos da primeira parte do art. 165 do referido Decreto-lei n. 1.713, conceder a Irene Lion Ferreira da Silva, auxiliar de escritório XII do Serviço de Saúde, em prorrogação à que lhe foi concedida por portaria de 1 de dezembro próximo. (Processo n. MTIC. 4.427-39).

— Por portaria de 23 de janeiro corrente, o diretor do Serviço do Pessoal, usando da atribuição que lhe confere o n. IX do art. 153 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, e à vista do que dispõe o art. 54 do Decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938, resolveu, de acordo com o § 2º do art. 172 do referido Decreto-lei número 1.713, conceder a Beatriz Campos da Silva, telefonista VII da Administração do Edifício-sede deste Ministério, 10 (dez) dias de licença, para tratamento de saúde de pessoa de sua família, a contar de 9 de janeiro corrente. (Processo n. MTIC. 1.443-40).

— Por portaria de 23 de janeiro corrente, o diretor do Serviço do Pessoal, usando da atribuição que lhe confere o n. IX do art. 153 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, e à vista do que dispõe o art. 54 do Decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938, resolveu, de acordo com a alínea b do art. 162 e nos termos da primeira parte do art. 165 do referido Decreto-lei n. 1.713, licenciar, por seis meses, para tratamento de saúde, em prorrogação à licença que lhe foi concedida por portaria de 30 de novembro de 1939, o mestre XIII do Serviço de Estatística e Previdência e Trabalho, José Fimentel de Miranda. (Processo n. MTIC. 25.456-39).

— Por portaria n. 3 de 20 de janeiro de 1940, o diretor geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, considerando a necessidade de ativar a execução de vários trabalhos, principalmente os relativos aos serviços de marcas, e tendo em vista o disposto no artigo 114, do Decreto n. 1.703, de 28 de outubro de 1939, resolveu prorrogar o expediente dos servidores a seguir relacionados pelo prazo de sessenta dias úteis, à razão de três (3) horas diárias, sendo duas remuneradas, devendo cada qual consagrar-se à tarefa que abaixo se discriminar: a) — para trabalhos concernentes à organização dos fichários relativos aos recusos de marcas e patentes: Escriurário "F" — Antônio Carlos Petra de Barros; b) — para a organização dos fichários e arrumação do Arquivo: Oficial administrativo "J" — Cezar Poggi de Figueiredo, escriurário "F" — Lourival Gomes, auxiliar de escritório — Gilda Nrandó Barbosa, fotógrafo-extranumerário mensalista — João Batista Sobrinho; auxiliar de escritório Euclides Barbosa da Silva; c) — para os serviços de limpeza e arrumação: Contínuo "G" — Clemente Machado de Matos, contínuo "F" — Jorge Antunes de Brito; Servente "E" — Ramiro Barbabê da Silva, servente "D" — Eugênio C. de Oliveira Primo, servente "C" — Miguel Gonçalves de Castro, servente-extranumerário mensalista — Roque da Silva, e servente-extranumerário mensalista — Augusto Dias de Sousa.

O diretor do Serviço de Comunicações, usando da atribuição que lhe confere o art. 114 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, e considerando a necessidade de manter em seus postos até ao fim do expediente do Gabinete do Ministro os serventuários indispensáveis à execução das últimas ordens, resolveu estender, antecipando e prorrogando, a contar da publicação desta portaria, e até ao fim do prazo de 30 dias úteis, à razão de três horas diárias, sendo duas remuneradas, o expediente do contínuo Hermenegildo Santos do Amaral, de classe "G", e dos serventes Djalma Basílio e Atanair Monteiro Duarte, ambos de classe "B", para cumprirem as ordens emanadas do Gabinete do Sr. ministro e de outras repartições situadas no edifício-sede deste Ministério, e atenderem ao serviço de recebimento e entrega da correspondência, interna e externa.

Por portarias de ns. 5 e 6, de 22 de janeiro do corrente ano, o inspetor regional no Estado do Rio de Janeiro, usando das atribuições que lhe são conferidas em lei, e em conformidade com a delegação de competência do Sr. ministro, resolveu, de acordo com o art. 3.º do Decreto n. 22.132, de 25 de novembro de 1932, nomear os bachareis Otávio Arce e Cristiano de Freitas Castro, para exercerem, respectivamente, as funções de presidente da 1.ª Junta de Conciliação e Julgamento do Município de Nova Friburgo e da 1.ª Junta de Conciliação e Julgamento do Município de Petrópolis.

— Por portarias de ns. 4 e 7, de 22 de janeiro do corrente ano, do inspetor regional no Estado do Rio de Janeiro, foram exonerados os bachareis João Travassos Chermont e Otávio Arce, respectivamente, das funções de presidente da 1.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Nova Friburgo e da 1.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Petrópolis, o primeiro por incompatibilidade de função e o segundo por haver aceitado outro lugar, e bacharel Lúcio Marques de Sousa do cargo de suplente de presidente da 1.ª Junta de Conciliação e Julgamento do Município de Nova Friburgo, por não haver tomado posse no prazo legal.

Processos despachados

Dia 18 de janeiro de 1940

Processo n. 2.085-10, relativo à prorrogação de licença do Auxiliar de Escritório XP, Zeno de Faria Cardoso. — Concedo a licença de vinte (20) dias em prorrogação.

Dia 23

Nilce Poggi de Figueiredo, Escriurário "G", deste Ministério, solicitando seja passado, por certidão, qual o seu tempo de serviço, no período de 1 de junho de 1939 a 23 de janeiro de 1940 (processo n. 2.426-40). — Certifique-se o que houver.

Agenor Gomes de Oliveira, oficial administrativo "II", solicitando vista do processo n. 26.996-39 (processo n. 26.996-39). — Deferido.

Flaúsino Antero Pinto, auxiliar de escrita de 4.ª classe, solicitando abono de uma falta e saída cedo (processo n. 28.429-39). Riqueira o pagamento por exercício findo.

Ocorrências

Pelo ofício n. 3-615-39-SP-2.554-39, o Diretor Geral da Secretaria do Conselho Nacional do Trabalho comunicou haver falecido no dia 18 de novembro último o Estatístico, classe "H", do Quadro Único deste Ministério, com exercício naquele Conselho, Josefina da Gama Fernandes. (Processo n. 25.663-39).

Departamento Nacional do Trabalho

Primeira Secção

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Processos despachados

Dia 17 de janeiro de 1940

Sindicato Profissional Têxtil do Distrito Federal, pedindo aprovação da diretoria para o período de 2 de junho de 1939 a igual data de 1940 (DNT 12.349-39). — De acordo, homologo as eleições.

Sindicato dos Contadores e Guarda-Livros de Campinas — São Paulo, que pretende incluir esses profissionais na mesma categoria genérica de empregados no comércio (DNT 27.236-39). — A matéria de que cogita a representação de fls. 2 já foi objeto de estudo e solução no seio da 2.ª comissão, resultando ser declarada a questão no enquadramento sindical. Arquite-se.

Sindicato dos Operários Marmoristas, solicitando só sejam tomadas em consideração as queixas de operários, após a prova de sindicalização (DNT 28.051-39). — Arquite-se.

Sindicato dos Vendedores Ambulantes do Distrito Federal, apresentando relatório e balancete relativos aos anos de 1936 a dezembro de 1938 (DNT 21.858-39). — De acordo com as informações. O Sr. diretor refere-se ao seguinte: "Tendo em vista a informação do Serviço Técnico Atuarial de fls. 54, proponho a aprovação do presente relatório".

Sindicato dos Vigias Marítimos de Carga e Descarga do Rio de Janeiro, solicitando licença para a realização de assembleia no dia 30 de outubro de 1939 (DNT 282-40). — De acordo com os pareceres. O Sr. diretor refere-se ao seguinte: "Tendo sido numerado o documento inicial do presente processo, proponho o arquivamento, visto que, si houve realmente algum prejuízo para o sindicato ou para a companhia, na forma do acima exposto devem os prejudicados tomar as providências junto à autoridade policial competente".

Sindicato dos Chauffeurs e Classes Anexas de Fortaleza, reclamando contra a Inspeção Regional, por ter a mesma se recusado a encaminhar seu processo de reconhecimento devido à nova lei de sindicalização (DNT 344-40). — De acordo. O Sr. diretor refere-se ao seguinte parecer: "De acordo. A vista do exposto à fls. 6, parte assinalada. Já agora devem os interessados aguardar as instruções ministeriais para o cumprimento do Decreto-lei n. 1.402, de 5 de julho de 1939".

Luiz José Santana, reclamando contra o Sindicato dos Operários Estivadores (DNT 21.209-39). — Convém considerar que os dispositivos do Decreto-lei n. 1.402 só são aplicáveis aos sindicatos reconhecidos sob o respectivo regime".

Hermínio Correia, reclamando contra o Sindicato dos Operários Estivadores (DNT 21.207-39). — Os dispositivos do Decreto-lei n. 1.402 só são aplicáveis aos sindicatos reconhecidos sob o seu regime. Aliás a plena vigência do citado decreto-lei depende ainda das Instruções Ministeriais.

Olimpio Paulo Rodrigues, reclamando contra o Sindicato dos Operários Estivadores (DNT 21.211-39). — Entendo que os dispositivos do Decreto-lei n. 1.402, de 5-7-1939, só são aplicáveis aos sindicatos reconhecidos sob o seu regime. Convém recordar que a vigência do decreto-lei citado depende ainda das instruções a serem baixadas pelo Exmo. Sr. Ministro".

Offícios:

Dia 17 de janeiro de 1940

Ao presidente do Sindicato dos Proprietários de Hotéis e Pensões do Rio de Janeiro:

N. 1-35 — Solicitando seja o Sr. Sezinando Marinho destituído do cargo de suplente e reiterando termos do ofício n. 1-1.394, de 26 de dezembro de 1939.

— Ao diretor da Recebedoria do Distrito Federal:

N. 1-36 — Remetendo processo DNT 1.558-S-33, em que é interessado o Sindicato dos Trabalhadores em Certume do Rio de Janeiro.

— Ao presidente da Federação Brasileira de Contabilistas:

N. 1-37 — Comunicando que foi marcado o prazo de 48 horas, afim de serem apresentados nesta secção todos os livros pertencentes ao sindicato.

— Ao presidente da União dos Alfaiates e Classes Anexas:

N. 1-38 — Comunicando que o Sr. Alcides da Silva Marques deve assumir a presidência do sindicato e convocar um secretário e um tesoureiro dentre o corpo de associados.

— Ao presidente do Sindicato dos Empregados em Câmara, Culinários e Panificadores Marítimos:

N. 1-39 — Solicitando comparecimento a esta secção.

— Ao presidente do Sindicato dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas:

N. 1-40 — Solicitando comparecimento a esta secção, afim de selar documentos no processo DNT 21.725-39.

— Ao presidente do Sindicato dos Lojistas do Rio de Janeiro:

N. 1-41 — Solicitando comparecimento a esta secção.

— Ao Sr. delegado do Trabalho Marítimo do Estado de São Paulo:

N. 1-42 — Comunicando que o Sr. diretor determinou que o Sindicato Centro dos Estivadores de Santos admitisse os reclamantes Eurico Mariano dos Santos e Tibúrcio Vilar da Silva.

— Ao presidente do Sindicato União dos Operários e Estivadores:

N. 1-43 — Reiterando termos do officio n. 1-421, de 2 de março de 1939.

— Ao presidente do Sindicato dos Operários em Pedreiras:

N. 1-44 — Solicitando comparecimento a esta secção.

— Ao presidente dos Ferrovieiros da São Paulo Railway:

N. 1-45 — Agradecendo a remessa do órgão oficial da classe, "O Trabalho".

— Ao presidente do Sindicato dos Operários Panificadores e Conexos de João Pessoa:

N. 1-46 — Comunicando que o sindicato deve aguardar as instruções ministeriais a serem baixadas para o cumprimento do decreto-lei n. 1.402, de 5 de julho de 1939.

— Ao presidente do Sindicato Nacional de Engenheiros:

N. 1-47 — Solicitando seja o Sr. Armando Godói Filho destituído do cargo que exerce na diretoria do sindicato.

— Ao Sr. delegado especial de Segurança Política e Social:

N. 1-48 — Solicitando antecedentes de associado do Sindicato dos Seguradores do Rio de Janeiro:

— Ao presidente do Sindicato dos Seguradores do Rio de Janeiro:

N. 1-49 — Comunicando que estão prorrogados os mandatos das administrações de acordo com o art. 2º da portaria SCM-110.

— Ao presidente do Sindicato Profissional dos Pescadores:

N. 1-50 — Solicitando a ata da assembléa que elegeu outro associado para o cargo renunciado pelo Sr. Abílio Pinto Vitorino.

Dia 18

Ao presidente da Administração do Cais do Porto:

N. 1-51 — Solicitando esclarecimentos relativos à queixa apresentada pelo Sindicato dos Arrumadores em Armazéns e Trapiches do Rio de Janeiro, na qual o sindicato alega que a Administração do Porto não considera seus associados como arrumadores e sim como trabalhadores braçais.

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

Primeira Secção

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dias 16 e 18 de janeiro de 1940

Papéis com exigências:

De Companhia Brasileira de Artefatos de Borracha (dois), Companhia Imobiliária BIM S.A., Companhia Geral de Material Rodante S.A., Banco da Baía, Companhia Industrial Sul Americana, pedindo arquivamento de atas. — Satisfacam as exigências.

De Fred H. Sauer & Filho, Pujals & Comp., Caderneta de Propaganda Domiciliar Ltda., Cherman & Iglicki Ltda., Pedro Pinelli & Irmão, Monteiro & Pinho Ltda., A. J. Assunção Soares & Comp., Produtos Miranda Ltda., Babo & Irmão, Lamboglia Jacinto & Silva, Carvalho & Carvalho Ltda., Domingos Rente & Nascimento, Oliveira & Santos Segundo, Ribeiro & Beja, Produtos Químicos Mei Ltda., Ramos Ferreira & Comp. Ltda., Luiz & Castro, Sociedade Irajá Territorial Ltda., A. Simões & Paulo, A. Simões Ferreira Ltda., Benjamin Hirano & Koga, Matos & Alves Ltda., Entregadora Ltda., Optica Porio Alegre Ltda., Luiz dos Santos & Augusto, Guimarães & Valtier, Perfumaria Mara Ltda., Pinto & Araujo Ltda., pedindo arquivamento de seus contratos sociais. — Satisfacam as exigências.

De Duprat & Comp., J. dos Santos Guimarães & Comp. Ltda., Ite Indústria Termoeletrica Ltda., Freyhoffer & Almeida, Sociedade Comissária Ltda., Antônio Veiros & Comp., Perfumaria L.T. Piver Ltda., Casa Bancária do Globo Ltda., José A. Ramos & Comp., Francisco Lopes & Comp. Ltda., Damasceno & Reis Ltda., Instituto Científico Charitas Ltda. (três), Celino Ferreira & Lira Ltda., Calado Schral & Comp. Ltda., pedindo arquivamento de alteração nos seus contratos sociais. — Satisfacam as exigências.

De Schaller & Meier, Rocha Saraiva & Comp. Ltda., Edson & Sumar, Mauriti & Comp. Ltda., Viterbo & Maia, Sociedade Sul Americana de Divulgação Científica Ltda., Avila Matoso & Esprela, F. Fernandes & Comp., Anilinas Francesas Ltda., J. Carvalho & Barros, pedindo arquivamento de seus contratos sociais. — Satisfacam as exigências.

De João Pereira, N. Scaldasferri, Luiz C. Moura, Afonso de Moraes Ribeiro, Ana Paiva Holanda, pedindo cancelamento de suas firmas. — Satisfacam as exigências.

De Ondina Cristina de Araujo Correia, Hilda de Andrade Costa Serrano, pedindo autorização para comerciarem. — Satisfacam as exigências.

De J. Pinho & Moraes, pedindo anotação de firma. — Satisfaca a exigência.

De Silva Mauro & Comp. Ltda., José Gomes da Silva, A. C. Frias, Elias Dorahim Maleh, José Nunez Macias, Tereza de Sousa, Tomaz Francisco Leal Júnior, Antônio Osório Cortes, Avelino Ferreira de Sousa, Manuel Pereira, Moisés Abramovitz, Antônio de Oliveira, Ade-

laide Simões de Oliveira, Américo Dias da Silva, Vicente Euriquinho, Manuel Joaquim Fernandes Sousa, Oscar Pereira de Oliveira, Mateus Alves Ribeiro, Byrket & Buckton Ltda., H. Agopian, Antônio Pedreira Segundo, Bernardino José Teixeira, Antônio Bernardino Cardoso, Joaquim Marques de Figueiredo, M. Antunes & Garriso, Ana da Silva Torres, Intercâmbio Brasileiro Americano Ltda., Adélia Pinto, Jaime Vainhoim, Fábrica Invieta Ltda., Manuel Ferreira de Rezende, Antônio Marcolino, Revista de Direito Industrial Ltda., Tele-rádio Ltda., Costa & Vanatko, Albino Costa & Comp., Augusto de Moraes Menezes, Raul Kól D'Alvarenga, Dante Angeli, João de Magalhães, Maria Madalena Leichoud Liotta, Lucindo Rodrigues Malta, Francisco de Medeiros Silva, Adolfo Palisuc, Emídio Carneiro, Madalena Fernandes, Joaquim Ribeiro Seabra, Fermin Sias Gonzalez, José Joaquim Pereira Louro, Jeana Kreizerman, Wilhemine Hummel, Davi Rodrigues, Henrique Evaristo Marcolino de Silva, Fernando Borges, H. S. Cadete, Bráulio Augusto Pessoa, Tereza Maria, Antônio Rodrigues, Antônio Gonçalves Carvas, Bodakian & Comp. Ltda., pedindo registro de suas firmas. — Satisfacam as exigências.

Primeira Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal

RESUMO DA ATA DO DIA 22 DE JANEIRO DE 1940

Bacharel Newton da Silva Lima, presidente — Antônio Monteiro Garcia, vogal dos empregadores — Cory Peixoto, vogal dos empregados — Tina Villa, secretária.

Processos:

P-89 de 1939 — Carmine Cerbino, reclamando contra Jose Marques Pereira, férias. Procedente em 425\$0. — Pagas as custas pela reclamada.

P-146 de 1940 — Eduardo Gomes de Amorim, reclamando contra Matos Rocha & Comp., salários. Procedente em 106\$6. — Pagas as custas pela reclamada.

P-150 de 1940 — Mário Cataldo, reclamando contra Metalúrgica Redentor, suspensão sem justa causa. Esta Junta deixou de tomar conhecimento da reclamação. Valor 225\$0. — Pagas as custas pelo reclamante.

P-149 de 1940 — Romeu Francisco Xavier, reclamando contra Fábrica Silésia, férias. Conciliação em 252\$0. — Pagas as custas pela reclamada.

P-118 de 1940 — Jorge Alves de Sousa, reclamando contra Sociedade Cooperativa dos Chauffeurs, salário. Conciliação em 10\$0. — Pagas as custas pela reclamada.

P-12.729 de 1939 — Aurino Aragão de Vasconcelos, reclamando contra José Venerando Rocha, dispensa sem previo aviso e salários atrasados. Conciliação em 110\$0. — Pagas as custas pelo reclamado.

P-117 de 1940 — João Rangel Barreto, reclamando contra Sociedade Cooperativa dos Chauffeurs, salários. — Adiado para o dia 7 de fevereiro, próximo futuro, às 15 horas.

P-147 de 1940 — José Rodrigues Trindade, reclamando contra A. Pinto Vaz & Comp., redução de salário. — Adiado para o dia 9 de fevereiro, próximo futuro, às 16 horas.

P-92 de 1940 — Alvaro Davi Breda, reclamando contra Domingos de Luca & Comp., férias. — Adiado para o dia 16 de fevereiro próximo futuro, às 15 horas.

D.N.T. 27.412 de 1937 — Bento Soares de Andrade, reclamando contra Transportadora Carioca Ltda., dispensa. — Adiado para o dia 16 de fevereiro, próximo futuro, às 15 horas.

Conselho da Delegacia do Trabalho Marítimo do Porto do Rio de Janeiro

SESSÃO DE 16 DE JANEIRO DE 1940

Processo: — D.T.M. 334-39.

Procedência: — Centro dos Conferentes e Concertadores de Carga e Descarga do Porto do Rio de Janeiro.

Assunto: — Comunicação.

Decisão: — O Conselho aprovou, por unanimidade, o parecer do relator que é do teor seguinte:

"Consulta o presidente do Centro dos Conferentes e Concertadores de Carga e Descarga do Porto do Rio de Janeiro si o conferente mensalista de acordo com a cláusula 20ª do Regulamento em vigor após conferir mais de 1.000 chapas no embarque de café, deve ou não, pode ou não continuar no mesmo serviço, alegando que certas firmas vêm burlando e desrespeitando a citada cláusula vigésima. Esta D.T.M. já cogitou do assunto e deu cabal interpretação à referida cláusula, afirmando que desde que não haja desrespeito às leis e regulamentos, bem como às disposições do contrato de trabalho, o conferente mensalista pode ocupar-se em trabalhos da firma empregadora como ela julgar conveniente, dentro da função

do empregado. Ora, desde que não haja desrespeito a esses pontos de vista — horas de trabalho, função do trabalho — não compreendo como obrigar a firma a dispensar o seu empregado *mensalista* do trabalho, desde que atinja o número 1.000 de chapa de café embarcado! É muito diferente a situação do *mensalista* — que tem o seu ganho certo, trabalhe ou não, trabalhe mais ou trabalhe menos — deante da do *não mensalista*, sujeito a dias seguidos sem ser escalado para o trabalho. O Regulamento, nesse sentido, procura amparar o seu associado *não mensalista* e o faz muito bem. São, pois, situações muito diversas e opino para que seja esclarecido ao presidente do "Centro" o que acima está exposto." — Confere, *Maria de Lourdes Guia*, auxiliar 19-1-1940.

Visto, em 19-1-40. — *Gilberto Pires Bandeira de Mello*, delegado secretário.

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 22 de janeiro de 1940

Ofício de 17 de janeiro de 1940 do Sr. presidente da Comissão de Salário Mínimo do Estado da Bahia, encaminhando cópia autêntica da ata da sessão em que foi definitivamente fixado o salário mínimo daquela região. (Proc. S. E. P. T., n. 1.870-39). — Junte-se ao processo, após a divulgação legal pela Divisão de Publicidade. — Este despacho refere-se à ata seguinte — *Ata da 68ª Sessão da Comissão de Salário Mínimo* — Aos 10 dias de janeiro de 1940, reuniu-se em uma das salas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a Comissão de Salário Mínimo, presentes os seguintes membros: — Dr. Augusto Alexandre Machado, Antônio Alves Guimarães, Dr. Genésio Sales, Manoel Piton Barreto, Arlindo Macário dos Santos, Aristóteles Mendes Ferreira e Teodoro Silva. Havendo número legal, o presidente declara aberta a sessão, procedendo o secretário à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada. O presidente procede à leitura do relatório que deverá ser enviado ao Dr. Costa Miranda e a Comissão, por unanimidade de votos, o prova. Nesse relatório, verifica-se a seguinte classificação dos municípios, anteriormente organizada pela Comissão. 1ª categoria: — Capital. 2ª categoria: — Alagoinhas, Belmonte, Canavieiras, Camamu, Cachoeira, Feira de Santana, Ilhéus, Ilhéus, Itacaré, Itapira, Jequiá, Juazeiro, Maracá, Maragogipe, Una, Nazaré, Rio Novo, S. Amaro, Santarem e S. Felix. 3ª categoria: — Afonso Pena, Alcobaça, Areia, Amargosa, Aratuípe, Andaraí, Brumado, Barra da Estiva, Bomfim, Baixa Grande, Boa Nova, Brejões, Caravelas, Campo Formoso, Catití, Conde, Condeúbas, Conquista, Cairú, Capivari, Cruz das Almas, Catú, Conceição da Feira, Castro Alves, Coração de Maria, Caculé, Camassari, Djalma Dutra, Encruzilhada, Entre Rios, Esplanada, Itussu, Inhambupe, Iturussu, Itaquara, Ipirá, Ilaberaba, Irará, Itaimbé, Itaparica, Jaguaripe, Jacobina, Jaguaguara, Jaguarari, Jaguarari, Jequiriá, Poções, Lage, Mucugê, Maracás, Monte Alegre, Mata Muritiba, Mucuri, Mutuê, Mundo Novo, Nilo Peçanha, Prado, Porto Seguro, Palmeira, Pojuca, Lençóis Rui Barbosa, Riachão de Jacuípe, S. Cruz Cabralia, S. João, S. Miguel, S. Antônio de Jesus, S. Felipe, S. Teresinha, Serrinha, S. Sebastião, S. Francisco, S. Gonçalo, S. Estevão, Tapeiroá, Urandi, Valença. 4ª categoria: — Angical, Anchieta, Barreiras, Brotas, Bom Sucesso, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Cotegipe, Casa Nova, Uruçú, Chique-Chique, Correntim, Cícero Dantas, Cipó, Conceição do Coité, Cumbe, Geremoabo, Guanambi, Itirecê, Itapicuru, Ituba, Jandaia, Livramento, Monte Santo, Macaúbas, Monte Ailo, Morro do Chapéu, Oliveira dos Brejinhos, Paripiranga, Pilão Arcado, Pavanirim, Pombal, Queimadas, Rio Real, Rio Branco, Rio Preto, Remanso, Rio de Santana, Rio de Contas, Soure, Saude, S. Luzia, Santana da Glória, Santo Sé, S. Inácio, S. Ana, S. Maria, Seabra, Tucano, Uauá. De acordo com esta classificação, foram também, por unanimidade de votos, dos membros presentes, aprovados os seguintes salários: — para 1ª categoria, 190\$0 mensais, ou sejam 7\$650 por dia. Para 2ª categoria, 140\$0 por mês ou sejam 5\$6 por dia ou 87 por hora de trabalho. Para 3ª categoria 110\$0 por mês ou sejam 4\$4 por dia ou 5\$50 por hora de trabalho. Para 4ª categoria, 90\$0 por mês ou seja, 3\$0 por dia ou 4\$50 por hora de trabalho. O mês é compreendido como 25 dias de trabalho ou 200 horas de trabalho. Os salários referentes aos menores, foram fixados na forma do artigo 5º, em 50 % do salário do trabalhador adulto no respectivo município. Os salários a molhado, foram mantidos, com a obrigatoriedade de pagamento de 30 % em moeda. Para os trabalhos insalubres, foram fixados os salários adicionais de 20, 30 e 40 % do salário principal. O relatório tratou ainda do salário por empreitada, aprovando a Comissão, a interpretação dada pelo Sr. presidente, no referido documento. Em seguida, o Sr. presidente da Comissão, se congratulou com os membros, pelo resultado da votação, pela cordialidade, devotamento que dominou o espírito de todos, no propósito de corresponder os patrióticos objetivos do governo, na elaboração e aplicação da humana lei do salário mínimo. E para constar, eu, Otto Bittencourt Sobrinho, lavro a presente ata, que vai pelos membros presentes assinadas e por mim subscrita.

Baía, 10 de janeiro de 1940. — *Augusto Alexandre Machado*. — *Teodoro Pereira Silva*. — *Aristóteles Mendes Ferreira*. — *Arlindo Macário dos Santos*. — *Manoel Piton Barreto*. — *Genésio Sales*. — *Antônio Alves Guimarães*. — *Otto Bittencourt Sobrinho*, secretário.

TRIBUNAL DE CONTAS

ATA N. 1 — SESSÃO ORDINÁRIA EM 2 DE JANEIRO DE 1940

Presidência do Sr. ministro Tavares de Lira — Procurador, Dr. Leopoldo Cunha Melo — Secretário, Bel. Djalma Montgiri

Presentes os Srs. ministros Otávio Tarquínio de Sousa, Ruben Rosa, José Américo, Bernardino de Sousa, Eduardo Lopes e José de Castro Nunes, foi aberta a sessão.

O Sr. ministro Eduardo Lopes, ao ser aberta a sessão, pediu a palavra e declarou que na última sessão do Tribunal deixou de tomar parte dos trabalhos por se achar em gozo de férias. Entretanto, si presente estivesse, votaria nos senhores ministros Tavares de Lira e Ruben Rosa para presidente e vice-presidente, durante o ano de 1940.

Homens cultos, inteligentes e dotados de espírito de organização, bem mereceram a reeleição pelo consenso unanime do Tribunal.

Aproveito a oportunidade o Sr. ministro Eduardo Lopes para comunicar que, em a recente viagem feita ao sul do país, teve ensejo de visitar as Delegações nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul e dessa visita trouxe a melhor impressão pela ordem que notou em todas elas, graça ao esforço e compreensão dos deveres demonstrados pelos seus delegados e assistentes.

O Sr. ministro Tavares de Lira agradeceu as bondosas palavras proferidas a seu respeito, o que também fez, pela ordem, o senhor ministro Ruben Rosa.

Relatados pelo Sr. ministro Otávio Tarquínio de Sousa:

Ministério da Agricultura:

Ofício n. 14.245, de 29 de dezembro findo, sobre o adiantamento de 46:300\$0 ao bibliotecário classe "I", do Departamento Nacional da Produção Mineral, Cássio Soares de Sousa, para despesa a seu cargo. (PG. 37.936). — O Tribunal recusou registro a despesa, de acordo com os pareceres.

Ministério da Fazenda:

Relatório apresentado pelo oficial administrativo Vercingetorix Moreira da Silva, dos trabalhos relativos a tomada de contas da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, no 1.º semestre de 1939. (PG. 36.609).

Idem, idem, pelo oficial administrativo Edgard Valente, relativo aos trabalhos da tomada de contas da Companhia Cessionária das Docas do Porto da Bahia, no 3.º trimestre de 1939. (PG. 39.615). — O Tribunal mandou arquivar o processo.

Telegrama do delegado deste Tribunal no Estado da Bahia, consultando si a publicação para pagamento de diárias de que trata o artigo 3.º do Decreto-lei n. 4.705, de 26 de setembro último podendo ser feita no "Diário Oficial" do Estado a expensas dos cofres públicos conforme autorização do diretor do Pessoal do Ministério da Agricultura. (PG. 30.808). — O Tribunal resolveu responder afirmativamente a consulta.

Processos:

De pagamento de 333\$3 a Corina Mascarenhas Polônio, 850\$2 a Wilson Krause e de 1:372\$5 a Altamiro Batista Carvalho, propositos de coletores, provenientes de vencimentos. (PG. 35.363, 35.361, 35.375). — O Tribunal recusou registro as aludidas despesas de acordo com os pareceres.

De concessão:

De montepio civil a Maria Anunciada Accioli, filha de Jorge Calvalcanti de Barros Accioli, condutor de trem aposentado da Estrada de Ferro Central do Brasil. (PG. 33.497).

De melhoria de pensão a Rosa Teixeira Outieral, viúva de Ottoni Outieral, major do Exército e a Maria Francisca Sales, irmã do 2.º sargento do Exército Manuel Sales Júnior. (PG. 34.520 e 34.160).

De aposentadoria a Armando Coelho de Carvalho, oficial administrativo classe "K", do Quadro único do Ministério da Educação; a Henrique Pereira de Lucena, estatístico classe "L", do Quadro I, do Ministério da Justiça; e a Alfredo Américo da Fonseca, carteiro da classe "E", do Quadro XVI do Ministério da Viação. (PG. 37.459, 37.411, 5.678, 37.417). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Offícios:

N. 311, de 14 do mês findo, da Comissão Especial para Aquisição de Combustíveis e Lubrificantes, relativo ao contrato celebrado sob o número 4, com Dolabela Portela & Comp., Ltda., para fornecimento de lenha a Estrada de Ferro Central do Brasil. (PG. 30.308). — O Tribunal recusou o registro ao contrato, não só por que não foi atendida a diligência anteriormente ordenada, como também por estar encerrado o ano financeiro de 1939.

Ns 19.308, de 29 do mês findo, da Comissão Central de Compras, com o termo n. 455, de rescisão do contrato n. 225, celebrado com Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda., para fornecimentos à Imprensa Nacional (P. G. 30.982) — O Tribunal recusou registro ao aludido termo de rescisão, de acordo com os pareceres.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Processo de concessão de reformas aos capitães José Nunes da Silva Sobrinho, Fernando Pereira Cardoso, Joaquim Antero de Carvalho, Manuel Lopes Leite de Araujo; primeiros tenentes Silvino Machado de Oliveira, Edgard Rangel de Abreu, Mário de Carvalho Monteiro, Gauraci Augusto de Freitas Pereira, Luiz de Siqueira, Tibúrcio Ferreira Crespo, Osmar Oliveira Almeida; segundos tenentes Di-Lair Pechanha, Antônio Monteiro, de França, Raimundo Quaresma Gonçalves e ao aspirante a oficial Soter Fernandes Ribeiro (P. G. 37.357) — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões.

Aviso n. 742, de 28 do mês findo, sobre a distribuição do crédito de 6:000\$0 à Delegacia Fiscal no Estado do Amazonas, por conta da sub-consignação 16 — Consignação IV, da verba 1ª — Pessoal, do orçamento de 1939 (P. G. 34.950) — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para o fim a que alude a parte final do parecer.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 3.670, de 18 de novembro último, encaminhando cópia do ofício n. 3.704, de 30 de setembro anterior, do Departamento Nacional de Portos e Navegação, referente a exigências, por parte da Delegação no Estado de São Paulo, em processos de pagamento de subvenções, requisitados pela Fiscalização do Porto de Santos (P. G. 32.089) — O Tribunal resolveu responder ao Ministério que só em caso concreto poderá se manifestar a respeito, e, ainda assim, em grau de recurso, regularmente interposto.

N. 4.283, de 29 do mês findo, com a cópia do Decreto-lei número 1.924, do dia 28 anterior, que altera sem aumento de despesa o orçamento de 1939 (P. G. 38.190) — O Tribunal mandou anotar o ato constante do aludido decreto-lei e resolveu se comunicar ao Ministério que o crédito não pode ter aplicação, de vez que não é possível o empenho da despesa após o encerramento do ano financeiro, verificado em 31 de dezembro.

Relatados pelo Sr. ministro Ruben Rosa:

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

N. 11.564, de 26 do mês findo, da Divisão de Contabilidade, sobre o pagamento de 2:106\$0 a Companhia Nacional de Navegação Costeira, por fornecimentos (P. G. 35.413) — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para que a repartição informe a razão porque foi concedida a passagem pela Companhia credora e não pelo Lloyd Brasileiro.

N. 617, de 5 do mês findo, do Escritório de Obras, sobre a restituição da caução de 592\$5 depositada pela Construtora Brandão S. A., como garantia de contrato (P. G. 38.173) — O Tribunal autorizou o levantamento da aludida caução, em termos.

Ministério da Fazenda:

Relatório apresentado pelo oficial administrativo Oscar Borges Teófilo dos trabalhos de tomada de contas da Manaus Harbour Limited, no ano de 1938 — (P. G. 36.737) — O Tribunal mandou arquivar o processo.

Offícios:

N. 19.311, de 29 do mês findo, da Comissão Central de Compras, sobre o termo n. 458, de rescisão do contrato celebrado sob o n. 236, com M. H. Rezende & Comp., para fornecimentos à Imprensa Nacional (P. G. 30.988) — O Tribunal recusou registro ao aludido termo rescisório de acordo com os pareceres.

N. 19.137, de 27 do mês findo, da mesma Comissão, pagamento de 187:455\$0 a Norton Megaw & Comp. Ltda., por fornecimentos a Estrada de Ferro Central do Brasil (P. G. 38.439);

N. 659, de 16 de novembro último, da Diretoria do Imposto de Rendas, relativo ao pagamento de 1:481\$9 ao Lloyd Brasileiro, por transportes (P. G. 36.839).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Processos:

De pagamento:

De 7:333\$3 a Geraldo Amarante Guimarães, 266\$7 a Otávio Silva, 1:108\$6 a Flávio Mendes Carneiro e de 4:791\$3 a Olímpia Rego Barros de Mesquita, de vencimentos, como prepostos de coletores (P. G. 38.363, 38.375, 35.367 e 38.283) — O Tribunal recusou registro às aludidas despesas de acordo com os pareceres.

De 50\$0 ao extranumerário mensalista da Casa da Moeda, Fernando Guarani de Menezes, de vencimentos em outubro do ano findo (P. G. 36.844) — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

De concessão:

De montepio e meio soldo a Maria Henriqueta Neves Terra, viúva de Alberto Amora Terra, tenente-coronel do Exército (PG. 13.270).

De aposentadoria a Trajano de Cesar Castro, almoxarife, classe I, do Quadro III do Ministério da Justiça; Manuel Herdérico da Costa, tesoureiro, classe J, do Quadro XXI, do Ministério da Viação; Ilisio Ferreira Martins Ribeiro, carteiro, classe F, do Quadro XVIII, idem; Pedro Artur dos Reis Nunes, carteiro, classe G, do Quadro IV, do Ministério da Viação; Ulisses Pereira Lago, telegrafista, classe I, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Rio Grande do Norte e Luiz Cândido, marinheiro, do Quadro III do Ministério da Educação (PG. 37.415, 37.413, 7.260, 5.680, 7.252 e 3.140). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e os das despesas classificadas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Promoção n. 56, de 21 do mês findo, do Sr. Procurador, sobre o contrato celebrado pelo Escritório de Obras com a Companhia Construtora Nacional S. A., para construção da Colônia de Férias João Luiz Alves, na Ilha do Governador (PG. 30.824). — O Tribunal deixou de tomar conhecimento do contrato, de vez que a despesa respectiva corre à conta do crédito aberto pelo Decreto-lei n. 1.059, de 19 de janeiro de 1939, destinado a dar execução ao plano quinquenal.

Offícios ns. 3.831 e 3.933, de 8 e 28 do mês findo, do Instituto 7 de Setembro, sobre o pagamento de 198\$3 ao extranumerário mensalista de 5ª classe, coadjuvante de ensino, Valdice Marçagão Gesteira, de salários em novembro do corrente ano (PG. 37.096). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Processo de concessão de reforma ao soldado da Polícia Militar do Distrito Federal, Artur Alves dos Santos (PG. 37.355). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão.

Ministério da Marinha:

Aviso n. 1.975, de 30 do mês findo, com a cópia do Decreto-lei n. 1.928, do dia 29 anterior, que abre o crédito de 4.000:000\$0, suplementar à verba que especifica, (PG. 35.018). — O Tribunal ordenou o registro do aludido crédito suplementar, fazendo notar, entretanto, que nenhuma despesa é empenhada à sua conta, tendo em vista o art. 1º letra c do Decreto-lei n. 12, de 28 de dezembro de 1934.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 4.241, de 27 do mês findo, pagamento de 252:000\$0 ao Estado de Santa Catarina, de folha de medição de material adquirido para a Estrada de Ferro Santa Catarina (PG. 34.930). — O Tribunal ordenou o registro da despesa.

N. 4.245, de 28 do mês findo, com o termo de rescisão do contrato celebrado entre o Departamento de Aeronáutica Civil e a Viação Aérea S. Paulo, S. A., "Vasp", para a execução da linha aérea de Uberaba a Goiânia, incluindo no mesmo regime contratual o trecho de Uberaba a São Paulo (PG. 30.936). — O Tribunal ordenou o registro do aludido termo de rescisão.

Ofício n. 4.003, de 20 do mês findo, do Departamento de Aeronáutica Civil, sobre o pagamento de 162:000\$0 a Panair do Brasil, S. A., de subvenção (PG. 39.951). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

— Relatados pelo Sr. Ministro José Américo:

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Processo de concessão de reforma a Carlos Braga, soldado da Polícia Militar do Distrito Federal (PG. 27.260). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento de 142\$2 a Pedro Joaquim de Assunção e de 425\$0 a Francisco Bentes Ribeiro, de restituição e dívida de exercícios findos (PG. 3.008 e 6.813). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

De 1:069\$6 a Julieta Monteiro Trotié, 383\$3 a José Lobato, 533\$4 a Joaquim de Oliveira, 266\$7 a Alzira Silva do Vale, 1:777\$5 a Maria José Néri e de 2:220\$7 a mesma, de vencimentos, como prepostos de coletores (PG. 38.287, 38.289, 35.379, 35.377, 35.359 e 38.285). — O Tribunal recusou registro as aludidas despesas, de acordo com os pareceres.

De concessão:

De melhoria de pensão, a Rita Tamborim Guimarães Lindgren, viúva do Capitão de Fragata médico da Armada Carlos Lindgren (PG. 34.698);

De montepio civil a Pegantina Ramalho da Rocha e outros, viúva e filhos de Joaquim Dias da Rocha, oficial aduaneiro da mesa de rendas de Sena Madureira, Território do Acre (PG. 30.954).

De aposentadoria a Oscar Frederico de Sousa, professor cate-drático classe L, do Quadro I, do Ministério da Educação; Zeni de Oliveira Brasil, ajudante da agência postal de Rocha, no Distrito Federal, e a Agostinho da Silveira Mendonça, compositor classe F, do Quadro III do Ministério da Justiça (PG. 34.470) (6.435 e 37.387).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Offícios:

N. 17.993, de 5 do mês findo, sobre o pagamento de 178\$0 à Standard Oil Company of Brasil e outros, por fornecimentos à mesma Comissão (PG. 36.955). — O Tribunal resolveu manter a anterior decisão denegatória de registro.

N. 18.916, de 22 do mês findo, da mesma Comissão, sobre o levantamento da caução depositada por Petersen Michabelles & Comp. Ltda., como garantia da execução do contrato n. 108, de 1939 (PG. 38.183). — O Tribunal autorizou o levantamento da aludida caução, em termos.

N. 19.513, de 29 do mês findo, da mesma Comissão, sobre o contrato celebrado sob o n. 461, com Herm Stoltz & Comp., para fornecimentos ao Departamento Nacional de Portos e Navegação (PG. 36.980). — O Tribunal ordenou o registro do aludido contrato.

N. 19.312, de 29 do mês findo, da mesma Comissão, com o termo n. 459, de rescisão do contrato n. 320, celebrado com a Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens Schukert S.A., para fornecimentos à Estrada de Ferro Central do Brasil (PG. 30.990). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para que a Comissão Central de Compras comprove o motivo de força maior alegado.

Ns. 18.730 e 19.315, de 19 e 29 do mês findo, da Comissão Central de Compras, sobre os contratos celebrados sob os ns. 433 e 422, com a Sociedade de Instalações Mecânicas Ltda. e com Eugênio Simmler & Comp., para fornecimentos ao Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal e à Casa da Moeda (PG. 31.004 e 30.974). — O Tribunal recusou registro aos aludidos contratos por se achar encerrado o ano financeiro de 1939 a que pertence a despesa.

N. 19.310, de 29 do corrente, da mesma Comissão, sobre o termo de contrato n. 457, celebrado com M. H. Rezende & Comp., pelo qual se rescinde o de n. 174, deste ano, para fornecimentos à Imprensa Nacional (PG. 19.310). — O Tribunal recusou registro ao aludido termo rescisório de acordo com o parecer do Sr. procurador proferido nos seguintes termos:

"O contrato de fls. 4-5 foi registrado em 28 de julho último (vide decisão de fls. 15 verso).

Segundo foi estabelecido, os contratantes, dentro de 10 dias, contados da data do registro, deveriam fazer entrega do fornecimento objeto do contrato. (Os dez dias deveriam ser contados de 31 de julho último, data em que o registro foi comunicado à C.C.C.)

Esgotaram-se os ditos 10 dias em 11 de agosto último, e os contratantes não cumpriram o contrato assinado em 12 de junho.

Incidiram, evidentemente, nas duas sanções previstas nas cláusulas 8ª e 9ª onde se lê:

"No mesmo ato, pelo fornecedor são entregues à Comissão, os seguintes valores, em caução do fiel cumprimento de cada uma das cláusulas do presente contrato, ficando convencionada a sua perda, em favor da Fazenda Nacional, em caso de infração de qualquer das cláusulas referidas, o que determinará também a rescisão do contrato, a não ser que a infração seja determinada por motivo de força maior, devidamente comprovado, um certificado do Tesouro Nacional n. 182 do depósito de quinze (15) apólices, ao portador, de 1.000\$0, cada uma, ns. 963.067-72, 1.213.686-8, 1.213.949-50 e 1.256.823-6, dos Decretos ns. 23.533, de 1933, e 24.233, de 1934, com cupões de julho de 1939 e seguintes, tomado por termo n. 188 na data 50."

Cláusula nona:

"Independentemente da pena contratual, acima estipulada, fica convencionado que, se o fornecedor deixar de efetuar a entrega do material, no prazo e condições estabelecidos, poderá a Comissão adquirir, de terceiros, material idêntico ou similar, correndo a diferença de preço por conta do fornecedor e sendo ela cobrável por ação executiva."

Com lamentável desprezo pelos interesses públicos que lhe são confiados a "C. C. C." a 27 do mês que hoje finda, isto é, já quando o contrato estava rescindido por infração da cláusula 3ª, assinou o termo de fls., dando-o como reincidido por motivo de força maior, decorrente da atual situação europeia.

Assinando o contrato para executá-lo dentro de 10 dias, contados da data do registro, pelo Tribunal de Contas, os contratantes vendedores já deveriam ter em seu poder o material a ser fornecido, ou ao menos, ter providenciado sobre o seu embarque.

Mesmo em tempos normalíssimos, sem as dificuldades por que ora passa o comércio marítimo entre todas as nações do mundo, não seria fácil aos referidos contratantes cumprir o contrato se, na data da sua assinatura, já não possuíssem o dito material ou não tivessem providenciado sobre o seu embarque.

Não é possível que o pretexto de força maior decorrente da atual situação europeia sirva de critério geral para a rescisão de todos os contratos assinados com a administração pública, para aquisição de mercadorias estrangeiras, alguns dos quais, como o presente, ha muito já reincididos.

A C.C.C., sem o exame de cada caso concreto, admitindo, sob tal fundamento, a rescisão de tantos contratos, longe de defender, como deve, os interesses públicos, está a servir a contratantes poucos combinados, no propósito de vender melhor os artigos objeto dos contratos assinados.

Esse é o verdadeiro e indissolúvel motivo pelo qual algumas dessas rescisões estão sendo pleiteadas.

No caso em foco, a providência legal a tomar-se é promover o cumprimento dos cláusulas 8ª e 9ª do contrato de fls.

Por tais considerações, opino que se negue registro ao termo de rescisão de fls., como medida de moralidade e acatadora aos interesses da Fazenda Pública".

Relatados pelo senhor ministro Bernardino de Sousa:

Ministério da Educação:

Ofício n. 11.615, da Divisão de Contabilidade, de 29 do mês findo, pagamento de 230.183\$0 a Santos Gonçalves Ltda., por serviços prestados (PG. 40.043). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

Ministério da Fazenda:

Offícios:

Ns. 18.933, e 19.138, de 23 e 27 do mês findo, da Comissão Central de Compras, pagamento de 394.178\$2 à Empresa Comercial Importadora Ltda., e de 260.000\$0 ao Instituto do Açúcar e do Alcool por fornecimentos aos Ministérios da Educação e Viação (PG. 38.112 e 38.141). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

N. 19.307, de 29 do mês findo, da Comissão Central de Compras, sobre o contrato n. 451, de 21 de dezembro de 1939, celebrado com a International Machinery Company, para fornecimentos ao Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal (PG. 30.978). — O Tribunal ordenou o registro do aludido contrato.

N. 19.309, de 29 de dezembro findo, sobre o termo n. 456, de 27 de dezembro citado, de rescisão do contrato n. 283, celebrado com a Empresa Promotora de Vendas Limitada, para fornecimentos à Estrada de Ferro Central do Brasil. (PG. 30.984). — O Tribunal recusou registro ao aludido termo de acordo com os pareceres.

N. 494, da Delegação deste Tribunal no Estado de Pernambuco, remetendo a ata dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas, no 1º trimestre de 1939 da The Great Western of Brazil Company Ltd. (PG. 28.386). — O Tribunal mandou arquivar o processo.

N. 1.075, de 21 do mês findo, da Delegação deste Tribunal no Ministério da Agricultura, encaminhando o recurso interposto pelo senhor ministro de Estado, do ato da mesma Delegação que deixou de julgar comprovada a aplicação dada ao adiantamento de 800\$0 recebida pela servente classe D. Eleutério Cesário de Paula, em 26 de abril de 1939 (PG. 30.872). — O Tribunal deu provimento ao recurso para o fim de julgar comprovada a aplicação dada ao citado adiantamento.

Processos:

De pagamento:

De 266\$7 a Otávio Silva; 333\$3 a Helena Mendonça Nogueira, 400\$0 a Maria da Glória G. A. Banese e de 400\$0 à mesma, de vencimentos como propostos de coletores (PG. 35.371, 35.389, 35.369 e 35.335). — O Tribunal recusou registro às aludidas despesas, de acordo com os pareceres.

De concessão:

De montepio militar a Hugo Cantergiani, filho menor do 3º sargento da Armada, Hugo Cantergiani (PG. 23.970).

De montepio civil a Dora Chagas Leite, filha de Alberio Chagas Leite, assistente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; a Freimira de Moraes Schamber, filha de Erodérico Mendes de Moraes, ex-preposto do Serviço do Povoamento do Solo em Paranaíba, e a Hilda de Oliveira, filha de Francisco José de Oliveira, maquinista aposentado da Estrada de Ferro Central do Brasil (PG. 18.205, 31.959 e 38.495).

De melhoria de pensão a Alice Correia de Melo, viúva do 2º tenente do Exército, Sílvio Correia de Melo e a Stela Mascarenhas da Costa, viúva de Daniel Neto Simões da Costa, general de divisão graduado reformado (PG. 37.588, 30.916).

De aposentadoria a José da Conceição, servente do Quadro I do Ministério da Educação; Mário de Barros Fontes, oficial administrativo classe J, do Quadro VIII, do Ministério da Fazenda; Odilon Aguiar da Costa Barros, telegrafista classe K, do Quadro III, do Ministério da Viação; Cândido Lopes Vilas Boas, telegrafista classe J, idem, idem; Prosdócimo Albertino da Silva Pereira, telegrafista classe I, idem, idem; e a João de Sousa Peixoto, guarda civil classe E, do Quadro II do Ministério da Justiça. (PG-37.443, 37.451, 1.830, 7.240, 3.852, 37.469).

— O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Processo de concessão de reforma ao 3º sargento da Polícia Militar do Distrito Federal Celestiano Ferreira da Silva (PG-37.244). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão.

Aviso n. SP/1.525, de 22 do mês findo, distribuição ao Tesouro Nacional do crédito de 70.080\$0, aberto pelo Decreto-lei n. 1.823, de 30 de novembro último, para atender ao pagamento de dívidas de condução a oficiais de justiça das Varas e Pretórias Criminais do Distrito Federal, relativamente aos exercícios de 1937 a 1939. (PG-35.000). — O Tribunal ordenou o registro da distribuição de crédito.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Aviso n. 4.161, de 21 do mês findo, sobre a distribuição a Te-souraria da Estrada de Ferro Central do Brasil, do crédito especial de

66.000\$0 aberto pelo Decreto-lei n. 1.866, de 13 de dezembro passado, (PG-38.365). — O Tribunal ordenou o registro da distribuição de crédito.

Relatados pelo Sr. Ministro Eduardo Lopes:

Ministério da Fazenda:

Processos:

De concessão de aposentadoria a Bento Martins Pereira de Lemos, inspetor regional do Ministério do Trabalho; a Adelino Nunes Pereira, fiscal de seguros classe I, do Quadro único do Ministério do Trabalho e a Francisco Ramos Neto, oficial administrativo classe I, do Quadro XVII, do Ministério da Viação (PG-2.719, 3.398 e 4.826). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Relatados pelo Sr. Ministro José de Castro Nunes:

Ministério da Agricultura:

Offícios:

Ns. (7.666 e 11.500), de 25 de agosto e 7 de novembro últimos; do Departamento de Administração, sobre anulação no Tesouro e distribuição à Delegacia Fiscal em Sergipe, do crédito de 169.516\$5 por conta do que foi aberto pelo Decreto-lei n. 1.059, de 10 de janeiro do ano findo, (PG-39.749). — O Tribunal recusou registro à distribuição solicitada por se achar encerrado o ano financeiro de 1939.

N. 11.317, de 3 de novembro último, sobre anulação na Tesouraria do mesmo Ministério e distribuição à Delegacia Fiscal nos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e S. Paulo, créditos no total de 3.050\$6, por conta da verba 2ª. — Material (PG-34.349). — Foi ordenado o registro.

N. 81, de 25 de outubro último, da Delegacia Fiscal no Estado do Rio Grande do Norte, encaminhando o recurso interposto pelo fiscal de Plantas Têxteis nesse Estado, Renato Teixeira da Costa, relativamente a comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 10.000\$0, recebido pelo mesmo funcionário em 31 de dezembro de 1938. (PG-33.608). — O Tribunal deu provimento ao recurso, para o fim de julgar comprovada a aplicação dada ao citado adiantamento, tendo sido votos vencidos os dos Srs. Ministros Otávio Tarquínio e Ruben Rosa.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 140\$0 a Massilonede Menezes, de restituição (PG-1.310). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

De 1.789\$5 ao Lloyd Brasileiro, de dívida de exercícios findos (PG. 18.270). — O Tribunal deixou de tomar conhecimento do processo de vez que não foi interposto o pedido de reconsideração.

De 509\$4 a Edmar Brotto Jardim, 400\$0 a Maria da Glória G. Albanese, 266\$7 a José Lopes; 266\$7 a Liberty Rodrigues; 333\$333 a Francisca A. Vaz de Melo, 1.607\$1 a Aristodema de Araujo Pennido, e de 266\$7 a Otávio Silva, de vencimentos, como prepostos de coletores. (PG. 35.357, 35.383, 35.381, 35.365, 35.387, 35.395 e 35.397). — O Tribunal recusou registro às aludidas despesas de acordo com os pareceres.

De montepio e meio soldo a Iracema de Frias Vilar Faria, viúva do tenente coronel honorário do Exército, Dr. Alberto de Faria. (PG. 34.462). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para o fim a que se referem os pareceres.

De montepio civil a Herclia Leite Couto, viúva de Jaime Lopes do Couto, chefe de secção da extinta Inspetoria Geral de Navegação e a Esmeralda Deocleciano Regis e outros, viúva e filhos do carteiro aposentado, classe E, do Quadro XVI, do Ministério da Viação e Obras Públicas. (PG. 31.502 e 31.498).

De aposentadoria a Artur Francisco de Paula e Silva, carteiro classe G, do Quadro IV do Ministério da Viação; a Ernesto Otero, adido da extinta Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais e a Macário José de Araujo, servente, classe D, do Quadro VIII, do Ministério da Fazenda. (PG. 37.421, 5.566 e 37.419).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

N. 1.505, de 13 do mês findo, sobre a restituição da caução de 32.533\$7 depositada por Dourado S. A., como garantia da execução de contrato. (PG. 39.937). — O Tribunal autorizou o levantamento da aludida caução, em termos.

N. 775, de 29 do mês findo, com a cópia do Decreto-lei número 1.796, de 22 de novembro último, que abre o crédito especial de 28.800\$0 para pagamento nos meses de novembro e dezembro de 1939, dos vencimentos de 24 oficiais de Justiça, padrão E. (PG. 30.992). — O Tribunal ordenou o registro do aludido crédito.

Processo de concessão de reforma ao cabo da Polícia Militar do Distrito Federal, Horácio Gonçalves da Cruz. (PG. 37.353). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão.

Nada mais havendo a tratar o Sr. ministro presidente designou o dia 5 do corrente, às 13,30 horas, para a seguinte sessão ordinária, declarando encerrados os trabalhos.

E para constar lavrou-se a presente ata que vai subscrita e assinada.

ATA N. 2 — SESSÃO ORDINÁRIA EM 5 DE JANEIRO DE 1940

Presidência do Sr. ministro Tavares de Lira — Procurador, doutor Leopoldo Cunha Melo — Secretário, bacharel Djalma Monteiro

Presentes os Srs. ministros Otávio Tarquínio de Sousa, Ruben Rosa, José Américo, Bernardino de Sousa, Eduardo Lopes e José da Castro Nunes, foi aberta a sessão.

Relatados pelo Sr. ministro Otávio Tarquínio de Sousa:

Ministério da Agricultura:

Offícios ns. 9.558, 10.032 e 10.762, de 28 de setembro, 9 e 24 de outubro últimos, sobre movimentação de créditos da verba 2ª — Material (PG. 28.230), (35.679 e 35.050). — O Tribunal recusou registro às despesas decorrentes dos expedientes solicitados, por se achar encerrado o ano financeiro de 1939.

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

N. 11.538, de 23 do mês findo, sobre a distribuição do crédito de 3.200.000\$0 às diversas Delegacias Fiscais, por conta da verba 3ª — Serviços e Encargos (PG. 28.645).

N. 11.655, de 30 do mês findo, pagamento de 153.351\$0 a Virgílio Guimarães & Comp., por serviços prestados (PG 31.072).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Ministério da Fazenda:

Offícios:

N. 19.401, de 30 do mês findo, da Comissão Central de Compras, sobre a restituição da caução depositada pela Companhia Anilinas e Produtos Químicos do Brasil, como garantia da execução do contrato n. 386, de 1939 (PG. 35.080). — O Tribunal autorizou o levantamento da aludida caução, em termos.

N. 19.022, de 26 do mês findo, da mesma repartição, pagamento de 8.906\$0 a Ferreira Filho & Comp. e outros, por fornecimentos ao Ministério da Educação (PG 35.529). — O Tribunal recusou registro à aludida despesa, de acordo com os pareceres.

N. 19.412, do mês findo, sobre o contrato n. 464, celebrado entre a Comissão Central de Compras e Luiz Campos Filhos & Comp., para fornecimentos ao Departamento dos Correios e Telégrafos (PG. número 31.022). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para os fins a que aludem os pareceres.

N. 17.202, de 22 de novembro último, da Comissão Central de Compras, pagamento de 46.493\$0 a Ugo Bernardini e outros, por fornecimentos à Casa da Moeda (PG. 32.502). — O Tribunal manteve a decisão denegatória de registro.

N. 1.759, de 30 de dezembro último, sobre o contrato de aquisição do prédio situado à avenida Pasteur n. 146, e de uma faixa de terreno desmembrada do imóvel à mesma avenida n. 154, nesta Capital, feita, respectivamente, a D. Odília Machado Coelho de Castro e ao desembargador Antônio José Ribeiro de Freitas Júnior e sua mulher, pela União Federal, por escritura pública, lavrada a 29 de dezembro citado, em notas do tabelião do 11º ofício desta Capital a fls. 1 do livro n. 327. (PG. 31.018). — O Tribunal ordenou o registro da aludida escritura.

Processos:

De pagamento:

De 1.200\$0 a Maria Freire Bezerra de Menezes, de vencimentos como preposto de coletor; 100\$0 a Sívio Cravo e de 188\$5 à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, de dívidas de exercícios findos (PG. 38.529, 39.885 e 34.124). — O Tribunal recusou registro às aludidas despesas, de acordo com os pareceres.

De 146\$2 a Alfredo Barbosa dos Reis, 146\$2 a Estevão Pereira de Sousa e 146\$9 a João Augusto de Albuquerque Lima, de restituição (PG. 1.896, 1.810 e 1.230). — O Tribunal ordenou o registro dos citados pagamentos.

De concessão:

De montepio civil a Maria Inácia de Azevedo Muniz Maia, viúva de Antônio de Melo Muniz Maia, inspetor da Inspetoria de Fiscalização do Exercício de Medicina; a Aurea Moreira Portela, filha de Manuel do Nascimento Machado Portela Júnior, lente catedrático da Faculdade de Direito de Recife; a Dora Susini Machado, viúva de Péricles Mena Machado, escriturário classe E, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda; a Eponina Paiva Lopes e outros, viúva e filhos de Pedro Paulo Lopes, contínuo classe G, do Quadro IV do Ministério da Viação e a Adelaide e José, filhos menores de Alexandre Marques, ex-servente de 3ª classe, da antiga 5ª Divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (PG. 38.370, 30.670, 34.526, 38.133 e 34.940).

De montepio militar a Naiv Costa, viúva do 3º sargento do Exército, Ursulino de Sousa Costa; Orfila Coeího da Silva, filha de José Gregório da Silva, sub-tenente do Exército e a Conceição Brito Tavares Cavalcanti, viúva do 3º sargento do Exército, Otacilio Tavares Figueira Cavalcanti (PG. 38.114, 34.572 e 37.384).

De melhoria de pensão:

A Omezina de Azevedo Lins, filha do 1º tenente reformado do Exército, Norbertino Pereira de Azevedo (PG. 34.510).

De Aposentadoria a Vitor José da Silva, guarda civil classe E, do Quadro II, do Ministério da Justiça; a Heloisa Marinho, escrevente

da ditilógrafa da Seção de Expediente e Contabilidade da Diretoria Geral do Departamento Nacional da Produção Vegetal; a Oscar Joaquim do Carmo, operário de segunda classe da oficina de Trabalhos Estruturais (Seção de Gravadores) do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; a Luiz Rebelo Borges, tesoureiro padrão G, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda; a Alfredo de Sousa Dias Negrão, oficial administrativo classe J, do Quadro XXI do Ministério da Viação; a Manuel Francisco de Oliveira, trabalhador das Capatazias da Alfândega de Fortaleza, no Estado do Ceará, do Ministério da Fazenda; a Joaquim Pereira da Silva, compositor (extinto) classe G, do Quadro único do Ministério do Trabalho; a Silvino Rios, escriptorário da classe G, do Quadro III do Ministério da Justiça e a Rodolfo Mamede, oficial administrativo classe K, do Quadro II do Tribunal de Contas do Ministério da Fazenda (PG. 40.167, 37.789, 37.407, 37.401, 37.403, 37.686, 37.447, 28.881 e 31.474).

— O Tribunal ordenou o registro das concessões e o das despesas classificadas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Processo de concessão de reforma a Manuel de Oliveira, primeiro sargento da Polícia Militar do Distrito Federal (PG. 27.996). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão.

Aviso n. 1.552, de 29 de novembro último, sobre o pagamento de 37.600\$00 ao bel. Teodoro Arthou e mais 10 premeiros públicos interinos, padrão N, de substituições nos meses de novembro e dezembro de 1939 (PG. 38.701). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para os fins indicados nos pareceres.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Avisos:

N. 453, de 11 de novembro último, sobre o pagamento de 32.505\$8 a Carlos Teodoro Dannemann e outros, por serviços prestados ao mesmo Ministério (PG. 32.529). — O Tribunal resolveu reiterar sua anterior diligência.

N. 472, de 20 de dezembro findo, sobre a distribuição do crédito de 1.200.000\$0 ao Tesouro Nacional por conta da verba 1ª — Pessoal — VI — Pensionistas — 17 — Contribuição 01 (PG. 35.052). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Ofício n. 4.301, de 20 do mês findo, do Serviço do Pessoal do Ministério da Viação, relativo ao pagamento de 2.402\$5, correspondentes às folhas de gratificações por serviços extraordinários prestados por extranumerários do Departamento de Aeronáutica Civil, em agosto último, acompanhado da exposição de motivos do D. A. S. P., com o despacho do Sr. Presidente da República, autorizando a concessão das gratificações (PG. 38.260). — O Tribunal ordenou o registro "sob reserva".

Relatados pelo Sr. ministro Ruben Rosa:

Ministério da Agricultura:

Ofício n. 11.159, de 31 de outubro último, do Departamento de Administração, sobre movimentação de créditos à conta da verba 2ª — Material (PG. 35.427). — O Tribunal recusou registro à despesa decorrente do expediente solicitado, por se achar encerrado o ano financeiro de 1939.

Ministério da Educação e Saúde:

Ofícios:

N. 11.523, de 22 do mês findo, da Divisão de Contabilidade, distribuição do crédito de 150.000\$0 à Delegacia Fiscal em Pernambuco, por conta da verba 3ª — Serviços e encargos (PG. 35.080). — Foi ordenado o registro.

N. 11.243, de 8 do mês findo, da Divisão de Contabilidade, distribuição do crédito de 3.300\$0 à Delegacia Fiscal no Estado do Rio Grande do Norte, por conta da verba 1ª — Pessoal (PG. 35.709). — O Tribunal nada teve a deliberar, em face do Decreto-lei n. 1.755, de 9 de novembro último.

N. 11.502, de 23 do mês findo, do Departamento de Administração, sobre a distribuição do crédito de 200.000\$0, à Delegacia Fiscal no Estado de Santa Catarina, para pagamento do auxílio devido ao Governo do mesmo Estado, para a construção do pavilhão de doenças contagiosas e agudas, no Sanatório de Florianópolis (PG. 35.066). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Ministério da Fazenda:

Ofícios:

N. 19.025, de 26 do mês findo, pagamento de 14.771\$80 a Companhia Usinas Nacionais e outros, de fornecimentos ao Ministério da Educação. (PG. n. 19.025). — O Tribunal recusou registro à aludida despesa, de acordo com os pareceres.

Ns. 19.224, 19.227 e 19.403, de dezembro último, da Comissão Central de Compras, sobre a restituição das cauções depositadas pela Internacional Machinery Company, Automóveis Santa Luzia Ltda. e por Irmãos Bonato & Comp. Ltda., como garantia da execução dos contratos ns. 252, 362 e 302, de 1939. (PG. ns. 38.611, 38.617 e 35.076). — O Tribunal autorizou a restituição das aludidas cauções, em termos.

N. 1.747, de 28 do mês findo, da Diretoria do Domínio da União, com o processo fichado sob o n. 30.312, relativo ao termo de nova-

ção de aforamento assinado por Jaime Rodrigues Pinto Leite, concernente ao terreno de marinha situado à avenida Comandante Castilho França n. 129/130, na cidade de Belém no Estado do Pará (PG. n. 30.962). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência de acordo com o parecer do Sr. Procurador.

Processos:

De pagamento:

De 694\$5 a Edmar Broto Jardim, 1:402\$8 a Lauro Duarte de Azevedo, 172\$0 a José Lopes, 333\$3 a Francisca A. Vaz de Melo e de 1:235\$7 a Paulista Aragão Gomes, de vencimentos, como prepositos de coletores. (PG. ns. 38.519, 38.521, 39.853, 38.116 e 39.851).

De 32\$5 a Rêde Viação Parauá Santa Catarina, de dívida de exercícios findos. (PG. n. 37.154).

O Tribunal recusou registro às aludidas despesas, de acordo com os pareceres.

De 82\$6 ao contador classe II, do Quadro I, do Ministério da Fazenda, Oscar Trindade, por serviços extraordinários; 140\$0 a José Galvão Bellez, de restituição e de 41:380\$0 ao consul aposentado Felipe Augusto Silvano Brandão, de dívidas de exercícios findos. (PG. ns. 29.350, 1.774 e 34.022). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

De concessão:

De montepio civil a Teresa Campos do Amaral Sobreira e outras, viúva e filhas de Antônio Marcos do Amaral Sobreira, telegrafista de 3ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Piauí; a Esmeralda dos Santos Batista, viúva de Antônio Caetano Batista, auxiliar de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, de São Paulo e a Isabel do Nascimento Moreno e outros, viúva e filhos de Guilherme Antônio Moreno, carteiro de 1ª classe aposentado, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Pará. (PG. ns. 34.478, 34.512 e 34.522).

De montepio militar a Calécina Pereira Caldas, filha do coronel Francisco Joaquim Pereira Caldas. (PG. n. 34.804). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

De concessão de restabelecimento de montepio civil a D. Marieta Galvão de Miranda Correia, viúva do Dr. Carolino de Miranda Correia, médico da Casa de Correção e de parte do meio soldo e de montepio militar a D. Nice A. da Fonseca Galvão, viúva do major graduado do Exército, José Antônio da Fonseca Galvão. — O Tribunal ordenou o registro da concessão e o da despesa classificada, mandando oficial ao Tesouro, nos termos da informação do Corpo Instrutivo.

De aposentadoria:

A Saturnino Jordão, servente classe C, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde. (PG. n. 34.454). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão e converteu o julgamento em diligência quanto a despesa afim de ser feita a necessária retificação, classificada que foi em importância inferior a devida.

A Augusto Dourado Pessoa Maia, telegrafista classe I, do Quadro III do Ministério da Viação e a Júlio Kalkman Júnior, inspetor de linhas telegrafista classe J, do Quadro III do mesmo Ministério. (PG. ns. 37.405 e 37.791).

De melhoria de pensão a Zuleika de Menezes, irmã do primeiro tenente do Exército Pedro Teles de Menezes; a Júlia Cardoso Mourão, viúva de Raul de Queiroz Melo, 1º tenente do Exército; a Odete Trajano Cesar de Andrade, viúva do capitão tenente da Armada Carlos Cesar de Andrade; a Otacílio Pamplona Freire e outros, viúva e filhos do tenente coronel reformado do Exército Antônio Freire de Vasconcelos; a Ana Bezerra Marinha Falcão, viúva de Heleodoro Marinho Falcão, 2º sargento do Exército e a Beatriz de Jesus Carvalho, filha menor do capitão de fragata reformado engenheiro maquinista da Armada, José de Jesus Carvalho. (PG. ns. 34.844, 38.135, 38.502, 35.651, 38.141 e 38.489). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas e o das despesas classificadas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Aviso n. 764, de 18 do mês findo, pagamento de 31.097\$0 a Virgílio Guimarães & Cia., por serviços prestados (PG. 38.422). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

Processo de concessão de reforma ao cabo de esquadra da Polícia Militar do Distrito Federal, João José de França (PG. 39.855). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Ofício n. 1.923, de 30 de dezembro findo, do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, sobre o pagamento de 510\$0 a Panair do Brasil S. A., por serviços prestados (PG. 40.043). — O Tribunal reconsiderou sua anterior decisão para o fim de ordenar o registro da despesa.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 4.303, de 30 do mês findo, com a cópia do Decreto-lei número 1.920, do dia 28 anterior, que abre o crédito de 200.000\$0.

suplementar a subconsignação n. 9(07), da verba 5ª (PG. 38.248). — O Tribunal ordenou o registro do aludido crédito com observância do art. 1º letra c do Decreto-lei n. 12, de 28 de dezembro de 1934.

Ns. 4.242 e 4.275, de 27 e 29 de dezembro findo, pagamento de 489:677\$420 à Companhia Nacional de Navegação Costeira e de réis 1.340:563\$3 à S. A. do Gaz do Rio de Janeiro, de subvenção e serviços prestados (PG. 38.693 e 38.697). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Aviso n. 677, de 14 de novembro último, sobre o contrato celebrado com Bernardino Dias da Silva, para arrendamento do prédio n. 65, da rua Pedro Alves, nesta Capital (PG. 30.254). — O Tribunal recusou registro ao aludido contrato, de acordo com os pareceres.

Relatados pelo Sr. ministro Bernardino de Sousa:

Ministério da Agricultura:

Offício n. 14.266 de 29 de dezembro findo, do Departamento de Administração, pagamento de 191:259\$5 à Companhia Brasileira de Construções de obras executadas na Escola Nacional de Agronomia (PG. 38.649). — O Tribunal ordenou o registro da despesa.

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

N. 11.656, da Divisão de Contabilidade, pagamento de 344:963\$0 a Lutz, Ferrando & Cia. Ltda., por fornecimento de material com a instalação do "Bleo Médico Cirúrgico e Gabinete Dentário da Colônia Juliano Moreira", em dezembro findo (PG. 31.070). — Ordenou-se o registro da despesa.

N. 11.493 de 21 do mês findo, da Divisão de Contabilidade, sobre a importância de 42.700\$0 que deverá ficar a disposição da Comissão Central de Compras a conta de várias subconsignações da consignação 2 — Material de Consumo, da verba 2ª — Material (PG. 38.178). — O Tribunal mandou anotar o destaque.

Ministério da Fazenda:

Offícios:

N. 19.396, de 30 do mês findo da Comissão Central de Compras, sobre o pagamento de 18:730\$0 a P. Kastrop & Cia., por fornecimentos ao Ministério da Fazenda (PG. 38.234). — O Tribunal manteve sua anterior decisão de recusa de registro a despesa, tendo sido voto vencido o Sr. ministro Bernardino de Sousa.

N. 18.513, de 14 do mês findo, sobre o pagamento de 1:127\$2 a Mesbla S. A., por fornecimentos ao Ministério das Relações Exteriores (PG. 34.773). — O Tribunal reconsiderou sua anterior decisão para o fim de ordenar o registro da despesa.

N. 19.222, de 28 do mês findo, da mesma Comissão, restituição da caução depositada por Castro Sobral & Cia., como garantia da execução do contrato n. 249, do corrente ano (PG. 38.607). — O Tribunal autorizou o levantamento da aludida caução, em termos.

N. 19.316, de 29 do mês findo, da mesma Comissão, relativo ao termo n. 462, de rescisão do contrato n. 196, celebrado com Alexandre Ribeiro & Cia. Ltda., para fornecimentos ao Departamento dos Correios e Telégrafos (PG. 31.010). — O Tribunal recusou registro ao contrato de acordo com os pareceres.

N. 19.411, de 30 do mês findo, da mesma Comissão, sobre o contrato n. 417, celebrado com Arano Pons & Cia. Ltda., representante de Sullivan Machinery Co., para fornecimentos ao Departamento Nacional da Produção Mineral (PG. 31.020). — O Tribunal recusou registro ao aludido contrato, de acordo com os pareceres.

Ns. 676 e 647, de 16 de dezembro de 1938 e 16 de dezembro de 1939, da Diretoria de Redes Internas, com o processo fichado sob o n. 72.338, de 1938, relativo ao contrato celebrado com a Empresa Força e Luz Santa Catarina, para arrecadação do imposto de consumo de energia elétrica (PG. 30.786).

N. 1.248, de 18 do mês findo, da Delegação deste Tribunal no Estado da Bahia, encaminhando o contrato celebrado com a Prefeitura de Itaquara, no mesmo Estado, para arrecadação do imposto de consumo sobre energia elétrica (PG. 31.006).

N. 1.760, de 29 do mês findo, da Diretoria do Domínio da União, com o processo fichado sob o n. 98.473-39, relativo ao contrato concernente à aquisição feita pela União ao expólio de Carlota de Brito Barbosa do prédio e terreno à rua Nabuco de Freitas n. 109, nesta Capital (PG. 30.996).

— O Tribunal ordenou o registro dos aludidos contratos.

Processos:

De pagamento:

De 40\$2 à Rede Viação Paraná-Santa Catarina, de dívida de exércitos findos; 333\$0 a Inaia Ferreira Guimarães; 780\$6 a Maria Sena-to de Siqueira; 1:196\$3 a Alina Noé; 1:070\$6 a Irineu Mário Budant e 600\$6 a Edmar Broto Jardim, de vencimentos como prepostos de côrteiros (PG. 39.849, 38.523, 38.076, 38.120, 39.847). — O Tribunal recusou registro às aludidas despesas de acordo com os pareceres.

De 127\$2 a José da Mota Ramos, de restituição e de 411:639\$9 à

Companhia de Mineração e Metalurgia Brasil "Cobrasil" à conta do crédito que foi aberto pelo Decreto-lei n. 1.799, de 23 de novembro último (PG. 3.816 e 35.691). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

De 132:000\$0 a Serviços Hollerith S. A., por serviços prestados à Procuradoria Geral da Fazenda Pública (PG. 38.621). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa, tendo assumido a Presidência o Sr. Ministro Ruben Rosa, Vice-Presidente, por se haver declarado impedido o Sr. Ministro Presidente.

De concessão:

De montepio civil a Adelina Terra Lopes, irmã de Agenor Terra Lopes, 3º oficial da extinta Diretoria Geral dos Correios, e a Ana Aurora Barbalho Espinola e outras, viúva e filhos de Rodolfo Alípio de Andrade Espinola, pagador aposentado da Inspeção Federal de Portos, Rios e Canais, e Maria José Duprayer de Oliveira e Silva e outros, viúva e filhos de João Aleixo da Silva, guarda-fios de 1ª classe do Departamento dos Correios e Telégrafos, a Anieli Mendri Martins e outros, viúva e filhos de Manuel Inácio Martins, carleiro, classe C, do Departamento dos Correios e Telégrafos, a Edite de Almeida, filha do Dr. Franklin W. da Silva e Almeida, juiz de Direito, aposentado, e a Francisca de Queiroz Lago e outros, viúva e filhos de Manuel Francisco do Lago, Chefe de Seção aposentado da Alfândega de Manaus (PG. 38.202, 31.516, 38.487, 34.508, 38.417 e 34.480).

De montepio e meio soldo à Ceci Azambuja Velho, filha de Amadeu Patrício de Azambuja, 2º tenente do Exército; a Valentina Praci-ro Ferraz, filha de Crilo Alves Praci-ro, 1º tenente graduado e reformado da Armada, e a Ada Rodalia Cavalcanti de Camargo, filha casada de Tomaz Cavalcanti de Albuquerque, general de Divisão do Exército, tendo se habilitado ao mesmo processo outras filhas do *de cujus*. (PG. 34.496, 12.733 e 34.486).

De melhoria de pensão a Matilde Bretas Monteiro, viúva do coronel intendente de guerra, Claudio Monteiro; a Felisbora de Sousa Cabral, filha maior de Basílio Carlos Cabral, capitão farmacêutico do Exército, e a Raquel Meira Pompeu de Camargo, filha do vice-alun-tante reformado, Gentil Augusto Paiva Meira (PG. 35.040), (38.504 e 27.680).

De aposentadoria a Antônio Olímpio Nepomuceno, servente de 1ª classe do Preventório Paulo Cândido; a Joaquim Galdino de Siqueira, telegrafista, classe II, Quadro III, do Ministério da Viação; a João Antônio de Oliveira Machado, oficial administrativo, classe II, do Quadro XXI do mesmo Ministério, e a Hamilton Paulino da Silva Pires, diplomata, classe I, do Quadro único do Ministério das Relações Exteriores; a Carlos Andrade Gama, oficial administrativo, classe K do Quadro I do Ministério da Fazenda (PH. 37.453, 34.468, 37.463, 37.793 e 33.587).

— O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Offícios:

N. 2, de 2 do corrente, do Instituto Benjamin Constant, sobre o pagamento de 350\$0 correspondente a folhas de salários no mês de dezembro do extranumerário mensalista Maria Luiza Jaguaribe de Aienear. (PG. 37.675).

N. 1, de 2 do corrente, do mesmo Instituto, sobre o pagamento de 350\$0 à extranumerária mensalista Waldice Marlagão Gesteira, de salários no mês findo (PG. 38.262).

N. 3, do mesmo Instituto, sobre o pagamento de 1:500\$0 a Wal-jir Medeiros Duarte e outros, extranumerários mensalistas de salários, no mês de dezembro (PG. 38.261).

— O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Ministério da Guerra:

Offício n. 48, de 29 de dezembro último, do Serviço Telegráfico do Exército, sobre o contrato celebrado pela Subdiretoria de Transmis-sões do mesmo Ministério com a Rádio Cinefon Brasileira S. A., para a construção de um equipamento para condução de sinais rádio tele-gráfico, radiotelefônicos e de ordens entre a Salas dos Operadores da Estação PTA, no Quartel General e as Estações Transmissoras e re-ceptoras, respectivamente, em Deodoro e Jacarepaguá (PG. 31.049). — O Tribunal nada teve a deliberar de acordo com os pareceres.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 4.227, de 26 do mês findo, sobre a distribuição do crédito de 2:040\$0 a Delegacia Fiscal no Estado de São Paulo, por conta da subconsignação III da verba 2ª — Material (PG. 35.054).

N. 4.173, de 31 de dezembro findo, pagamento de 362:500\$0 a The Amazon Telegraph Company Ltd., de subvenção (PG. 39.941). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

N. 19, de 4 do corrente, sobre o ajuste celebrado pela Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos com Carlos D'Andreta, para a exe-ção dos serviços de transportes de malas postais da linha de Di-rectoria Regional às estações ferroviárias da Sorocabana, do Norte e da Luz a Sucursal n. 5 e às agências postais de Belémzinho e Santo Amaro. (PG. 31.096). — O Tribunal ordenou o registro do aludido contrato, sob reserva.

Relatados pelo Sr. ministro José Américo:

Offício n. 2.202, de 26 do mês findo, do Departamento Administrativo do Serviço Público, com o termo de contrato celebrado entre o Departamento e João Pereira de Lemos Neto, para prestação de serviços (PG. 30.914). — O Tribunal ordenou o registro do contrato.

N. 141, de 14 do mês citado, do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, com o termo de contrato celebrado entre o aludido Conselho e os proprietários do edifício "Montepio", representado pelo Sr. Donald de Azambuja Lowndes, sócio da firma Lowndes & Sons Ltd., para locação do 2.º andar do referido edifício pelo prazo de 2 anos, sito a Avenida Graça Aranha n. 39-39-A (PG. 30.518). — O Tribunal ordenou o registro do contrato.

Ministério da Agricultura:

Offício n. 13.379, de 14 de dezembro findo, da Divisão do Pessoal, sobre anulação e ajuda de custo e distribuição do destaque para diárias do crédito de 5:200\$0 a conta da verba 1 — Pessoal — IV — Gratificações e Auxílios — subconsignação 7-03) Departamento Nacional da Produção Mineral (PG. 37.934). — O Tribunal ordenou o registro da distribuição de crédito, feita a anulação indicada.

Idem n. 13.855 de 21 de dezembro do ano findo, da Divisão do Pessoal, sobre o destaque e distribuição do crédito de 960\$0 ao Tesouro Nacional para o Serviço de Economia Rural a conta da verba 1.ª — Pessoal — consignação 1 — subconsignação — Quadro único (PG. 35.675). — O Tribunal mandou fazer a necessária anulação.

Idem n. 12.621 de 30 de novembro do ano findo, do Departamento de Administração, sobre anulação no Tesouro e distribuição a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Santa Catarina, do crédito de 47:900\$0 a conta da verba 2 — Material — III — subconsignação 38 (PG. 37.664). — O Tribunal recusou registro a distribuição, por estar encerrado o ano financeiro de 1939.

Ministério da Fazenda:

Offícios:

N. 12.473, de 11 de setembro do ano findo, da Comissão Central de Compras, pagamento de 8:779\$1 a Armando Busseti & Cia. e outros, do fornecimento ao Departamento dos Correios e Telégrafos (PG. 25.810). — O Tribunal recusou registro a despesa, por ter sido o material adquirido a fornecedor que não foi o que oferecera menor preço na concorrência.

N. 116, de 2 do corrente, da Comissão Central de Compras, pagamento de 683\$348\$0 a Fonseca Almeida & Cia. Ltda. proveniente de fornecimentos feitos ao Ministério da Viação (PG. 35.943). — Foi ordenado o registro da despesa.

Ns. 19.223, 19.225, 12.226, 19.400 e 19.402 de 28 e 30 de dezembro findo, da Comissão Central de Compras, sobre o levantamento das cauções prestadas por Franz Cohnitz "Cobrazil" Companhia de Mineração e Metalurgia Brasil (2) Empresa Comercial Importadora Ltda. e Alexandre Ribeiro & Cia. Ltda., para garantia dos contratos ns. 299, 180, 331, 9 e 235. (PG. 38.609, 38.613, 38.615, 35.978 e 35.074). — O Tribunal autorizou o levantamento das cauções, em termos.

N. 19.113, de 30 do mês findo, da Comissão Central de Compras, sobre o termo n. 463, de rescisão do contrato n. 175, celebrado com M. H. Rezende & Cia. para fornecimentos a Imprensa Nacional. (PG. 31.024).

N. 19.314, de 29 do mês findo, da mesma Comissão, sobre o 461, de rescisão do contrato n. 219 celebrado com Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. para fornecimentos a Imprensa Nacional. (PG. 13.468). — O Tribunal recusou registro aos aludidos contratos, de acordo com os pareceres.

N. 1.748, de 28 do mês findo, da Diretoria do Domínio da União, com o processo fichado sob o n. 67.846-39, relativo ao termo de aforamento assinado por Luiza de Araújo Pinho, concernente ao terreno de marinha à rua S. Boaventura n. 47, cidade de Belém, no Estado do Pará (PG. 30.964). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência de acordo com o parecer.

N. 1.749, de 29 do mês findo, da Diretoria do Domínio da União, com o processo fichado sob o n. 91.426-38, relativo a aquisição feita a Getro de Sousa e sua mulher do terreno lote n. 7 do quarteirão 58 na 7.ª Seção suburbana de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais (PG. 30.994). — O Tribunal ordenou o registro do aludido contrato.

Processos:

De pagamento:

De 12\$5 ao Lloyd Brasileiro, de dívida de exercícios findos (PG. 15.181). — O Tribunal deixou de tomar conhecimento do processo por se tratar de segundo pedido de reconsideração.

De 227\$5 ao Lloyd Brasileiro, de dívida de exercícios findos (PG. 13.159). — O Tribunal deixou de tomar conhecimento do processo por se tratar de novo pedido de reconsideração.

De 932\$1 a Jorge Cavalcanti de Melo, de dívida de exercícios findos (PG. 32.840). — O Tribunal ordenou o registro da despesa.

De 1:409\$7 a Ester Martins, preposta de coletor, de vencimentos de agosto último (PG. 34.940). — O Tribunal recusou registro a despesa, de acordo com o parecer.

De 893\$6 a Manuela Atanázio Leite, de acordo com o Decreto-lei n. 23.298, de 27 de outubro de 1933 (PG. 31.057). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

De concessão:

De montepio civil:

A Maria Lopes Polito e outros, viúva e filhos de Ernesto Polito, patrão, classe G, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda (PG. 38.068). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência de acordo com os pareceres.

A Maria Regina de Sousa Soriano e outros, viúva e filhos do ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, José Soriano de Sousa Filho e a Elisa José Veríssimo e outros, filhos do inspetor de Seguros, José Veríssimo Dias de Matos (PG. 38.066 e 38.131). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

De montepio e meio soldo ao menor Arnaldo, filho natural de Soter Tapajós Bentes, 2.º tenente do Exército (PG. 37.380). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão e o da despesa classificada, oficiando-se ao Tesouro de acordo com o parecer.

De melhoria de pensão a Maria da Glória Fonseca Vatter, viúva do major do Exército, João de Freitas Vatter (PG. 34.488). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão e o da despesa classificada, oficiando-se ao Tesouro Nacional, de acordo com os pareceres.

Idem, idem a Rute Figueiredo Neves e outra, filha de Rodrigo José de Figueiredo Neves, major graduado reformado do Exército; a Luiza de Abreu Pinto e outras, filhas de José Maria de Abreu, 1.º tenente reformado do Exército e a Leonor da Silva Castelo Branco, viúva de Virgílio Viana Castelo Branco, capitão do Exército (PG. 38.491, 38.143 e 38.121).

De aposentadoria a Augusto Santa Rosa da Silva Barbosa, oficial administrativo da classe J, do Quadro I do Ministério da Viação; a Antônio Pinto Monteiro, oficial administrativo classe J, do Quadro VII do Ministério da Fazenda; a Manuel Eleutério dos Santos servente classe D, do Quadro V do mesmo Ministério; a Moacir Alves das Virgens, compositor, classe G, do Quadro III do Ministério da Justiça; a Antônio Piaci, oficial administrativo, classe H, do Quadro XIV do Ministério da Viação e a João Gonçalves Lopes, assistente da cadeira de Histologia da Faculdade Nacional de Medicina do Ministério da Educação (PG. 34.452, 34.456, 37.467, 37.451, 37.409 e 34.450). — O Tribunal ordenou o registro das concessões e o das despesas classificadas.

De dívida relacionada na importância de 285\$ ao sub-oficial da Armada, João Vila Maior, proveniente de diárias (PG. 34.144). — O Tribunal mandou devolver o processo ao Tesouro Nacional, de acordo com os pareceres.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Processo de concessão de reforma ao soldado da Polícia Militar do Distrito Federal Salvador de Moraes Sarmiento (PG. 38.219). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão.

Aviso n. DC-1.ª-S-761, de 22 de dezembro findo, sobre a concessão de reforma a João da Costa Medeiros, cabo-condutor do Corpo de Serviços Auxiliares da Polícia Militar do Distrito Federal (PG-38.000). — O Tribunal ordenou o registro da reforma.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 4.262, de 28 do mês findo, distribuição do crédito de 100:000\$0 à Delegacia Fiscal no Estado do Maranhão, por conta da sub-consignação 9/11 da verba 2.ª — Material (PG-31.064). — O Tribunal recusou registro a aludida despesa, por estar encerrado o ano financeiro de 1939.

N. 4.178, de 22 do mês findo, sobre a distribuição do crédito de 16:800\$0 à Tesouraria da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal, à conta da verba 2.ª — Consignação III — Sub-consignação 29/01 (PG-35.671). — O Tribunal recusou registro à distribuição, por estar encerrado o ano financeiro de 1939.

Offícios:

N. 4.043, de 23 deste mês, do Departamento de Aeronáutica Civil, pagamento de 123:030\$0 ao Sindicato Condor Ltda., de subvenção relativa aos meses de setembro a outubro últimos (PG-38.635). — O Tribunal ordenou o registro da despesa.

N. 19, do mês findo, da Tesouraria da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, comunicando haver efetuado com a renda da mesma Estrada, o pagamento de 451:220\$0, de fornecimento de linha e dormentes, às firmas Tomé & Irmãos, e outros (PG-38.290). — O Tribunal deixou de tomar conhecimento da representação por não ter sido assinada pelo próprio tesoureiro da Estrada.

Relatados pelo Sr. Ministro Eduardo Lopes:

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 2:400\$0 a Abias Otávio Vieira, de dívidas de exercícios findos (PG-16.760). — O Tribunal recusou registro a despesa, de vez que não foi atendida a diligência já reiterada.

De 1:200\$0 a Standart Oil Company of Brasil, de dividas de exercícios findos (Divida Flutuante) (PG-29.494). — O Tribunal ordenou o registro da despesa.

De concessão de aposentadoria a Boaventura Gomes Leiria, marinheiro classe A, do Quadro IV do Ministério da Marinha e a José Cardoso, servente classe E, do Ministério da Viação (PG-2.918 e 37.449). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Relatados pelo Sr. Ministro José de Castro Nunes:

Ministério da Agricultura:

Offícios ns. 8.659, 8.991 e 13.354, de setembro e dezembro, sobre as anulações dos créditos de 3:590\$3, 3:483\$9 e (808\$0, 10:700\$0 e 2:040\$0), na Delegacia Fiscal no Estado de Minas Gerais, na do Estado do Rio de Janeiro, e na Tesouraria do Ministério, e respectivas incorporações ao crédito "em ser" no Tribunal, à conta da verba 1ª — Pessoal, consignação I — Pessoal permanente, sub-consignação 1 — Quadro único, quanto aos dois primeiros créditos a verba 2 — Material, consignação I — Material permanente e III — Diversas despesas, sub-consignação 3 — Livros, etc. (04), 36 — Ligeiros reparos etc., (03) e 37 — Diversas despesas, etc. (04), quanto aos demais (PG-33.428, 38.691 e 38.507). — O Tribunal mandou proceder de acordo com os pareceres.

Offício n. 49, de novembro, do Sr. procurador, com a folha do "Diário Oficial", em que foi publicado o contrato celebrado entre a Estação Experimental de Cana de Açúcar de Campos e Benedito Belo, para a execução de obras de reparos e conservação no edificio principal da mesma Estação (sede) e residência do assistente-chefe. (PG-29.896). — O Tribunal recusou registro ao contrato, por estar encerrado o ano financeiro de 1939.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De concessão:

De aposentadoria a Rodolfo Jarquetti, no lugar de operário de material bélico, classe F, Quadro III do Ministério da Guerra (PG-4.767); a José Lário, no lugar de guarda sanitário, classe D, Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde (PG-37.391); a Artur Augusto de Maria Sarmiento, no lugar de official administrativo, classe I, Quadro IV, do Ministério da Viação e Obras Públicas (PG-37.795); a José Correia de Sousa Pinto, no lugar de contabilista, classe L, Quadro I, do Ministério da Fazenda (PG-37.455); a José Benedito Xavier, no lugar de maquinista marítimo, classe G, Quadro VIII, do mesmo Ministério. (PG-37.393); a Euzébio Puchini, maquinista de 1ª classe da 1ª Divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (Revisão). (PG-38.293). — O Tribunal mandou dar registro às aludidas concessões e às despesas classificadas.

Ao bacharel Fernando Luiz Vieira Ferreira, no lugar de juiz federal da 1.ª Vara na Secção do Distrito Federal, Padrão Q, Quadro IV, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (PG. 37.592). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, para o fim a que aludem os pareceres.

De montepio a D. Alzira da Rocha Pereira e outras, viúva e filhas de Felipe Santiago Pereira, agente de 3ª classe, aposentado, da Estrada de Ferro Central do Brasil (PG. 34.524). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, para o fim a que aludem os pareceres.

De montepio a D. Marieta Piragibe da Fonseca, viúva do marechal graduado, reformado, Clodaldo da Fonseca (PG. 27.030). — O Tribunal manteve a decisão anterior, de vez que não foi aplicada a hipotese da tabela de 1922. Os Srs. ministros Ruben Rosa, Bernardino José de Sousa e José de Castro Nunes foram contrários ao registro da pensão correspondente ao posto de marechal.

De montepio a D. Antonieta Bastos de Sousa e outros, filhos do tenente-coronel reformado do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, Rodolfo Teixeira Bastos (PG. 34.152); a D. Maria Alves de Figueiredo Thomé e outros, viúva e filhos de Joaquim José Thomé, mestre de linha, aposentado, da Repartição Geral dos Telégrafos (PG. 34.532); a Candidiana da Conceição Vieira, mãe viúva de Gregório Tomaz Vieira, 4º escriptorário aposentado da Recebedoria do Distrito Federal (PG. 38.109); a Alceste Leitão Gonçalves e outros, viúva e filhos de Anfilóquio Carvalho Gonçalves, official administrativo classe I, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Santa Catarina (PG. 34.514).

De melhoria de pensão a D. Eugénia Caldas da Silva Santiago, filha do general de divisão João Augusto Cesar da Silva (PG. 38.508); a Leonor Lobo Dias de Moura, viúva do general de Divisão, graduado, reformado, Oscar Gualberto Dias de Moura (PG. 38.119); a Alice Bogado de Oliveira, viúva do capitão de fragata da Reserva da 1ª classe, Aristóteles Bogado de Oliveira (PG. 38.115).

De reversão de montepio e meio soldo a Maria da Glória Paraguassú Rolim e outra, por motivos do falecimento de sua mãe D. Idalina Corrêa Fraga de Albuquerque, viúva do tenente-coronel graduado, reformado, Luiz Paraguassú de Albuquerque (PG. 530).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

De pagamento:

De 1:271\$7 a D. Maria Seucato de Siqueira, de vencimentos de setembro, por ter exercido o cargo de coletor interino de Tamandaré, Estado do Paraná (PG. 38.525). — O Tribunal recusou registro à despesa de acordo com o parecer.

De 5:800\$0 ao Dr. Sálvio de Mendonça, por exercícios findos, proveniente de vencimentos em 1933, como inspetor do Serviço de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas no Estado do Maranhão (PG. 20.328). — O Tribunal mandou dar vista do processo ao senhor doutor procurador.

De 119\$6 a Pedro Damião de Brito, 2º tenente reformado da Armada, como restituição de descontos a maior para o montepio feitos de 1932 a 1936 (PG. 16.133); 142\$2 a Manuel Porfírio Bruno de Oliveira, 2º tenente, reformado da Armada, idem de 1931 a 1936 (PG. 2.226);

De 140\$0 a Francisco Rodrigues de Assis, 2º tenente reformado da Armada, idem, idem (PG. 2.216); 142\$2 a Joaquim Antônio de Abreu Fialho, 2º tenente, reformado da Armada, idem, idem (PG. 1.808); 142\$2 a Doroteu Alfredo da Costa, 2º tenente, reformado da Armada, idem, idem (PG. 1.743); de 140\$0 a Manuel de Sá, 2º tenente, reformado, da Armada, idem, idem (PG. 1.920); 142\$2 a João Germino Leite, 2º tenente reformado da Armada, idem, idem (PG. 1.918); 140\$0 a Francisco de Assis Pinheiro, 2º tenente reformado da Armada, idem, idem (PG. 1.922); 140\$0 a Bonifácio da Silva Barreto, 2º tenente, reformado da Armada, idem, idem (PG. 1.926); réis 128\$8 a Manuel Gomes da Paixão, 2º tenente reformado da Armada, idem de 1932 a 1936 (PG. 1.912), e 140\$0 a Domingos Pereira das Chagas, 2º tenente reformado da Armada, idem de 1931 a 1936 (PG. 1.908). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Processos de concessão de reforma a José Dias Chagas Barros, como soldado (PG. 39.861); a Epifânio Bispo dos Santos, como cabo maquinista (PG. 35.295) e a José Rego Barros, como corneteiro (PG. 39.859), todos da Polícia Militar do Rio de Janeiro. — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 4.306, de dezembro, com a cópia do Decreto-lei n. 1.919, do dia 28, que abre o crédito especial de 2.000:000\$0, para atender às despesas com a construção da Estrada de Rodagem Rio-Baía, para o Sul, dentro do Estado da Bahia, proporcionando trabalho aos flagelados pela seca (PG. 38.256).

N. 4.287, de dezembro, relativo ao pagamento de 483:461\$8 a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, pelo fornecimento de energia elétrica à Estrada de Ferro Central do Brasil, nos meses de novembro e dezembro.

O Tribunal ordenou o registro do aludido crédito e o da despesa.

Observação — No julgamento do processo da Comissão Central de Compras, fichado neste Tribunal sob o n. 32.902, relatado na presente sessão pelo Sr. ministro Otávio Tarquínio de Sousa, e relativo ao pagamento de 46:492\$0 a Ugo Bernardini e outros, por fornecimentos ao Ministério da Fazenda, foi voto vencido o Sr. ministro Bernardino de Sousa.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. ministro presidente designou o dia 9 do corrente, às 13,30 horas, para a seguinte sessão ordinária, declarando encerrados os trabalhos.

E, para constar, lavrou-se a presente ata, que vai subscrita e assinada.

ATA N. 3. — SESSÃO ORDINÁRIA EM 9 DE JANEIRO DE 1940

Presidência do Sr. ministro Tavares de Lira — Procurador, Dr. Leopoldo da Cunha Melo — Secretário, Bacharel Djalma Monteiro

Presentes os Srs. ministros Otávio Tarquínio de Sousa, Ruben Rosa, José Américo, Bernardino de Sousa, Eduardo Lopes e José de Castro Nunes, foi aberta a sessão.

Relatados pelo Sr. ministro Otávio Tarquínio de Sousa:

Ministério da Agricultura:

Aviso n. 13.971, de 26 de dezembro último, com a cópia do Decreto-lei n. 1.533, do dia 23 anterior, que altera, sem aumento de despesa, o orçamento para o exercício de 1939. (PG. 27.445). — O Tribunal mandou anotar o ato constante do aludido decreto-lei, com a declaração de que a respectiva despesa não pode mais ser empenhada, de vez que já se acha encerrado o ano financeiro de 1939.

Offícios:

N. 13.803, de 20 do mês findo, do Departamento de Administração, pagamento de 192:180\$0 a firma Dierberger & Comp., proveniente de fornecimento de plantas ornamentais, etc., à Escola Nacional de Agronomia, no ano findo. (PG. 30.862). — O Tribunal ordenou o registro da despesa.

N. 14.324, de 30 de dezembro último, do Departamento de Administração Geral, sobre o adiantamento de 24:300\$0 ao bibliotecário classe "I", do Departamento Nacional de Produção Mineral, Cássio

Soares de Sousa, para despesas a seu cargo no 4.º trimestre do ano findo. (PG. 35.292). — O Tribunal recusou registro a aludida despesa, de acordo com os pareceres.

N. 12.907, de 6 do mês findo, do Departamento de Administração, sobre a distribuição do crédito de 153:701\$0 à Delegacia Fiscal no Estado de Pernambuco, por conta do que foi aberto pelo Decreto-lei n. 1.059, de 19 de janeiro de 1939. (PG. 40.187). — O Tribunal ordenou o registro da distribuição solicitada.

Ministério da Educação e Saúde:

Offício n. 58, de 5 do corrente, da Divisão de Contabilidade, relativo ao Decreto-lei n. 1.873, do dia 14 de dezembro último, que altera sem aumento de despesa o orçamento para o exercício de 1939. (PG. 40.209). — O Tribunal mandou anular o ato constante do aludido decreto-lei, com a declaração de que a despesa não pode ser mais empenhada uma vez que se acha encerrado o ano financeiro de 1939.

Ministério da Fazenda:

Offícios:

N. 1.751, de 29 do mês findo, da Diretoria do Domínio da União, com o processo fichado sob o n. 90.911-39, concernente ao termo de aforamento assinado por Constância Maria Mendes Gmes de Macedo Vilar, inventariante do espólio de Jorge de Macedo Vilar, relativo ao lote n. 533, da Quadra 21, à rua Otávio Correia, n. 411, na 2.ª seção da Urca, nesta Capital. (PG. 31.000). — O Tribunal ordenou o registro do aludido termo de aforamento.

Ns. 19.147, 190 e 469, de 28 de dezembro último, 3 e 5 do corrente, relativos aos pagamentos de 1:026\$0 a Standart Oil Company of Brasil, 386:620\$0 a S. A. Produtos Textis "Spat" e de 185:679\$0 a Usinas Queiroz Júnior Ltda., por fornecimentos do Exterior e Viação. (PG. 26.697, 35.496, 35.336). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

N. 306, de 4 do corrente, da Comissão Central de Compras, sobre o pagamento de 397:005\$0 a Koehring Company & Associates, New York, U.S.A., representada pela Sociedade Fornecedora de Máquinas Ltda. (PG. 39.746). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa, sob reserva.

Processos:

De pagamento:

De 3:912\$3 a Cícero Renault Duarte Tejo, de dívida de exercícios findos. (PG. 33.053).

De 300\$0 a Juvenal Vieira, 19:710\$0 a Tereza Necchy Salazar e de 33:560\$0 nos termos do Decreto-lei n. 23.298, de 27 de outubro de 1936. (PG. 28.300 e 38.302). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

De 1:251\$2 a Francisco Cardoso Guimarães e de 486\$5 a Edmar Broto Jardim, de vencimentos como prepostos de coletores. (PG. 38.721 e 38.725).

De 38\$6 a Rede Viação Paraná Santa Catarina, de dívida de exercícios findos. (PG. 40.181). — O Tribunal recusou registro as aludidas despesas de acordo com os pareceres.

De concessão:

De melhoria de pensão a Alzira Ataíde dos Santos, filha do major reformado do Exército Manuel Augusto Botelho de Ataíde (P. G. 35.020).

De montepio civil:

A Palmira de Sousa Coutinho, filha maior solteira de José Mariano de Sousa Coutinho, agente de 2.ª classe aposentado da Estrada de Ferro Central do Brasil; a Branca Dias de Siqueira, viúva de Otaviano Xavier de Siqueira, maquinista de 2.ª classe da mesma Estrada; a Maria Aldina de Melo e outros, viúva e filhos do escrivão classe D, aposentado do Quadro VII do Ministério da Fazenda; e a Olímpia de Azevedo Rocha e outros, viúva e filhos de José Rodrigues Rocha, 2.º oficial aposentado do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul (P. G. 38.481, 28.800, 40.073 e 40.087).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

A Severina de Miranda Henriques e outras, viúva e filhas de Oscar de Gouveia Fernandes, telegrafista classe J, do Departamento dos Correios e Telégrafos (P. G. 34.528). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão e o da despesa classificada oficiando-se ao Tesouro Nacional de acordo com os pareceres.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Aviso n. 1.552, de 29 do mês findo, sobre o pagamento de réis, 29:600\$0 ao bel. Teodoro Artou e outros, promotores públicos inativos, de substituições no período de outubro a dezembro de 1939 (P. G. 38.701). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão.

Processo de concessão de reforma ao soldado da Polícia Militar do Distrito Federal Osvaldo Guimarães Costa (P. G. 34.626). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Aviso n. 21, de 5 do corrente, pagamento de 209:330\$0 a Cavalcanti, Junqueira S. A., proveniente de serviços prestados no ano findo, no edifício dessa Secretaria de Estado (P. G. 39.019). — O Tribunal ordenou o registro da despesa.

Telegrama n. 3 de 2 do corrente, do diretor da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, comunicando o ato ministerial pelo qual foi autorizado a lançar mão das importâncias de 51:300\$0 e 73:400\$0, à conta da renda da mesma Estrada, para pagamento, respectivamente, de despesas de material e pessoal (P. G. 31.056). — O Tribunal resolveu levar o fato diretamente ao conhecimento do Sr. Presidente da República.

Relatados pelo Sr. ministro Ruben Rosa.

Ministério da Agricultura:

Offícios:

Ns. (11.649 e 14.199), de 11 de novembro e 29 de dezembro últimos, do Departamento de Administração Geral, com a cópia do Decreto-lei n. 1.702, do dia 24 de outubro do ano findo, que altera sem aumento de despesa o orçamento do mesmo Ministério para o exercício de 1939 (P. G. 36.266). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para o fim a que alude o item 2 da informação.

Ministério da Educação e Saúde

Offícios:

N. 11.652, de 30 de dezembro findo, da Divisão de Contabilidade, com a cópia do Decreto-lei n. 1.905, de 22 do mesmo mês, que abre o crédito especial de 16:941\$9 para pagamento da percentagem criada pelo art. 233, da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, (P. G. 31.090). — O Tribunal ordenou o registro do aludido crédito.

N. 11.597 e 11.616, de 28 do mês findo, da Divisão de Contabilidade, sobre a entrega das importâncias de 363:000\$0 e 403:791\$5 ao oficial administrativo Angelo Noronha Barata (P. G. 35.252 e 39.802). — O Tribunal recusou registro as aludidas despesas, por se achar encerrado o ano financeiro de 1939.

N. 11.450, de 18 do mês findo, da Divisão de Contabilidade, sobre a distribuição do crédito de 100:000\$0 a Delegacia Fiscal no Estado do Rio Grande do Sul, à conta do que foi aberto pelo Decreto-lei n. 1.059, de 19 de janeiro de 1939 (P. G. 39.015). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

Ministério da Fazenda:

Avisos:

N. 451, de 30 do mês findo, com a cópia do Decreto-lei n. 1.917, do dia 28 anterior, que abre o crédito especial de 4.907:845\$1 para atender ao pagamento de dívidas de exercícios anteriores (P. G. 35.899). — O Tribunal ordenou o registro do aludido crédito.

N. 453, de 30 do mês findo, distribuição do crédito de 6:000\$0 ao Tesouro Nacional, por conta da verba 4.ª — Eventuais (PG. 39.656). — O Tribunal recusou registro a aludida despesa, por se achar encerrado o ano financeiro de 1939, o que torna impossível o empenho da mesma.

Offícios:

Ns. 19.295, 114 e 472, de 29 de dezembro findo, 2 e 5 de janeiro corrente, da Comissão Central de Compras, sobre os pagamentos de 135:575\$3 a Companhia Estradas de Ferro Minas de São Jerônimo, 155:092\$5 a Anglo Mexican Petroleum Company Ltd. e de 247:147\$3 a Companhia Estradas de Ferro Minas de São Jerônimo, por fornecimentos a Estrada de Ferro Central do Brasil (PG. 38.304, 35.941 e 38.506). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Ns. 18.560 e 18.645, de 16 e 18 de dezembro último, da Comissão Central de Compras, sobre os pagamentos de 32:600\$0 a P. Kastrup & Cia. e de 20:430\$0 a mesma firma, por fornecimentos a Casa da Moeda (PG. 34.602 e 38.101). — O Tribunal resolveu manter as decisões anteriores, pelos seus fundamentos.

N. 18.686, de 19 do mês findo, da mesma Comissão, pagamento de 27:400\$0 a P. Kastrup & Cia., por fornecimentos a Casa da Moeda (PG. 35.169). — O Tribunal resolveu manter sua anterior decisão, tendo sido voto vencido o do Sr. ministro Bernardino de Sousa.

Processos:

De pagamento:

De 4:260\$0, correspondente a diárias concedidas aos agentes fiscais do Imposto de Consumo, Paulo Teixeira Soares e outros, nos meses de setembro a dezembro do corrente ano (PG. 38.238). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, de acordo com o voto proferido pelo Sr. ministro relator.

De 2:024\$9 a Oralina Ribeiro da Encarnação, de vencimentos como preposto de coletor (PG. 38.719). — O Tribunal recusou registro a aludida despesa, de acordo com o parecer.

De 4.549:729\$1 ao Estado do Espírito Santo, de restituição da taxa de 2 % ouro pertencente ao mesmo Estado e arrecadada pela União (PG. 38.456). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

De concessão:

De aposentadoria a Heitor Silva, detetive classe I, do Quadro II do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (PG. 38.002). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão e o da despesa classificada, tendo sido voto vencido o do Sr. ministro relator.

De montepio civil a Isaura Santiago e outra, filhas de João Antônio Santiago, ex-almoxarife do Hospital Militar de Andaraí e a Isolina Correia Lopes, viúva de Alfredo Lopes, engenheiro da Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana. (PG. 38.123 e 38.469).

De melhoria de pensão a Marieta Camaragibe da Silva, filha do guardião da Armada, Evaristo Luiz Camaragibe; a Lucí Barbosa Guilhon, viúva de Ovídio Jouffret Guilhon, major reformado do Exército e a Helena de Niemeyer Ribeiro Gomes e outra, filhas de José Ribeiro Gomes, coronel do Exército. (PG. 335.351, 34.846 e 38.473).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Aviso n. 785, de 30 do mês findo, sobre o pagamento de réis 2:472\$1 a S. A. do Gaz de Rio de Janeiro, por fornecimentos feitos a Escola 15 de Novembro. (PG. 35.991). — O Tribunal reconsiderou sua anterior decisão, para o fim de ordenar o registro da despesa.

Processo de concessão de reforma ao corneteiro mór da Polícia Militar do Distrito Federal José Vera Cruz (PG. 37.998). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão.

Ministério das Relações Exteriores:

Avisos:

N. CT/1/941.(20), de 5 do corrente, com a cópia do Decreto-lei n. 1.914, de 27 de dezembro último, que abre o crédito especial de 500:000\$0 para instalação e funcionamento da Comissão Interamericana de Neutralidade. (PG. 39.023). — O Tribunal ordenou o registro do aludido crédito e o da sua distribuição ao Tesouro Nacional, à vista do art. 1º e seus parágrafos do decreto-lei.

N. CT/815/641.7(88), de 27 do mês findo, sobre o adiantamento de 600:000\$0 ao general de divisão Francisco José Pinto, para atender as despesas com a representação do Brasil na Exposição dos Centenários de Portugal. (PG. 38.378). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 4.305, de 30 do mês findo, com as cópias dos Decretos-lei ns. 1.910 e 1.911, de 27 do mesmo mês, que anulam parcelas no orçamento do mesmo Ministério e no crédito aberto pelo Decreto-lei n. 1.059, de 19 de janeiro último, e abre créditos especiais, respectivamente, nas importâncias de 8.708:460\$9 e 400.000\$0 (PG. número 38.258). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para que o Ministério proceda às anulações devidas.

N. 4.273, de 29 do mês findo, com a cópia do termo aditivo ao ajuste celebrado em 31 de agosto de 1938 com a Companhia de Mineração e Metalurgia Brasil "Cobrasil", para a execução das obras complementares do Porto de Laguna (PG. 31.002). — O Tribunal recusou registro ao aludido termo aditivo de acordo com os pareceres.

N. 3.973, de 12 do mês findo, pagamento de 239:046\$250 à Companhia Cessionária das Docas do Porto da Baía, junto um volume de tomada de contas do 2º trimestre (PG. 38.923). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

Relatados pelo Sr. ministro José Américo:

Ministério da Agricultura:

Ofício n. 11.278, de novembro findo, da Divisão do Pessoal, sobre a anulação da quantia de 5:000\$0 do crédito distribuído à Tesouraria do Ministério, à conta da verba 1ª Pessoal, consignação 4 — Gratificações e auxílios, sub-consignação 7 — Ajudas de custo e diárias, 04) do orçamento para 1939 e sua distribuição à Delegacia Fiscal no Estado do Paraná (PG. 39.957). — O Tribunal mandou proceder de acordo com o parecer.

Ministério da Educação e Saúde:

Ofício n. 11.651, de dezembro, da Divisão de Contabilidade com a cópia do Decreto-lei n. 1.916, de 28 do mesmo mês, que abre o crédito especial de 50:250\$0, para atender ao pagamento à firma Alexandre Ribeiro & Comp., por fornecimento feito em 1938 à Casa da Moeda (PG. 35.697);

Ofícios ns. 19.296, 113, 830, 869 e 876) de dezembro e de janeiro, da Comissão Central de Compras, pagamento de 342:500\$0 a Belmiro Rodrigues S.A., 151:386\$4 à Companhia Carbonífera Rio-grandense, 271:397\$4 a J. G. Pereira & Comp., 164:303\$0 a J. G. Pereira & Comp. e 331:456\$7 a J. G. Pereira & Comp., por fornecimentos feitos aos Ministérios da Viação e da Justiça em 1939 (PG. 38.360, 35.753, 38.530, 38.536 e 38.538).

— O Tribunal ordenou o registro do aludido crédito e o das despesas citadas.

Processos:

De pagamento de 1:076\$9 a D. Julieta Monteiro Frotté, de vencimentos como coletor interino em Bom Jardim, no Estado do Rio, em agosto último (PG. 38.246); 1:896\$8 a D. Maria José Rodrigues, de vencimentos como coletor interino em Magé, Estado do Rio, em junho último (PG. 38.723); 1:078\$4 ao Lloyd Brasileiro de dívidas de exercícios findos (PG. 35.236). — O Tribunal recusou registro às despesas de acordo com os pareceres.

De 16:413\$9 a Othon Júlio de Barros Melo, agente fiscal do Imposto de Consumo, de diferença de gratificação em 1938, como representante da Fazenda Pública no 2º Conselho de Contribuintes (PG. 36.012). — O Tribunal ordenou o registro da despesa. Foram vencidos os dos Srs. ministros Ruben Rosa e Castro Nunes.

De 4:911\$6 a Ida Kosinsek de Cavalcanti, de diferença de pensão (PG. 12.962). — O Tribunal ordenou o registro da despesa feita a anulação a que se refere o parecer.

De concessão:

De montepio à D. Maria Ramos Brandão Nunes, viúva de Manuel Gomes Nunes, carteiro aposentado da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Estado do Rio de Janeiro (PG. 40.075);

De reversão de montepio à D. Josefina Correia Linhares, por ter sua filha D. Rute Linhares contraído núpcias com Ari Delfino da Rocha (PG. 38.252).

De continuação do montepio a Osvaldo José da Paiva, filho de Oscar José de Paiva, carteiro de 2ª classe da Diretoria Geral dos Correios, por ter sido verificada a sua invalidez (PG. 38.991);

De melhoria de pensão à D. Ana de Jesus Vergueiro, viúva do capitão, graduado reformado do Exército Horácio Alves da Silva (PG. 38.471); à D. Lucília Estraluzas de Oliveira, viúva do coronel reformado do Exército, Firmino Soares de Oliveira (PG. 9.347); à D. Ermelinda Alves de Sousa, viúva do contra-almirante da reserva de 1ª classe, Carlos Alves de Sousa (PG. 38.107). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

M. D. G./1ª.S/778, de dezembro, pedindo reconsideração do ato do Tribunal que recusou registro ao adiantamento de 1:500\$0 a ser feito ao Sr. Plínio Gomes Cardim, secretário da Procuradoria da República, para despesas no 4º trimestre (PG. 38.961). — O Tribunal manteve a decisão anterior.

N. G./789, de dezembro, com a cópia do Decreto-lei n. 1.892, do dia 18, que abre o crédito suplementar de 345:985\$6 à sub-consignação n. 17, item 9) da verba 2ª do orçamento de 1939 (PG. 38.298). — O Tribunal ordenou o registro do crédito, oficiando-se ao Ministério que a despesa já não pode ser empenhada, encerrado que se acha o ano financeiro de 1939.

M. D. C./1ª.S/779, de dezembro, com a cópia do Decreto-lei número 1.882, do dia 14, que estende ao exercício de 1940 a vigência do crédito especial de 1.400:000\$0 aberto pelo Decreto-lei n. 1.023, de 31 de dezembro de 1938 (PG. 38.943). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para o fim a que aludem os pareceres.

Promoção n. 1 do Sr. Procurador, de 4 de janeiro, com a folha do "Diário Oficial" em que vem publicado o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Escritório de Obras e a Companhia Brasileira de Estradas e Edificações, para execução de partes das obras de reconstrução da Escola 15 de Novembro, em Quintino Bocaiuva (PG. 31.082). — O Tribunal deixou de tomar conhecimento do processo, de vez que o assunto escapa à sua competência, de acordo com o parecer da Diretoria.

Processos de concessão de reforma a Osvaldo Lafront, cabo de esquadrão da Polícia Militar do Distrito Federal (PG. 39.857). — O Tribunal ordenou o registro da concessão.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Ofício n. 3-SP-2.680, de dezembro, do Serviço do Pessoal, pagamento de 5:000\$0 a Mário Silva Brasil, e outros, membros da Comissão de Meteorologia, residentes fora do Distrito Federal, de ajuda de custo (PG. 38.366). — O Tribunal mandou anotar a distribuição do crédito, em face do que dispõe o Decreto-lei n. 1.755, de 9 de novembro de 1939.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 9, de janeiro findo, com a cópia do Decreto-lei n. 1.939, de 30 de dezembro, que abre o crédito especial de 120:000\$0 para atender às despesas com a instalação e funcionamento da Seção de Segurança do Ministério (PG. 38.921).

N. 4.218, de dezembro, pagamento de 259:321\$203 à Companhia Cessionária das Docas do Porto da Baía, resultante de tomada de contas do 3º trimestre (PG. 35.669).

N. 4.255, de dezembro, distribuição da quantia de 8:000\$0 à Tesouraria da Estrada de Ferro Goiás, em Araguari, Estado de Minas Gerais, à conta da sub-consignação 61, item 01, da verba 1ª — Pessoal, do orçamento de 1939, para pagamento de diferença de vencimentos (PG. 39.047).

— O Tribunal ordenou o registro dos aludidos créditos, pagamento e distribuição de crédito.

Relatados pelo Sr. Ministro Eduardo Lopes:

Ministério da Agricultura:

Ofícios ns. (8.608 e 13.267), de setembro e dezembro, do Departamento de Administração Geral, relativos à anulação de 500\$0 no crédito distribuído à Tesouraria do Ministério, à conta da verba 2ª — Material, III — Diversas despesas, sub-consignação 33 — Iluminação, etc., quota 04), do orçamento de 1939, e distribuição à Delegacia Fiscal no Estado do Espírito Santo (PG. 38.951). — O Tribunal resolveu remeter o processo à Delegação junto ao Ministério para que proceda à anulação indicada.

Ministério da Educação e Saúde:

Ofícios:

N. 11.649, de dezembro, da Divisão de Contabilidade, com a cópia do Decreto-lei n. 1.924, do dia 28, que abre o crédito suplementar de 38:53\$6 à verba 1ª — Pessoal, IV — Gratificações e auxílios, sub-consignação n. 22, item 29 — Realização de exames e cursos na Faculdade de Medicina da Bahia (PG. 40.155). — O Tribunal ordenou o registro do crédito suplementar, com a declaração de que a despesa respectiva não poderá ser empenhada, de vez que se acha encerrado o ano financeiro de 1939.

N. 57, de janeiro, da Divisão de Contabilidade, com a cópia do Decreto-lei n. 1.943, de 30 de dezembro, que reduz de 107:185\$7 a dotação do item Faculdade Nacional de Medicina, sub-consignação n. 9 — Pessoal extranumerário, etc., II — Pessoal extranumerário, verba 4 — Pessoal, do orçamento para 1939 e aumenta da mesma importância a dotação do item 04 — Desdobramento de turmas na Faculdade Nacional de Medicina, sub-consignação n. 22 — Serviços especiais, verba 1 — Pessoal do mesmo orçamento (PG. 35.288). — O Tribunal mandou anotar o ato.

N. 148, de janeiro, da Divisão do Pessoal, pagamento de réis 107:029\$6 ao Dr. Olímpio Oliveira Ribeiro da Fonseca e outros, da diferença de gratificação pelo desdobramento de turmas, na Faculdade Nacional de Medicina (PG. 35.422). — O Tribunal ordenou o registro da despesa.

Ministério da Fazenda:

Ofícios:

Ns. 112, 115, 280 e 305, de janeiro, da Comissão Central de Compras, pagamento de 119:840\$0 a Armando Busseti & Comp., 303:468\$5 a Companhia Estrada de Ferro Minas S. Jerônimo, 167:668\$0 a Soares Lavrador & Comp. e outros e 152:500\$0 à Anglo Mexican Petroleum Co. Ltd., por fornecimentos aos Ministérios da Viação e da Educação e Saúde, em 1939 (PG. 35.930, 35.755, 39.696 e 39.744). — O Tribunal ordenou o registro das despesas.

Ns. 19.322 e 314, de dezembro e de janeiro, da Comissão Central de Compras, pedindo reconsideração dos atos do Tribunal que recusaram registro aos pagamentos de 15:456\$5 ao Instituto do Açúcar e do Alcool e outros e de 12:480\$0 ao mesmo Instituto, pelos fornecimentos feitos ao Ministério do Exterior em 1939 (PG. 38.683 e 39.750). — O Tribunal reconsiderou suas decisões anteriores, para fim de ordenar o registro das despesas.

Processos:

De concessão:

De monte-pio a D. Olívia Toscano Espínola e outra, filhas de Augusto Fortunato de Andrade Espínola, inspetor de 2ª classe, aposentado, da extinta Repartição Geral dos Telégrafos (PG. 38.467).

De melhoria de monte-pio a D. Edméa Pires de Almada, filha do general de Divisão graduado, reformado do Exército João Batista Pires de Almada (PG. 38.499); a D. Virgínia Pinheiro Ferreira de Sousa, viúva de Antônio Luiz de Sousa, 1º sargento do Exército (PG. 38.483).

De melhoria de monte-pio e reversão de monte-pio e meio soldo a Arabela Bandeira Acioli e outra, filhas do capitão de corveta Leopoldo Bandeira de Gouveia (PG. 37.918).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

De reversão de monte-pio a D. Rosa Moreira Campos por falecimento de sua mãe D. Ormí da Fonseca Campos, viúva do faroleiro de 1ª classe aposentado do Ministério da Marinha, João da Fonseca Campos (PG. 38.127). — O Tribunal ordenou o registro da concessão e o da despesa classificada; oficiando-se ao Tesouro Nacional, de acordo com o parecer da diretoria.

De pagamento:

De 330\$0 a Boaventura Gomes de Oliveira, de dívida de exercícios findos (PG. 33.900); de 4:000\$0 a Joaquim Adão Filho, por fornecimento às forças em operação no Estado do Paraná em 1930 (PG. 28.008); de 8:000\$0 a Ernesto Helzel, de indenização pelos prejuízos sofridos com o movimento revolucionário em 1923 no Rio Grande do Sul (PG. 29.482). — O Tribunal ordenou o registro.

De 800\$0 a Cesar Machado da Silva, contador classe I, do Ministério da Fazenda, de gratificação por serviços extraordinários prestados em 1939 (PG. 17.774). — O Tribunal ordenou o registro da despesa sob reserva.

De 161\$3 a José de Andrade, de vencimentos por ter serviço como coletor em Andrelândia, Minas Gerais, em outubro último

(PG. 38.657). — Recusou-se registro à despesa, pelo fundamento a que alude o parecer.

De distribuição de crédito de 100:000\$0 à Delegacia Fiscal de Mato Grosso à conta da verba 6ª, subconsignação 1 — Quotas, 03) (PG. 38.973). — O Tribunal ordenou o registro.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

N. 1.555, de dezembro, sobre o pagamento de 143:000\$0 à Consultoria Sec. Ltda., correspondente à segunda e última prestação dos trabalhos realizados no Patronato Agrícola "Wenceslau Brás", em Caxambú (PG. 35.694). — O Tribunal ordenou o registro.

N. DC/1ªS/769, de dezembro, pedindo reconsideração do ato do Tribunal que recusou registro ao adiantamento de 1:250\$0 a ser entregue a Pedro Ramos de Farias, chefe da Portaria dos Serviços de Estatística Demográfica Moral e Política, para despesas no 4º trimestre (PG. 35.981). — O Tribunal manteve a decisão denegatória do registro já agora por se achar encerrado o período legal da aplicação do adiantamento.

N. DC/1ªS/775, de dezembro, com a cópia do Decreto-lei n. 1.872, de 14 do mesmo mês, que altera sem aumento de despesa o orçamento para 1939, resultando o saldo de 400:000\$0, distribuído por diversas subconsignações das verbas 1ª e 2ª (PG. 35.979). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para o fim a que alude o parecer.

Processos de concessão de reforma a Pedro Gonzaga Freire como cabo de esquadra (PG. 35.293) e a Luiz Cândido de Almeida, também como cabo de esquadra (PG. 35.705), ambos da Polícia Militar do Distrito Federal. — O Tribunal ordenou o registro das concessões.

Ministério da Educação e Saúde:

Ofício n. 24, de 4 do corrente, da Divisão de Contabilidade, pagamento de 903:500\$0 a Santos & Gonçalves Ltda., proveniente de construção de alvenarias externas e internas, esquadrias de ferro e madeira, revestimentos, cobertura do Hospital Psiquiátrico da Colônia Gustavo Riedel, no mês findo (PG. 38.985). — O Tribunal ordenou o registro da despesa.

— Relatado pelo Sr. ministro Bernardino José de Sousa:

Ministério da Fazenda:

Processo de concessão de monte-pio civil a Mariana de Queiroz Ferreira, irmã do preparador aposentado, da antiga Escola Politécnica, Manuel José de Queiroz Ferreira (PG. 40.057). — O Tribunal ordenou o registro da concessão recusando esse expediente à despesa por se achar classificado o exercício de 1937, já encerrado.

— Relatado pelo Sr. ministro José de Castro Nunes:

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Aviso n. 10, de 3 do corrente, sobre a distribuição do crédito de 6:000\$0 à Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Amazonas e Acre, por conta da verba 1ª — Pessoal, IV — Gratificações e Auxílios, subconsignação 51, item 07 (PG. 38.410). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. ministro presidente designou o dia 12 do corrente, às 13,30 horas, para a seguinte sessão ordinária, declarando encerrados os trabalhos.

E, para constar lavrou-se a presente ata que vai subscrita e assinada.

ATA N. 49

DECISÕES DO SR. MINISTRO SEMANÁRIO, JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA — SECRETÁRIO, SEGISMUNDO SOARES BATISTA

De 27 de novembro a 1 de dezembro de 1939

Dia 27 de novembro

Presidência da República:

Departamento Administrativo do Serviço Público:

Ofícios ns. 1.972 a 1.974, de 21 de novembro corrente, pedindo os pagamentos de 1:218\$3, 6:900\$0 e 6:325\$0, relativos às folhas da remuneração de novembro referido dos extranumerários mensualistas, contratados e diaristas (24.882, 24.884, 28.760). — Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério da Agricultura:

Ofícios ns. 10.309 e 11.008, de 14 e 30 de outubro próximo findo, da Divisão do Pessoal, pedindo a distribuição de 1:840\$0 ao Tesouro Nacional para pagamento de vencimentos de Dilce Monteiro de Castro, de 29 de setembro a 31 de dezembro (24.808). — Determinou-se o registro da despesa.

Ministério da Educação e Saúde:

Ofícios:

Da Divisão do Pessoal:

Ns. 11.387, 11.177 e 11.180, de 21, 11 e 13 de novembro corrente, pedindo os pagamentos de 1:200\$0 ao Dr. Sílvia Leprubert Sertã e outro, professor extranumerário, larefeiro da Escola Ana

Neri, da remuneração de setembro último (32.897), 9:234\$5 ao doutor Abelardo Arruda de Brito e outros, professores da Faculdade Nacional de Odontologia, de gratificação pelo leccionamento em turmas desdobradas em outubro próximo findo (32.894), e 1:000\$0 a Augusto José Marques Júnior e outro, professor da Escola Nacional de Belas Artes, item, item, em agosto (32.187);

Ns. 11.567 e 11.568, de 24, item, de 360\$0 a Avelino Frutuoso e outros (32.544) e 14:000\$0 ao Dr. Maurício Gudim e outros (32.512), extranumerários, diaristas e contratados do Instituto Oswaldo Cruz, relativos à remuneração de outubro e de novembro;

Ns. 11.419 e 11.509, de 21 e 23, item, de 518\$4 a José Frederico Klein e outros (24.946) e 740\$0 a Haroldo Sumner Negrão (25.022), extranumerários mensaisistas do Serviço de Obras e do Serviço de Assistência Hospitalar do Distrito Federal, relativos à remuneração de outubro e de setembro e outubro;

Ns. 11.504, 11.505, 11.510, 11.512, 11.513, 11.526, 11.570, 11.608, de 23, 24, 25, item, de 57:133\$4, 40:810\$0, 11:350\$0, 500\$0, 1:700\$0, 10:960\$0, 3:750\$0, 37:000\$0, relativos às folhas da remuneração de novembro corrente, dos extranumerários mensaisistas do Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal (25.008) da Faculdade Nacional de Medicina (32.472), Instituto Nacional de Surdos Mudos (25.010), Conselho Nacional de Educação (25.020), Faculdade Nacional de Direito (32.496), Serviço Nacional do Teatro (25.016), Museu Nacional de Belas Artes (32.516), Serviço de Obras (32.538);

Ns. 11.506, 11.514, 11.520, 11.521, de 23 de novembro, item, de 15:900\$0 a Sérgio José Alencar de Vasconcelos e outros (32.494), 12:616\$0 ao Dr. Eduardo Marques Tinoco e outros (32.490), réis 3:800\$0 a Frederico Silva e outros (24.998), 3:908\$0 a D. Maria Vitória Ferreira Cardoso e outros (25.002), extranumerários contratados e mensaisistas do Instituto Nacional do Cinema Educativo, mensaisistas, diaristas e tarefeiros do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, tarefeiros do Conselho Nacional de Educação e diaristas do Instituto Benjamin Constant, relativos à remuneração do mês corrente;

Ns. 11.511, 11.515, 11.525, 11.564, de 23 e 24, item, de 550\$0, 800\$0, 200\$0, e 240\$0, relativo às folhas da remuneração de novembro corrente, dos extranumerários diaristas do Museu Nacional de Belas Artes (25.012), Serviço de Assistência Hospitalar do Distrito Federal (32.492), Instituto Nacional de Surdos Mudos (25.018), e Escola Nacional de Belas Artes (32.508);

N. 10.831, de 28 de outubro, pagamento de 720\$0 ao médico sanitário Dr. Alcides F. Silva Jardim, de diárias de 4 a 23 de setembro (28.174).

Da Divisão de Contabilidade:

Ns. 10.642, 10.686, 10.768, 10.769, 10.772, 10.779, 10.813, 10.725, 10.767, 10.781, 10.809, de 6, 8, 9, 13, 14 de novembro corrente, pagamentos de 316\$9, 3:984\$3, à S. A. da Gaz de Rio de Janeiro (32.881, 32.887), 91\$0, 1:745\$1 à Estrada de Ferro Central do Brasil (28.670, 32.171), 274\$9 à Companhia Telefônica Brasileira (32.173), 800\$0 a Antônio Simão (33.034), 600\$0 a Lux Jornal (32.025), 228\$4, 140\$0 à Imprensa Nacional (28.668, 28.678), réis 1:600\$8 a Dias Garcia & Comp. Ltda. (32.177), 198\$5 a The Rio de Janeiro City Improvements Co. Ltd. (33.021), por fornecimento de energia elétrica, transportes concedidos, assinatura do "Diário Oficial", de aparelhos telefônicos, aluguel de casa e serviço de recortes de jornais, fornecimento de material e trabalhos executados no ano corrente;

N. 10.774, de 13, item, de 10:000\$0, como adiantamento, ao escrivão Roberto Pires de Lima, para despesas de asseio, higiene, etc., no quarto trimestre do Hospital-Colônia de Curupaiti (32.175);

N. 10.797, de 14, pedindo a distribuição de 80:000\$0 à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais, para pagamento de subvenção a várias instituições no Estado (33.013);

Ns. 10.754, 10.343, 10.351, 10.731, 10.751, 10.786, 10.788, 10.801, de 13, 17, 18, 9, 11, 14, de novembro corrente, pedindo a entrega de 600\$0 ao oficial administrativo Oto de Almeida (32.169), 6:000\$0 ao técnico da Educação, Teófilo Moisés (32.767), 11:000\$0 ao dactilógrafo Silvio Costa (24.914), 3:750\$0 ao professor doutor Carlos Oto Newlands (28.638), 1:175\$0 ao almoxarife Américo Correia de Mendonça (32.167), 3:000\$0 ao escrivão Luiz Teixeira da Mota (33.015), 5:000\$0 ao almoxarife Alfredo Hermorodes de Moraes (33.017) e 2:300\$0 ao guarda sanitário Eusébio da Costa (33.019), como adiantamentos, para despesas mudas e de pronto pagamento, aquisição de livros, asseio, higiene, etc., lavagem de toalhas, o primeiro nos meses de novembro e dezembro e os demais no quarto trimestre;

Ns. 11.158 e 11.204, de 10 e 14, pedindo os pagamentos de réis 83\$3 e 83\$3 ao servente Alvaro Rodrigues Ferreira, de auxílio de condução como correio, nos meses de outubro a setembro (32.185, 25.024);

Ns. 10.714 a 10.716, de 9, item, de 2:000\$0, 5:000\$0 e 10:000\$0, como adiantamentos aos almoxarifes Antenor Soares da Cunha (32.753), Antônio Ferreira Godinho Filho (32.755), e ao escrivão Humberto Cavalcanti Teixeira (32.757), para aquisição de animais destinados a pesquisas e prepara de sôros e vacinas, despesas de asseio, miudas e de pronto pagamento, no quarto trimestre;

N. 9.580, de 9, item de 2:200\$0 ao Dr. Antônio Carlos da Rocha Fragoso, de aluguel dos prédios 46 a 50 à rua Bento Lisboa, em julho último (28.608);

Da Comissão Central de Compras:

Ns. 16.591, 16.604 e 16.605, de 10 de novembro, pagamentos de 1:995\$1 a Luiz Pestana & Comp. e outros (32.615), 9:999\$0 a Renato Alves de Sá (32.641), 11:757\$0 a Joaquim Basílio da Silva e outros (32.643), por fornecimentos feitos neste ano em proveito do Ministério.

Foi ordenado o registro das despesas.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamentos:

De 27\$7 à S. A. da Gaz de Rio de Janeiro (32.823), 663\$5 à Viação Férrea do Rio Grande do Sul (28.654), 282\$6 a Oscar Vitor de Sousa (28.758), 524\$7 a Fernando Rodrigues de Pinho (32.837), 241\$0 a Manuel do Nascimento (32.871), 48\$0 a D. Maria Cristina Tito (28.702), 362\$0 à Estrada de Ferro Sorocabana (28.808), 418\$0 a D. Alexandrina de Barros Duarte (28.700), 624\$7 a Oscar Portugal da Costa (28.704), 166\$7 a Antônio Sa (28.752), 11:162\$3 a José Buechler (29.239), 795\$0 a Lauro Antônio Travassos (28.706), de dívidas de exercícios findos;

De 900\$0 e 11:539\$ relativos às folhas da remuneração de novembro corrente dos extranumerários mensaisistas da Contadoria Central da República (33.034) e do Tribunal de Contas (33.087);

De 600\$0 ao contador Manuel Izidro de Miranda, de diárias em outubro (32.241);

De 12:344\$4 a Lília Clara S. Neimeyer e outros, extranumerários mensaisistas do Serviço do Pessoal, relativo à remuneração de novembro (30.206);

De 4:550\$0 a Afonso Ramos Gomes e outros, funcionários da Caixa de Amortização, de gratificação por serviços especiais de assinatura de notas de papel moeda em outubro (25.124).

De distribuição de crédito:

De 1:479\$9 ao Tesouro Nacional para pagamento de pensão de manutenção e meio soldo a D. Amélia Purificação Rodrigues de Assis, de outubro a dezembro (26.065).

Foi mandado dar registro às despesas com os mencionados pagamentos e distribuição de créditos.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos ns. 1.357 e 1.370, de 14 de novembro, pedindo os pagamentos de 900\$0 a Erbio Cantuária de Andrade, de vencimentos em outubro próximo findo, como professor interino (32.263) e 270\$4 a The Leopoldina Railway Co. Ltda. por transportes concedidos (25.080).

Ofícios:

N. 318, de 20 de novembro da Escola 15 de Novembro, pagamento de 3:250\$0 relativo à folha do mês atual, do pessoal extranumerário mensalista (32.129);

Ns. 3.676 e 3.677, de 20, do Instituto Sete de Setembro, item de 350\$0 a Maria Luiza Jaguaribe de Alencar (32.909) e 1:741\$1 a Valdir Medeiros Duarte e outros (32.911), extranumerários mensaisistas, relativos à remuneração de novembro referido.

Foi ordenado o registro das despesas.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Ofícios:

N. 1.632, de 9 de novembro corrente, do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, pedindo o pagamento de 15:746\$0 a Serviços Hollerith S. A. de aluguel de máquinas em setembro (32.203). — Ordenou-se o registro da despesa.

N. 2.374, de 16 de novembro, do Serviço do Pessoal, pedindo a entrega de 300\$0 ao escrivão Rubens Bastos, chefe da Secção de Assistência Social do Serviço do Pessoal, como adiantamento, para despesas de condução dos médicos encarregados do serviço de inspeção de funcionários do Ministério de acordo com o art. 162, § 2º, do Decreto n. 1.713, de 28 de outubro último (33.035). — Foi mandado a plenário.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Ofícios:

Da Divisão do Pessoal:

Ns. 3.715, 3.716, 3.718, de 24 de novembro, pedindo os pagamentos de 55:242\$0, 9:000\$0 e 84:802\$1 relativos às folhas da remuneração do mês atual, dos extranumerários diaristas, contratados e mensaisistas do Departamento de Aeronáutica Civil (25.052, 30.063 e 33.061);

N. 3.740, de 24, item de 47:359\$2 item da folha de novembro, dos extranumerários mensaisistas da Secretaria de Estado (33.633);

Do Departamento de Aeronáutica Civil:

N. 3.681, do Departamento de Aeronáutica Civil, pedindo o pagamento de 11:919\$4 à Escola de Aviação Civil Hugo Cantergini, de subvenção por instrução de alunos no ano corrente (32.540).

Foi determinado o registro das despesas.

Dia 28

Ministério da Agricultura:

Ofício n. 9.797, de 3 de outubro p. findo, do Departamento de Administração, pedindo o pagamento de 8:100\$0 a Raimundo Demócrito da Silva e outros, de gratificação em agosto último como membros do Conselho Nacional de Caça (30.613). — Foi mandado a plenário.

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

Da Divisão do Pessoal:

Ns. 11.563, 11.572 e 11.573 de 24 de novembro atual, pedindo os pagamentos de 58:020\$0 a Ariazul Soter e outros (25.131), de 16:567\$5 a Anardo João de Sousa Castro e outros (25.156) e de 208\$0 a Gilda Vidal Penido (25.126), extranumerários tarefeiros e diaristas (professores) e diarista do Colégio Pedro II — Externato, relativos à remuneração de novembro referido;

Ns. 11.565, 11.571, 11.575 e 11.527, de 23 e 24, idem de réis 99:353\$4 a Aquile Bassi e outros (25.130), de 9:033\$3 a Carlos Alves de Sousa e outros (25.122), de 520\$0 a Elza Almeida de Oliveira Santos (25.152), de 12:750\$0 a Maria Esmeria Martins Vieira e outros (25.014), extranumerários tarefeiros (docentes) da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e mensalistas do Serviço Gráfico, da Secretaria de Estado e da Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Braz;

Ns. 11.524, 11.609 e 11.610, de 23, idem de 4:034\$4, 4:878\$0 e 6:800\$0, relativos as folhas de novembro dos extranumerários mensalistas da Divisão do Pessoal (25.133) e tarefeiros e diaristas do Colégio Pedro II — Internato (33.295 e 33.297);

N. 11.508, de 23, idem de 4:000\$7 a Eduardo de Passos Simas Filho e outros, de gratificação por serviços de exames de provas escritas em novembro (32.754);

N. 11.256, de 16 de novembro, idem de 7:500\$0 ao professor Inácio M. de Azevedo Amaral (25.142), de diárias nos meses de agosto a outubro como membro da Comissão do Plano da Universidade do Brasil;

Da Divisão de Contabilidade:

N. 10.545, de 28 de outubro p. findo, pedindo a distribuição de 3:628\$8 ao Tesouro Nacional para pagamento de vencimentos de disponibilidade do escriptorário arquivista Olívio Azevedo, no ano corrente (29.976);

Ns. 10.939, 10.948 e 11.032, de 22 e 27 de novembro, pagamentos de 390\$0 e 780\$0 a Augusto Carlos de Caldas, por trabalhos prestados (30.243 e 30.246), e de 750\$0 a Caio Tácito Sá Viana Pereira de Vasconcelos, como adiantamento para pagamento de aulas lecionadas por um técnico do curso de estatística, de setembro a novembro (30.252).

Foi ordenado o registro das despesas.

Da Divisão do Pessoal:

N. 11.507, de 23 de novembro atual, pagamento de 91:711\$0 a Antenor Nascimentos e outros, professores do Colégio Pedro II — Externato, de gratificação pelo lecionamento em turmas neodebadas em novembro referido (32.756). — Foi mandado a plenário.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 69\$2 à Rede Mineira de Viação (32.225), 99\$8 e 1:023\$0 a The Leopoldina Railway Co. Ltd. (28.742 e 32.855), 200\$9 a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (28.756), 365\$0 a Carlos de Franco (32.813), 15:000\$0 a J. Gentil Filho (32.141), 102\$1 a Sebastião Moura e outro (28.732), 4:183\$2 a Sousa Batista & Cia. (32.139), 1:779\$4 a Otávio de Castro Melo (32.869), 88\$0 a Antônio Joaquim Moreira (32.877), 1:379\$9 a Albina Dias Gonçalves (32.863), 166\$8 a Luiz Maia Peixoto (32.865), 2:100\$0 a Ivete Brandão Lopes (28.650), 330\$0 a Antônio Gomes Sobrinho (28.726), 1:596\$8 a Jessé Jansen Tavares (28.652), 4:800\$0 a João Campos (32.480), 559\$0 a Antônio Franciêcc da Silva (32.849), 5:600\$ a Companhia de Mineração e Metalurgia Brasil (Cobrasil) (32.309), 2:463\$4 a Manuel Valentim de Santos (32.305), 213\$7 a Avelino de Sousa Lemos (32.853), 105\$0 a Nelson Bacchi (32.347), 220\$0 a Afonso de Lobão Cantanhede (32.349), 465\$0 a Ademar Colucci (32.351), 1:873\$2 a Antônio Nascimento Vasconcelos (32.345), réis 1:873\$2 a Romeu Azevedo Calimério (32.341), 1:873\$2 a Antônio Américo da Silveira (32.343), 295\$0 a Manuel Pedro de Melo (32.825), de dívidas de exercícios findos;

De 72\$0 a Carlos J. D. Palos, de restituição de taxa de saneamento paga em 1937, pela Recebedoria do Distrito Federal (12.343);

De 450\$0 ao extranumerário mensalista da Contadoria Central da República, Clovis Gentile, da remuneração de novembro atual (32.752);

De 6:000\$0 a Godofredo Filgueiras Filho e outros extranumerários mensalistas do Serviço de Fiscalização da Garimpagem e do Comércio de Pedras Preciosas, idem do mesmo mês (32.758);

De 3:600\$0 e 45:574\$2 relativos às folhas do mesmo mês, dos extranumerários mensalistas da Contadoria Central da República e da Diretoria do Domínio da União (Serviço Regional do Distrito Federal) (33.093 e 33.305);

De 14:985\$0 a Serviços Hollerith S. A., por aluguel de máquinas em outubro em proveito da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira (32.945);

De distribuição de crédito:

De 1:239\$6 ao Tesouro Nacional para pagamento de pensão de montepio e meio soldo a Jovelino, Isabel e Julieta, de setembro a dezembro (19.624);

De 3:333\$4, 5:124\$0 e 3:733\$6 ao Tesouro Nacional, para pagamento de vencimentos de Alexandre Passos (28.658), Arthur Teodoro da Costa (31.971) e Humberto Carneiro Leão e outro (32.219), mediante anulação nos concedidos à Alfândega do Rio de Janeiro e delegacias fiscais nos Estados do Amazonas e Ceará.

Foi mandado dar registro às despesas com os mencionados pagamentos e distribuição de crédito.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Offícios:

Ns. 6.878, 6.898 e 7.242, de 10, 11 e 27 de novembro da Polícia Civil do Distrito Federal, pedindo os pagamentos de 750\$0 a José Cardoso de Bessa (33.639) e 23:142\$3 a S. A. du Gaz de Rio de Janeiro (33.037), por aluguel de casa e fornecimento de gás e luz elétrica, neste ano, e 20:535\$0 a Antônio Pereira de Moraes e outros 46 extranumerários mensalistas, relativo à remuneração de novembro atual (32.395).

Foi determinado o registro das despesas.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Aviso n. 608, de 4 de novembro atual, pedindo o pagamento de 57\$4 à Estrada de Ferro Central do Brasil, por transporte concedido neste ano (24.798). — Deu-se registro à despesa.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 3.431, de 28 de outubro p. findo, pedindo a entrega de réis 5:900\$0 como adiantamento ao oficial administrativo João de Almeida Brandão, para obras de publicação de urgência, no quarto trimestre (24.520);

Offícios:

Da Divisão do Pessoal:

Ns. 3.589 e 3.655, de 11 e 17 de novembro, pedindo os pagamentos de 45\$0 ao engenheiro Osvaldo Figueira Soares Alvim, de diárias em setembro (33.033) e 7:270\$0 relativo a três folhas de diárias a funcionários do Departamento de Aeronáutica Civil, nos meses de junho e julho, agosto e setembro (36.160);

N. 3.745, de 25, idem de 24:456\$6 a Tetraldo João Monteiro e outros extranumerários mensalistas da Inspetoria Federal das Estradas, da remuneração de novembro (32.760);

Do Departamento de Aeronáutica Civil:

N. 3.563, de 13 de novembro, idem de 62:910\$0 ao Sindicato Condor Limitada, de subvenção pelas viagens realizadas na linha aérea São Paulo-Guiabá, no mês de agosto último (32.193).

Da Comissão Central de Compras:

N. 17.327, de 23 de novembro, pagamento de 63:276\$0 a Willmann, Xavier & C. Ltda. (30.156) por fornecimento feito neste ano em proveito do Ministério.

— Foi ordenado o registro das despesas.

Dia 29

Presidência da República:

Departamento Administrativo do Serviço Público:

Ofício n. 1.996, de 24 de novembro atual, pedindo o pagamento de 332\$3 a Rafael Teichholz e Roma Gicja, da remuneração do mesmo mês, como extranumerários mensalistas (32.257). — Deu-se registro à despesa.

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

Da Divisão do Pessoal:

Ns. 11.611, 11.613, de 25 de novembro atual, pedindo os pagamentos de 5:300\$0 a Nuno Lopo Smith de Vasconcelos e outros (33.299), 8:250\$0 a Antônio Dutra e Melo e outros (25.152), extranumerários mensalistas do Colégio Pedro II — Internato e Escola Nacional de Música, relativos à remuneração de novembro referido.

N. 11.654, de 27, idem de 74:266\$6 a Maria Helena Tabst e outros, idem, idem da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, idem do mesmo mês de novembro (36.047).

Ns. 11.211, 11.212, de 16, idem de 2:124\$0 a Oldemar de Azevedo Santos e dois outros funcionários do Hospital Colônia-Curupaiti (25.190), 800\$0 a Ozório Gomes de Araújo e outro funcionário da Escola Nacional de Engenharia (25.150), de gratificação de 30 % nos meses de abril a julho e por serviços extraordinários em agosto.

Ns. 11.672 e 11.673, de 29, idem de 66:286\$7 e 2:918\$0 relativos às folhas da remuneração de novembro dos extranumerários mensaisistas do Serviço de Assistência Hospitalar do Distrito Federal (33.521) e diaristas do Hospital Estácio de Sá (33.519).

Da Divisão de Contabilidade:

N. 10.817, de 16 de novembro, pagamento de 1:181\$8 à S. A. do Gaz de Rio de Janeiro, por fornecimento de luz elétrica em setembro (25.148).

N. 10.636, de 6, idem de 447\$9 a Viana, Nunes & C. Ltda., por fornecimento de material e prestação de serviço neste ano (32.705).

Da Comissão Central de Compras:

Ns. 16.945, 16.946, 17.033, 17.017 a 17.020, 17.027, de 18 e 20 de novembro, idem de 22:700\$0 a Televox Ltda. (33.247); 40:020\$0 a Soares Lavrador & Comp. Ltda. (33.249), 16:900\$6 a Ferreira, Filho & Comp. e outros (32.706), 1:670\$9 a J. G. Pereira & Comp. (32.674), 1:696\$8 a Soares Lavrador & Com. Ltda. e outros (32.676), 1:754\$3 a A. Rodrigues Costa e outro (32.678), 1:850\$0 ao Instituto Científico S. Jorge S. A. (32.680), 6:386\$5 a Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. e outro (32.694) por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do Ministério.

— Foi ordenado o registro das despesas.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 1:205\$9, 93\$4, 162\$1 à S. A. do Gaz de Rio de Janeiro (24.951, 33.067, 32.820), 133\$1, 7:104\$9 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (30.166, 30.161), 71\$8 ao Lloyd Brasileiro (33.069), por fornecimento de gaz, luz e energia elétricas e passagens concedidas neste ano.

De 1:333\$3 a José Benício Alves (36.011) 32\$6, 12\$5 a São Paulo Railway Co. (33.047, 33.057) 27\$3 a Rede mineira de Viação (33.055) 905\$7 a Abel Falcão Lima (33.051) 905\$7 a Helvécio da Costa Barbosa (24.986) 2:319\$3 a Alcides de Carvalho (24.988) 6\$4 a The Great Western of Brasil Railway Co. Ltda. (24.984) 1:889\$9 à Companhia Nacional de Navegação Costeira (32.873) 210\$5 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. (32.796) 716\$0 a João Antônio de Mendonça Schrinho (28.791) 2:285\$2 a Isaias Tomás Lourença (28.690) 1:150\$0 à Companhia Telefônica Brasileira (32.822) 1:611\$1 a José Benício Alves (36.009) e 41\$3 à Navegação Baiana (33.045) de dívidas de exercícios findos.

De 3:000\$0 ao contínuo de Tesouro Nacional, Cipriano Ferreira dos Santos (32.217) e 350\$0 ao guarda-livros Benjamin Parada Vieira (33.071) como adiantamentos, para despesas miúdas e de pronto pagamento no quarto trimestre.

De 600\$0 ao extranumerário mensalista da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira, Fernando Batista Coelho, da remuneração de setembro e outubro últimos (24.956).

De 8:809\$0 ao intendente Luiz Flores Abbatt e outros funcionários da Diretoria do Domínio da União, de gratificação por serviços extraordinários de 11 de setembro a 11 de novembro atual (33.303).

De 100\$0 ao dr. Antônio da Cerqueira Pereira Leite, por serviços médicos prestados, como crédito à Delegacia Fiscal em Mato Grosso (33.075).

De 18:600\$0 e 36:966\$0 relativos às folhas de novembro atual, da remuneração dos extranumerários mensaisistas das Diretorias de Estatística Econômica e Financeira e do Imposto de Renda (30.208, 28.794).

— Foi mandado dar registro às despesas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

N. 1.345, de 14 de novembro atual, pedindo a entrega de 5:000\$0 como adiantamento ao porteiro do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, João Pedro Lopes, para despesas miúdas nos meses de novembro a dezembro (25.166).

Offícios:

Da Comissão Central de Compras:

Ns. 17.039 e 17.042, de 20, pedindo os pagamentos de 460\$0 a Dias, Amorim & Comp. Ltda. (32.718) e 845\$0 a A. Coelho Branco Filho (32.724) por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do Ministério.

— Foi determinado o registro das despesas.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Offícios:

Do Serviço do Pessoal:

Ns. 2.445, 2.446, de 24 de novembro atual, pedindo os pagamentos de 12:200\$0 a Bernhard Gross e cinco outros (30.226) 2:700\$0 a Francisco Mendes de Oliveira Castro (30.228) extranumerários contratados da Secretaria de Estado e do Instituto Nacional de Tecnologia, relativos à remuneração de novembro referido.

— Foi ordenado o registro das despesas.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Aviso n. 3.492, de 1 de novembro atual, pedindo o pagamento de 92:854\$990 à Companhia Nacional de Navegação Costeira, da subvenção pelos serviços de navegação efetuados na linha Porto Alegre-Catbedelo, em agosto último (32.137).

Offícios:

Da Divisão do Pessoal:

N. 3.746, de 25 de novembro atual, pagamento de 5:800\$9 a Augusto Martins Pereira e outros, da remuneração do dito mês, como extranumerários mensaisistas da Inspetoria Geral de Iluminação (30.222).

Da Comissão Central de Compras:

Ns. 16.704, 17.054, 17.055, 16.820, 16.829, 16.827, de 12, 16 e 20 de novembro atual, pagamentos de 28:222\$0 a Rocha Couto & C. (23.153) 19:084\$0 a Paulo Monteiro Machado (32.748) 28:054\$1 a Lino & Comp. Ltda. (32.750) 2:481\$3, 31:307\$1 a Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. e outros (33.175, 33.193) e 24:583\$6 a Willmann, Xavier & Comp. Ltda. (33.189) por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do Ministério.

— Foi determinado o registro das despesas.

Dia 30

Presidência da República:

Conselho Federal de Comércio Exterior:

Ofício n. SA-316.1B, de 20 de novembro, atual pedindo o pagamento de 1:400\$0 a José Trindade e outro, extranumerários diaristas, relativo às diárias do dito mês (32.101). — Ordenou-se o registro da despesa.

Conselho de Imigração e Colonização:

Offícios:

Ns. 1.009 e 1.041, de 28 de outubro p. findo e 21 de novembro corrente, pedindo os pagamentos de 1:000\$0 ao capitão de Fragata Afila Monteiro Aché e outros, da representação em outubro como membros do Conselho (31.907) e 2:450\$0 a Margarida da Silva Porto e outros, da remuneração em novembro como extranumerários mensaisistas (25.162).

Ns. 1.005 e 1.019, de 26 de outubro e 3 de novembro, idem de 73\$8 à Imprensa Nacional (28.442) e 2:360\$0 a Leandro Martins S. A. (31.905) por fornecimento de impressos e móveis no ano corrente.

Foi ordenado o registro das despesas.

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

Da Divisão do Pessoal:

Ns. 11.290 e 11.619, de 18 e 25 de novembro atual, pedindo os pagamentos de 12:167\$4 e 354\$8 relativos às folhas de gratificação a professores e assistentes da Escola Nacional de Engenharia, pela lecionamento em turmas desdobradas em outubro (25.192) e remuneração de novembro referido de Helena Maria Costa Azevedo, extranumerária mensalista do Museu Nacional (33.339).

Ns. 11.617, 11.622, de 25, idem de 600\$0 a Laércio Monno e outro (33.337) e 169\$4 ao Dr. Antônio Carlos da Costa Cruz (33.331) extranumerários mensaisistas da Escola Nacional de Química e do Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal, relativos à remuneração de novembro.

Ns. 11.614, 11.634 e 11.671, de 25, 27 e 28, idem de 3:000\$0, 7:550\$0 e 2:395\$0, relativos às folhas da remuneração de novembro atual, dos extranumerários diaristas da Faculdade Nacional de Medicina (25.184), mensaisistas e diaristas do Serviço de Radiodifusão Educativa (36.147) e tarefeiros da Secretaria de Estado (36.062).

Da Divisão de Contabilidade:

N. 10.815, de 16, pedindo a distribuição de 79:000\$0 à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais, para pagamento de subvenções a várias instituições de caridade naquele Estado (32.770).

Ns. 10.647, 10.783 e 10.834, de 6, 13 e 16, pedindo os pagamentos de 639\$7 à S. A. do Gaz de Rio de Janeiro, por fornecimento de gás e luz elétrica (32.883); 1:500\$0 ao oficial administrativo Mário Pereira de Araújo, como adiantamento para despesas miúdas nos meses de novembro e dezembro do Instituto Osvaldo Cruz (36.143), e 15:000\$ ao professor da Faculdade Nacional de Medicina Dr. Antônio Benevides Barbosa Viana, de auxílio para despesas de viagem e estudos (32.768).

N. 10.837, de 16, idem de 7:500\$0 ao administrador do Hospital-Colônia de Campaí, Brígido Gama de Oliveira, relativa à folha de auxílio em outubro aos doentes internados no hospital (36.107).

Da Comissão Central de Compras:

Ns. 17.016, 17.021 a 17.026, 17.028, 17.030 e 17.031, de 20 de novembro atual, pagamentos de 1:234\$3 a Santos Martins & Comp. e outro (32.672); 2:193\$0 a B. Herzog e outros (32.682); 2:389\$0 a Fred Figner e outros (32.681); 3:000\$0 a A. Soares. Neves

& Comp. Ltda. (32.686); 3:011\$3 a Antonini, Rubino Ltda. e outros (32.688); 5:324\$0 a Empresa Progresso Ltda. e outros (32.690); 6:195\$6 a Sociedade Comercial de Alimentação Ltda. (32.692); 6:860\$5 a Companhia Nacional de Máquinas Comerciais S. A. e outros (32.696); 9:518\$6 a M. Ventura & Comp. e outros (32.700) e 9:950\$0 a César El-Yachar & Comp. (32.702), por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do ministério.

Foi ordenado o registro das despesas.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 1:313\$3 a D. Eugênia Nunes Vieira de Sousa (32.859); 468\$4 a Alberto de Oliveira Figueiredo (33.059); 1:572\$8 a Coriolano de Almeida Barreno (32.847); 3:499\$4 a Atalibio Sobrosa de Resende (24.974); 1:927\$6 a Belarmino Fernandes da Silva Tavares Filho (28.799); 2:463\$4 a Aginaldo Bastos de Araújo (24.978); 1:690\$0 a Ricardo Henrique Grimer (36.089); 2:463\$4 a Marinho dos Santos (24.980); 16:682\$7 a Henrique Romaguera (32.488); 2:463\$4 a João Batista de Oliveira Rabelo (24.990); 2:463\$4 a Luiz Alves de Sousa (24.982); 600\$0 a Francisco da Rocha Lima (32.295); 2:062\$9 a Manuel Mendes de Queiroz (32.297); 2:271\$9 a Onildo Osmar de Sampaio (32.301); 1:297\$9 a João Ferreira Guedes (25.054); 2:475\$7 a Pedro Feitosa Ventura (32.299); 2:271\$9 a Nelson de Mendonça Filho (32.327); 452\$1 a Rede Mineira de Vição (24.960); 600\$0 a Carlos Braga & Comp. (32.315); 524\$7 a Cipriano Mendes da Silva (32.321); 1:054\$4 a The Leonaldina Railway Co. Ltd. (32.323); 3:432\$0 a Ubirajara Nicolau (28.792); 1:597\$6 a Avelino Garcia (28.698); 8:366\$6 a Aselenfades Cantilice da Cunha Pinheiro (23.790); 1:224\$3 a Raimundo Barbosa Sosa (32.397); 830\$ a Pedro Franco (32.374); 480\$0 a João José da Silva (36.189); 456\$4 a The Great Western of Brasil Railway Co. (32.369); 168\$0 a Flaviano Sotero (36.162); 86\$7 a Luiz Augusto Monzot Leite (32.325); 288\$0 a Franklin Veras & Vomo. (24.966); 11:351\$4 a Domingos Antônio Rabelo (32.819), de dívidas de exercícios findos;

De 780\$0 a Olavo Augusto de Oliveira e dois outros extranumerários-mensalistas da Contadoria Central da República, da remuneração de novembro (32.089);

De 319\$0 a Liga de Proteção aos Cegos no Brasil, por fornecimento feito (30.194);

De 600\$0, 9:587\$7 e 5:978\$8 a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. (32.265, 32.267 e 32.271); 7:705\$1 a S. A. do Gaz de Rio de Janeiro (32.269), por fornecimento de energia elétrica, serviços executados e aluguel de transformadores;

De 1:411\$9, 199\$2, 4:688\$2 e 24:750\$0 a Sociedade Anonima do Gaz de Rio de Janeiro (32.762, 32.399, 33.301 e 30.244); 71:785\$0 a Breno Antunes Maciel (26.126); 12:956\$4 a S. A. Auto Fabricagense (30.050); 8:000\$0 a Homero de Oliveira (28.718); 261\$0 a S. A. Casa Pratt (28.744), de dívidas anuidadas pela Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante;

De 360\$0 ao "Boletim da Comissão Central de Compras", de uma assinatura no ano corrente (32.273);

De 1:800\$0 a Múcio Torres Carrilho e outros, extranumerários-mensalistas da Diretoria das Rendas Internas, relativo à remuneração de novembro (36.015);

De 1:200\$0 a Conservadora "Rex", por serviços de limpeza e conservação em outubro, da sede do Tribunal de Contas (36.004);

De 12:600\$0 a Serviços Hollerit S. A., por execução de serviços em proveito da Casa da Moeda, em setembro (36.002);

De 213\$7 a S. A. do Gaz de Rio de Janeiro, por fornecimento de energia elétrica (36.010);

De anulação:

De 6:096\$8 distribuído à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Espírito Santo, para pagamento de salários a Jaques Carvalho Bompet, ficando em ser no Tesouro Nacional (36.006);

De distribuição de crédito:

De 300\$0 ao Tesouro Nacional, para pagamento de pensão de montepio a D. Maria Ana Adelaide de Matos Topin, mediante anulação no concedido à Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul (29.886).

Foi mandado dar registro às despesas com os mencionados pagamentos e distribuição de crédito.

De pagamento:

De 2:964\$3 a Jorge Cavalcanti de Melo (32.840); 3:451\$3 a Henrique da Rocha Bandeira (32.313); e 3:451\$3 a João Veríssimo de Azevedo (32.311), de dívida de exercícios findos. — O julgamento foi convertido em diligência para os fins indicados pela diretoria.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

Ns. 1.300 e 1.363, de 31 de outubro e 14 de novembro, pedindo os pagamentos de 5:476\$6 e 4:760\$0, relativos a três folhas de substituições ocorridas na Justiça do Distrito Federal, nos meses de setembro (36.093), agosto e outubro (25.174);

N. 1.344, de 14 de novembro, pedindo a entrega de 500\$0 ao Depositário Público Geral do Distrito Federal, Oscar de Resende Enout, como adiantamento, para despesas miúdas e de pronto pagamento em novembro e dezembro (25.164);

Ns. 693 e 694, de 27, idem os pagamentos de 1:400\$0 a Renato Toledo de Andrade (25.158) e 15:831\$7 a Anunciata de Paula Fonseca Cordeiro e 34 outras (25.160), da remuneração de novembro como extranumerários-mensalistas do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e da Secretaria de Estado;

Offícios:

Do Arquivo Nacional:

N. 437, de 22, pagamento de 2:350\$0 a Gilda Ferreira e outros, extranumerários-mensalistas, relativo à remuneração de novembro (36.097);

Do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política:

Ns. 668 e 669, de 24, idem de 7:200\$0 e 8:200\$0, relativos às folhas da remuneração de novembro, dos extranumerários tarefeiros e mensalistas (36.085 e 36.087);

Da Comissão Central de Compras:

Ns. 17.044 e 17.541, de 20 e 27, idem de 1:380\$0 a Roberto Kronig & Comp. Ltda. (32.728) e 17:000\$0 a Máquinas de Escritório Ltda. (33.513), por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do ministério.

Foi determinado o registro das despesas.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Aviso n. 621, de 17 de novembro atual, pedindo a entrega de 1:000\$0 como adiantamento ao oficial administrativo Jês Elias Carvalho de Paiva, para despesas de encadernação de livros, etc., nos meses de novembro e dezembro (36.039);

Offícios ns. 2.447 e 2.448, de 24 de novembro, do Serviço do Pessoal, pedindo os pagamentos de 2:300\$0 a João Martins de Almeida (36.046) e 2:040\$0 a Edson Pitombo Cavalcanti (28.778), de vencimentos como diretores interinos em novembro e em dias do mesmo mês.

Foi ordenado o registro das despesas.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Aviso n. 3.724, de 24 de novembro atual, pedindo o pagamento de 67:924\$6 a Companhia Nacional de Construções Cíveis e Hidráulicas, por trabalhos executados em proveito da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense neste ano (36.083).

Offícios:

N. 3.711, de 231 do Serviço do Pessoal, pagamento de 2:000\$0 a Venefredo Bacelar Portela e outros funcionários, de diárias, em agosto e setembro últimos (33.501);

Ns. 16.703, 16.821, 16.822, 16.824 a 16.826, 16.828, 16.831, 16.834, 16.835 e 17.053, de 13, 16 e 20 de novembro, da Comissão Central de Compras, pedindo os pagamentos de 12:090\$0 a Companhia SKF do Brasil e outro (33.131); 3:563\$0 e 4:130\$0 a A. Soares, Neves & Comp. Ltda. e outros (33.177 e 33.181); 3:666\$0 a The Texas Co. (South America), Ltd. (33.179); 4:507\$7 a Paulo Monteiro Machado (33.183); 5:290\$4 a Alberto d'Almeida & Comp. e outros (33.185); 5:780\$0 a AEG Companhia Sul-Americana de Eletricidade e outro (33.187); 21:045\$0 a S. A. White Martins (33.191); 43:668\$7 a Companhia AGA do Brasil S. A. (33.197); 80:008\$0 a Standard Oil Co. of Brasil (33.203); 86:803\$2 a The Arinco International Corporation (33.205) e 5:205\$0 a Zeisnig Irmãos S. A. (32.746), por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do ministério.

Foi determinado o registro das despesas.

Dia 1

Presidência da República:

Conselho Federal do Comércio Exterior:

Ofício n. 3161, de 20 de novembro próximo findo, pedindo o pagamento de 10:350\$0 a Américo Wanik e outros, extranumerários-mensalistas, relativo à remuneração de novembro referida (32.103). — Ordenou-se o registro da despesa.

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

Da Divisão do Pessoal:

N. 11.256, de 16 de novembro próximo findo, pedindo o pagamento de 7:500\$0 ao professor Inácio M. Azevedo Amaral, de diárias em agosto e setembro últimos, como membro da Comissão do Plano da Universidade do Brasil (25.142). — Foi mandado a plenário.

Da Divisão de Contabilidade:

N. 10.640, de 6 de novembro próximo findo, pedindo a entrega de 30:000\$0 como adiantamento ao diretor do Museu Nacional de Belas Artes, professor Osvaldo Teixeira, para aquisição de trabalhos expostos no Salão Nacional de Belas Artes de 1939 (28.694). — O julgamento foi convertido em diligência, para ser junta cópia da exposição apresentada a S. Ex. o Sr. Presidente da República, sobre a aquisição pretendida.

Da Divisão do Pessoal:

N. 11.279, de 17 de novembro próximo findo, pedindo o pagamento de 3:840\$0 relativo a duas folhas, de agosto e setembro, de gratificação por serviços extraordinários a funcionários do Colégio Pedro II — Internato (32.460);

Ns. 11.356 e 11.646, de 20 e 27, idem de 11:974\$1 e 75:259\$8 relativos às folhas ns. 294 e 304, de gratificação por serviços extraordinários em julho e agosto de extranumerários-mensalistas do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal (32.766), e às de ns. 387 e 388, da remuneração de novembro referido dos extranumerários-mensalistas da 2ª Divisão (Paquetá e Encanamentos) do mesmo Serviço;

N. 11.718, sem data, idem de 4:599\$6 ao Dr. Adelino da Silva Pinto e outros, professores da Faculdade Nacional de Medicina, de gratificação pela regência de cadeiras não providas da Escola Anexa de Farmácia, em novembro (36.265);

Ns. 11.579, 11.623 e 11.633, de 24, 25 e 27, idem de 4:900\$0 a Dimpino Luiz Balduino e outros (25.120); 85:152\$9 ao Dr. Osvaldo Camargo Abib e outros (25.186); 145\$2 a Deolinda Rosa (36.145), extranumerários-mensalistas da Escola Nacional de Belas Artes e do Hospital Psiquiátrico da Assistência a Psicopatas, da remuneração de novembro, e do Serviço de Assistência acima, da remuneração de outubro;

Da Divisão de Contabilidade:

Ns. 10.818, 10.824 e 10.826, de 16, pedindo a distribuição de 50:000\$0, 31:000\$0 e 39:000\$0 às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados de Santa Catarina, Goiás e S. Paulo, para pagamento de subvenções a várias instituições de caridade e instrução, nos ditos Estados (36.137, 36.149 e 36.147);

N. 10.830, de 16, pedindo o pagamento de 47\$6 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda., por fornecimento de energia elétrica, neste ano (36.139);

Da Comissão Central de Compras:

Ns. 16.808, 16.809, 16.812, 16.928, 16.930, 16.929, 16.937, 17.000, 17.003, 17.005, 17.034, 16.698, 16.699, 16.807, 16.931 a 16.934, 17.001, 17.004, 17.006, 17.010, 17.011, 17.015, de 13, 16, 18 e 20 de novembro próximo findo, pagamentos de 215\$3 a Lutz, Ferrando & Comp. Ltda. (33.151); 244\$0 a J. G. Pereira & Comp. e outro (33.153); 1:416\$2 à Confeitaria Panificação Princesa Ltda. (33.159); 251\$6 e 347\$8 a Alves, Moraes & Comp. e outro (33.213 e 33.217); 326\$0 a J. G. Pereira & Comp. (33.215); 1:345\$0 a Granado & Comp. e outros (33.231); 213\$6 a Heitor Ribeiro & Comp. (32.640); 262\$5 à Sociedade Comercial de Alimentação Ltda. (32.646); 357\$6 à Companhia AGA do Brasil S. A. e outro (32.650); 21:845\$0 a Lino & Comp. Ltda. (32.708); 1:520\$0 à Casa Sousa Batista Ltda. (33.121); 1:609\$3 a Paula Gaiati & Companhia Ltda. e outro (33.123); 209\$0 a Fonseca, Almeida & Comp. Limitada (33.149); 378\$0 a Luik & Kleiner Ltda. (33.219); 426\$5 a J. Lobarinhas & Comp. Ltda. (33.221); 553\$5 a Soares Lavrador & Comp. Ltda. e outro (33.223); 695\$0 a J. G. Moraes (33.225); 221\$6 a D. F. Mourinho & Comp. e outro (32.642); 270\$0 a Alberto d'Almeida & Comp. (32.648); 420\$0 a João Carvalho & Comp. (32.652); 658\$2 a J. Lobarinhas & Comp. Ltda. (32.660); 684\$0 a Sousa, Torres & Comp. (32.662); 1:003\$0 a A. Barros & Comp. Limitada (32.670), por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do ministério.

Foi ordenado o registro das despesas.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 16:413\$9 ao agente fiscal do imposto de consumo, Otton Júlio de Barros Melo, de diferença de remuneração como representante da Fazenda Pública junto ao 2º Conselho de Contribuintes, no ano de 1938, tendo em vista o Decreto-lei n. 1.539, de 24 de agosto último (36.012).

Foi mandado a plenário.

De 9:731\$5 a D. Hortência de Moura, de diferença de vencimentos em 1937, entre o cargo de preposto de coletor e o de coletor, em virtude de substituição por motivo de licença-prêmio (28.795). — O julgamento foi convertido em diligência, para ser anexado o processo n. 68.829-37, do Tesouro Nacional.

De 769\$9 a Bernardino Lopes (32.784); 1:239\$6 a Rafael Milhão da Silva (28.793); 1:333\$9 à Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro (33.463); 300\$0 a Lauro Pacheco (33.118); 5:833\$3 a Aires Cunha de Andrade (36.164); 53:185\$2 ao capitão-tenente Mário de Oliveira Pena (36.160); 46:073\$5 ao capitão-tenente Fernando Garcia Vidal (36.013); 542\$7 a Brício Rodrigues de Oliveira (25.200); 450\$0 a Aristides Borges da Silva (24.958); 997\$0 a João Batista Celasco (28.797); 2:322\$0 a Nelson Teixeira (33.461); 22\$1 à Companhia Paulista de Estradas de Ferro (32.367); 563\$9 a dona Maria Celeste de Amorim Garcia (32.778); 4:824\$8 ao 2º tenente patrão-mór Antônio Romano da Rocha Mendonça (33.511); 7:562\$3 ao Dr. Aristides Pereira Maltez (32.365); 264\$1 à Companhia Telefônica Brasileira (33.411); 96\$0 a Hermínia da Silva Araújo (32.851); 250\$0 a D. Constança Cardoso Coutinho (24.964); 96\$7 a Júlio Vicente dos Santos (33.377); 75\$0 a Milton Aguiar (33.375); 1:200\$0 a Carlos A. de Siqueira (33.367); 82\$6 a Vicente Rício

(33.369); 3:900\$0 a Josias Garcia Rosa (36.052); 714\$3 a Antônio Olívio de Paiva (36.056); 850\$0 a Raul Frota (36.058); 3:451\$3 a Armando Junqueira Ferreira da Silva (36.060); 1:761\$1 ao 1º tenente José Luiz Pais Leme (33.325); 2:750\$0 a D. Estefânia de Sousa Leite (36.302); 69\$7 a Alcebíades Portela (33.359); 381\$6 a Alfredo Barbosa Ferraz (32.502); 1:752\$3 a Sebastião Martins de Araújo (36.054), de dívidas de exercícios findos;

De 172\$6 ao Lloyd Brasileiro, por transportes concedidos neste ano (36.014);

De 7:555\$5 relativos às folhas de remuneração de outubro último dos extranumerários-mensalistas (293\$5) e diaristas (7:262\$0), da Diretoria do Domínio da União (33.523);

De 125\$0 a Isabel Almeida de Oliveira, pela Recebedoria do Distrito Federal, de restituição de taxa de pena d'água em 1933 (28.512);

De 4:787\$6 a Jaques de Carvalho Bompel, extranumerário-mensalista do Serviço de Fiscalização de Garimpagem e do Comércio de Pedras Preciosas, relativo à remuneração de agosto a novembro deste ano (33.138).

Foi mandado dar registro às despesas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos ns. 1.350 e 1.341, de 14 de novembro próximo findo, pedindo os pagamentos de 1:689\$2 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda., por fornecimento de energia elétrica de maio a julho (25.170) e 4:075\$7 à Companhia Telefônica Brasileira, por assinatura de aparelhos telefônicos de março a junho deste ano (36.091);

Ofícios:

N. 6.946, de 16, da Polícia Civil do Distrito Federal, pedindo o pagamento de 1:000\$0 à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, de aluguel de casa em outubro (36.069);

Ns. 17.036, 17.038, 17.041, 17.043, 17.045 a 17.047, 17.049 e 17.050, de 20 de novembro, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 50\$0 às Companhias Usinas Nacionais (32.712); 413\$0 ao Instituto do Açúcar e Alcool (32.716); 540\$4 a Abílio Monteiro & Irmão e outro (32.722); 1:182\$0 à Liga de Proteção aos Cegos no Brasil e outro (32.726); 3:180\$0 à The Caloric Co. (32.730); 6:280\$0 a Abílio F. Magalhães & Comp. e outro (32.732); 7:955\$3 a Antonini, Rubino Ltda. e outras (32.734); 28:844\$2 à Companhia Brasileira de Artefactos de Borracha e outros (32.738); e 38:243\$0 a Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. (32.740), por fornecimentos feitos no ano corrente.

Foi determinado o registro das despesas.

Aviso n. 1.437, de 21 de novembro, pedindo o pagamento de 8:800\$0 a Hilda Iglésias Ribeiro e outros, funcionários da Secretaria de Estado, de gratificação por serviços extraordinários em outubro último (36.111). — O julgamento foi convertido em diligência, para o fim de ser informado si os funcionários constantes da folha tiveram o expediente prorrogado e remunerado em meses anteriores.

Ministério das Relações Exteriores:

Aviso n. 702-303.97, de 17 de novembro próximo findo, pedindo o pagamento de 5:572\$3 a Alvaro G. de Oliveira, por serviços prestados neste ano (36.116). — Deu-se registro à despesa.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Ofícios ns. 2.376, 2.379 e 2.453, de 16 e 30 de novembro próximo findo, pedindo os pagamentos de 255\$0 ao médico Lourenço José Maria Pereira da Cunha, de diárias em janeiro e fevereiro deste ano (36.043); 3:100\$0 a Francisco Antônio Coelho e outros, de auxílio *pro-labore*, na qualidade de membros do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, em outubro último (36.037); e 27:568\$4 a Afonso Freire Ramos Acioli e outros, extranumerários-mensalistas do Serviço de Previdência e Trabalho, da remuneração de novembro próximo findo (33.120). — Determinou-se o registro das despesas.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 3.755, de 27 de novembro próximo findo, pedindo o pagamento de 3:100\$0 ao diretor do Serviço do Pessoal, Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá, de seus vencimentos de novembro referido (36.165);

Ns. 3.726, 3.731 e 3.732, de 24, idem de 91:848\$0, 60:511\$5 e 57:200\$9 a Vidal & Alcoforado, por trabalhos executados neste ano em proveito da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (36.077, 36.081 e 36.079);

N. 3.641, de 14, pedindo a entrega de 4:600\$0 ao chefe da Portaria do Departamento Nacional de Portos e Navegação, como adiantamento, para despesas miúdas e de pequenos reparos, no quarto trimestre (36.254);

Ofícios:

Do Serviço do Pessoal:

Ns. 3.798 e 3.799, de 29 de novembro, pagamentos de 23:818\$0 e 59:310\$0, relativos às folhas da remuneração do mesmo mês, dos extranumerários diaristas e mensais da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (33.505 e 33.507);

Da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense:

N. 1.119, de 22 de novembro, pagamento de 35:065\$0 relativo à folha do pessoal de obras da diretoria, referente ao mês de novembro referido (33.509).

Foi ordenado o registro das despesas.

Nada mais havendo que deliberar, foram encerrados os trabalhos ao primeiro dia de dezembro de mil novecentos e trinta e nove e lavrada a presente ata, que é assinada pelo secretário e pelo senhor Ministro Semanário, José Américo de Almeida. — *Segismundo Soares Baptista*, secretário. — *José Américo de Almeida*.

ATA N. 50

DECISÕES DO SR. MINISTRO SEMANÁRIO JOSÉ DE CASTRO NUNES, SECRETÁRIO, SEGISMUNDO SOARES BATISTA

De 4 a 8 de dezembro de 1939

Dia 4 de dezembro

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

Da Divisão de Contabilidade:

Ns. 10.773 — 10.832 — 10.835 — 10.848 — 10.850 — 10.852 — 10.886 — 10.899 — 10.909/910 — 10.829 — 10.833 — 10.846 — 10.889 — 10.891 — 10.900, de 13, 16, 18, 29, de novembro p. findo, pedindo os pagamentos de 3:007\$5, 1:855\$0, Rs. 21:736\$0, 540:43, 646\$8, 646\$8, 916\$3, 1:158\$2, 2:930\$5, 833\$5, 413\$7, 2:613\$4 à Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro (33.136 — 36.323 — 36.340 — 36.655 — 33.152 — 33.627 — 10.878 — 36.319 — 36.344 — 36.383) 601\$9, 1:365\$2, 168\$0, 212\$5, 1:237\$8 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (36.350, 33.631, 33.657, 36.341, 36.313), por fornecimentos de gás, luz e energia elétricas no ano corrente;

Ns. 10.778 — 10.840 — 10.870 — 10.878 — 10.880 — 10.882 — 10.914 — 10.916 — 10.919 — 10.921 — 10.869 — 10.872 — 10.873 — 10.918 — 10.780 — 10.791 — 10.913 — 10.777 — 10.901 — 10.912, de 13, 16, 17, 20, de novembro, idem de 300\$0 à Sociedade Marítima de Beneficência (36.309) 925\$0 a João Lúcio Martins (36.333) 600\$0 a Manuel Francisco da Conceição (36.325) 150\$0 à Associação N. S. da Salette (36.330) 750\$0 a José Carneiro (36.635) 800\$0 a Bernardino Lopes Viana e outro (36.372) 2:200\$0 ao Dr. Antônio Carlos da Rocha Fragozo (36.338) 1:200\$0 a Zacarias Pereira Campos (36.336) 1:400\$0 a Antônio José Luiz de Queiroz Júnior (36.663) 250\$0 a Manuel Antônio de Gregório (36.320) 1:400\$0 a Raimundo Ottoni de Castro Maia (36.377) Rs. 850\$0 a José Lopes Nunes Júnior (36.321) 700\$0 à Associação Maternidade e Infância de São Cristóvão (36.381) 925\$0 a João Lúcio Martins (33.140) 810\$0, 9:066\$0, 810\$0, à Venerável Ordem 3ª de São Francisco da Penitência (36.337, 36.346, 33.653) 1:000\$0 a Joaquim de Oliveira Botelho (36.307) 1:200\$0 ao Espólio de Emelinda Alves Ferreira Flores (36.661) 800\$0 a Antônio Simão (36.335) de aluguel de casa em agosto, setembro, e outubro do ano corrente;

Ns. 10.684, 10.802, de 8, 14, pedindo a entrega de 10:000\$0 e 1:510\$0, como adiantamentos, ao almoxarife Antônio Barrielo Júnior, para aquisição de grandes e pequenos animais destinados a pesquisas e experiências de laboratório, no Instituto Oswaldo Cruz (28.606) e ao servente Zoroasto Antunes Moreira, do Laboratório Bromatológico, para despesas miúdas e de pronto pagamento (36.368) no quarto trimestre;

N. 10.892, de 18, pedindo o pagamento de 3:6000 a Eradique Ferreira de Almeida, por fornecimento feito neste ano (36.329);

Da Divisão do Pessoal:

Ns. 11.612, 11.621, de 25 de novembro, pedindo os pagamentos de 3:355\$0 a Renato Carvalho de Oliveira e outros extranumerários tarefeiros do Serviço de Comunicações, relativo às tarefas em novembro referido (36.277) e 11:660\$0 ao Dr. Quintino do Vale e outros professores do Colégio Pedro II — Internato, de gratificação pelo desdobramento de turmas, no mesmo mês (36.205);

Da Comissão Central de Compras:

Ns. 16.994 — 16.886 — 17.117 — 17.118 — 16.687 — 16.689 — 17.007 — 17.113 — 16.688 — 17.002 — 16.691 — 16.941 — 16.998 — 16.700 — 16.810 — 16.692 — 16.693 — 16.801 — 16.694 — 16.696 — 16.695 — 17.121 — 16.803 — 16.805 — 16.697 — 16.935 — 16.936 — 16.938 — 16.949 — 16.997 — 17.116 — 16.942 a 16.941 — 16.987 a 16.993 — 16.995 — 16.996 — 16.999 — 17.008 — 17.009 — 17.012 a 17.014 — 17.029 — 17.032 — 17.035 — 17.114 — 17.115 — 17.119 — 17.120 — 17.122 — 17.123 — 17.129 — 17.131 — 17.136 — 16.802 — 16.804 — 16.806 — 16.811 — 16.813 — 16.814 — 16.690 — 17.362, de 13, 16, 18, 20, 21 de novembro, pagamentos de 115\$0, 65\$0, 572\$1, 627\$4 a M. Ventura & Cia. e outros (32.628 — 33.097 — 32.938 — 32.940) 106\$9, 202\$9, 202\$6, 454\$7, 91\$4, a J. G. Pereira &

Cia. e outro (33.099, 33.103, 32.651, 32.930) 188\$0, 230\$0 à Casa Sousa Batista Ltda. (33.101, 32.614) 266\$0, 2:499\$9, 204\$2, Rs. 2:600\$7, 519\$2 a Lutz, Ferrando & Cia. Ltda. e outros (33.107, 33.239, 32.636, 33.125, 33.155) 270\$0 a Byington & Cia. (33.109) 411\$0, 60\$0 a Alexandre Ribeiro & Cia. Ltda. e outro (33.111, 33.137) 564\$0, 1:167\$7 a B. Saraiva & Cia. e outros (33.113, 33.117) 603\$0, 838\$0, 95\$2, 138\$0 a Heitor Ribeiro & Cia. e outros (33.115, 32.946, 33.141, 33.145) 1:196\$0 a Cunha & Fernandes (33.119) 717\$5 a Mendes Júnior & Cia. Ltda. (33.227) 1:200\$3 a Pedro de Menezes e outro (33.229) 1:437\$0 a Equipamentos Científicos Ltda. (33.233) 1:532\$4, 158\$8, 309\$6 a Moreira Barbosa & Cia. Ltda. e outros (33.235, 32.634, 32.936) 3:690\$8 a Alberto Martins & Cia. e outros (33.241) 6:162\$1 a A. Fortuna & Cia. e outros (33.243) 8:716\$8 a Lino & Cia. Ltda. e outros (33.245) 13\$5 a Mário Amado & Cia. (32.614) 19\$5 a Renato Alves de Sá (32.616) 32\$5 à Companhia Usinas Nacionais (32.618) 45\$0 a Vieira Bastos & Cia. (32.620) 56\$4 a Luiz Hermana Filho & Cia. Ltda. (32.622) 73\$1 a Fonseca, Almeida & Cia. Ltda. e outro (32.624) 100\$6 a Empresa Progresso Ltda. (32.626) 139\$0 a Equipamentos Científicos Ltda. e outro (32.630) 146\$8 a Mesbla S. A. e outro (32.632) 207\$8 a Erich Eichner & Comp. Ltda. e outros (32.638) 556\$2 a J. C. Mendonça e outro (32.656) 606\$6 a S. A. Schering e outros (32.658) 721\$2 a Willmann, Xavier & Comp. Ltda. e outro (32.664) 759\$8 a Granada & Comp. e outros (32.666) 875\$7 a Martins Júnior & Comp. e outros (32.668) 6:890\$9 a Santos Martins & Comp. e outros (32.698) 11:504\$6 a Carl Zeiss Soc. Offica Ltda. e outros (32.704) 22:103\$8 a Luiz Pestana & Comp. e outros (32.710) 101\$6 a Alves, Mendes & Comp., e outro (32.932) 101\$0 a Casa Lohner S. A. (32.934) 650\$0 a Moreno Borlido & Comp. (32.942) 700\$0 a Belmiro Rodrigues S. A. (32.944) 1:200\$0 a RCA Vitor Brasileira Inc. (32.948) 1:211\$4 a Ferreira Agostinho & Comp. e outro (32.950) 2:200\$0 à Comp. Nacional de Máquinas Comerciais S. A. (32.962) 4:432\$5 a Pereira Júnior & Comp. e outros (32.966) 12:441\$7 a Soares Lavrador & Comp. e outros (32.976) 60\$0 a Alvaro P. Silva (33.139) 136\$7 a Irmãos Andrade Ltda. e outro (33.143) 152\$3 a Paula Galatti & Comp. Ltda. e outro (33.147) 730\$9 a Luik & Kleiner Ltd. e outro (33.157) 1:988\$0 a The Caloric Comp. (33.161) 9:311\$0 a A. Rodrigues Costa e outro (33.163) 256\$6, 30:930\$8 a Vieira Rodrigues & Queiroz Ltda. e outros (33.165), 36.427, por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do Ministério.

Foi determinado o registro das despesas.

Offício n. 10.853, de 16 de novembro, da Divisão de Contabilidade, pedindo o pagamento de 6:370\$ a S. A. do Gaz de Rio de Janeiro, por fornecimento de luz elétrica neste ano. (33.641). — O julgamento foi convertido em diligência para ser completado e selo da fatura de fls. 3/4.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 850\$0 a cada um dos seguintes: Osvaldo Afonso Ferreira (36.169); José Medeiros Calheiros (25.041); Humberto de Farias Nobre (36.191); Diomedes de Carvalho Lima (25.046); Alufio Guedes Nogueira (25.048); Oscar Duarte de Barros (33.453); Domingos Alves Feitosa (36.263); 2:622\$9 a cada um dos seguintes: Bernardino Leovegildo Gomes (25.066); Joaquim Nogueira da Cruz (25.076); Joaquim José de Andrade (25.072); 2:271\$9 a cada um dos seguintes: Estevam Augusto Lopes Gonçalves (36.261); Jurandir da Silva Marques (36.475); Eimar de Toledo Navarro (36.179); Silvio Correia de Sousa (25.060); Otávio Lira Pedrosa (25.040); Roberto Neves Rodrigues (25.062); Adamastor Maier Japiassu (25.061); Luiz de Franca Costa Lima (25.068); Durval Pessoa da Costa (32.486); 54\$2 à Rede Mineira de Vição (32.474); 99\$0 a Euclides de Carvalho (25.042); 935\$0 a J. Santos & Comp. (36.373); 67\$7 à Estrada de Ferro Maricá (32.484); 2:060\$7 a Afonso de Miranda Freire de Carvalho (33.497); 905\$7 a Júlio Florêncio de Lima Barroso (33.467); 1:550\$0 a Adolfo José Moreira (32.478); 85\$4, 200\$2 à Comp. Mogiana de Estradas de Ferro (32.476); 33.447; 25\$5 à Comp. de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. (33.149); 3:350\$0 a João Cerdá Filho (33.469); 1:485\$0 a João Capistrano Loda (33.643); 2:233\$0 a Eduardo Jorge Pereira Júnior (36.177); 12\$4 à Comp. Paulista de Estradas de Ferro (33.473); 300\$0 a Antônio Bernardes Sobrinho (36.193); 2:200\$0 a Eduardo Henrique Sisson (36.301); 3:405\$0 a Júlia Moreira da Costa (36.251); 600\$0 a Agnelo Coelho (24.962); 549\$2 a Benedito Moura (24.976); 1:873\$2 a Iphelio Gaudie-Ley (25.052); 2:463\$4 a Pedro Correia da Silva (32.470); 82\$6 a João Gomes (33.737); 14:875\$0 à E. F. Sorocabana (28.730); 12:800\$1 a Joaquim Ferreira de Abreu (25.086); 621\$9 a Antônio José da Costa Bastos (36.295); 1:687\$3 a Gervásio de Araújo Silva (36.207); 714\$9 à Comp. Great Western of Brasil Railway (32.829); 516\$7 a Acrísio de Melo (24.970); 433\$3 a José de Macedo Braga (33.373); 116\$7 a Carmen dos Reis Navarro (33.361); 1:239\$0 a Francisco Antônio Gomes (33.365); 3:473\$4 a Antônio Guimarães Albernaz (36.361); 437\$8 a Firmino Gastão Tavares (33.451); 960\$0 a Olívia Marcondes Pacheco (33.455); 750\$0 a Airlton Nonato de Faria (33.459); 3:082\$3 a Mário Aguiar Pereira (32.482); 626\$8 a Silvino Pereira dos Santos (33.049); 816\$7 a Lauro Freitas (36.248); 14:235\$6 a Aristides Manuel Borges (36.229); 1:695\$3 à Prefeitura Municipal de Miranda, Estado de Mato Grosso (33.471); 412\$5 a Hen-

rique Ribas (36.197); 320\$0 a Alceste Sensburg Vieira de Lemos (36.199); 2:048\$2 a Godofredo Cláudio Revorêdo (36.181); 500\$0 a Luiz de Alexandre (36.185); 169\$0 a Brício Deodécio Ribeiro (36.187); 573\$9 a Arnaldo Monteiro da Cruz (36.201), de dívidas de exercícios findos;

De 27:100\$0 a Inácio Pereira da Costa, de vencimentos de inatividade, sendo 9:100\$0 de dívida de exercícios findos e 18:000\$0 no ano corrente como crédito ao Tesouro Nacional (32.594);

De 54\$6, 124\$5 a J. G. Pereira & Comp. (32.846, 32.854); a The Texas Comp. (South América) Ltd. (32.848); 109\$6 a Alvaro P. Silva (32.850); 110\$4 a Sudeleiro S. A. e outros (32.852); 136\$7 a Guimarães Carvalho & Comp. Ltda. e outro (32.865); 245\$0 a Schmidt & Alberto (32.858); 382\$2 a Paula Galatti & Comp. Ltda. e outro (32.862); 10:130\$0 a Alberto Amaral & Comp. Ltda. e outros (32.892); 12:000\$0 a S. A. Casa Pratt (32.894); 20:561\$8 a Serafim Ferreira & Comp. Ltda. e outros (32.896); 35:191\$5 a Aços Phenix Ltda. e outros (32.900); 19:300\$0 a Adolfo Botelho (33.127); 51:750\$0 a Franz Cohnitz (32.742); 73:218\$6 a Castro Sobral & Cia. (36.554), por fornecimentos feitos no ano corrente por intermédio da Comissão Central de Compras;

De 16:800\$0 a Empresa Comercial de Construções Ltda., por execução de obras de adaptação na Pagadoria do Tesouro Nacional, neste ano (36.409);

De 3:000\$0 como adiantamento ao oficial administrativo Virgílio Carneiro da Cunha, para despesas miúdas e de pronto pagamento da Diretoria das Rendas Internas, nos meses de novembro e dezembro (36.421);

De 400\$0 a D. Marieta Ribeiro, de pensão de montepio de setembro a dezembro, como crédito ao Tesouro Nacional (9.324);

De 25:890\$0 a José Finkler (36.170); 6:010\$0 a Lourenço Biancon (36.168) de dívidas apuradas pela Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante.

Foi mandado dar registro às despesas.

De pagamento:

De 37:190\$6 à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, de dívida de exercícios findos (28.352). — O julgamento foi convertido em diligência para o fim requerido pelo Sr. procurador.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Offícios:

Do Arquivo Nacional:

N. 448, de 28 de novembro próximo findo, pedindo o pagamento de 900\$0 a Sebastião Alves Filgueiras Campos e outro, extranumerários mensais, relativo à remuneração do mesmo mês de novembro (36.294);

Da Polícia Civil do Distrito Federal:

N. 7.066, de 20, idem de 1:163\$8 à Cia. Telefônica Brasileira, por serviço telefônico em outubro último (36.286);

Da Corte de Apelação do Distrito Federal:

N. 354, de 22 de novembro próximo findo, pedindo o pagamento de 4:000\$0 a Helena Willemseus da Fonseca e Silva e outros extranumerários mensais, relativo à remuneração do dito mês (36.095);

Ns. 16.947 a 16.951, 16.953 a 16.957, 17.037, 16.952, 17.040, 17.048, 17.283 a 17.288, 17.542, 17.543, 17.272, 17.282, 17.271, 17.273, 17.275 a 17.281, de 18, 20, 23 e 27 de novembro próximo findo, pagamentos de 111\$2 a Alexandre Ribeiro & Cia. e outros (33.251); 200\$5 a Casa Mairink, Veiga & Cia. e outro (33.253); 670\$8 a Carlos Ruenerz & Cia. Ltda. e outros (33.255); 693\$8 a Abílio F. Magalhães & Cia. e outros (33.257); 1:700\$0 a Serafim Ferreira & Cia. Ltda. (33.259); 1:778\$3 a B. Saraiva & Cia e outro (33.263); 3:011\$0 a A. Ramada & Cia. Ltda. e outros (33.265); 6:075\$7 a Acreditadores Varta do Brasil Ltda. e outros (33.267); 12:975\$0 à Cia. Fazenda Reunidas Normandia S. A. e outros (33.269); 14:348\$0 a Alberto de Almeida & Cia. e outros (33.271); 341\$0 a J. G. Pereira & Cia. (32.711); 1:706\$8, 493\$4, 9:620\$3 a Alvaro P. Silva & Cia. e outros (33.261, 32.720 e 32.736); 1:543\$0 a A. Coelho Branco Filho (33.002); 1:725\$6 a M. H. Rezende & Cia. (33.004); 1:501\$2 a Antonini, Rubino Ltda e outros (33.006); 10:264\$0 a Casa Borlido Maia de Ferragens Ltda. e outros (33.008); 25:355\$6 a Armando Coelho & Cia. Ltda. e outros (33.010); 41:600\$0 ao Instituto do Açúcar e do Alcool (33.012); 47:600\$0, e 48:000\$0 a Máquinas de Escritório Ltda. (33.515, e 33.517); 32\$0, 1:334\$8 e 69\$0 a J. G. Pereira & Cia. e outros (32.980, 33.000 e 2.981); 41\$5 a M. Ventura & Cia. (32.982); 242\$0 ao Instituto Vital Brasil e outro (32.986); 269\$7 a Mário Amado & Cia. (32.988); 367\$1 a Alvaro P. Silva e outro (32.990); 710\$0 a Heitor Ribeiro & Cia. e outro (32.992); 795\$0 a Casa Sousa Batista Ltda. (32.994); 809\$5 a A. Coelho Branco Filho (32.996) e 853\$1 a Sociedade Comercial de Alimentação Ltda. (32.958) por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do Ministério.

Foi ordenado o registro das despesas:

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Avisos ns. 620 e 622, de 17 e 23 de novembro próximo findo, pedindo os pagamentos de 427\$8 ao Departamento dos Correios e Telégrafos por execução de trabalhos (36.246) e 1:100\$0 como adianta-

mento ao oficial administrativo Ivan Carvalho do Amaral, para despesas com encadernação de volumes da Secretaria de Estado nos meses de novembro e dezembro (36.228).

Offícios:

N. 2.580, de 16 de novembro, do Serviço do Pessoal, pagamento de 719\$3 a Carlos Correia Rodrigues e dois outros funcionários, de gratificação por serviços extraordinários prestados em outubro último (36.041);

Ns. 16.815 a 16.818, 16.960, 16.961, 17.208, 16.958, 16.959, 17.204 a 17.207, 17.209, 17.210, de 16, 18, 22 de novembro, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 15\$0 a Civilização Brasileira S. A. (33.165) 840\$0 a Bernardino Gomes & Cia. (33.167) 6:048\$3, 19:402\$6, 510\$3, 2:684\$7, 804\$5 a Lutz, Ferrando & Cia. Ltda., e outros (33.169, 36.171, 33.277, 33.279 e 32.914) 68\$0 a J. C. Mendonça (33.273), 237\$0 a M. H. Resende & Comp. (33.275), 129\$0 a Oscar Flues & Comp. (32.906); 562\$6 à S. Farmacêutica Silva Araújo Ltda. e outro (32.908), 746\$1 a Vieira Rodrigues & Queiroz Ltda. (32.910), 764\$0 a Mesbla S. A. e outro (32.912), 1:592\$0 a Renato Alves de Sá e outro (32.916), 1:710\$0 à S. A. Produtos Têxteis Sapt (32.918), por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do Ministério.

Foi determinado o registro das despesas.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 3.770, 3.782, 3.785, de 28 de novembro próximo findo, pedindo os pagamentos de 27:457\$4 a Simões Ramos de Almeida (36.353), 37:209\$0 a Vidal & Alcorado (36.351), 50:728\$1 a Irmãos Breves (36.349), por trabalhos executados neste ano em proveito da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense;

Ns. 3.612, 3.645 e 3.667, de 14, 16 e 18, idem, de 7:877\$4 ao Lloyd Brasileiro (36.264), 3:980\$0 a Fred Figner (36.240), 3:159\$8 a The Leopoldina Railway Co. Ltda. (36.155), por transportes concedidos e trabalhos executados neste ano.

Offícios:

Da Divisão do Pessoal:

N. 3.801, de 29 de novembro, pagamento de 17:700\$0 relativo à folha da remuneração de novembro, dos extranumerários mensais da Administração Central do Departamento Nacional de Portos e Navegação (36.167);

Ns. 3.646, 3.647, 3.663, de 16 e 18, idem de 369\$7 à Estrada de Ferro Sorocabana (36.163), 714\$8 a The Leopoldina Railway Co. Ltda. (36.236), e 100\$7 à Rede Mineira de Viação (36.274), por transportes concedidos no ano corrente.

Da Diretoria de Contabilidade:

Ns. 3.610, 3.640, 3.637 a 3.639, 3.641 e 3.642, de 14 e 16 de novembro, idem de 730\$8, 473\$6 à S. A. du Gaz de Rio de Janeiro (36.244, 36.260), 680\$0 a Romeu Simões da Fonseca (36.242), 99\$9, à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. (36.256), 900\$0 a Olímpio Gomes Terra (36.238), 560\$0 a Olímpio Teles de Noronha (36.157), 420\$0 a João Carvalho (36.258), por fornecimento de luz e energia elétricas e aluguel de casas, neste ano.

Do Departamento de Aeronáutica Civil:

N. 3.608, de 16, idem, de 1:911\$6 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda., por fornecimentos de luz e energia elétricas e aluguel de transformador, em setembro último (36.262).

Da Comissão Central de Compras:

Ns. 16.819, 16.830, 16.832, 16.833, 16.962 a 16.964, 17.212, 17.211, de 16, 18 e 22 de novembro, idem de 394\$6 à Liga de Proteção aos Cegos do Brasil (33.173), 36:188\$1 a M. H. Resende & Comp. (33.195), 51:567\$5 a Alberto de Oliveira & Comp. e outros (33.199), 65:016\$2 ao Instituto do Açúcar e do Alcool e outros (33.201), 494\$4 a Alberto de Araújo & Comp. e outro (33.281), réis 3:975\$0, 7:600\$0, 14:840\$0 a Araújo, Pons & Comp. Ltda. (33.283, 33.285, 32.922), 24:143\$1 a Fonseca, Almeida & Comp. Ltda. (32.920), por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do Ministério.

Foi ordenado o registro das despesas.

Dia 5 de dezembro

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

Da Divisão de Contabilidade:

N. 11.616, de 25 de novembro, pagamento de 800\$0 a Haroldo Costa de Assis Mascarenhas e outro, extranumerários mensais da Escola de Engenharia, relativo à remuneração de novembro referido (33.134);

N. 11.291, de 18 idem de 677\$4 a José de Oliveira Gomes, bibliotecário, de gratificação por serviços extraordinários em julho e agosto (32.430);

N. 11.205, de 14, idem de 180\$0 ao confínuo Eduardo de Sousa Pereira, de auxílio de aluguel em outubro último, como parceiro da Escola Nacional de Química (33.158);

N. 11.289, de 18. idem de 2.000\$0 a Rubens Fortes Bustamante Sá, beneficiário do prêmio de viagem ao país, no Salão de 1938, da pensão correspondente a outubro último (36.354).

Da Divisão de Contabilidade:

N. 10.506, de 26 de outubro último, pedindo a entrega de réis 1.000\$0, como adiantamento, ao zelador Antônio Bertino Cavalcanti Leite, para despesas com aquisição de livros, documentos, etc., no quarto trimestre (36.403);

Ns. 10.887, 10.915, 10.917, 10.874, 10.922, de 18 e 20, pagamentos de 7.500\$0 a B. Conti (36.331), 950\$0 a D. Emilia Lima de Sá (36.391), 1.000\$0 a Antônio Manuel Lopes (36.651), 750\$0 a Francisca Valverde de Miranda Brandão (36.352), 250\$0 a Jacé Jabur (36.637), por execução de trabalhos e aluguéis de casa, neste ano;

Ns. 10.932 e 1.971, de 21 e 23, pedindo a entrega de 600\$0 e 8.000\$0, como adiantamentos, ao servente Jaime de Almeida (33.132) e ao oficial administrativo Gaspar da Silva Guimarães (36.356) para despesas miúdas e de pronto pagamento em novembro e no quarto trimestre;

Ns. 10.851 e 11.099, de 16 de novembro e 1 de dezembro corrente, pagamento de 5.567\$4 à S.A. du Gaz de Rio de Janeiro por fornecimento de energia elétrica em setembro (36.348) e 2.380\$0 a Augusto Carlos de Caldas, por trabalhos executados no edifício da Nacional de Belas Artes em novembro (30.336);

Da Comissão Central de Compras:

Ns. 17.132, 17.135, 17.615, 17.619, 17.620, 17.627 a 17.630, 17.124 a 17.126, 17.130, 17.133 e 17.623, de 21 e 29 de novembro, pagamentos de 5.076\$3 a J. Pinho e outros (32.968) 8.815\$4 a D.F. Moutinho & Com. e outros (32.974) 126\$0, 1.811\$4 a Soares Lavrador & Comp. e outros (33.805, 33.813) 3.219\$1 a Luiz Pestana & Comp. e outros (33.815) 7.140\$6 a M. Ventura & Comp. e outros (33.829) 9.105\$0 a B. Herzog & Comp. e outros (33.831) 15.311\$7 a J. R. Pires & Companhia Limitada e outros (33.833) 21.667\$8 a Luiz Pestana & Comp. e outros (33.835) 1.275\$3 a Abílio F. Magalhães & Comp. e outros (32.952) 1.599\$0 a Ferreira Agostinho & Comp. e outro (32.934) 1.780\$0 a Moreira Barbosa & Comp. Ltda. (32.956) 2.308\$0 a Matos Rocha & Comp. e outros (32.964) 5.170\$1 a Ferreira Agostinho & Comp. e outros (32.970) e 1.261\$6 a Fernandes Moreira & Comp. e outros (33.821) por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do Ministério.

Foi ordenado o registro das despesas.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 850\$0 a cada um dos seguintes: João Zacarias de Serpa Brandão (32.283) Francisco de Assis Miranda (32.281) Oscar Duarte de Barros (25.092) Augusto Paranhos Fontenele (32.263); 2.271\$9 a cada um dos seguintes agentes fiscais: Antônio Cavalcanti de Miranda Henriques (32.291) Elia Moreira de Araujo Beltrão (32.247) Olivério de Sousa Campos (32.249) Lourival Guedes Pereira (32.251); 1.873\$2 a cada um dos seguintes: Marival Padilha de Oliveira (32.383) André Lombardi (32.385) Afonso Fleury da Silva e Sousa (32.381); 222\$4, 245\$7, 971\$3 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (32.808, 33.763, 33.323) 1.112\$8, 337\$7, 824\$8 à S.A. du Gaz de Rio de Janeiro (33.491, 32.816, 33.350) 2.049\$1 a Alexandre Herculano de Carvalho (32.285) 2.577\$8 a Moacir Torres Daltro (32.287) 2.463\$4 a Antonio Lezina Lopes (32.361) 2.426\$2 a Plínio Moreira de Menezes (32.355) 2.217\$8 a Olivardo Monteiro de Medeiros (32.245) 505\$3 a Edson Dias Correia (32.303) 2.252\$0 a Clovis Martins dos Santos (32.253) 2.117\$2 a Maria de Mendonça Oliveira (32.289) 1.766\$2 a José Vigne (32.359) 1.058\$8 a Joventino Caldas (32.237) 1.789\$9 a Aguiñaldo Araujo (25.050) 2.163\$4 a Aloísio Valadares (36.042) 2.154\$9 a Aguiñaldo Barbalho Simonete (32.520) 1.533\$3 a Mário Leite (32.357) 3.160\$0 à Companhia Telefônica Brasileira (33.765) 100\$0 ao Dr. Silvio Curvo (36.282) 326\$6 a Anosen Serra Silveira (30.170) 229\$3 a José Pinto da Silva (30.176) 900\$0 a Joaquim Correia dos Santos (30.172) 70\$0 a Francisca Maria dos Santos (30.174) 811\$7 a Hernani Fernandes de Sousa (36.040) 1.657\$3 a São Paulo Railway Co. (25.096) 3.201\$3 a Januário Rodrigues Germano (25.090) 988\$8 à Companhia Cantareira de Viação Fluminense (32.243) 1.444\$4 a Jaime Guilherme Dutra da Fonseca (25.094) 6.969\$0 a D. Estela Nunes (4.736) 378\$0 a Pedro de Menezes (36.038) 16.052\$3 a Antônio José Alves (74794) 7.320\$0 a Pedro de Pinho (25.038) 78\$0 a João Rosário (36.195) 788\$7 a Heitor Carêla do Livramento (33.739) 660\$0 a Manuel Rodrigues do Nascimento (36.303) 3.472\$6 a Jesuino da Silva Freitas (36.259) 400\$0 a Maria Florência da Conceição (25.036) 575\$6 a Joaquim Manuel Pereira (36.173) 996\$6 a Alfredo Andrade dos Santos (36.203) 880\$0 a Francisco Sócrates de Sá (33.755) 312\$0 a Edeline Lins de Medeiros (36.171) 846\$0 a Jonas Barreto do Rosário (33.745) 1.080\$5 a Arnaldo Vilar (36.245) 212\$1 a José Matias Dias (36.247) 480\$0 a Henock Gomes da Silva (36.249) 530\$0 a Olímpio Soares de Matos (30.168) 468\$4 a João Augusto Pereira da Silva (33.363) 1.971\$7 a Guilherme Jorge dos Santos (36.358) 186\$0 a José Lishoa de Moraes (33.368) 450\$0 a Américo Pinto Leitão (33.366) 49\$6 a Guilherme Ferreira de Paiva (33.362) 300\$0 a Maximiano de Sousa

Nogueira (3.356) 12\$8 a José Gentil Giroud (33.360) 12.850\$0 a Paulo Antônio Teles Bardy (36.370) 4.250\$0 a João Ferreira de Moraes Júnior (33.358), de dívidas de exercícios findos;

De 2.284\$5 a Temístocles Sindo de Barros Falcão, de restituição de descontos feitos para aluguel de casa em 1936 e 1937 (18.940);

De 3.033\$7 a Emilio Sperling (36.326) 2.880\$0 a Eudônio Miranda (36.328) 11.500\$0 a Vitor Konder (32.811) de dívidas apuradas pela Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flu-tuante;

De 631\$5 à S. A. du Gaz de Rio de Janeiro (36.386) 679\$9 à Companhia Telefônica Brasileira (33.679) por fornecimento de energia elétrica e serviço telefônico neste ano;

De 214\$8 à S. Fornecedora da Indústria e Navegação Portela Ltd. por fornecimento feito neste ano por intermédio da Comissão Central de Compras (32.860);

De 6.922\$8 a The Rio de Janeiro City Improvements Co. Ltd., por trabalhos executados (33.743);

De 750\$0 ao contínuo Francisco de Sousa (33.769) 1.500\$0 ao oficial administrativo Henrique de Sousa Martins (33.767) 3.250\$0 ao estatístico Oscar de Sousa Neves (33.296) para despesas de as-seio, higiene, etc., miúdas e de pronto pagamento no quarto tri-mestre;

De 12.493\$66 e 12.392\$8 a João Gonçalves do Couto (32.578) 10.800\$ e 9.225\$0 a Alfredo Mercier (30.090) 3.166\$7 e 3.081\$6 a Manuel Gonçalves (30.086) 9.510\$0 e 9.228\$8 a José Alexandre de Moura Costa (30.078) de vencimentos de inatividade, pelo Tesou-ro Nacional, no ano corrente e em exercícios anteriores;

De distribuição de crédito:

De 8.049\$6 ao Tesouro Nacional para pagamento de vencimen-tos de Abelardo Alvares de Araujo mediante anulação no concedido à Recebedoria do Distrito Federal (34.412);

De 2.400\$0 à Delegacia Fiscal no Estado do Ceará, idem, de um escrivão de Coletoria, idem, idem no concedido ao Tesouro Nacio-nal (36.414).

Foi mandado dar registro às despesas com os mencionados pa-gamentos e distribuição de créditos.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

Ns. 1.349, 1.351, de 14 de novembro p. findo, pedindo os pa-gamentos de 6.373\$5 à S. A. du Gaz de Rio de Janeiro (25.168) de 1.255\$5 à Companhia Telefônica Brasileira (25.172) por forneci-mentos de gás e luz elétrica em maio, junho e julho e assinatura de aparelhos telefônicos no primeiro semestre;

Ns. 212 e 1.123, de 21 de janeiro e 20 de setembro, pedindo a distribuição de 1.374\$6 e 240\$0 à Delegacia Fiscal do Tesouro Na-cional no Estado da Paraíba, para pagamento de vencimentos de ina-tividade do cabo de esquadra Florentino Vieira da Silva (4.045) e do soldado Paulino Francisco Alves (31.565) ambos do Corpo de Bombeiros, mediante anulação nos créditos concedidos à Contado-ria do dito Corpo.

Ofícios:

Da Comissão Central de Compras:

Ns. 17.287, 17.631 a 17.634, de 23 e 29 de novembro, pagamen-tos de 42.246\$0 a Antonini, Rubino Lda. e outros (33.013) 333\$2 a J. G. Pereira & Comp. (33.837) 7.052\$4 a A. Lima Ribeiro & C. Lda. e outros (33.839) 12.151\$1 a Heitor Ribeiro & Com. e ou-tros (33.841) 31.902\$7 a Fernandes, Moreira & Comp. e outros (33.843) por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do Ministério.

Foi determinado o registro das despesas.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Avisos:

Ns. 619, 623, de 17 e 22 de novembro p. findo os pagamentos de 2.400\$0 a "Recla Recórtes Lda." por serviços de recórtes de jornais neste ano (36.234) e 66\$6 a Western Telegraph Co. Lda. por trans-missão de telegrama em setembro (36.200);

N. 618, de 16, idem de 24.936\$0 à Companhia Telefônica Bra-sileira, por serviços telefônicos nos meses de julho a setembro (36.252);

Ofícios:

Do Serviço do Pessoal:

N. 2.530, de 4 de dezembro corrente, pedindo o pagamento de 16.271\$0 relativo à folha do pessoal extranumerário tarefeiro do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, correspondente ao período de 13 a 30 de novembro (36.636);

Ns. 2.398 e 2.397, de 18, idem de 2.260\$3 ao Lloyd Brasileiro (36.250) e 612\$0 a Panair do Brasil S. A. (36.278) por passagens concedidas neste ano;

Da Comissão Central de Compras:

Ns. 17.635 a 17.644, de 29 de novembro, pagamentos de 463\$3 a Pedro de Menezes e outro (33.845) 1:275\$4 a J. G. Pereira & Companhia (33.847) 1:334\$0 a Moreira Barbosa & Comp. Ltda. e outro (33.849) 3:114\$6 a Paula Galati & Comp. e outro (33.851) 13:745\$5 a Adolfo Botelho (33.853) 16:705\$0 a J. R. Pires & Companhia Ltda. (33.855) 17:860\$0 a Oscar Taves & Comp. (33.857) por fornecimentos feitos em proveito do Ministério, neste ano.

Foi ordenado o registro das despesas.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Offícios:

N. 3.680, de 22 de novembro, do Serviço do Pessoal, pagamento de 4:241\$6 a Otacilio Cândido Duarte e outros, de gratificação por serviços prestados extraordinários em setembro e outubro últimos (36.284) — Deu-se registro à despesa.

Dia 6

Presidência da República:

Conselho de Imigração e Colonização:

Offício n. 1.040, de 21 de novembro próximo findo, pedindo o pagamento de 809\$9 a João Batista Pereira e outro, de gratificação de função em novembro (33.450). — Ordenou-se o registro da despesa.

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

Da Divisão do Pessoal:

Ns. 11.738 e 11.768, de 30 de novembro e 2 de dezembro corrente, pedindo os pagamentos de 1:200\$0 ao Dr. Silvio Lengruher Serä (36.590) e 956\$0 a Arminda dos Santos Monteiro e outros (36.592), extranumerários tafeiros da Escola Ana Neri e mensalistas do Instituto Nacional de Psiquiatria, relativos à remuneração de outubro e novembro (36.590, 36.592);

N. 11.401, de 21 de novembro, idem, de 1:051\$1 a Léa Brito de Menezes e outros funcionários do Colégio Pedro II — Internato, de gratificação por serviços extraordinários em outubro último (36.405);

Ns. 11.538 e 11.576, de 23 e 24, idem, de 9:450\$0 ao ministro Ataúlfo Nápoles de Paiva e outros, de diárias de agosto a outubro, como membros do Conselho Nacional do Serviço Social (33.476) e 83\$3 ao servente Alvaro Rodrigues Ferreira, de diárias em novembro como correio da Colônia Juliano Moreira (33.478);

Da Diretoria de Contabilidade:

Ns. 11.091, 11.092, 10.787, 1.100, de 30, 24 e 14 de novembro próximo findo, pedindo a entrega de 5:000\$0, 3:918\$0, 2:000\$0, 460\$0 a Oldemar Cecílio de Andrade, Godofredo Carneiro Leão, sub-administrador e oficial administrativo do Hospital Psiquiátrico (36.598, 36.600), Luiz Teixeira da Mota, escriptorário do Laboratório de Saúde Pública (36.354) e Dr. Otávio de Carvalho e Silva, veterinário do Serviço de Fiscalização de Carnes (36.596) como adiantamentos, para despesas minutas e de asseio e higiene nos meses de novembro e dezembro, os dois primeiros, e no quarto trimestre os dois outros;

N. 11.007, de 25, idem, de 8:000\$0, como adiantamento, ao escriptorário Antônio Augusto Clementino da Silva, para aquisição de aparelhos ortopédicos para o Conselho Nacional do Serviço Social (33.480);

Ns. 10.851, 10.843, 10.920, de 16 e 20 de novembro, pedindo os pagamentos de 108\$5 a The Rio de Janeiro City Improvements Co. Ltd, por trabalhos executados neste ano (36.379), 900\$0 a Antônio Manuel Gomes (36.339), 250\$0 a Luiz dos Santos Maia (33.941), por alugueis de casas em agosto e setembro;

Da Comissão Central de Compras:

Ns. 17.127, 17.128, 17.154, 17.404, 17.621, 17.405, 17.406, 17.495, 17.407, 17.408, 17.494, 17.496, 17.498, 17.499, 17.528, 17.613, 17.614, 17.616 a 17.618, 17.624, 17.622, 17.625, 17.626, de 21, 25, 27, 29 de novembro, pagamentos de 1:832\$2 a Ferreira Agostinho & Comp. e outros (32.958), 2:199\$0 a Pereira Júnior & Comp. e outros (32.960), 6:838\$0 a Ferreira, Filho & Comp. e outros (32.972), 344\$6 a Companhia Usinas Nacionais e outros (33.861), 3:758\$0, 1:740\$0 a Santos Martins & Comp. e outros (33.817, 33.865), 2:388\$7, 36\$4 a Sociedade Farmacêutica Silva Araújo Ltda. e outro (33.865, 36.523), 4:355\$0 a Godinho & Comp. e outro (33.867), 4:407\$0 a Guimarães Carvalho & Comp. Ltda. e outro (33.869), 26\$0 a Moreira Barbosa & Comp. Ltda. (36.521), 680 a J. G. Pereira & Comp. (36.525), 99\$9 a Magalhães Cunha & Comp. (36.529), 199\$0 a Alvaro P. Silva (36.531), 24:233\$9 a Abílio F. Magalhães & Comp. e outros (36.589), 27\$0 a The Texas Co. (South America) Ltda. (33.801), 35\$3 a Cardinale & Com. e outro (33.803), 144\$0 a Matadouro Avícola Mar e Terra Ltda. e outro (33.807), 676\$0 a A. Rodrigues Costa (33.809), 722\$4 a M. Ventura & Comp. (33.811), 5:141\$2 a Martins Júnior & Comp. e outros (33.823), 3:793\$0, 6:126\$6, 6:594\$5 a Equipamentos Científicos Ltda. e outros (33.819, 33.825, 33.827), por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do ministério.

Foi determinado o registro das despesas.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 850\$0 a cada um dos seguintes agentes fiscais: Manuel da Rocha Pontual (32.329), Joaquim Pedro Carneiro Campelo (32.331), Armando Augusto de Barros Pimentel (32.373), Ulisses Lias de Albuquerque (32.377), Israel Ribeiro (33.315), Manoel de Sousa Rodrigues (36.022), Mário Gonçalves de Azevedo (36.032), Bernardino Ladislaw de Azevedo (36.064), 1:875\$2 a Alirico Rodrigues Mourão (32.389), 1:873\$2 a Ivo Moraes Godoifim (36.008), 2:463\$4 a José Marques Fontes (33.321), 2:463\$4 a Alberto Linhares Bentzenmuller (33.319), 451\$0, 987\$3 a S.A. do Gáz de Rio de Janeiro (36.213, 36.223), 1:219\$8 a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. (36.227), 2:271\$9 a Otacilio Franco Cavalcanti de Albuquerque (36.024), 58\$1 a Guionar Cavalcanti (36.211), 156\$0 a José Marques Viana (36.030), 31\$4 a The Leopoldina Railway Co. (36.215), 373\$3 a Ernesto de Albuquerque (36.217), 69\$7 a João B. Navarro Calça (36.221), 1:500\$0 a Santa Casa de Misericórdia de Oliveira, Minas Gerais (36.225), 332\$5 a Cia. Brasileira de Energia Elétrica (36.219), 58\$1 a Albertina de Carvalho (33.317), 69\$3 a Cia. Paulista de Estradas de Ferro (32.806), 10:800\$0 a Artur Cardoso Frazão (36.036), 519\$3 a Francisco Leopoldo Carneiro da Silva (32.812), 443\$3 a José Esteves da Silva (28.750), 600\$0 a Paulo Ramos da Silva (33.699), 500\$1 a João Baltazar Carvalho da Silva (32.233), 399\$6 a Abansil Aires Pereira (32.335), 447\$1 a Silvio Carneiro de Mesquita (32.387), 233\$3 a Antônio Soares de Figueiredo (36.028), 156\$7 a José de Carvalho (33.705), 2:750\$0 a Aloisio Xavier Gibson (33.703), 33\$0 a Rede Mineira de Viação (33.717), 6:000\$0 ao Dr. Carleman da Silva Oliveira (33.404), 8:883\$4 a Paulo Kirchhofer Cabral (33.254), 1:213\$8 a Romeu da Silveira Marques (36.437), 2:000\$0 a Elisa Magalhães (33.719), 800\$0 a Francisco de Almeida (33.723), 72\$9 a Manuel Gonçalves (33.731), 19\$2 a Laudelino José Dias (33.280), 26\$5 a Francisco José de Sousa (33.725), 47\$8 a São Paulo Railway Co. (33.713), 745\$9 a Porellia Maurício (32.774), 58\$1 a Valdemar Ferreira Barbosa (32.792), 58\$1 a Arlinda Gonçalves da Silva (33.313), 2:708\$8 a Doméicio Leocádio da Rosa (33.311), 905\$7 a Leovigildo Barroca (36.020), 39\$9 a Hermenegildo de Barros (32.790), 291\$6 a Maria do Carmo de Almeida Couto e Silva (33.741), 10:356\$0 a Almir Huet Barcelar (32.223), 2:750\$0 a Bernardo Pontes (32.780), 329\$4 a Manuel Siffrônio de Jesus (36.034), 2:600\$0 a Luiz Pereira de Melo (36.050), 1:140\$0 a Luiz Pereira de Sousa Guimarães (36.048), 2:566\$0 a Valdemar Alves dos Santos (32.288), de dividas de exercícios findos;

De 634\$2 a Heitor Ribeiro & Cia. e outros (32.864), 995\$1, 3:142\$7 a Jorge Pereira & Cia. Ltda. e outros (32.866, 32.882, 1:026\$0, 1:269\$0 a Standard Oil Co. of Brasil (32.868, 32.879), 2:000\$0 a A. Coelho Branco Filho (32.872), 2:291\$4 a Duarte, Neves & Cia. e outros (32.874), 2:295\$0 a Paula, G. Ca. Ltda. e outro (32.976), 2:957\$5 a Fred Figner (32.878), 2:950\$0 a Alberto Amaral & Cia. Ltda. (32.880), 3:240\$0 a M. Lopes & Marques (32.884), 1:730\$1 a Alexandre Ribeiro & Cia. Ltda. e outros (32.886), 5:017\$6 a Ch. Lorilleux & Cia. e outros (32.888), 6:732\$0 a M. H. Rezenda & Cia. e outros (32.890), 25:905\$1 a Lutz, Ferrando & Cia. Ltda. e outros (32.898) por fornecimentos feitos por intermédio da Comissão Central de Compras, no ano corrente;

De 100\$0 ao Dr. Silvio Curso, pela Delegacia Fiscal em Mato Grosso, por serviços médicos prestados neste ano (36.481);

De 13:200\$0 e 12:100\$0 a Martinho Dominense, de vencimentos de inatividade, pelo Tesouro Nacional no ano corrente e em 1938 (30.084);

De 10:800\$0 e 10:480\$6 a Artur Rodrigues Monteiro, idem, idem (32.446);

De 79\$9 a Cia. de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda., por fornecimento de energia elétrica em setembro (34.005);

De 5:000\$0 relativo à folha dos extranumerários tafeiros da reitoria de Estatística Econômica e Financeira, correspondente as tarefas de novembro próximo findo (34.009);

De 32:587\$0 a Viuva Gervásio & Filhos (33.292), 2:154\$6 a Atlantic Refining Co. of Brasil (32.231) e 1:728\$0 a João Raimundo (32.239) de dividas apuradas pela Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante;

De distribuição de crédito:

De 924\$0 a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Amazonas, para pagamento de diárias ao guarda livros José Gaspar, nos meses de outubro a dezembro do ano corrente (33.208);

De 90\$0 a Delegacia Fiscal no Estado do Espírito Santo, para pagamento de pensão de montepio a D. Inês Rodrigues Rangel, de setembro a dezembro, mediante anulação no concedido ao Tesouro Nacional (32.524);

Foi mandado dar registro às despesas com os mencionados pagamentos e distribuição de crédito.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

N. 1.356, de 14 de novembro, pedindo o pagamento de 800\$0, pela Delegacia Fiscal no Estado do Amazonas, ao bacharel Uriel de Sales Araújo, de ajuda de custo (34.007);

N. 1.296, de 31 de outubro, pedindo a distribuição de 16:585\$0 a Delegacia Fiscal no Piauí, para pagamento dos vencimentos de disponibilidade do Juiz Federal, Matias Olímpio de Melo, mediante anulação no crédito concedido à Delegacia Fiscal na Bahia (36.630);

Offícios:

Ns. 3.021, 3.024, 3.040, 3.041, de 4 e 5 de dezembro corrente, da Imprensa Nacional, pedindo os pagamentos de 3:000\$0, 69:261\$5, 10:224\$0 e 7:650\$3, relativos às folhas de remuneração de novembro próximo findo, dos extranumerários contratados (33.570), mensalistas (33.572), diaristas (36.760) e tarefeiros (36.758).

Foi ordenado o registro das despesas.

Ministério das Relações Exteriores:

Avisos ns. 701, 710 e 716 C.T., de 17, 20 e 22 de novembro p. findo, pedindo os pagamentos de 3:028\$0 a Pinho, Dógo & Cia. (33.953), 598\$5 a R. Veiga & Cia. Ltda. (36.620), e 3:025\$0 a J. C. Mendonça (33.955) por fornecimentos de material feito no ano corrente. — Determinou-se o registro das despesas.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Aviso n. 631, de 24 de novembro, pagamento de 1:280\$0 à The Leopoldina Railway Co. Ltd. por transportes concedidos neste ano. (33.971);

Offícios:

N. 2.431, de 23, do Serviço de Pessoal, idem de 2:200\$9 a Firmo Dutra e outros, de remuneração como membros da Comissão do Salário Mínimo, em outubro último. (33.414);

N. 1.080, de 23, do Instituto Nacional de Tecnologia, idem de 9:388\$ a Cia. Telefônica Brasileira, por assinaturas de aparelhos telefônicos nos meses de julho a setembro (33.422).

— Foi ordenado o registro das despesas.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Aviso n. 3.783, de 28 de novembro, pedindo o pagamento de 40:138\$0 a Osvaldo Costa, por trabalhos executados em proveito da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (36.618);

Offícios:

Ns. 3.682, e 3.825, de 22 de novembro e 2 de dezembro corrente, da Divisão do Pessoal, pagamentos de 3:730\$0 relativo a sete folhas de diárias nos meses de março, maio, junho, julho e agosto deste ano, a funcionários da Inspetoria Federal das Estradas (33.979) e 79:878\$1 a Angelo de Moraes Vieira e outros extranumerários-mensalistas da Fiscalização do Porto do Rio de Janeiro, correspondente à remuneração de novembro (33.451);

Ns. 3.678, 3.683, e 3.687, de 22 de novembro, do Departamento de Aeronáutica Civil, idem de 20:304\$0 à Viação Aérea São Paulo S/A. (33.977), 72:000\$0 à Panair do Brasil S/A. (33.412) e 6:823\$5 ao Aero Clube de São Paulo (33.983), relativos às subvenções pelas viagens realizadas em setembro nas linhas Uberaba-Goiânia e Belém-Mauá e instrução ministrada a alunos;

Ns. 17.436, 17.696 e 17.697, de 25 e 30 de novembro, da Comissão Central de Compras, idem de 28:054\$1 a Lino & Cia. Ltda. (33.925), 69:250\$0 a Alexandre Ribeiro & Cia. Ltda. (36.584) e 80:710\$0 à Soc. Eriesson do Brasil Ltda. (36.586) por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do Ministério.

— Foi ordenado o registro das despesas.

Dia 7

Presidência da República:

Departamento Administrativo do Serviço Público:

Ofício n. 1.997, de 24 de novembro, pedindo o pagamento de 180\$0 aos serventes Artur Passos e José Esteves Abílio, de diárias como correio em novembro (33.951). — Determinou-se o registro da despesa.

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

Da Divisão do Pessoal:

Ns. 11.577 e 11.625, de 24 e 25 de novembro p. findo, pagamentos de 83\$3 ao servente Aristides Pereira da Costa, de diárias em novembro como correio do Hospital Colônia Gustavo Riedel (33.474) e 1:000\$0 ao professor Roberto Lacombe, pela regência de curso paralelo, em novembro, na Escola Nacional de Belas Artes (36.645);

N. 11.893, de 7 do corrente, idem de 2:332\$0 a José Gomes da Costa e outros guardas sanitários, de diárias em setembro e outubro, no serviço de visita e expurgo em navios. (34.425);

Da Divisão de Contabilidade:

Ns. 10.839, 10.888, 10.842, 10.844, 10.876, 10.877, 10.879, 10.881, 10.883, 10.884 e 10.907, de 16, 17 e 20 de novembro, idem de 2:000\$0, 2:000\$0 à Cia. Imobiliária do Castelo S/A. (33.456, 33.639), 1:050\$0 à Corporação dos Trabalhadores Católicos de Vila Isabel (33.450), 900\$0 a José Luiz Visen Barbosa e outro (36.342), 300\$0 à Soc. Marítima de Beneficência (36.375), 2:000\$0 à Venerável Arquiepiscopal Ordem 3ª de N. S. do Monte do Carmo (33.460),

850\$0 a Alexandrino de Cerveira Botelho e Godinho (33.647), 710\$0 a M. Rodrigues de Sá (33.645), 840\$0 ao Instituto Central do Povo (33.633), 620\$0 ao Espólio de D. Julieta de Araújo Serra (33.643) e 1:800\$0 a D. Ester de Carvalho Lustosa (33.659), de alugueis de casas no ano corrente;

Ns. 11.103, 11.405 e 11.438, de 1 e 4 de dezembro corrente, pagamentos de 60:590\$9, 12:000\$0 e 240\$0 a The Rio de Janeiro City Improvements Co. Ltd. de garantia de juros sobre o capital empregado nas obras de esgotos da Ilha de Paqueta (36.754) e serviços de limpeza de galerias de águas pluviais, (36.756) e quota de previdência (36.828) no segundo semestre, deste ano;

Ns. 10.853, 10.896, 10.944, 10.973, 10.975, 10.979, 10.984, 10.090, 10.953, 10.976, 10.977, 10.985, 10.987, 10.989 e 10.991, de 16, 20, 23 de novembro, pagamentos de 6:370\$9, 421\$5, 1:561\$9, 23\$2, 230\$0, 1:448\$1, 917\$9, 570\$4 à S/A. da Gaz do Rio de Janeiro (33.436), 296\$8, 184\$5, 230\$3, 190\$9, 521\$4, 273\$3, 261\$1 e 598\$2 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (33.945, 33.986, 33.492, 33.949, 36.657, 36.653 (33.496 e 33.648), por fornecimento de gás, luz e energia elétricas e serviços executados neste ano;

N. 10.436 de 21 de outubro, distribuição de 8:580\$0 à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Maranhão, para pagamento dos vencimentos de disponibilidade do Dr. Djalma Caldas Marques, neste ano (33.650);

Da Comissão Central de Compras:

Ns. 16.940, 17.500, 17.513, 17.510 a 17.514, 17.517, 17.527, 17.518 a 17.526, 17.529, 17.530, 17.499, 17.493 e 17.497, de 18, 25 e 27 de novembro, pagamentos de 2:143\$0 a Anglo-Mexican Petroleum Co. Ltd. (33.237), 233\$5 à Casa Borlido Maia (36.533), 2:459\$5, 1:049\$0 a M. Ventura & Cia. e outros (36.565 e 36.553), 1:083\$5 a Martins Júnior & Cia. e outros (36.555), 1:491\$6 à Companhia Instaladora Casa Berta Ltda. (36.557), 1:353\$6 ao Matadouro Avícola Mar e Terra Ltda. (36.559), 1:402\$6 a Fonseca Almeida & Cia. Limitada e outros (36.561), 2:488\$1 a Ferreira Agostinho & Cia. e outros (36.567), 11:874\$8 e 2:698\$6 a Confeitaria e Panificação Princesa Ltda. e outros (36.587 e 36.569), 3:439\$6 a Erich Eichner & Cia. Ltda. (36.571), 3:207\$2 a J. R. Pires & Cia. Ltda. e outros (36.573), 3:514\$0 a Lutz, Ferrando & Cia. Ltda. (36.575), 3:930\$0 a Cunha e Fernandes e outro (36.577), 4:829\$1 à Empresa Progresso Ltda. e outro (36.579), 4:920\$0 a The Caloric Co. (36.581), réis 5:303\$2 à Companhia Usinas Nacionais e outro (36.583), 7:994\$9 a Moreno Borlido & Cia. e outros (36.585), 44:550\$0 e 67:050\$0 a Ferreira Filho & Cia. e outro (36.591 e 36.593), 5:805\$8 a Alberto d'Almeida & Cia. e outros (33.871), 43\$5 a Equipamentos Científicos Ltda. (36.519), 71\$6 a Moreira Barbosa & Cia. Ltda. e outro (36.527), por fornecimentos em proveito do Ministério.

Foi ordenado o registro das despesas.

Offícios da Divisão do Pessoal:

Ns. 11.293 e 11.739, de 18 e 30 de novembro, pagamentos de 3:250\$0 e 4:950\$0 das folhas dos extranumerários tarefeiros da Faculdade Nacional de Filosofia, suplementar de agosto último (32.901) e Divisão do Pessoal, remuneração de novembro próximo findo (33.616). — Foi convertido em diligência o julgamento do primeiro, de acordo com o proposto pela Diretoria, e, do segundo, para ser viada a folha pela autoridade expedidora da ordem de pagamento.

Ns. 11.815 e 11.892, de 4 e 7 de dezembro corrente, idem de réis 4:360\$0 a Silvío Braz da Cunha e outros (34.421) e 500\$0 a Álvaro Alves de Sá (34.423) de gratificação por serviços extraordinários em novembro próximo findo. — O julgamento foi convertido em diligência para ser junta cópia da relação a que alude a exposição e para ser indicado na folha o saldo da verba.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 360\$0 a Quen-Clá (32.804), 400\$0 a Arnaldo da Costa Reaques (33.364), 323\$4 a Celestino Silva (33.372), 609\$0 a Davi Fernandes Silvano (33.370), 433\$7 a Euclides Santiago (33.701), réis 1:083\$3 a Sebastião Antônio da Silva (36.505), 687\$6 a José Ferreira dos Santos Dias Júnior (33.348), 26:688\$2 a João Martins Joalino (36.617), 65\$6 a Ernesto Rossi (32.810), 58\$1 a Silvío Pais Leme (32.788), 2:307\$1 a Carmelinda de Oliva Guimarães (30.478), réis 1:019\$4 a Maria do Carmo, Aldemir Antônio e Arant (8.599), 82\$6 a Edgar Antunes da Silva (32.800), 209\$9 a Sílarcie Amaral Martins (33.489), 772\$2 a Flávio Figueiredo de Medeiros (33.499), 2:700\$0 à Santa Casa de Misericórdia do Acre (25.180), 223\$2 a Derval Pereira de Castro (25.496), 3:308\$3 ao menor Segismundo Spiegel Filho (31.085), 183\$3 a Virgílio de Carvalho (36.026), 1:013\$3 a Joaquim Liberato Café (32.794), 409\$4 a João Eleutério da Silva (32.802), 64\$8 a João Raimundo de Oliveira (33.327), 1:487\$7 a Valentim Amaral (33.441), 3:499\$4 a Remy Fonseca (33.437), réis 1:752\$3 a Lívio Augusto do Rego Falcão (33.435), 150\$0 a Rogério Gonçalves Guimarães (33.431), 850\$0 a cada um dos seguintes agentes fiscais: Lídio Otávio Gomes da Silva (33.427), Horácio Hermelino Carneiro da Cunha (33.433), Odorico Melo (37.439), João Santa Cruz (36.289), 905\$7 a Manuel Campos de Oliveira (32.275), 925\$0 a Herberto Magalhães da Silveira (32.353), 620\$8 a José Júlio do Carmo (36.472), 721\$7 a José Pires (36.418), 758\$9 a Manuel Joaquim Marques (36.416), 468\$2 a Antônio Justino de Almeida (36.283), réis 900\$0 a José Florêncio da Cunha (36.291), 600\$0 a Djalmar Mons

Tufvesson (36.420), 150\$0 a Zenaide dos Santos Monteiro Verona (33.493), 66\$1 a Glaci Tavares (33.445), 33\$7 a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (33.284), 2.850\$0 a José Renato da Silva Jucá (33.282), 2.879\$2 a Adalgiso Ferreira da Silva (33.443), 320\$0 a José Egidio (33.495), 96\$7 e 20\$7 à Rede Mineira de Viação (33.406 e 33.409), 261\$7 a Ismênia Martins Bento (33.402), 1.605\$5 a Nelson Aquino de Andrade (33.598), 43\$7 à Estrada de Ferro Sorocabana (33.398), 67\$1 a Olímpio Ferreira da Silva (33.777), 68\$2 a Manuel Ventura Belém (33.779) e 291\$4 à Companhia Telefônica Brasileira (33.771);

De 9.000\$0 a Felipe Antunes Correia (36.692), 49.400\$0 a Silvino Domingues & Filhos (36.690), 6.000\$0 a Armando Ribeiro Severo (36.686), de dívidas apuradas pela Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante;

De 979\$3 a A. Brum & C. e outros (36.540); 1.011\$5 a Luik & Kleiner Ltda. e outros (36.542); 2.214\$6 a Empresa Progresso Ltda. (36.544); 2.221\$6 a Abílio F. Magalhães & C. e outros (36.546); 5.699\$2, 1.642\$8 a Vilas Boas & C. e outros (36.548, 36.599); 6.905\$8 a Alexandre Ribeiro & C. Ltda. e outros (36.550); 298\$0 a Martins Júnior & C. Ltda. (36.595); 507\$0 a Ferreira Passarelo & C. Ltda. e outro (36.597); 5.000\$0 a Máquinas de Escritório Ltda. (36.601); 9.700\$0 a E. Haegler (36.603); 10.818\$8 a S. Brum & C. e outros (36.605); 12.753\$5 a Prado Rebelo e outros (36.607), por fornecimentos feitos no ano corrente por intermédio da Comissão Central de Compras;

De 40.131\$0, relativo à folha de remuneração de novembro p. findo, dos extranumerários mensalistas da Casa da Moeda (36.619);

De 550\$0 a Diamir Arnos, extranumerário mensalista da Caixa de Amortização, relativo à remuneração de novembro (33.668);

De 750\$0 como adiantamento ao guarda-mór Antônio Pereira da Costa, para despesas miúdas no quarto trimestre (34.011);

De 100\$0 ao Dr. Silvío Curvo, pela Delegacia Fiscal em Mato Grosso, por serviços médicos (33.290);

De 5.649\$0 a Vieira, Barcelos & C. Ltda., por fornecimento feito à Caixa de Amortização, neste ano (33.666);

De 6.000\$0 e 3.483\$3 a Custódio Alves da Purificação (32.596); 4.800\$0 e 1.948\$1 a Desiderio de Faria (32.600); 4.000\$0 e 3.654\$8 a Luiza Mendes (32.572); 14.076\$1 e 13.735\$5 a Leopoldo Martins (32.426); 25.550\$7 e 7.168\$4 a Bernardino Pinto Duarte (33.595); 10.800\$0 e 10.538\$7 a Antônio Mendes Guimarães (33.563); 32.849\$5 e 20.291\$6 a Leopoldo Cirne (32.414); 13.200\$0 e 7.516\$7 a Amélia Mariano de Oliveira (32.580); 27.600\$0 e 13.577\$4 a Luiz Viana de Oliveira (33.565); 22.800\$0 e 9.316\$1 a Domingos Bonifácio de Oliveira (33.569); 19.657\$4 e 64.651\$0 a Luiz Mendes da Silva (32.590); 48.477\$8 e 48.086\$8 ao ministro Francisco Thompson Flores (27.446); 2.230\$0 e 108\$2 a João Firmino Pereira da Costa (36.752); como créditos ao Tesouro Nacional, e proveniente de vencimentos de inatividade no ano corrente e em exercícios encerrados;

De 1.250\$0 ao oficial administrativo Horácio de Almeida Barbosa e outros funcionários com exercício na Seção Administrativa do Serviço do Pessoal, de gratificação por serviços extraordinários em novembro p. findo (36.816);

De distribuição de créditos:

De 1.500\$0 à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Paraná, para pagamento do vencimento de janeiro ao procurador fiscal, interino, Dr. Francisco Flávio Fontana (33.721);

De 162\$5 ao Tesouro Nacional, para pagamento de pensão de montepio a D. Antonieta Ramos Caiado, mediante anulação no concedido ao Tesouro Nacional (36.594).

Foi mandado dar registro às despesas com os mencionados pagamentos e distribuição de créditos.

De 46.492\$0, 52.258\$0 a Ugo Bernardini e outros (32.902), 32.904); e 18.730\$0 a P. Kastrup & C. (36.552); por fornecimentos feitos no ano corrente por intermédio da Comissão Central de Compras e em proveito da Casa da Moeda. — Foram mandados a plenário.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

Ns. 1.372 e 1.375, de 27 de novembro p. findo, pedindo os pagamentos de 1.447\$3 a Ferreira, Filho & C. e outros (33.959); e 2.242\$0 a Soares Lavrador & C. (33.961), por fornecimentos de material no ano corrente;

Ns. 1.377, 1.403, 1.414, 1.410, 1.415, 1.419, 1.404, 1.420, de 27, idem de 2.268\$2, 12.871\$2, 476\$1 à S.A. du Gaz de Rio de Janeiro (36.622, 36.614, 36.604); 1.815\$8, 420\$2, 2.276\$7 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. (33.424, 36.606, 36.612); 986\$3, 442\$2 à Companhia Telefônica Brasileira (36.616, 36.610); por fornecimento de gás, luz e energia elétricas e assinaturas de aparelhos telefônicos, neste ano;

Offícios:

N. 7.103, de 22 de novembro, da Polícia Civil do Distrito Federal, pagamento de 300\$0 a Alberto Donádio Blois, de aluguel de casa em setembro e outubro (33.957);

Ns. 17.538 a 17.540, 17.544, de 27 de novembro, da Comissão Central de Compras, idem de 3.300\$3 a João de Oliveira & Irmão e outro (36.609); 4.817\$6 a J. Lobarinhos & C. Ltda. e outro (36.611); 6.580\$9 a Chrysbraz S.A. e outros (36.613); 53.121\$0 a Antonini, Rubino Ltda. e outros (36.615); por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do Ministério.

Foi ordenado o registro das despesas.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Avisos:

como adiantamento, ao oficial administrativo José Juarez Bastos, para despesa com a propaganda, fiscalização e orientação das leis trabalhistas e legislação social, em novembro e dezembro deste ano (25.100);

N. 624, de 22, pedindo o pagamento de 93.701\$9 ao Lilloyd Brasileiro, por transportes concedidos neste ano em proveito do Departamento Nacional de Imigração (33.973);

Offícios:

Ns. 17.683, 17.684, de 30 de novembro, da Comissão Central de Compras, pagamentos de 363\$6, 1.538\$0 a Lutz, Ferrando & Companhia, Ltda., e outro (36.558, 36.560), por fornecimentos feitos neste ano em proveito do Ministério.

Foi determinado o registro das despesas.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos ns. 3.829, 3.830, 3.831, de 2 de dezembro corrente, pedindo os pagamentos de 57.617\$0, 64.498\$0 e 42.833\$5 a Catta-Prêta Companhia, Ltda., por trabalhos executados no ano corrente em proveito da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (36.685, 36.678, 36.689);

Offícios:

Da Divisão do Pessoal:

Ns. 3.824 e 3.826, de 2 de dezembro corrente, pagamentos de 23.916\$7 a Lafayette Barbosa Rodrigues Pereira e outros (33.450), e 309\$8 a Raimundo Moreira Ventura e Jerônimo Pinto de Andrade (33.456), extranumerários mensalistas da Fiscalização do Porto do Rio de Janeiro, relativo à remuneração de novembro, e da Administração Central do Departamento Nacional de Portos e Navegação, correspondente a outubro;

Do Departamento de Aeronáutica Civil:

Ns. 3.691, 3.729, 3.739, de 22 e 25, idem de 198\$1 à Viação Férrea do Rio Grande do Sul (33.981), 45\$3 à Companhia Paulista de Estradas de Ferro (33.987), 246\$6 à Estrada de Ferro Sorocabana (33.985), por transportes concedidos no ano corrente;

Da Comissão Central de Compras:

Ns. 17.444, 17.437, 17.438, 17.400, 17.442, 17.443, de 25 de novembro, idem de 70.461\$2, 35.908\$6 a Willmann, Xavier & Comp., Ltda. (33.935, 33.927), 36.478\$9 a A. Ramada & Comp., Ltda., e outros (33.929), 47.920\$0 a Fonseca, Almeida & Comp., Ltda. (33.933), 76.129\$9 a Abílio Monteiro & Irmão e outros (33.937), 86.636\$0 a A. Brasil & Comp. e outros (33.939), por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do Ministério.

Foi ordenado o registro das despesas.

Dia 8

Presidência da República:

Departamento Administrativo do Serviço Público:

Offícios:

Ns. 2.058 e 2.059, de 1 de dezembro corrente, pedindo os pagamentos de 33.000\$0 a José Moacir de Andrade Sobrinho e outros (33.146), e 4.000\$0 a Salomão Serebreeck e outros (33.144), de prêmios em concursos de monografias. — Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério da Agricultura:

Offício n. 11.919, de 20 de novembro próximo findo, da Divisão do Pessoal, pedindo a distribuição de 3.154\$8 ao Tesouro Nacional para pagamento de vencimentos de Alexandre de Moura Campos e outro, neste ano (33.965). — Deu-se registro à despesa.

Ministério da Educação e Saúde:

Da Divisão do Pessoal:

N. 11.912, de 7 de dezembro corrente, pedindo o pagamento de 19.516\$6 a Cacilda Benigno e outros, extranumerários mensalistas da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, relativo às folhas de remuneração de outubro e novembro (33.864);

Da Divisão de Contabilidade:

Ns. 10.782, 10.836, 10.845, 19.031, de 13, 16 e 21 de novembro, pagamentos de 375\$6 a H. A. Mourão & Comp. (33.629), 618\$8, 478\$6 ao Lloyd Brasileiro (36.315, 36.317) e 5.400\$0 a Augusto Girardet (36.341), por fornecimento de material, concessão de transportes e confecção de medalhas, neste ano;

Ns. 10.810 e 10.974, de 14 e 23 de novembro próximo findo, pagamento de 173\$2 a Western Telegraph Co., Ltd. (33.649) e 181\$3 a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Ltda. (36.651), por serviços telegráficos e fornecimento de energia elétrica, neste ano;

Da Comissão Central de Compras:

Ns. 17.360, 17.363, 17.364, 17.411, 17.502, 17.505, 17.501, 17.503, 17.506, 17.504, 17.507, 17.508, 17.509, 17.515, 17.574, 17.577, de 24, 27 e 28 de novembro próximo findo, pagamentos de 5:355\$7 a Antonini, Rubino Ltda. e outros (36.749), 41:904\$6 a Ferreira Agostinho & C. e outros (37.753), 49:303\$9 a Ferreira, Filho & C. e outros (36.755), 13:000\$0, 300\$0, 413\$6 a Moreira, Barbosa & C. Ltda. e outro (33.875, 36.537, 36.543) 255\$0 a Fred, Figner (36.545) 358\$2, 475\$8 a M. Ventura & C. e outro (36.539, 36.545) 391\$6 a Granado & C. e outros (36.541) 691\$8 a Isnard & C. e outro (36.547) 791\$3 a Theodor Wille & C. Ltda. e outro (36.549) 1:021\$5 a Martins Júnior & C. (36.551) 1:614\$8 a Soares Lavrador & C. e outros (36.563) 223\$2 a R. Veiga & C. Ltda. (36.912) 581\$6 a Lutz, Ferrando & C. Ltda. e outros (36.918).

Foi ordenando o registro das despesas.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 53\$5 104\$2, 155\$2, 296\$8, 65\$7, 30\$9, 105\$6, 37\$9 a RDE Mineira de Viação (33.274, 33.256, 33.304, 33.306, 33.308, 33.312, 32.391, 33.302) 850\$0 a Alcides Bandeira de Andrade (28.784), 850\$0 a Arquimedes Siracusa Leal de Barros (28.788) 400\$0 a Antônio Alves Tavares (33.474) 27\$7 a Maria Antônia de Sousa (33.693) 167\$7 a Dinorá de Amorim (33.687) 1:800\$0 a Sebastião de Albuquerque Mulet (33.683) 22\$3 a Cia. Paulista de Estradas de Ferro (33.861) 170\$1, à Sociedade Anônima do Gaz de Rio de Janeiro (33.272) 24\$4 à Cia. de Estrada de Ferro Vitória a Minas (33.270) 240\$0 a Edmundo de Albuquerque Ribeiro e Silva (33.268) 395\$5 à Cia. de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltd. (33.258) 3:900\$0 a Raimundo Pereira de Melo (33.261) 1:124\$5 a Quintilio Scavazza (33.260) 1:487\$7 a Alberto de Medeiros Barbosa (36.019) 2:426\$4 a Luiz Caiado Fleury (28.774) 1:873\$2 a João Magalhães dos Reis (36.021) 58\$1 a Helena Zilda Tomás (32.834) 66\$6 a José Antunes dos Santos (36.452) 570\$0 a Armando Level da Silva (36.454) 480\$0 a Cláudio Moreira da Costa (33.733) 3:405\$0 a Jerusa Reichwald da Costa (33.607) 1:027\$8 a Arquimedes Botelho Pires de Castro (36.253) 189\$0 a Lourival Ribeiro de Andrade (36.478) 77\$0 a Dias Garcia & C. Ltda. (36.476) 51\$3 a Agenor Ribeiro dos Santos (32.824) 300\$0 a Alexandre Herculano de Carvalho (33.300) 1:075\$5 a Cristovam Grangeiro de Albuquerque (36.017) 905\$7 a Nilo de Rezende Rubim (33.349) 3:900\$0 a Edmundo Maia (36.023) 800\$0 a José Naked (33.310) 13\$9 à Cia. Mogiana de Estradas de Ferro (32.814) 2:024\$0 ao professor Luiz Gastão de Escragnolie Dória (28.716) 2:106\$7 a João de Almeida Vieira Filho (34.029) 3:238\$9 a Walfrido Alves Ribeiro (33.266) 124\$7 à Cia. Telefônica Brasileira (33.773) 5:833\$3 a Carlos Alberto de Matos (36.827) 1:535\$0 a Francisco de Paula (25.178) 20:096\$3 a Propércio Tavares (33.764) 346\$7 ao Dr. Odallo Barros Smith (28.768) 126\$0 a Clodoaldo de Alincourt Sabo de Oliveira (32.798) 120\$0 a D. Camila Lina de Leles (36.440) 320\$0 a Alfredo José Lopes (33.711) 718\$1 a Messias Moreira (32.842) 226\$1 a Geraldo da Costa Machado (32.876) 970\$3 a Otoniel de Ulhôa Reis (33.707) 20:070\$2 a Nelson da Mota Bastos (36.852) 4:281\$6 a João Antônio Correia da Silva (32.339) 31:928\$0 ao capitão tenente Miguel Magaldi (36.694) 928\$2 a Elcio Pereira dos Santos (33.124) 3:126\$0 a Otaviano Ferreira Botelho (36.209) 1:978\$8 a Manuel Lins de Barros (32.333) 4:719\$0 a Armando Bretas Bhering (33.262) 22\$5 a Cornélio Anastácio Lopes Júnior (33.729) 1:750\$0 ao capitão tenente Dr. Amadeu Monteiro Jácome (33.727) 908\$1 a Fermiano dos Santos (33.715) 1:660\$0 a Valdelino Luiz Gonzaga do Araujo (32.227) 2:912\$4 a Eduardo Lopes Martins (33.709) 709\$5 a Joubert Reishoffer (34.043) 1:659\$0 a Heraclides da Costa Mourão (34.031) 600\$0 a Osvaldo Correia de Sá e Benevides (36.408) 2:793\$1 a Carlos Castilho Andrade (36.406) 323\$3 a Brasilino Freire (36.281) 280\$0 a João Quirino Ferreira (33.429) 53\$3 a João Sabino (28.770) 19:202\$3 a José Apolônio da Silva (36.305) 1:160\$8 a Ursezins Rodrigues Barbosa (29.772) réis 1:083\$3 a Alvaro de Farias (34.163) 1:481\$1 a José Alexandre Barbosa (33.376) 496\$8 a Pedro Marques da Silva (25.182) 500\$0 a Ariosto Cesar de Azevedo (33.353) 48\$8 a Valdemar de Avila Gonçalves (28.786) 1:971\$7 a José Tharsis Przewodowski (34.213) de dívidas de exercícios findos;

De 17:000\$0 a Tristão Cândido de Abreu (33.706) 1:115\$0 a Lauriano Antônio Leite (36.166) 15:000\$0 a Cândido Camargo Ramos

(36.830) de dívidas apuradas pela Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante;

De 14:108\$2 a Albano Guilherme Issler e outros funcionários da Comissão Central de Compras, de gratificação por serviços extraordinários em setembro e outubro últimos (34.187);

De 976\$8 a João Rossi e outros, extranumerários mensalistas da Diretoria do Domínio da União, relativo à remuneração de novembro p. findo (36.859);

De 8:114\$6 e 7:987\$7 a Eduardo de Carvalho, pelo Tesouro Nacional, de vencimentos de inatividade do ano corrente e em 1938 (30.102);

De 1:382\$5 a Roberto Kronig & C. Ltda., por fornecimentos feitos no ano corrente por intermédio da Comissão Central de Compras (36.907);

De 524\$2 a Horácio de Almeida Barbosa e quatro outros funcionários com exercício na Seção Administrativa do Serviço do Pessoal, de gratificação por serviços extraordinários de 19 a 31 de outubro último (36.814).

Foi mandado dar registro às despesas com os mencionados pagamentos.

De 5:940\$3 a Disciola Edite Caldas (33.465) 5:515\$7 a Miguel Cardoso de Oliveira (34.041) prepostos de coletores, de dívidas de exercícios findos, provenientes de diferença de remuneração, por substituição de coletores. — Foram mandados a plenário.

De 692\$4 a Bento Freire Pedrosa, de vencimentos de inatividade (32.404). — O julgamento foi convertido em diligência para ser retificado o período a que corresponde a despesa classificada.

De 45:997\$8 a Comp. Imperial de Industrias Químicas do Brasil, de dívida do exercício de 1937, proveniente de fornecimento feito por intermédio da Comissão Central de Compras (30.180). — O julgamento foi convertido em diligência para que a Comissão Especial Encarregada do Exame dos processos da Comissão Central de Compras, preste esclarecimentos para a devida elucidação.

De 591\$3 a Armando Ferrugem, de dívida de exercícios findos, proveniente de diárias (28.714). — O julgamento foi convertido em diligência para o fim indicado no parecer do Senhor Procurador.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Aviso n. 1.418, de 27 de novembro p. findo, pedindo o pagamento de 8:748\$7 a S. A. do Gaz de Rio de Janeiro, por fornecimento de gaz e luz elétrica neste ano (36.608).

Ofício n. 17.987, de 6 de dezembro corrente, da Comissão Central de Compras, pagamento de 10:750\$7 a Roberto Kronig & Comp. Ltda. por fornecimentos feitos neste ano em proveito do Ministério (36.909).

— Foi ordenado o registro das despesas.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Ofício n. 2.569, de 6 do corrente, do Serviço do Pessoal, pedindo o pagamento de 19:065\$7 relativo à folha de novembro p. findo, do pessoal extranumerário tarefeiro da Secretaria de Estado (33.756). — Ordenou-se o registro da despesa.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Ofícios:

Ns. 17.412, 17.413, 17.416, 17.414, 17.415, 17.420, 17.417, 17.419, 17.422, 17.418, 17.421, 17.423, 17.433, 17.435, 17.687, 17.649, 17.424, 17.425, 17.427 a 17.429, 17.595, 17.430 a 17.432, 17.434, 17.685, 18.686, 17.688, 17.690 a 17.691, de 25 e 30 de novembro, pagamentos de 28\$3 a Lutz, Ferrando & Comp. Ltda. e outro (33.877) 31\$6, 140\$0 a A. Coelho Branco Filho (33.879, 33.885) 36\$0 a Martins Júnior & Comp. (33.881) 42\$0, 489\$6 a Paula, Galati & Comp. Ltda. (33.883, 33.893) 267\$0 a Vilas Boas & Comp. (33.887) 379\$6, 81\$5 a Alvaro P. Silva e outros (33.891, 33.897) 350\$0, 544\$9 a Hitor, Ribeiro & Comp. e outros (33.889, 33.895) 877\$7 a Alves, Mendes & Comp. e outros (33.899) 14:640\$0, 21:659\$8, 4:568\$6, 5:757\$7, 1:100\$0 a Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. e outros (33.919, 33.923, 36.566, 36.570, 33.901) 1:300\$0 a Francisco Leal & Comp. (33.903) 1:322\$0 à Anglo-Mexican Petroleum Co. Limitada (33.905) 1:436\$4 ao Instituto Pinheiros e outros (33.907) 2:110\$0 a G. Pereira, Carvalho & Comp. e outro (33.909) 2:160\$0, 57:168\$0 a Fonseca, Almeida & Comp. Ltda. e outros (33.911, 36.954) 6:458\$0 à Anglo-Mexican Petroleum Co. Ltd. e outros (33.913) 7:548\$0 à Schymura & Comp. Ltda. (33.915) réis 11:046\$8 a A. Soares, Neves & Comp. Ltda. e outros (33.917) réis 18:530\$9 a Cardinale & Comp. e outros (33.921) 1:256\$0 a Albino F. Magalhães & Comp. (36.562) 1:738\$2 a Erich Eichenner & Comp. Ltda. e outros (36.564) 4:696\$2 a Ferreira Passarelo & Comp. Ltda. e outros (36.568) 9:425\$0 à Comp. Brasileira de Eletricidade Siemens-Schuckert S. A. e outros (36.572) 21:917\$1 a Condoroff & Paint S. A. e outros (36.574) por fornecimentos feitos no ano corrente em proveito do Ministério.

— Foi determinado o registro das despesas.

Nada mais havendo que deliberar foram encerrados os trabalhos da semana aos oito dias de dezembro de mil novecentos e trinta e nove e lavrada a presente ata que é assinada pelo Secretário e pelo Senhor Ministro Semanário José de Castro Nunes. — *Sequimundo Soares Baptista*, secretário. — *José de Castro Nunes*.

PARTE COMERCIAL

Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos do Rio de Janeiro — Boletim de cotações do câmbio fixado

Em 22 de janeiro de 1940

Praças—	Oficial	Mercados Livre	Livre especial
Londres	65\$678	78\$660	82\$205
Paris	—	\$448	\$500
Itália	—	1\$005	\$950
Portugal	—	\$730	\$844
Bélgica — belgas —	—	3\$340	—
Suíça	—	3\$340	—
Nova York	19\$560	19\$859	20\$702
Buenos Aires	—	4\$568	4\$873
Holanda	—	10\$640	—
Chile	—	\$666	—
Japão	—	4\$718	5\$500
Canadá	—	—	19\$107

Cotações oficiais de títulos

Em 23 de janeiro de 1940

Apólices e obrigações:

Uniformizadas de 1:000\$0, 5%	780\$0
Diversas emissões de 1:000\$0, 5%, nom.	782\$0
Diversas emissões de 1:000\$0, 5%, port.	822\$0
Diversas emissões de 1:000\$0, 5%, port. — Cautelas	805\$0
Reajustamento econômico de 500\$0, 5%, port.	406\$0
Reajustamento econômico de 1:000\$0, 5%, port.	851\$0
Obrigações do Tesouro Nacional de 1:000\$0, 7% (1930) ..	1:025\$0
Obrigações do Tesouro Nacional de 1:000\$0, 6% (1937) ..	920\$0
Obrigações ferroviárias de 1:000\$0, 7%	1:025\$0
Empréstimo municipal de 1917, port.	162\$0
Empréstimo municipal de 7%, port. (decreto 1.535)	190\$5
Empréstimo municipal de 1931, port.	192\$5
Prefeitura de Belo Horizonte de 1:000\$0, 7%, port.	791\$0
Prefeitura de Porto Alegre de 50\$0, 3 1/2%, port.	29\$5
Estado de Minas Gerais de 500\$0, 7%, port.	410\$0
Estado de Minas Gerais de 200\$0, 5%, port. (1934) 1ª série ..	442\$0
Estado de Minas Gerais de 200\$0, 9%, port. (1934) 2ª série ..	170\$5
Estado de Minas Gerais de 200\$0, 7%, port. (1934) 3ª série ..	161\$5
Estado de Pernambuco de 100\$0, 5%, port.	80\$0
Estado de São Paulo de 200\$0, 5%, port.	194\$5
Uniformizadas do Estado de S. Paulo de 1:000\$0, 8%, port. ..	1:035\$0
Ações de bancos e companhias:	
Banco Andrade Arnaud	500\$0
Companhia Petropolitana	210\$0
Companhia Docas de Santos, port.	225\$0
Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, port.	373\$0
S. A. Serviços Hollerith, nom.	1:240\$0
Debentures:	
Banco Hipotecário "Lar Brasileiro" S. A. de Crédito Real ..	203\$0
Vendas judiciais:	
64 ações da Companhia de Calçados D. N. B.	50\$0

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1940. — *Jornal de Queiroz Vieira*, presidente.

A Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos do Rio de Janeiro, em sessão de hoje, aprovando a proposta do Sr. corretor João da Cruz Corrêa, resolveu nomear o Sr. Máximo Alves de Sousa Ribeiro, adjunto do mesmo corretor.

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1940. — *Jornal de Queiroz Vieira*, presidente.

JUNTA DOS CORRETORES

N. 16 — Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1940

MERCADO DISPONIVEL

Movimento do dia 19

Café

Entradas	Sacos 15.090
Saídas	30
Consumo local	500
Existência	626.461
Café doado	300
Mercado calmo.	
Preços por	
Tipo 3	17\$6
Tipo 4	17\$1
Tipo 5	16\$6
Tipo 6	16\$1
Tipo 7	15\$6
Tipo 8	15\$1

Açúcar

Sacos

Entradas	Não houve
Saídas	2.400
Existência	38.507
Mercado firme.	

Preços por saco com 60 quilos:

Branco cristal	Nominal
Demerara	50\$0 a 51\$0
Mascavinho	Não há
Mascavos	37\$0 a 39\$0

Algodão

Fardos

Entradas	Não houve
Saídas	350
Existência	6.907
Mercado firme.	

Preços por 10 quilos, condições do mercado:

Fibra longa:

Tipo Seridó:

Tipo 3	59\$0 a 60\$0
Tipo 4	58\$0 a 59\$0

Fibra média:

Sertões:

Tipo 3	56\$0 a 57\$0
Tipo 5	54\$0 a 55\$0

Ceará:

Tipo 3	—
Tipo 5	53\$0 a 54\$0

Fibra curta:

Matas:

Tipo 3	Nominal
Tipo 5	Nominal

Paulista:

Tipo 3	Nominal
Tipo 5	Nominal

O síndico, *Bento Dias Pereira*.

N. 17 — Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940

MERCADO DISPONIVEL

Movimento do dia 22

Café

Sacos

Entradas	15.167
Saídas	11.682
Consumo local	1.500
Existência	628.466
Café doado	20
Mercado calmo.	

Preços por

Tipo 3	17\$6
Tipo 4	17\$1
Tipo 5	16\$6
Tipo 6	16\$1
Tipo 7	15\$6
Tipo 8	15\$1

Açúcar

Sacos

Entradas	13.693
Saídas	4.416
Existência	47.784
Mercado firme.	

Preços por saco com 60 quilos:

Branco cristal	Nominal
Demerara	50\$0 a 51\$0
Mascavinho	Não há
Mascavos	37\$0 a 39\$0

Algodão		Fardos
Entradas	Não houve	
Saídas	557	
Existência	6.350	

Mercado firme.

Preços por 10 quilos, condições do mercado:

Fibra longa:

Tipo Seridó:

Tipo 3	59\$0 a 60\$0
Tipo 4	58\$0 a 59\$0

Fibra média:

Sertões:

Tipo 3	56\$0 a 57\$0
Tipo 5	54\$0 a 55\$0

Ceará:

Tipo 3	
Tipo 5	53\$0 a 54\$0

Fibra curta:

Matas:

Tipo 3	Nominal
Tipo 5	Nominal

Paulista:

Tipo 3	Nominal
Tipo 5	Nominal

O síndico, Bento Dias Pereira.

Alfândega de Porto Alegre

RECEITA ARRECADADA		Importâncias
Dadas		
Receita do dia:		
12 de janeiro de 1940		175:375\$5
12 de janeiro de 1939		162:328\$5
Receita mensal:		
De 2 a 12 de janeiro de 1940		2.959:827\$2
De 2 a 12 de janeiro de 1939		2.581:579\$2
Diferença da receita arrecadada para mais em 1940		378:248\$0
Receita global:		
De 2 a 12 de janeiro de 1940		2.959:827\$2
De 2 a 12 de janeiro de 1939		2.581:579\$2
Diferença da receita arrecadada para mais em 1940		378:248\$0

EDITAIS E AVISOS

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÃO AO CONCURSO DE PROVAS PARA PROVIMENTO EM CARGOS DA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE "GUARDA-CIVIL", DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Faço público achar-se aberta, na sede do Departamento Administrativo do Serviço Público, no andar térreo do Palácio do Trabalho, a inscrição ao concurso de provas para provimento em cargos da classe inicial da carreira de "guarda-civil", do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

2. A inscrição ficará aberta durante o prazo de 60 (sessenta) dias seguidos, a contar do dia 25 de janeiro do corrente ano e será encerrada às 17 horas do dia 25 de março.

3. As condições de realização do concurso são as que constam das Instruções Gerais e das Instruções Especiais baixadas pelo Sr. presidente deste Departamento nas portarias números 117, de 25 de fevereiro de 1939 e 399 de 19 de janeiro do corrente ano.

4. A inscrição para o concurso deverá ser feita mediante preenchimento de fórmula impressa, fornecida na sede do D.A.S.P., no andar térreo do Palácio do Trabalho, e assinada pelo candidato ou por seu bastante procurador, legalmente constituído, com poderes expressos para tal fim.

5. Só poderão ser inscriptos candidatos do sexo masculino.

6. O requerimento de inscrição deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) prova de nacionalidade brasileira, constante de certidão de registro civil de nascimento ou de casamento, título de naturalização ou título declaratório de nacionalidade pela qual também se verifique não ter o candidato idade inferior a 21 anos ou superior a 30 anos, apurados até a data do encerramento das inscrições no concurso;

b) prova de identidade, pela apresentação da carteira oficial de identidade, de carteira de reservista, do título eleitoral ou da carteira profissional;

c) atestado de vacinação ou revacinação antivaricólica, feita, no máximo, até dois anos antes, passado por autoridade sanitária;

d) atestado de boa conduta, subscrito por duas pessoas de conhecida idoneidade moral.

7. Os documentos apresentados para inscrição, serão devolvidos, mediante recibo, depois de anotados, na ficha própria, sua natureza, data e origem.

8. Somente aos extranumerários mensalistas ou diaristas, que contarem, pelo menos três anos de efetivo exercício, aos funcionários públicos e aos militares de mar e terra, inclusive os da Polícia Militar e os do Corpo de Bombeiros desta Capital será permitida a inscrição quando haja sido ultrapassado o limite de idade fixado para este concurso.

9. Ficarão dispensados da apresentação do documento referido na letra "d" do item 6, deste edital, os candidatos nas condições referidas no item 8.

10. Não será aceita, em qualquer hipótese, inscrição condicional.

11. O candidato, ou seu procurador, entregará o requerimento de inscrição, contra recibo, deixando nessa ocasião, sua assinatura no livro competente.

12. Serão entregues juntamente com o requerimento de inscrição, os documentos exigidos, as estampilhas e selos necessários, 10\$20, constantes de 1080 em estampilhas federais de selo adesivo, e Saúde e seis cópias de fotografia do candidato, de 3x4 cm., tiradas de frente e sem chapéu.

RENDAS PUBLICAS

Alfândega do Rio de Janeiro

RECEITA ARRECADADA		Importâncias
Dadas		
Receita do dia:		
22 de janeiro de 1940		1.493:451\$0
22 de janeiro de 1939		—
Receita mensal:		
De 2 a 22 de janeiro de 1940		38.920:298\$0
De 2 a 22 de janeiro de 1939		21.210:324\$3
Diferença da receita arrecadada para mais em 1940		17.709:973\$7

Alfândega de Porto Alegre

RECEITA ARRECADADA		Importâncias
Dadas		
Receita do dia:		
41 de janeiro de 1940		221:351\$8
41 de janeiro de 1939		342:199\$1
Receita mensal:		
De 2 a 11 de janeiro de 1940		2.784:451\$7
De 2 a 11 de janeiro de 1939		2.419:250\$7
Diferença da receita arrecadada para mais em 1940		365:201\$0
Receita global:		
De 2 a 11 de janeiro de 1940		2.784:451\$7
De 2 a 11 de janeiro de 1939		2.419:250\$7
Diferença da receita arrecadada para mais em 1940		365:201\$0

13. Nos termos do parágrafo 3º do artigo 17, do decreto-lei número 1.713, de 28 de outubro de 1939, serão, inscritos "ex-officio", todos que ocuparem interinamente cargo vago de carreira a que se refere este edital, de conformidade com o estabelecido nos parágrafos 4º e 5º do dispositivo legal, acima mencionado e serão exonerados os que não satisfizerem as condições neles contidas.

14. O concurso constará de provas de seleção, eliminatórias e de prova de habilitação, umas e outra obrigatórias.

15. As provas de seleção serão as seguintes:

a) investigação social realizada por comissão especial designada pelo presidente do Departamento, mediante proposta do diretor da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento;

b) prova de sanidade, pela qual se verifique que o candidato não apresenta doença transmissível, assim como alterações orgânicas ou funcionais dos diversos aparelhos e sistemas, que contra-indiquem o eficiente exercício do cargo;

c) prova de capacidade física, pela qual se verifique que o candidato não apresenta contra-indicação para o exercício do cargo por anomalia morfológica ou funcional: Nesta prova será exigida a estatura mínima de 1m,70, de acordo com o proposto pela Polícia Civil do Distrito Federal;

d) prova de nível mental e aptidão;

e) prova de conhecimento de serviço.

16. Os candidatos aprovados nas provas de seleção serão submetidos à prova de habilitação de conhecimentos gerais.

17. Os candidatos aprovados no concurso receberão um certificado expedido por este Departamento que os habilitará à nomeação em cargos da classe inicial da carreira a que se refere o presente edital.

18. As instruções relativas ao presente concurso serão fornecidas no local das inscrições.

19. O presente edital será publicado três vezes no "Diário Oficial".

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, em 23 de janeiro de 1940. — *Murilo Braga*, diretor de divisão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

CONCURSO PARA "DETECTIVE" E "CALCULISTA": PROVAS DE SANIDADE E DE CAPACIDADE FÍSICA

São convidados a comparecer ao Serviço de Biometria Médica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, na praça Marachal Ancora, edifício da Imprensa Nacional, 1º andar, os candidatos abaixo relacionados:

Dia 29 do corrente, às 11 horas:

Detetive:

23 — Amando da Fonseca; 142 — Olavo Martins Teixeira Pailha; 143 — Jorge Ramos Marques de Oliveira; 144 — Natalino Tulu; 145 — Amauri de Oliveira Tinoco; 146 — Anísio Pereira de Abreu; 147 — José Ferreira de Azevedo; 148 — Dadih Calil; 149 — Astrogildo Paulo Moreira da Mota; 150 — Edmundo Augusto Pita; 151 — Jaci César de Andrade; 152 — Osvaldo Hortêncio Messias; 153 — David Cohen; 154 — Alvaro Moreira; 155 — Carlos Fernandes Pêres; 156 — Mário de Oliveira Santos; 157 — Valdemar Moreira Lima; 158 — Valtér Toledo de Menezes; 159 — Raimundo Souchois Rollemberg; 160 — Saul Tavares e 161 — Juvenal Carvalho.

Dia 29 do corrente, às 13 horas:

a) Detetive:

162 — Marcos Nogueira da Silva; 164 — Rubens Indelli Paes; 166 — Alvaro de Sá Alarcão; 167 — Atilio Sayago; 168 — Acir Lúcio da Cruz; 169 — Paulo Horácio de Sousa; 170 — Luiz Gonçalves Pires; 171 — Antônio Carvalho da Silva; 172 — Pedro Gomes de Carvalho; 173 — Geraldo Alvarenga; 174 — Carlos Pereira de Araújo; 175 — Paulo Fernandes Pereira; 176 — Sidney Silverio de Sousa; 177 — Valtér Pinheiro Alves; 178 — Valtér Moreira da Fonseca; 179 — Antônio Gomes Esteves e 180 — Antônio Ferreira Girão.

b) calculista:

13 — Samuel Goltzman; 14 — Nadir Gonçalves e 15 — Helio Krieling.

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, em 23 de janeiro de 1940. — *Murilo Braga*, diretor de divisão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

CONCURSO PARA PROVIMENTO EM CARGOS DA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE "INSPECTOR DE ALUNOS", DE QUALQUER MINISTÉRIO: INSCRIÇÃO DE INTERINOS

Nos termos do parágrafo 3º, do art. 17, do decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, são chamados a comparecer ao local das inscrições da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do D.A.S.P., "hall" do Palácio do Trabalho, até às 17 horas do dia 1 de fevereiro do corrente ano, data do encerramento das respectivas inscrições, os seguintes ocupantes interinos de cargos vagos da carreira de inspetor de alunos de qualquer Ministério:

Aurea Ferreira dos Santos, Benedita Lins de Sousa Barros, Ernesto Dias Loureiro, Fernando Weber, Pedro de Azevedo Braga, Olívio d'Aguiar Ferreira, Otomar Carlos Mate, João Pereira e Sebastião Petenuzzi.

2. Nos termos do parágrafo 5º, do art. 17, do citado decreto-lei, depois de homologadas as inscrições ao concurso de que se trata, serão imediatamente demitidos os interinos que não se houverem inscrito.

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, em 23 de janeiro de 1940. — *Murilo Braga*, diretor de divisão.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

De ordem do Exmo. Sr. general presidente, faço público que se acha aberta a concorrência administrativa para fornecimento de material abaixo mencionado, durante os meses de fevereiro a junho do corrente ano.

A concorrência processar-se-á de conformidade com os artigos 52 e seus parágrafos, 53, 738, § 2º, 740 a 743, 757 a 763 do Código de Contabilidade Pública e respectivo regulamento.

As condições a serem preenchidas pelos pedidos de inscrição são as seguintes:

Primeira — Os primeiros requerimentos, com indicações dos preços do material constante da relação anexa, deverão ser dirigidos ao Sr. general presidente do Conselho Nacional do Petróleo e entregues até às 17 horas do décimo quinto (15) dia, a contar da data da primeira publicação do presente edital, no "Diário Oficial".

Segunda — Os pedidos de inscrição deverão ser acompanhados dos seguintes documentos: a) da relação anexa com os respectivos preços, seguindo sempre a ordem numérica estabelecida no item 6; b) registro de contrato social ou da firma individual no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, com a declaração expressa do capital; c) quitação dos impostos sobre a renda, federais e municipais; d) certidão de que trata o § 1º do art. 33 do regulamento anexo ao Decreto n. 23.291, de 12 de agosto de 1931 — Lei dos Dois Terços; e) declaração por escrito do negociante indicando o ramo de sua indústria ou comércio, afim de ser inscrito para concorrer nos grupos ou artigos que são de sua especialidade industrial ou comercial (esta declaração deverá ser provada com documentos próprios); f) os documentos relativos aos impostos federais e municipais prevalecerão até um mês depois da data legal para sua renovação (o concorrente já inscrito que não apresentar, dentro desse tempo, os novos documentos, será excluído e não poderá, sem que os legalize, tomar parte nas concorrências); g) os pedidos de inscrição deverão ser bem claros, declarando o peticionário, discretamente, os documentos que apresentar.

Tercera — Os artigos pedidos deverão ser entregues pelo fornecedor, no Conselho Nacional do Petróleo, no Edifício do Palácio Tiradentes, ou no local onde posteriormente for instalado.

Quarta — Em caso de empate, proceder-se-á ao desempate que, se persistir, terá preferência o concorrente que apresentar preços mais baixos para maior número de artigos, ressalvadas as disposições dos artigos 742 e 53 do C.C.P. e seu regulamento.

Quinta — Qualquer informação será prestada nos dias úteis, das 14 às 16 horas, pelo signatário do presente edital.

Sexta — Os artigos são os seguintes:

Grupo I — (Expediente).

Grupo II — (Material de asseio e higiene).

Grupo III — (Artigos para iluminação).

Grupo IV — (Louças e artigos diversos).

Grupo V — (Combustível e lubrificantes).

Grupo VI — (Acessórios para autos).

Grupo VII — (Móveis).

Grupo VIII — (Máquinas de contabilidade, de calcular, de escrever e fichários).

Grupo IX — (Ferro, ferragens e ferramentas diversas).

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Amaro, Guilherme de Barros Azevedo*, capitão, chefe da Seção.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**Polícia Civil do Distrito Federal****INSPETORIA DO TRÁFEGO DO DISTRITO FEDERAL**

Pelo presente edital ficam notificados a comparecer nesta Inspetoria dentro do prazo de 48 horas, para responder por infrações do Regulamento do Trânsito, os proprietários ou condutores de veículos abaixo discriminados.

Matrícula indistinta, art. 366

Ônibus:

- Empresa de Ônibus de Luxo Ltda., ns. 150, 394, 395, 397 e 966 — Arts. 248 L e 248 E.
 Independência Auto Ônibus Ltda., ns. 619, 781 e 895 — Artigos 248 L e 79.
 Mario Bianchi, ns. 403, 538 e 873 — Art. 248 L.
 João Ferreira & Martins, ns. 2, 595 e 860 — Arts. 79, 81 e 248 L.
 Limousine Federal Ltda., ns. 630, 632 e 633 — Arts. 248 L e 248 C.
 Auto Viação Cruzeiro do Sul Ltda., ls. 706, 843 e 919 — Artigos 248 L e 81.
 Sociedade Cooperativa dos Chauffeurs, ns. 339, 850 e 888 — Artigo 248 L.
 Caldeira & Silva, ns. 552, 627 e 661 — Art. 248 E.
 Roberto J. Schmidt, ns. 9 e 174 — Arts. 248 C, 82 e 81.
 M. P. Salgado, ns. 341 e 787 — Arts. 248 C e 248 L.
 Viação São Jorge Ltda., ns. 170 e 689 — Art. 248 L.
 Martins Jordão & Cia. Ltda., ns. 156 e 734 — Arts. 248 L e 248 C.
 Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, n. 123 — Art. 248 L.
 Viação Continental Ltda., n. 194 — Art. 248 L.
 José Corrêa Lopes & Cia., n. 283 — Art. 248 E.
 Viação Central Ltda., n. 451 — Art. 248 E.
 Amorim Godinho de Almeida, n. 487 — Art. 248 L.

Carga:

- Joaquim Teixeira Cunha, n. 2.887 — Art. 248 L.
 José Carneiro de Araujo, n. 4.866 — Art. 102.
 Armando Lopes Figueiredo, n. 11.970 — Art. 144.

Passeio:

- Alvaro Cordeiro Rocha Werneck, n. 72 — Art. 248 L.
 Mario Cardillo, n. 201 — Art. 248 L.
 Haroldo Frontin Werneck, n. 530 — Art. 143.
 Joratas Melo Barreto Filho, n. 1.122 — Art. 248 L.
 Luciano Coelho Magalhães, n. 1.200 — Art. 102.
 Alfredo Alberto Pereira Monteiro, n. 1.846 — Art. 248 L.
 Roberto Stein, n. 2.036 — Art. 248 L.
 José Fonseca Lopes, n. 2.292 — Art. 79.
 Juarez Milão, n. 2.531 — Arts. 248 L e 82.
 Américo Bartolomei, n. 3.217 — Art. 248 E.
 Eugênio Alves Silva, n. 3.351 — Art. 102.
 José Almeida Cunha Neto, n. 3.871 — Art. 88.
 Odilon Duarte Batista, n. 4.052 — Art. 248 L.
 Joaquim Murilo Passos, n. 4.377 — Art. 79.
 José Gonçalves Melo Couto, n. 4.437 — Art. 146.
 Artur Matias, n. 4.966 — Art. 248 L.
 Floriano Bastos Loureiro, n. 4.990 — Art. 79.
 Leonardo Tonini, n. 5.343 — Art. 248 E.
 Sebastião Silva, n. 5.673 — Art. 248 L.
 João Oliveira Ford, n. 7.014 — Art. 102.
 Antônio Souza, n. 8.101 — Art. 248 L.
 Antônio Raimundo, n. 8.213 — Art. 248 L.
 Vicente Businaro, n. 9.129 — Art. 102.
 Benjamin Afonso, n. 9.732 — Art. 81.
 Domingos de Freitas, n. 10.686 — Art. 248 L.
 Manuel Serpe Landeira, n. 10.467 — Art. 102.
 Manuel Joaquim Salvadinho, n. 10.526 — Art. 79.
 Roberto Moreira Santos, n. 11.119 — Art. 102.
 Antônio Valente, n. 11.450 — Art. 151.
 Mario Cardoso Soeiro, n. 11.559 — Art. 156.
 Alexandre dos Santos Gomes, n. 11.803 — Art. 98.
 Floriano Dantas de Oliveira, n. 13.049 — Art. 248 L.

Passeio:

- Marciano Corrêa, n. 13.264 — Art. 248 L.
 Rodrigo de Almeida, n. 13.523 — Art. 102.
 Topazio Terra, n. 14.023 — Art. 248 L.
 José Luiz de Carvalho, n. 14.085 — Art. 248 L.
 Alfredo Joaquim Ribeiro, n. 15.227 — Art. 102.
 Roseli Rocha, n. 16.015 — Art. 248 L.
 Américo Costa, n. 17.226 — Art. 79.
 Walter Oberland, n. 19.184 — Art. 248 L.
 Sílvia Pereira de Almeida, n. 19.519 — Art. 95.
 Antônio Ferraz, n. 20.472 — Art. 248 L.
 Nestor F. Pegado, n. 22.116 — Art. 248 L.
 Alvaro Lopes Esteves, n. 22.448 — Art. 248 L.
 Moacir José Ferreira, n. 23.134 — Art. 248 L.
 Renato de Almeida Grillabel, n. 23.851 — Art. 257.

- Walter Kanitz, n. 24.402 — Art. 248 L.
 Waldemiro Lopes de Abreu, n. 24.604 — Art. 248 L.
 Justo Vieira de Almeida, n. 24.786 — Art. 248 L.
 Francisco Pires, n. 24.856 — Art. 100.
 Frederico Ribeiro, n. 26.357 — Art. 248 L.
 Virgílio da Silva Paiva, n. 25.583 — Art. 248 L.
 José João da Costa, n. 25.927 — Art. 248 L.
 José Machado, n. 26.526 — Art. 248 E.
 José Gomes de Araujo, n. 27.028 — Art. 82.
 Eurico Guarrieri, n. 27.155 — Art. 248 L.
 Angelo Pedreira Duprat, n. 28.577 — Art. 79.
 Conceição Atanazio Ferreira Coelho, n. 28.738 — Arts. 79 e 81.
 Flávio Porto Barrozo, n. 28.838 — Art. 144.
 Humberto Kfeni, n. 29.053 — Art. 102.
 Nota — A falta de pagamento das multas, importa na apreensão dos documentos do veículo ou de seu condutor, de acordo com o previsto no art. 382 do regulamento em vigor.
 Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — O inspetor.

INSPETORIA DO TRÁFEGO**EXAME DE MOTORISTAS**

Resultado dos exames efetuados no dia 23 do corrente:
 Aprovados: Antônio Cândido da Silva, Manuel Fontes dos Santos, Emiliano Lugarinho, Otton Ribeiro de Bastos, Edmundo Albuquerque Martins, Maria Antonieta Azevedo de Brito, João Mandia, Cláudio Almeida, Jorge Alberto de Seixas Corrêa, Cândido Pereira Peixoto, Waldemar Porto Buschmann, Romoaldo Pace.
 Reprovados: 3.
 Observação: A falta à chamada na turma efetiva e conclusão (prático e regulamentar) importará no pagamento de nova inscrição (art. 394 da R. T.).
 Inspetoria do Tráfego, em 23 de janeiro de 1940. — O inspetor, Dr. Edgard Pinto Estrella.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**Departamento de Administração**

Pelo presente fica convidado o senhor diretor do Instituto Juvenna, situado à praia de Botafogo n. 166, nesta Capital, a recolher, na Tesouraria Geral do Ministério da Educação e Saúde, a importância de um conto e duzentos mil réis (1:200\$000), correspondente ao débito de inspeção do curso comercial durante o segundo semestre do exercício de 1938, dentro do prazo de dez (10) dias a contar da data da primeira publicação deste, findo o qual será processado no Juízo competente para cobrança executiva.
 Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1940. — Agostinho da Rocha Cabral, oficial administrativo "H".

Departamento Nacional de Saúde**SECÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO EXÉRCITO PROFISSIONAL**

De ordem do Sr. diretor da Divisão e Saúde Pública, faço público para conhecimento dos interessados, que de acordo com o artigo 118 § 1.º do Decreto n. 20.377, de 1931, foi cassada a licença número 346 de 1936, referente ao preparado denominado "Purgol", que está sendo exposto a venda com a denominação de "Laxomanol".
 Secretaria da Secção de Fiscalização do Exército Profissional, em 19 de janeiro de 1940. — José Martins de Sá Freire, oficial administrativo "K".

Visto: assinatura ilegível, diretor.

Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal**INSPETORIA DOS CENTROS DE SAÚDE**

Chama-se a atenção dos interessados para os editais de notificação publicados no *Diário Oficial* de 19 do corrente, à página 391, Secção II.

MINISTÉRIO DA FAZENDA**Diretoria do Domínio da União****SERVIÇO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL****EDITAL N. 1-A**

De ordem do Sr. Dr. chefe do Serviço, chamo a atenção dos interessados para o edital publicado no *"Diário Oficial"* do dia 13 de janeiro, às fls. 740/741, referente ao aforamento do terreno de acrescidos de marinha à rua General Sampaio ns. 4, 8 e 12, em São Cristóvão, requerido pelo Sr. José Gomes Marques.

Secção de Cadastro e Registro, 13 de janeiro de 1940. — Joaquim Ferreira de Paiva Júnior, aux. esc. men.

(C 712 — 15-1-1940 — 183\$6 — 10 vezes.)

Diretoria do Domínio da União
SERVIÇO REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONCORRÊNCIAS

Concorrência pública para alienação da preferência ao aforamento do domínio útil do terreno acrescido de marinha à rua Couto Magalhães, número 37, junto e depois do número 35, na freguesia de São Cristóvão, com as benfeitorias nele existentes, de propriedade do Govêno Federal.

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 1, de 1940 publicado à página n. 819, do "Diário Oficial" de 15 de janeiro de 1940, relativo ao assunto acima mencionado. (Proc. 46.357-39).

Serviço Regional no Distrito Federal, 16 de janeiro de 1940. — Ari Azambuja, chefe do Serviço.

Diretoria do Domínio da União
SERVIÇO REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONCORRÊNCIAS

Concorrência pública para alienação do domínio pleno do terreno nacional situado à rua Bonsucesso, junto e antes do n. 80, nesta capital, de propriedade do Governo Federal.

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 3, de 1940 publicado à página n. 1.135, do "Diário Oficial" de 19 de janeiro de 1940, relativo ao assunto acima mencionado. (Processo n. 55.133-39).

Serviço Regional no Distrito Federal, em 22 de janeiro de 1940. — Ari Azambuja, chefe do serviço.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Capitania dos Portos do Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro

Chama-se a atenção dos interessados para o edital publicado no "Diário Oficial" de 12 do corrente, à página 680.

Tribunal Marítimo Administrativo

PROCESSO N. 399

PARA CIÊNCIA DE TERCEIROS INTERESSADOS NO JULGAMENTO DO PROCESSO N. 399, NA FORMA ABAIXO

O Dr. Carlos Lafayette Bezerra de Miranda, juiz do Tribunal Marítimo Administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil, relator do processo n. 399, na forma da lei, pelo presente edital notifica a todos os possíveis terceiros interessados no julgamento do processo acima aludido, referente à colisão e consequente encalhe da lancha a velas *Alfa* com um tronco submerso no rio Coruripe, Estado de Alagoas, em trinta de setembro de mil novecentos e trinta e nove, de que o Tribunal Marítimo Administrativo, por acórdão proferido em vinte e dois de dezembro próximo findo, publicado no *Diário Oficial* de cinco de janeiro corrente, decidiu julgar o acidente resultante de caso fortuito e ordenar o arquivamento do citado processo, deferindo o pedido formulado pelo doutor procurador, em exercício. E, para ciência de todos os possíveis interessados em tal decisão, expede-se, na forma regimental, o presente edital, com o prazo de trinta (30) dias, a contar da publicação, e para os fins de direito. Rio de Janeiro, em vinte e dois de janeiro de mil novecentos e quarenta. Eu, Mário Monteiro da Cunha, oficial administrativo (H), o dactilografei. E eu, Roberto Bruce, oficial administrativo (I), o subscrevi, pelo senhor secretário do T. M. A. — Carlos Lafayette B. de Miranda, relator.

Diretoria do Ensino Naval

INSTRUÇÕES PARA OS EXAMES DE PRATICANTES DE PRÁTICOS DOS RIOS DA PRATA, BAIXO PARANÁ E PARAGUAI

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concurso, publicado no *Diário Oficial* de 12 do corrente, à página 28.422.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Inspetoria Geral do Ensino do Exército

COMISSÃO DE CONCORRÊNCIA

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência publicado no *Diário Oficial* de 10 do corrente, à página 573.

Escola de Saúde do Exército

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concurso, publicado no *Diário Oficial*, de 11 do corrente, à página 28.362.

Diretoria de Aeronáutica do Exército

SERVIÇO DE INTENDENCIA

CONCURSO PÚBLICO PARA A ESCOLHA DO PROJETO E ADJUDICAÇÃO DO MAUSOLÉO A SER ERIGIDO EM HOMENAGEM AOS AVIADORES DO EXÉRCITO, MORTOS NO CUMPRIMENTO DO DEVER.

A Diretoria de Aeronáutica do Exército abre um concurso público para a escolha do projeto bem como para a adjudicação do mausoléu a ser erigido em homenagem aos aviadores do Exército, mortos no cumprimento do dever.

1º. Ao concurso poderão participar artistas de qualquer nacionalidade;

2º. O mausoléu será erigido num terreno de forma quadrangular de 5m,00x5m,00 no Cemitério de São João Batista. Cumprirá aos interessados examinar pessoalmente o local e se porem ao par dos regulamentos vigentes na referida necrópole para construções dessa natureza;

3º. O concurso será procedido e julgado na cidade do Rio de Janeiro, sendo as maquetes entregues a 30 (trinta) de junho de 1940, em local que será previamente designado. O transporte e o completo envolvimento das maquetes de modo a preservá-las em estigo e livres de qualquer estrago, correrão por conta do concorrente;

4º. Os concorrentes apresentar-se-ão sob pseudônimos, podendo entrar com mais de um projeto com diferentes pseudônimos. Os trabalhos deverão ser acompanhados de sobrecartas fechadas e lacradas contendo o nome, domicílio e nacionalidade do autor, bem como, em separado, de um memorial descritivo da obra, dos materiais a serem empregados e respectivo orçamento;

5º. No ato da entrega do projeto, da sobrecarta e do memorial acima referidos, o portador receberá um talão numerado e rubricado pelo chefe do Gabinete da Diretoria de Aeronáutica do Exército.

O número desse talão será inscrito no projeto, na sobrecarta e no memorial;

6º. Os projetos deverão constar de uma maquete em gesso ou madeira, escala 1-10 (um para dez) e de uma planta de situação, bem como de seis (6) fotografias de cada uma das principais faces do monumentos;

7º. A comissão julgadora será integrada por;

- 1 (um) representante do Ministério da Guerra.
- 2 (dois) representantes da Diretoria de Aeronáutica do Exército.
- 3 (um) representante da Escola Nacional de Belas Artes.
- 4 (um) representante da Associação dos Artistas Brasileiros.

8º. O prêmio de primeiro classificado será a execução do mausoléu pelo preço global e total de 200.000\$000 (duzentos contos de réis). Aos segundo, terceiro, quarto e quinto colocados serão concedidos prêmios de 5.000\$, 3.000\$ e 2.000\$ e 1.000\$, respectivamente;

9º. com o artista colocado em primeiro lugar a Diretoria de Aeronáutica do Exército lavrará um contrato no valor de 200.000\$ (duzentos contos de réis) para a execução integral do projeto correspondente. Os selos relativos ao contrato correrão por conta do artista signatário do mesmo;

10. Do referido contrato constarão as características e a natureza dos materiais a serem empregados no monumento, o prazo para a terminação da obra, o qual não poderá exceder do dia 10 (dez) de julho de 1941, bem como a época de cada pagamento a ser feito, segundo o trabalho executado. A última prestação será paga depois de totalmente terminado e aceito o mausoléu contratado;

11. Os materiais a serem empregados na construção do mausoléu serão em sua totalidade de natureza nobre ou preciosa, isto é, granito, mármore ou bronze, não se admitindo materiais litóides de composição artificial;

12. A fiscalização de execução ficará a cargo da Diretoria de Aeronáutica do Exército, por intermédio do seu órgão competente;

13. A comissão julgadora exercerá a sua missão livre e irreversivelmente, podendo anular o concurso caso não julgue satisfatórios os projetos apresentados. Das suas sessões, que não serão públicas, lavrar-se-ão atas cujos conteúdos, com um parecer final, serão levadas ao conhecimento do Exmo. Sr. general diretor de Aeronáutica do Exército, para os fins de direito;

14. A comissão julgadora poderá, caso julgue conveniente, expor ao público as maquetes apresentadas;

15. Depois de 15 (quinze) dias de haver sido publicado no "Diário Oficial" a homologação dos resultados do concurso, deverão os concorrentes retirar os seus trabalhos. Findo este prazo cessará a responsabilidade da Diretoria de Aeronáutica do Exército, que poderá dar o destino que entender aos projetos não reclamados naquele prazo.

16. Quaisquer esclarecimentos sobre o presente concurso serão prestação pela comissão julgadora, através de um seu representante para tal designado na Diretoria de Aeronáutica do Exército, Quartel General, Rua Visconde da Gávea.

Rio de Janeiro, Distrito Federal, em 2 de janeiro de 1940. — José E. A. Granja, major, chefe do S.I.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENÇA ADMINISTRATIVA N. 18, PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE ARRUELAS, CONTRA-PINOS, CORRENTES, PARAFUSOS, PONTA PARIS, PORCAS, REBITES E OUTROS

De ordem da Diretoria, e de conformidade com a autorização constante do aviso n. 8.818, de 20 de dezembro de 1939, do Ministério da Viação, faço público que, às 12 horas do dia 24 de fevereiro de 1940, no Almoarifado da Estrada, em Baurú, Estado de São Paulo, sob a presidência do Sr. Engenheiro Chefe da IV Divisão serão recebidas propostas para o fornecimento, durante o ano de 1940, de arruelas, contra-pinos, correntes, parafusos, ponta paris, porcas, rebites e outros.

A quantidade, discriminação e especificação desses materiais constam de avulsos que, na forma do Decreto-lei n. 1.705, de 27 de outubro de 1939, se acham à disposição dos interessados no Almoarifado da Estrada.

A concorrência obedecerá às seguintes condições:

I — As propostas deverão ser apresentadas em três vias, em papel tamanho 22x33, no dia e hora acima citados, assinadas com a indicação da nacionalidade e endereço, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devendo a primeira via vir selada, no fecho, com estampa federal de mil réis (1\$0), por fecho e mas o selo de "Educação e Saúde" (\$2).

II — Serão entregues em envoltórios fechados e lacrados, com a declaração, por fora, do nome do proponente e número da concorrência, envoltórios que serão acompanhados, em separado, de todos os documentos que possam provar a idoneidade do proponente, entre eles os recibos de quitação da última coléta de todos os impostos a que estiver sujeito, certidão da Junta Comercial, provando estar a sua firma ou contrato social ali registrado e certidão de que trata o artigo 33 do Decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1934, referente à nacionalização do trabalho. As sociedades anônimas e as companhias nacionais ou estrangeiras provarão a sua existência legal de conformidade com a lei.

III — No ato da entrega da proposta, deverá ser apresentado o recibo da caução de 2:000\$0, feito na Tesouraria desta Estrada, até a véspera do dia marcado para a concorrência, em dinheiro ou em títulos da dívida federal, recebidos pelo seu valor nominal. Esta caução, como garantia da proposta, reverterá para os cofres da Estrada, se o proponente aceitar deixar de efetuar a caução de que trata a cláusula XVII, dentro do prazo de oito dias, findo o qual será considerado excluído da concorrência. Poderá ainda a Diretoria da Estrada, por tal motivo, cassar-lhe a idoneidade para futuros fornecimentos.

IV — Verificada, em primeiro lugar, a idoneidade dos concorrentes, serão as propostas abertas e lidas diante de todos os proponentes que se apresentarem para assistir a essa formalidade. Cada um rubricará, folha a folha, a de todos os outros, em presença do presidente, que, por sua vez, as autenticará com a sua rubrica. Uma vez iniciada a abertura das propostas, não serão admitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado respectivo.

Antes de qualquer decisão, o *Diário Oficial* da União publicará o resumo da ata da concorrência e do mapa comparativo das propostas apresentadas.

V — Versará a concorrência somente para o prego em réis, papel, indicado em algarismos e confirmado por extenso para as unidades estabelecidas nos artigos pedidos.

VI — As propostas não poderão conter senão uma fórmula de completa submissão a todas as cláusulas deste edital e dos preços.

VII — Serão rejeitadas integralmente as propostas:

- a) que não estiverem totalmente feitas a máquina ou manuscritas;
- b) que mencionarem materiais pedidos no edital sem a indicação dos respectivos preços;
- c) que oferecerem vantagens ou restrições não previstas no edital, ou uma redução sobre a proposta mais barata.

VIII — Fica reservado à Estrada o direito de aceitar parte de uma proposta e parte de outra ou outras, conforme a diferença para menos nos preços dos vários artigos a serem fornecidos, de não aceitar nenhuma das propostas apresentadas, ou anular a concorrência, caso isso convenha aos seus interesses, bem como o de restringir as quantidades pedidas.

IX — Os materiais a serem fornecidos devem obedecer, rigorosamente, às especificações da respectiva relação, sendo sempre de primeira qualidade aqueles que não se reportarem ao Caderno de Encargos da Estrada de Ferro Central do Brasil, a marcas ou a amostras.

As marcas constantes da relação dos materiais servem apenas para indicar a qualidade dos artigos pedidos sem outras especificações; poderão, no entanto, ser propostos artigos nacionais ou estrangeiros, de marcas ou fábricas diferentes, desde que, com as propostas, sejam apresentados documentos, fornecidos por esta Estrada, que comprovem ser o material proposto equivalente ao da marca pedida.

A Estrada reserva-se o direito de, quando julgar necessário, mandar examinar, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, os materiais fornecidos, correndo as despesas por conta exclusiva dos fornecedores. Serão recusados os materiais cujo exame comprovar que os mesmos não se enquadram nas especificações do caderno de encargos ou que não correspondem às marcas pedidas ou amostras fornecidas.

X — Caberá a preferência para o fornecimento ao autor da proposta mais barata, por mínima que seja a diferença entre ela e qualquer outra, não excedendo de 10% dos preços correntes no mercado. Havendo igualdade de preços, decidir-se-á por sorteio, salvo se o empate se der entre firmas nacionais e estrangeiras; neste caso, o fornecimento será adjudicado à firma nacional.

XI — O proponente não poderá em caso algum deixar de fornecer os materiais pedidos, assim como deixar de substituir imediatamente aqueles que forem rejeitados, sob pena de correr por sua conta as despesas com a aquisição em outro fornecedor, aplicando-se assim o que estabelece o § 4º do artigo 52, do Código de Contabilidade Pública.

XII — O material a importar será consignado diretamente à Estrada, em cujo nome virão os documentos relativos à importação, e será despachado na forma do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938. Os proponentes não incluirão nos preços dos materiais a importar os direitos aduaneiros e taxas de expediente, e declararão expressamente "Material a Importar". Todas as despesas até o local da entrega, nos termos da cláusula XV, correrão por conta do fornecedor.

XIII — Os materiais correspondentes aos produtos nacionais similares aos estrangeiros, registrados na Diretoria da Receita Pública do Tesouro Nacional, não terão direito à isenção prevista na cláusula antecedente, em vista do que os seus preços deverão compreender, além das despesas até o local da entrega, as referentes a direitos aduaneiros e taxas, que correrão por conta do fornecedor, em cujo nome deverão vir consignados.

Se, porém, a Alfândega negar isenção de direitos para determinados materiais adquiridos com a cláusula "Material a Importar", pelo fato de existirem similares na indústria nacional, os proponentes ficam obrigados a pagar os direitos aduaneiros e taxas de expediente sem direito a indenização alguma, pois a eles incumbe conhecer, previamente, os materiais nacionais similares aos estrangeiros.

XIV — O proponente deve dar preferência, para embarque do "Material a Importar", a navios do Lloyd Brasileiro, desde que esta preferência não prejudique o cumprimento do fornecimento dentro do prazo.

XV — Todos os materiais deverão ser entregues no Almoarifado da Estrada em Baurú, dentro dos prazos de 30 a 120 dias, fixados pelo Almoarifado da Estrada, correndo por conta do proponente todas as despesas de embalagem, seguros, fretes marítimos e ferroviários, cargas, descargas, capatazias, armazenagens e quaisquer outras até o local da entrega, exceto as de direitos aduaneiros e taxas de expediente que recaem sobre o material a importar nas condições da cláusula XII.

XVI — Pelo não cumprimento do fornecimento ficará o fornecedor sujeito a uma multa que, a juízo da Administração da Estrada, poderá atingir até o valor da caução de que trata a cláusula seguinte, podendo ainda a Administração impedir o seu comparecimento, durante um ano, aos futuros fornecimentos e, na reincidência, cassar-lhe definitivamente a idoneidade.

XVII — Para garantia do fornecimento, o proponente preferido obriga-se a fazer uma caução de 10% sobre a importância do material a fornecer, nas condições da cláusula III. Esta caução será efetuada no prazo de oito dias, a contar da data do convite, por escrito, expedido pela Estrada, e só poderá ser restituída depois de completado o fornecimento respectivo e liquidadas as responsabilidades dele resultantes.

XVIII — Os pagamentos decorrentes do fornecimento serão efetuados, em moeda corrente, na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, em São Paulo, ou na Tesouraria da Estrada, em Baurú, na proporção da entrega do material e mediante a apresentação de contas devidamente processadas pelo Almoarifado e Contabilidade da Estrada.

XIX — A concorrência só se tornará efetiva depois de aprovação pela Diretoria da Estrada.

XX — Toda e qualquer proposta que não estiver inteiramente de acordo com este edital não será tomada em consideração.

Baurú, 15 de janeiro de 1940. — Angelo Maringoni, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENÇA ADMINISTRATIVA N. 19 PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE ALARGADORES, BROCAS, FACAS, FREZAS, LIMAS, MACHOS E OUTROS

De ordem da Diretoria, e de conformidade com a autorização constante do aviso n. 8.818, de 20 de dezembro de 1939, do Ministério da Viação, faço público que, às 13 horas do dia 24 de fevereiro de 1940, no Almoarifado da Estrada, em Baurú, Estado de São Paulo, sob a

presidência do Sr. Engenheiro Chefe da 4ª Divisão, serão recebidas propostas para o fornecimento, durante o ano de 1940, de alargadores, buecas, facas, frezas, limas, machos e outros.

A quantidade, discriminação e especificação desses materiais constam de avulsos que, na forma do Decreto-lei 1.705, de 27-10-39, acham-se à disposição do interessado no Almoxarifado da Estrada.

A concorrência obedecerá as seguintes condições:

I — As propostas deverão ser apresentadas em três vias, em papel tamanho 22 x 33, no dia e hora acima citados, assinadas, com a indicação da nacionalidade e endereço, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devendo a primeira via vir selada, no fecho, com estampilha federal de mil réis (1\$), por folha e mais o selo de "Educação e Saúde" (§200).

II — Serão entregues em envólucros fechados e lacrados, com a declaração, por fora, do nome do proponente e número da concorrência, envólucros que serão acompanhados, em separado, de todos os documentos que possam provar a idoneidade do proponente, entre eles os recibos de quitação da última coleta de todos os impostos a que estiver sujeito, certidão da Junta Comercial provando estar a sua firma ou contrato social ali registrado e certidão de que trata o artigo 33 do Decreto n. 20.291, de 12-8-1931, referente à nacionalização do trabalho. As sociedades anônimas e as companhias nacionais ou estrangeiras provarão a sua existência legal de conformidade com a lei.

III — No ato da entrega da proposta, deverá ser apresentado o recibo da caução de 2:000\$0, feita na Tesouraria desta Estrada, até a véspera do dia marcado para a concorrência, em dinheiro ou em títulos da dívida federal, recebidos pelo seu valor nominal. Esta caução, como garantia da proposta, reverterá para os cofres da Estrada, se o proponente aceitar deixar de efetuar a caução de que trata a cláusula XVII, dentro do prazo de oito dias, findo o qual será considerado excluído da concorrência. Poderá ainda a Diretoria da Estrada, por tal motivo, cassar-lhe a idoneidade para futuros fornecimentos.

IV — Verificada, em primeiro lugar, a idoneidade dos concorrentes, serão as propostas abertas e lidas diante de todos os proponentes que se apresentarem para assistir à essa formalidade. Cada um rubricará, folha a folha, a de todos os outros, em presença do presidente, que, por sua vez, as autenticará com a sua rubrica. Uma vez iniciada a abertura das propostas, não serão admitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado respectivo.

Antes de qualquer decisão, o *Diário Oficial* da União publicará o resumo da ata da concorrência e do mapa comparativo das propostas apresentadas.

V — Versará a concorrência somente para o preço em réis, papel, indicado em algarismos e confirmado por extenso para as unidades estabelecidas nos artigos pedidos.

VI — As propostas não poderão conter sinão uma fórmula de completa submissão a todas as cláusulas deste edital e dos pregos.

VII — Serão rejeitadas integralmente as propostas:

- a) que não estiverem totalmente feitas a máquina ou manuscritas;
- b) que mencionarem materiais pedidos no edital sem a indicação dos respectivos pregos;
- c) que ofereçam vantagens ou restrições não previstas no edital, ou uma redução sobre a proposta mais barata.

VIII — Fica reservado à Estrada o direito de aceitar parte de uma proposta e parte de outra ou outras, conforme a diferença para menos nos preços dos vários artigos a serem fornecidos, de não aceitar nenhuma das propostas apresentadas, ou anular a concorrência, caso isso convenha aos seus interesses, bem como o de restringir as quantidades pedidas.

IX — Os materiais a serem fornecidos devem obedecer, rigorosamente, às especificações da respectiva relação, sendo sempre de primeira qualidade aqueles que não se reportarem ao Caderno de Encargos da E. F. Central do Brasil, a marcas ou a amostras.

As marcas constantes da relação dos materiais servem apenas para indicar a qualidade dos artigos pedidos sem outras especificações; poderão, no entanto, ser propostos artigos nacionais ou estrangeiros de marcas ou fábricas diferentes, desde que, com as propostas, sejam apresentados documentos, fornecidos por esta Estrada, que comprovem ser o material proposto equivalente ao da marca pedida.

A Estrada reserva-se o direito de, quando julgar necessário, mandar examinar, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, os materiais fornecidos, correndo as despesas por conta exclusiva dos fornecedores. Serão recusados os materiais cujo exame comprovar que os mesmos não se enquadram nas especificações do caderno de encargos ou que não correspondem às marcas pedidas ou amostras fornecidas.

X — Caberá a preferência para o fornecimento ao autor da proposta mais barata, por mínima que seja a diferença entre ela e qualquer outra, não excedendo de 10 % dos preços correntes no mercado. Havendo igualdade de preços, decidirá-se-a por sorteio, salvo se o empate se der entre firmas nacionais e estrangeiras; neste caso, o fornecimento será adjudicado à firma nacional.

XI — O proponente não poderá em caso algum deixar de fornecer os materiais pedidos, assim como deixar de substituir imediatamente aqueles que forem rejeitados, sob pena de correr por sua conta as despesas com a aquisição em outro fornecedor, aplicando-se assim o que estabelece o § 4º do art. 52 do Código de Contabilidade Pública.

XII — O material a importar será consignado diretamente à Estrada, em cujo nome virão os documentos relativos à importação, e será despachado na forma do Decreto-lei n. 300, de 21 de fevereiro de 1938. Os proponentes não incluirão nos preços dos materiais a

importar os direitos aduaneiros e taxas de expediente, e declararão expressamente "Material a Importar". Todas as despesas até o local da entrega, nos termos da cláusula XV, correrão por conta do fornecedor.

XIII — Os materiais correspondentes aos produtos nacionais similares aos estrangeiros, registrados na Diretoria da Receita Pública do Tesouro Nacional, não terão direito à isenção prevista na cláusula antecedente, em vista do que os seus preços deverão compreender, além das despesas até o local da entrega, as referentes a direitos aduaneiros e taxas, que correrão por conta do fornecedor, em cujo nome deverão vir consignados.

Si, porém, a Alfândega negar isenção de direitos para determinados materiais adquiridos com a cláusula "Material a Importar", pelo fato de existirem similares na indústria nacional, os proponentes ficam obrigados a pagar os direitos aduaneiros e taxas de expediente sem direito a indenização alguma, pois a eles incumbe conhecer, previamente, os materiais nacionais similares aos estrangeiros.

XIV — O proponente deve dar preferência, para embarque do "Material a Importar", a navios do Lloyd Brasileiro, desde que esta preferência não prejudique o cumprimento do fornecimento dentro do prazo.

XV — Todos os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado da Estrada em Bauri, dentro dos prazos de 30 a 120 dias, fixados pelo Almoxarifado da Estrada, correndo por conta do proponente todas as despesas de embalagem, seguros, fretes marítimos e ferroviários, carga, descarga, capitalizações, armazenagens e quaisquer outras até o local da entrega, exceto as de direitos aduaneiros e taxas de expediente que recaem sobre o material a importar nas condições da cláusula XII.

XVI — Pelo não cumprimento do fornecimento ficará o fornecedor sujeito a uma multa que, a juízo da Administração da Estrada, poderá atingir até o valor da caução de que trata a cláusula seguinte, podendo ainda a Administração impedir o seu comparecimento, durante um ano, aos futuros fornecimentos e, na reincidência, cassar-lhe definitivamente a idoneidade.

XVII — Para garantia do fornecimento, o proponente preferido obriga-se a fazer uma caução de 10 % sobre a importância do material a fornecer, nas condições da cláusula III. Esta caução será efetuada no prazo de oito dias, a contar da data do convite, por escrito, expedido pela Estrada, e só poderá ser restituída depois de completado o fornecimento respectivo e liquidadas as responsabilidades dele resultantes.

XVIII — Os pagamentos decorrentes do fornecimento serão efetuados, em moeda corrente, na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, em São Paulo, ou na Tesouraria da Estrada, em Bauri, na proporção da entrega do material e mediante a apresentação de contas devidamente processadas pelo Almoxarifado e Contabilidade da Estrada.

XIX — A concorrência só se tornará efetiva depois de aprovada pela Diretoria da Estrada.

XX — Toda e qualquer proposta que não estiver inteiramente de acordo com este edital não será tomada em consideração.

Bauri, 15 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA N. 20, PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE AÇO, ARAME, FERRO, REBOLOS, SERRAS E OUTROS

De ordem da Diretoria, e de conformidade com a autorização constante do aviso n. 8.818, de 20 de dezembro de 1939, do Ministério da Viação, faço público que, às 14 horas do dia 24 de fevereiro de 1940, no Almoxarifado da Estrada, em Bauri, Estado de São Paulo, sob a presidência do Sr. engenheiro chefe da IV Divisão, serão recebidas propostas para o fornecimento, durante o ano de 1940, de aço, arame, ferr. rebolos, serras e outros.

A quantidade, discriminação e especificação desses materiais constam de avulsos que, na forma do Decreto-lei n. 1.705, de 27-10-1939, acham-se à disposição dos interessados no Almoxarifado da Estrada.

A concorrência obedecerá às seguintes condições:

I — As propostas deverão ser apresentadas em três vias, em papel tamanho 22 x 33, no dia e hora acima citados, assinadas, com a indicação da nacionalidade e endereço, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devendo a primeira via vir selada, no fecho, com estampilha federal de mil réis (1\$0) por folha e mais o selo de "Educação e Saúde" (§2).

II — Serão entregues em envólucros fechados e lacrados, com a declaração, por fora, do nome do proponente e número da concorrência, envólucros que serão acompanhados, em separado, de todos os documentos que possam provar a idoneidade do proponente, entre eles os recibos de quitação da última coleta de todos os impostos a que estiver sujeito, certidão da Junta Comercial provando estar a sua firma ou contrato social ali registrado e certidão de que trata o art. 33 do Decreto n. 20.291, de 12-8-1931, referente à nacionalização do trabalho. As sociedades anônimas e as companhias nacionais ou estrangeiras provarão a sua existência legal de conformidade com a lei.

III — No ato da entrega da proposta, deverá ser apresentado o recibo da caução de 3:000\$0, feita na Tesouraria desta Estrada, até a véspera do dia marcado para a concorrência, em dinheiro ou em títulos da dívida federal, recebidos pelo seu valor nominal. Esta caução, como garantia da proposta, reverterá para os cofres da Es-

trada, se o proponente aceitar deixar de efetuar a caução de que trata a cláusula XVII, dentro do prazo de oito dias, findo o qual será considerado excluído da concorrência. Poderá ainda a Diretoria da Estrada, por tal motivo, cassar-lhe a idoneidade para futuros fornecimentos.

IV — Verificada, em primeiro lugar, a idoneidade dos concorrentes, serão as propostas abertas e lidas diante de todos os proponentes que se apresentarem para assistir a essa formalidade. Cada um rubricará, folha a folha, a de todos os outros, em presença do presidente, que, por sua vez, as autenticará com a sua rubrica. Uma vez iniciada a abertura das propostas, não serão admitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado respectivo.

Antes de qualquer decisão, o *Diário Oficial* da União publicará o resumo da ata da concorrência e do mapa comparativo das propostas apresentadas.

V — Versará a concorrência somente para o preço em réis, papel, indicado em algarismos e confirmado por extenso para as unidades estabelecidas nos artigos pedidos.

VI — As propostas não poderão conter senão uma fórmula de completa submissão a todas as cláusulas deste edital e dos preços.

VII — Serão rejeitadas integralmente as propostas:

a) que não estiverem totalmente feitas a máquina ou manuscritas;

b) que mencionarem materiais pedidos no edital sem a indicação dos respectivos preços;

c) que oferecerem vantagens ou restrições não previstas no edital, ou uma redução sobre a proposta mais barata.

VIII — Fica reservado à Estrada o direito de aceitar parte de uma proposta e parte de outra ou outras, conforme a diferença para menos nos preços dos vários artigos a serem fornecidos, de não aceitar nenhuma das propostas apresentadas, ou anular a concorrência, caso isso convenha aos seus interesses, bem como o de restringir as quantidades pedidas.

IX — Os materiais a serem fornecidos devem obedecer, rigorosamente, às especificações da respectiva relação, sendo sempre de primeira qualidade aqueles que não se reportarem ao Caderno de Encargos da E. F. Central do Brasil, a marcas ou a amostras.

As marcas constantes da relação dos materiais servem apenas para indicar a qualidade dos artigos pedidos sem outras especificações; poderão, no entanto, ser propostos artigos nacionais ou estrangeiros de marcas ou fábricas diferentes, desde que, com as propostas, sejam apresentados documentos, fornecidos por esta Estrada, que comprovem ser o material proposto equivalente ao da marca pedida.

A Estrada reserva-se o direito de, quando julgar necessário, mandar examinar, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, os materiais fornecidos, correndo as despesas por conta exclusiva dos fornecedores. Serão recusados os materiais cujo exame comprovar que os mesmos não se enquadram nas especificações do caderno de encargos ou que não correspondem às marcas pedidas ou amostras fornecidas.

X — Caberá a preferência para o fornecimento ao autor da proposta mais barata, por mínima que seja a diferença entre ela e qualquer outra, não excedendo de 10 % dos preços correntes no mercado. Havendo igualdade de preços, decidir-se-á por sorteio, salvo se o empate se der entre firmas nacionais e estrangeiras; neste caso, o fornecimento será adjudicado à firma nacional.

XI — O proponente não poderá em caso algum deixar de fornecer os materiais pedidos, assim como deixar de substituir imediatamente aqueles que forem rejeitados, sob pena de correr por sua conta as despesas com a aquisição em outro fornecedor, aplicando-se assim o que estabelece o § 4º do art. 52 do Código de Contabilidade Pública.

XII — O material a importar será consignado diretamente à Estrada, em cujo nome virão os documentos relativos à importação, e será despachado na forma do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938. Os proponentes não incluirão nos preços dos materiais a importar os direitos aduaneiros e taxas de expediente e de declaração expressamente "Material a importar". Todas as despesas até o local da entrega, nos termos da cláusula XV, correrão por conta do fornecedor.

XIII — Os materiais correspondentes aos produtos nacionais similares aos estrangeiros, registrados na Diretoria da Receita Pública do Tesouro Nacional, não terão direito à isenção prevista na cláusula antecedente, em vista de que os seus preços deverão compreender, além das despesas até o local da entrega, as referentes a direitos aduaneiros e taxas, que correrão por conta do fornecedor, em cujo nome deverão vir consignados.

Se, porém, a Alfândega negar isenção de direitos para determinados materiais adquiridos com a cláusula "Material a Importar", pelo fato de existirem similares na indústria nacional, os proponentes ficam obrigados a pagar os direitos aduaneiros e taxas de expediente sem direito a indenização alguma, pois a eles incumba conhecer, previamente, os materiais nacionais similares aos estrangeiros.

XIV — O proponente deve dar preferência, para embarque do "Material a Importar", a navios do Lloyd Brasileiro, desde que esta preferência não prejudique o cumprimento do fornecimento dentro do prazo.

XV — Todos os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado da Estrada em Baurú, dentro dos prazos de 30 a 120 dias, fixados pelo Almoxarifado da Estrada, correndo por conta do proponente todas as despesas de embalagem, seguros, fretes marítimos

e ferroviários, carga, descarga, capatazias, armazenagens e quaisquer outras até o local da entrega, exceto as de direitos aduaneiros e taxas de expediente que recaírem sobre o material a importar nas condições da cláusula XII.

XVI — Pelo não cumprimento do fornecimento ficará o fornecedor sujeito a uma multa que, a juízo da Administração da Estrada, poderá atingir até o valor da caução de que trata a cláusula seguinte, podendo ainda a Administração impedir o seu comparecimento, durante um ano, aos futuros fornecimentos e, na reincidência, cassar-lhe definitivamente a idoneidade.

XVII — Para garantia do fornecimento, o proponente preferido obriga-se a fazer uma caução de 10 % sobre a importância do material a fornecer, nas condições da cláusula III. Esta caução será efetuada no prazo de oito dias, a contar da data do convite, por escrito, expedido pela Estrada, e só poderá ser restituída depois de completado o fornecimento respectivo e liquidadas as responsabilidades dele resultantes.

XVIII — Os pagamentos decorrentes do fornecimento serão efetuados, em moeda corrente, na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, em São Paulo, ou na Tesouraria da Estrada, em Baurú, na proporção da entrega do material e mediante a apresentação de contas devidamente processadas pelo Almoxarifado e Contabilidade da Estrada.

XIX — A concorrência só se tornará efetiva depois de aprovada pela Diretoria da Estrada.

XX — Toda e qualquer proposta que não estiver inteiramente de acordo com este edital não será tomada em consideração.

Baurú, 15 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA N. 21, PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE METAIS, PEÇAS DE FERRO GALVANIZADO, TACHAS, TUBOS E OUTROS

De ordem da Diretoria, e de conformidade com a autorização constante do Aviso n. 8.318, de 20 de dezembro de 1939, do Ministério da Viação, faço público que, às 15 horas do dia 24 de fevereiro de 1940, no Almoxarifado da Estrada, em Baurú, Estado de São Paulo, sob a presidência do Sr. engenheiro chefe da IV Divisão, serão recebidas propostas para o fornecimento, durante o ano de 1940, de metais, peças de ferro galvanizado, tachas, tubos e outros:

A quantidade, discriminação e especificação desses materiais, constam de avulsos que, na forma do Decreto-lei n. 1.705, de 27 de outubro de 1939, acham-se à disposição dos interessados no Almoxarifado da Estrada.

A concorrência obedecerá às seguintes condições:

I — As propostas deverão ser apresentadas em três vias, em papel tamanho 22x33, no dia e hora acima citados, assinadas, com a indicação da nacionalidade e endereço, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devendo a primeira via vir selada, no fecho, com estampilha federal de mil réis (1\$0) por folha e mais o selo de Educação e Saúde (2\$).

II — Serão entregues em envólucros fechados e lacrados, com a declaração, por fora, do nome do proponente e número da concorrência, envólucros que serão acompanhados, em separado, de todos os documentos que possam provar a idoneidade do proponente, entre eles os recibos de quitação da última coleta de todos os impostos a que estiver sujeito, certidão de Junta Comercial provando estar a sua firma ou contrato social ali registrado e certidão de que trata o art. 33 do Decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1934, referente à nacionalização do trabalho. As sociedades anônimas e as companhias nacionais ou estrangeiras provarão a sua existência legal de conformidade com a lei.

III — No ato da entrega da proposta, deverá ser apresentado o recibo da caução de 5:000\$0, feita na Tesouraria desta Estrada, até a véspera do dia marcado para a concorrência, em dinheiro ou em títulos da dívida federal, recebidos pelo seu valor nominal. Esta caução, como garantia da proposta, reverterá para os cofres da Estrada, se o proponente aceitar deixar de efetuar a caução de que trata a cláusula XVII, dentro do prazo de oito dias, findo o qual será considerado excluído da concorrência. Poderá ainda a Diretoria da Estrada, por tal motivo, cassar-lhe a idoneidade para futuros fornecimentos.

IV — Verificada, em primeiro lugar, a idoneidade dos concorrentes, serão as propostas abertas e lidas diante de todos os proponentes que se apresentarem para assistir a essa formalidade. Cada um rubricará, folha a folha, a de todos os outros, em presença do presidente, que, por sua vez, as autenticará com a sua rubrica. Uma vez iniciada a abertura das propostas, não serão admitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado respectivo.

Antes de qualquer decisão, o "Diário Oficial" da União publicará o resumo da ata da concorrência e do mapa comparativo das propostas apresentadas.

V — Versará a concorrência somente para o preço em réis papel, indicado em algarismos e confirmado por extenso para as unidades estabelecidas nos artigos pedidos.

VI — As propostas não poderão conter senão uma fórmula de completa submissão a todas as cláusulas deste edital e dos preços.

VII — Serão rejeitadas integralmente as propostas:

- a) — que não estiverem totalmente feitas a máquina ou manuscritas;
- b) que mencionarem materiais pedidos no edital sem a indicação dos respectivos preços;
- c) que oferecerem vantagens ou restrições não previstas no edital, ou uma redução sobre a proposta mais barata.

VIII — Fica reservado à Estrada o direito de aceitar parte de uma proposta e parte de outra ou outras, conforme a diferença para menos nos preços dos vários artigos a serem fornecidos, de não aceitar nenhuma das propostas apresentadas, ou anular a concorrência, caso isso convenha aos seus interesses, bem como o de restringir as quantidades pedidas.

IX — Os materiais a serem fornecidos devem obedecer, rigorosamente, às especificações da respectiva relação, sendo sempre de primeira qualidade aqueles que não se reportarem ao Caderno de Encargos da E. F. Central do Brasil, a marcas ou a amostras.

As marcas constantes da relação dos materiais servem apenas para indicar a qualidade dos artigos pedidos sem outras especificações; poderão, no entanto, ser propostos artigos nacionais ou estrangeiros de marcas ou fábricas diferentes, desde que, com as propostas, sejam apresentados documentos, fornecidos por esta Estrada, que comprovem ser o material proposto equivalente ao da marca pedida.

A Estrada reserva-se o direito de, quando julgar necessário, mandar examinar, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, os materiais fornecidos, correndo as despesas por conta exclusiva dos fornecedores. Serão recusados os materiais cujo exame comprovar que os mesmos não se enquadram nas especificações do caderno de encargos ou que não correspondem às marcas pedidas ou amostras fornecidas.

X — Caberá a preferência para o fornecimento ao autor da proposta mais barata, por mínima que seja a diferença entre ela e qualquer outra, não excedendo de 10 % dos preços correntes no mercado. Havendo igualdade de preços, decidir-se-á por sorteio, salvo se o empate se der entre firmas nacionais e estrangeiras; neste caso, o fornecimento será adjudicado à firma nacional.

XI — O proponente não poderá em caso algum deixar de fornecer os materiais pedidos, assim como deixar de substituir imediatamente aqueles que forem rejeitados, sob pena de correr por sua conta as despesas com a aquisição em outro fornecedor, aplicando-se assim o que estabelece o § 4º do art. 52 do Código de Contabilidade Pública.

XII — O material a importar será consignado diretamente à Estrada, em cujo nome virão os documentos relativos à importação, e será despachado na forma do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938. Os proponentes não incluirão nos preços dos materiais a importar os direitos aduaneiros e taxas de expediente, e declararão expressamente "Material a Importar". Todas as despesas até o local da entrega, nos termos da cláusula XV, correrão por conta do fornecedor.

XIII — Os materiais correspondentes aos produtos nacionais similares aos estrangeiros, registrados na Diretoria da Receita Pública do Tesouro Nacional, não terão direito à isenção prevista na cláusula antecedente, em vista do que os seus preços deverão compreender, além das despesas até o local da entrega, as referentes a direitos aduaneiros e taxas, que correrão por conta do fornecedor, em cujo nome deverão vir consignados.

Si, porém, a Alfândega negar isenção de direitos para determinados materiais adquiridos com a cláusula "Material a Importar", pelo fato de existirem similares na indústria nacional, os proponentes ficam obrigados a pagar os direitos aduaneiros e taxas de expediente sem direito a indenização alguma, pois a eles incumbe conhecer, previamente, os materiais nacionais similares aos estrangeiros.

XIV — O proponente deve dar preferência, para embarque do "Material a Importar", a navios do Lloyd Brasileiro, desde que esta preferência não prejudique o cumprimento do fornecimento dentro do prazo.

XV — Todos os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado da Estrada em Baurú, dentro dos prazos de 30 a 120 dias, fixados pelo Almoxarifado da Estrada, correndo por conta do proponente todas as despesas de embalagem, seguros, fretes marítimos e ferroviários, carga, descarga, capatazias, armazenagens e quaisquer outras até o local da entrega, exceto as de direitos aduaneiros e taxas de expediente que recaem sobre o material a importar nas condições da cláusula XII.

XVI — Pelo não cumprimento do fornecimento ficará o fornecedor sujeito a uma multa que, a juízo da Administração da Estrada, poderá atingir até o valor da caução de que trata a cláusula seguinte, podendo ainda a Administração impedir o seu comparecimento, durante um ano, aos futuros fornecimentos e, na reincidência, cassar-lhe definitivamente a idoneidade.

XVII — Para garantia do fornecimento, o proponente preferido obriga-se a fazer uma caução de 10 % sobre a importância do material a fornecer, nas condições da cláusula III. Esta caução será efetuada no prazo de oito dias, a contar da data do convite, por escrito, expedido pela Estrada, e só poderá ser restituída depois de completado o fornecimento respectivo e liquidadas as responsabilidades dele resultantes.

XVIII — Os pagamentos decorrentes do fornecimento serão efetuados, em moeda corrente, na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, em São Paulo, ou na Tesouraria da Estrada, em Baurú, na pro-

porção da entrega do material e mediante a apresentação de contas devidamente processadas pelo Almoxarifado e Contabilidade da Estrada.

XIX — A concorrência só se tornará efetiva depois de aprovada pela Diretoria da Estrada.

XX — Toda e qualquer proposta que não estiver inteiramente de acordo com este edital não será tomada em consideração.

Baurú, 15 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENCIA ADMINISTRATIVA N. 22, PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE COMBUSTÍVEL, LUBRIFICANTES E MATERIAL PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E APARELHOS

De ordem da Diretoria, e de conformidade com a autorização constante do aviso n. 8.818, de 20 de dezembro de 1939, do Ministério da Viação, faço público que, às 12 horas do dia 26 de fevereiro de 1940, no Almoxarifado da Estrada, em Baurú, Estado de São Paulo, sob a presidência do Sr. engenheiro chefe da IV Divisão, serão recebidas propostas para o fornecimento, durante o ano de 1940, de combustível, lubrificantes e material para limpeza e conservação de máquinas e aparelhos.

A quantidade, discriminação e especificação desses materiais constam de avulsos que, na forma do Decreto-lei n. 1.705, de 27-10-1939, acham-se à disposição dos interessados no Almoxarifado da Estrada.

A concorrência obedecerá às seguintes condições:

I — As propostas deverão ser apresentadas em três vias, em papel tamanho 22 x 33, no dia e hora acima citados, assinadas, com a indicação da nacionalidade e endereço, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devendo a primeira via vir selada, no fecho, com estampilha federal de mil réis (1\$0) por folha e mais o selo de "Educação e Saúde" (\$2).

II — Serão entregues em envelopes fechados e lacrados, com a declaração, por fora, do nome do proponente e número da concorrência, envelopes que serão acompanhados, em separado, de todos os documentos que possam provar a idoneidade do proponente, entre eles os recibos de quitação da última coleta de todos os impostos a que estiver sujeito, certidão da Junta Comercial provando estar a sua firma ou contrato social ali registrado e certidão de que trata o art. 33 do Decreto n. 20.291, de 12-8-1931, referente à nacionalização do trabalho. As sociedades anônimas e as companhias nacionais ou estrangeiras provarão a sua existência legal de conformidade com a lei.

III — No ato da entrega da proposta, deverá ser apresentado o recibo da caução de 1.000\$0, feita na Tesouraria desta Estrada, até a véspera do dia marcado para a concorrência em dinheiro ou em títulos da dívida federal, recebidos pelo seu valor nominal. Esta caução, como garantia da proposta, reverterá para os cofres da Estrada, se o proponente aceitar deixar de efetuar a caução de que trata a cláusula XVII, dentro do prazo de oito dias, findo o qual será considerado excluído da concorrência. Poderá ainda a Diretoria da Estrada, por tal motivo, cassar-lhe a idoneidade para futuros fornecimentos.

IV — Verificada, em primeiro lugar, a idoneidade dos concorrentes, serão as propostas abertas e lidas diante de todos os proponentes que se apresentarem para assistir a essa formalidade. Cada um rubricará, folha a folha, a de todos os outros, em presença do presidente, que, por sua vez, as autenticará com a sua rubrica. Uma vez iniciada a abertura das propostas, não serão admitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado respectivo.

Antes de qualquer decisão, o *Diário Oficial* da União publicará o resumo da ata da concorrência e do mapa comparativo das propostas apresentadas.

V — Versará a concorrência somente para o preço em réis, papel, indicado em algarismos e confirmado por extenso para as unidades estabelecidas nos artigos pedidos.

VI — As propostas não poderão conter senão uma fórmula de completa submissão a todas as cláusulas deste edital e dos preços.

VII — Serão rejeitadas integralmente as propostas:

- a) que não estiverem totalmente feitas a máquina ou manuscritas;
- b) que mencionarem materiais pedidos no edital sem a indicação dos respectivos preços;
- c) que oferecerem vantagens ou restrições não previstas no edital, ou uma redução sobre a proposta mais barata.

VIII — Fica reservado à Estrada o direito de aceitar parte de uma proposta e parte de outra ou outras, conforme a diferença para menos nos preços dos vários artigos a serem fornecidos, de não aceitar nenhuma das propostas apresentadas, ou anular a concorrência, caso isso convenha aos seus interesses, bem como o de restringir as quantidades pedidas.

IX — Os materiais a serem fornecidos devem obedecer, rigorosamente, às especificações da respectiva relação, sendo sempre de primeira qualidade aqueles que não se reportarem ao Caderno de Encargos da E. F. Central do Brasil, a marcas ou a amostras.

As marcas constantes da relação dos materiais servem apenas para indicar a qualidade dos artigos pedidos sem outras especificações; poderão, no entanto, ser propostos artigos nacionais ou estrangeiros de marcas ou fábricas diferentes, desde que, com as pro-

postas, sejam apresentados documentos, fornecidos por esta Estrada, que comprovem ser o material proposto equivalente ao da marca pedida.

A Estrada reserva-se o direito de, quando julgar necessário, mandar examinar, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, os materiais fornecidos, correndo as despesas por conta exclusiva dos fornecedores. Serão recusados os materiais cujo exame comprovar que os mesmos não se enquadram nas especificações do caderno de encargos ou que não correspondem às marcas pedidas ou amostras fornecidas.

X — Caberá a preferência para o fornecimento ao autor da proposta mais barata, por mínima que seja a diferença entre ela e qualquer outra, não excedendo de 10 % dos preços correntes no mercado. Havendo igualdade de preços, decidir-se-á por sorteio, salvo se o empate se der entre firmas nacionais e estrangeiras; neste caso, o fornecimento será adjudicado à firma nacional.

XI — O proponente não poderá em caso algum deixar de fornecer os materiais pedidos, assim como deixar de substituir imediatamente aqueles que forem rejeitados, sob pena de correr por sua conta as despesas com a aquisição em outro fornecedor, aplicando-se assim o que estabelece o § 4º do art. 52 do Código de Contabilidade Pública.

XII — O material a importar será consignado diretamente à Estrada, em cujo nome virão os documentos relativos à importação, e será despachado na forma do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938. Os proponentes não incluirão nos preços dos materiais a importar os direitos aduaneiros e taxas de expediente, e declararão expressamente "Material a importar". Todas as despesas até o local da entrega, nos termos da cláusula XV, correrão por conta do fornecedor.

XIII — Os materiais correspondentes aos produtos nacionais similares aos estrangeiros, registrados na Diretoria da Receita Pública do Tesouro Nacional, não terão direito à isenção prevista na cláusula antecedente, em vista do que os seus preços deverão compreender, além das despesas até o local da entrega, as referentes a direitos aduaneiros e taxas, que correrão por conta do fornecedor, em cujo nome deverão vir consignados.

Se, porém, a Alfândega negar isenção de direitos para determinados materiais adquiridos com a cláusula "Material a importar", pelo fato de existirem similares na indústria nacional, os proponentes ficam obrigados a pagar os direitos aduaneiros e taxas de expediente sem direito a indenização alguma, pois a eles incumbe conhecer, previamente, os materiais nacionais similares aos estrangeiros.

XIV — O proponente deve dar preferência, para embarque do "Material a importar", a navios do Lloyd Brasileiro, desde que esta preferência não prejudique o cumprimento do fornecimento dentro do prazo.

XV — Todos os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado da Estrada em Baurú, dentro dos prazos de 30 a 120 dias, fixados pelo Almoxarifado da Estrada, correndo por conta do proponente todas as despesas de embalagem, seguros, fretes marítimos e ferroviários, carga, descarga, capatazias, armazenagens e quaisquer outras até o local da entrega, exceto as de direitos aduaneiros e taxas de expediente que recaírem sobre o material a importar nas condições da cláusula XII.

XVI — Pelo não cumprimento do fornecimento ficará o fornecedor sujeito a uma multa que, a juízo da Administração da Estrada, poderá atingir até o valor da caução de que trata a cláusula seguinte, podendo ainda a Administração impedir o seu reaparecimento, durante um ano, aos futuros fornecimentos e, na reincidência, cassar-lhe definitivamente a idoneidade.

XVII — Para garantia do fornecimento, o proponente preferido obriga-se a fazer uma caução de 10 % sobre a importância do material a fornecer, nas condições da cláusula III. Esta caução será efetuada no prazo de oito dias, a contar da data do convite, por escrito, expedido pela Estrada, e só poderá ser restituída depois da completado o fornecimento respectivo e liquidadas as responsabilidades dele resultantes.

XVIII — Os pagamentos decorrentes do fornecimento serão efetuados, em moeda corrente, na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, em São Paulo, ou na Tesouraria da Estrada, em Baurú, na proporção da entrega do material e mediante a apresentação de contas devidamente processadas pelo Almoxarifado e Contabilidade da Estrada.

XIX — A concorrência só se tornará efetiva depois de aprovada pela Diretoria da Estrada.

XX — Toda e qualquer proposta que não estiver inteiramente de acordo com este edital não será tomada em consideração.

Baurú, 15 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA N. 23 PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO

De ordem da Diretoria, e de conformidade com a autorização constante do aviso n. 8.818, de 20 de dezembro de 1939, do Ministério da Viação, faço público que, às 13 horas do dia 26 de fevereiro

de 1940, no Almoxarifado da Estrada, em Baurú, Estado de São Paulo, sob a presidência do Sr. engenheiro chefe da Quarta Divisão, serão recebidas propostas para o fornecimento durante o ano de 1940, de artigos de iluminação.

A quantidade, discriminação e especificação desses materiais constam de avulsos que, na forma do Decreto-lei n. 1.705, de 27 de outubro de 1939, acham-se à disposição dos interessados no Almoxarifado da Estrada.

A concorrência obedecerá às seguintes condições:

I — As propostas deverão ser apresentadas em três vias, em papel tamanho 22x33, no dia e hora acima citados, assinadas, com a indicação da nacionalidade e endereço, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devendo a primeira via vir selada, no fecho, com estampilha federal de mil réis (\$1000) por folha e mais o selo de Educação e Saúde" (\$200).

II — Serão entregues em envólucros fechados e lacrados, com a declaração, por fora, do nome do proponente e número da concorrência, envólucros que serão acompanhados, em separado, de todos os documentos que possam provar a idoneidade do proponente, entre eles os recibos de quitação da última colêta de todos os impostos a que estiver sujeito, certidão da Junta Comercial provando estar a sua firma ou contrato social ali registrado e certidão de que trata o art. 33 do Decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931, referente à nacionalização do trabalho. As sociedades anônimas e as companhias nacionais ou estrangeiras provarão a sua existência legal de conformidade com a lei.

III — No ato da entrega da proposta, deverá ser apresentada o recibo da caução de 2.000\$000 feita na Tesouraria desta Estrada, até a véspera do dia marcado para a concorrência, em dinheiro ou em títulos da dívida federal, recebidos pelo seu valor nominal. Esta caução, como garantia da proposta, reverterá para os cofres da Estrada, se o proponente aceitar deixar de efetuar a caução de que trata a cláusula XVII, dentro do prazo de oito dias, findo o qual será considerado excluído da concorrência. Poderá ainda a Diretoria da Estrada, por tal motivo, cassar-lhe a idoneidade para futuros fornecimentos.

IV — Verificada, em primeiro lugar, a idoneidade dos concorrentes, serão as propostas abertas e lidas diante de todos os proponentes que se apresentarem para assistir a essa formalidade. Cada um rubricará, folha a folha, a de todos os outros, em presença do presidente, que por sua vez, as autenticará com a sua rubrica. Uma vez iniciada a abertura das propostas, não serão admitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado respectivo.

Antes de qualquer decisão, o "Diário Oficial" da União publicará o resultado da ata da concorrência e do mapa comparativo das propostas apresentadas.

V — Versará a concorrência somente para o preço em réis, papel, indicado em algarismos e confirmado por extenso para as unidades estabelecidas nos artigos pedidos.

VI — As propostas não poderão conter sinão uma fórmula de completa submissão a todas as cláusulas deste edital e dos preços.

VII — Serão rejeitadas integralmente as propostas:

- a) — que não estiverem totalmente feitas a máquina ou manuscritas;
- b) — que mencionarem materiais pedidos no edital sem a indicação dos respectivos preços;
- c) — que oferecerem vantagens ou restrições não previstas no edital, ou uma redução sobre a proposta mais barata.

VIII — Fica reservado à Estrada o direito de aceitar parte de uma proposta e parte de outra ou outras, conforme a diferença para menos nos preços dos vários artigos a serem fornecidos, de não aceitar nenhuma das propostas apresentadas, ou anular a concorrência, caso isso convenha aos seus interesses, bem como o de restringir as quantidades pedidas.

IX — Os materiais a serem fornecidos devem obedecer, rigorosamente, às especificações da respectiva relação, sendo sempre de primeira qualidade aqueles que não se reportarem ao Caderno de Encargos da E. F. Central do Brasil, a marcas ou amostras.

As marcas constantes da relação dos materiais servem apenas para indicar a qualidade dos artigos pedidos sem outras especificações; poderão, no entanto, ser propostos artigos nacionais ou estrangeiros de marcas ou fábricas diferentes, desde que, com as propostas, sejam apresentados documentos, fornecidos por esta Estrada, que comprovem ser o material proposto equivalente ao da marca pedida.

A Estrada reserva-se o direito de, quando julgar necessário, mandar examinar, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, os materiais fornecidos, correndo as despesas por conta exclusiva dos fornecedores. Serão recusados os materiais cujo exame comprovar que os mesmos não se enquadram nas especificações do caderno de encargos ou que não correspondam às marcas pedidas ou amostras fornecidas.

X — Caberá a preferência para o fornecimento ao autor da proposta mais barata, por mínima que seja a diferença entre ela e qualquer outra, não excedendo de 10 % dos preços correntes no mercado. Havendo igualdade de preços, decidir-se-á por sorteio, salvo se o empate se der entre firmas nacionais e estrangeiras; neste caso, o fornecimento será adjudicado à firma nacional.

XI — O proponente não poderá em caso algum deixar de fornecer os materiais pedidos, assim como deixar de substituir imediatamente aqueles que forem rejeitados, sob pena de correr por sua

conta as despesas com a aquisição em outro fornecedor, aplicando-se assim o que estabelece o § 4º, do art. 52, do Código de Contabilidade Pública.

XII — O material a importar será consignado diretamente à Estrada, em cujo nome virão os documentos relativos à importação, e será despachado na forma do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938. Os proponentes não incluirão nos preços dos materiais a importar os direitos aduaneiros e taxas de expediente, e declararão expressamente "Material a Importar". Todas as despesas até o local da entrega, nos termos da cláusula XV, correrão por conta do fornecedor.

XIII — Os materiais correspondentes aos produtos nacionais similares aos estrangeiros, registrados na Diretoria da Receita Pública do Tesouro Nacional, não terão direito à isenção prevista na cláusula antecedente, em vista do que os seus preços deverão compreender, além das despesas até o local da entrega, as referentes a direitos aduaneiros e taxas, que correrão por conta do fornecedor, em cujo nome deverão vir consignados.

Si, porém, a Alfândega negar isenção de direitos para determinados materiais adquiridos com a cláusula "Material a Importar", pelo fato de existirem similares na indústria nacional, os proponentes ficam obrigados a pagar os direitos aduaneiros e taxas de expediente sem direito a indenização alguma, pois a eles incumbe conhecer, previamente, os materiais nacionais similares aos estrangeiros.

XIV — O proponente deve dar preferência, para embarque do "Material a Importar", a navios do Lloyd Brasileiro, desde que esta preferência não prejudique o cumprimento do fornecimento dentro do prazo.

XV — Todos os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado da Estrada em Baurú, dentro dos prazos de 30 a 120 dias fixados pelo Almoxarifado da Estrada, correndo por conta do proponente todas as despesas de embalagem, seguros, fretes marítimos e ferroviários, carga, descarga, capatazias, armazenagens e quaisquer outras até o local da entrega, exceto as de direitos aduaneiros e taxas de expediente que recaem sobre o material a importar nas condições da cláusula XII.

XVI — Pelo não cumprimento do fornecimento ficará o fornecedor sujeito a uma multa que, a juízo da Administração da Estrada, poderá atingir até o valor da caução de que trata a cláusula seguinte, podendo ainda a Administração impedir o seu comparecimento, durante um ano, aos futuros fornecimentos e, na reincidência, cassar-lhe definitivamente a idoneidade.

XVII — Para garantia do fornecimento, o proponente preferido obriga-se a fazer uma caução de 10 % sobre a importância do material a fornecer, nas condições da cláusula III. Esta caução será efetuada no prazo de oito dias, a contar da data do convite, por escrito, expedido pela Estrada, e só poderá ser restituída depois de completado o fornecimento respectivo e liquidadas as responsabilidades dele resultantes.

XVIII — Os pagamentos decorrentes do fornecimento serão efetuados, em moeda corrente, na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, em São Paulo, ou na Tesouraria da Estrada, em Baurú, na proporção da entrega do material e mediante a apresentação de contas devidamente processadas pelo Almoxarifado e Contabilidade da Estrada.

XIX — A concorrência só se tornará efetiva depois de aprovada pela Diretoria da Estrada.

XX — Toda e qualquer proposta que não estiver inteiramente de acordo com este edital não será tomada em consideração.

Baurú, 15 de janeiro de 1940. — Angelo Maringoni, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA N. 24, PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE SOBRESSALENTES DE MÁQUINAS E VIATURAS

De ordem da Diretoria, e de conformidade com a autorização constante do aviso n. 8.818, de 20 de dezembro de 1939, do Ministério da Viação, faço público que, às 14 horas do dia 26 de fevereiro de 1940, no Almoxarifado da Estrada, em Baurú, Estado de São Paulo, sob a presidência do Sr. Engenheiro Chefe da IV Divisão serão recebidas propostas para o fornecimento, durante o ano de 1940, de sobressalentes de máquinas e viaturas.

A quantidade, discriminação e especificação desses materiais constam de avulsos que, na forma do Decreto-lei n. 1.705, de 27 de outubro de 1939, se acham à disposição dos interessados no Almoxarifado da Estrada.

A concorrência obedecerá às seguintes condições:

I — As propostas deverão ser apresentadas em três vias, em papel tamanho 22x33, no dia e hora acima citados, assinadas com a indicação da nacionalidade e endereço, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devendo a primeira via vir selada, no fecho, com estampilha federal de mil réis (1\$0) por folha e mais o selo de "Educação e Saúde" (§2).

II — Serão entregues em envólucros fechados e lacrados, com a declaração, por fora, do nome do proponente e número da concorrência, envólucros que serão acompanhados, em separado, de todos os documentos que possam provar a idoneidade do proponente, entre eles os recibos de quitação da última coleta de todos os impostos a que estiver sujeito, certidão da Junta Comercial, pro-

varado estar a sua firma ou contrato social ali registrado e certidão de que trata o artigo 33 do Decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931, referente à nacionalização do trabalho. As sociedades anônimas e as companhias nacionais ou estrangeiras provarão a sua existência legal de conformidade com a lei.

III — No ato da entrega da proposta, deverá ser apresentado o recibo da caução de 2:000\$0, feita na Tesouraria desta Estrada, até a véspera do dia marcado para a concorrência, em dinheiro ou em títulos da dívida federal, recebidos pelo seu valor nominal. Esta caução, como garantia da proposta, reverterá para os cofres da Estrada, se o proponente aceitar deixar de efetuar a caução de que trata a cláusula XVII, dentro do prazo de oito dias, findo o qual será considerado excluído da concorrência. Poderá ainda a Diretoria da Estrada, por tal motivo, cassar-lhe a idoneidade para futuros fornecimentos.

IV — Verificada, em primeiro lugar, a idoneidade dos concorrentes, serão as propostas abertas e lidas diante de todos os proponentes que se apresentarem para assistir a essa formalidade. Cada um rubricará, folha a folha, a de todos os outros, em presença do presidente, que, por sua vez, as autenticará com a sua rubrica. Uma vez iniciada a abertura das propostas, não serão admitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado respectivo.

Antes de qualquer decisão, o *Diário Oficial* da União publicará o resumo da ata da concorrência e do mapa comparativo das propostas apresentadas.

V — Versará a concorrência somente para o preço em réis, papel, indicado em algarismos e confirmado por extenso para as unidades estabelecidas nos artigos pedidos.

VI — As propostas não poderão conter senão uma fórmula de completa submissão a todas as cláusulas deste edital e dos preços.

VII — Serão rejeitadas integralmente as propostas:

- a) que não estiverem totalmente feitas a máquina ou manuscritas;
- b) que mencionarem materiais pedidos no edital sem a indicação dos respectivos preços;
- c) que oferecerem vantagens ou restrições não previstas no edital, ou uma redução sobre a proposta mais barata.

VIII — Fica reservado à Estrada o direito de aceitar parte de uma proposta e parte de outra ou outras, conforme a diferença para menos nos preços dos vários artigos a serem fornecidos, de não aceitar nenhuma das propostas apresentadas, ou anular a concorrência, caso isso convenha aos seus interesses, bem como o de restringir as quantidades pedidas.

IX — Os materiais a serem fornecidos devem obedecer, rigorosamente, às especificações da respectiva relação, sendo sempre de primeira qualidade aqueles que não se reportarem ao Caderno de Encargos da Estrada de Ferro Central do Brasil, a marcas ou a amostras.

As marcas constantes da relação dos materiais servem apenas para indicar a qualidade dos artigos pedidos sem outras especificações; poderão, no entanto, ser propostos artigos nacionais ou estrangeiros, de marcas ou fábricas diferentes, desde que, com as propostas, sejam apresentados documentos, fornecidos por esta Estrada, que comprovem ser o material proposto equivalente ao da marca pedida.

A Estrada reserva-se o direito de, quando julgar necessário, mandar examinar, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, os materiais fornecidos, correndo as despesas por conta exclusiva dos fornecedores. Serão recusados os materiais cujo exame comprove que os mesmos não se enquadram nas especificações do caderno de encargos ou que não correspondem às marcas pedidas ou amostras fornecidas.

X — Caberá a preferência para o fornecimento ao autor da proposta mais barata, por mínima que seja a diferença entre ela e qualquer outra, não excedendo de 10% dos preços correntes no mercado. Havendo igualdade de preços, decidir-se-á por sorteio, salvo se o empate se der entre firmas nacionais e estrangeiras; neste caso, o fornecimento será adjudicado à firma nacional.

XI — O proponente não poderá em caso algum deixar de fornecer os materiais pedidos, assim como deixar de substituir imediatamente aqueles que forem rejeitados, sob pena de correr por sua conta as despesas com a aquisição em outro fornecedor, aplicando-se assim o que estabelece o § 4º do artigo 52, do Código de Contabilidade Pública.

XII — O material a importar será consignado diretamente à Estrada, em cujo nome virão os documentos relativos à importação, e será despachado na forma do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938. Os proponentes não incluirão nos preços dos materiais a importar os direitos aduaneiros e taxas de expediente, e declararão expressamente "Material a Importar". Todas as despesas até o local da entrega, nos termos da cláusula XV, correrão por conta do fornecedor.

XIII — Os materiais correspondentes aos produtos nacionais similares aos estrangeiros, registrados na Diretoria da Receita Pública do Tesouro Nacional, não terão direito à isenção prevista na cláusula antecedente, em vista do que os seus preços deverão compreender, além das despesas até o local da entrega, as referentes a direitos aduaneiros e taxas, que correrão por conta do fornecedor, em cujo nome deverão vir consignados.

Si, porém, a Alfândega negar isenção de direitos para determinados materiais adquiridos com a cláusula "Material a Importar",

tar", pelo fato de existirem similares na indústria nacional, os proponentes ficam obrigados a pagar os direitos aduaneiros e taxas de expediente sem direito a indenização alguma, pois a eles incumba conhecer, previamente, os materiais nacionais similares aos estrangeiros.

XIV — O proponente deve dar preferência, para embarque do "Material a Importar", a navios do Lloyd Brasileiro, desde que esta preferência não prejudique o cumprimento do fornecimento dentro do prazo.

XV — Todos os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado da Estrada em Baurú, dentro dos prazos de 30 a 120 dias, fixados pelo Almoxarifado da Estrada, correndo por conta do proponente todas as despesas de embalagem, seguros, fretes marítimos e ferroviários, cargas, descargas, capatazias, armazenagens e quaisquer outras até o local da entrega, exceto as de direitos aduaneiros e taxas de expediente que recaem sobre o material a importar nas condições da cláusula XII.

XVI — Pelo não cumprimento do fornecimento ficará o fornecedor sujeito a uma multa que, a juízo da Administração da Estrada, poderá atingir até o valor da caução de que trata a cláusula seguinte, podendo ainda a Administração impedir o seu comparecimento, durante um ano, aos futuros fornecimentos e, na reincidência, cassar-lhe definitivamente a idoneidade.

XVII — Para garantia do fornecimento, o proponente preferido obriga-se a fazer uma caução de 10% sobre a importância do material a fornecer, nas condições da cláusula III. Esta caução será efetuada no prazo de oito dias, a contar da data do convite por escrito, expedido pela Estrada, e só poderá ser restituída depois de completado o fornecimento respectivo e liquidadas as responsabilidades dele resultantes.

XVIII — Os pagamentos decorrentes do fornecimento serão efetuados em moeda corrente, na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, em São Paulo, ou na Tesouraria da Estrada, em Baurú, na proporção da entrega do material e mediante a apresentação de contas devidamente processadas pelo Almoxarifado e Contabilidade da Estrada.

XIX — A concorrência só se tornará efetiva depois de aprovada pela Diretoria da Estrada.

XX — Toda e qualquer proposta que não estiver inteiramente de acordo com este edital não será tomada em consideração.

Baurú, 15 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Brasil-Bolívia

EDITAL DE CONCORRÊNCIA

Acha-se aberta a concorrência pública para a construção do segundo trecho entre El-Carmen e Roboré (149,500 quilômetros) e terceiro trecho entre Roboré e São José (144,500 quilômetros) da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz, bem como para o primeiro lote de material rodante, fornecimento de trilhos e acessórios para para 75 quilômetros de linha e vinte agulhas de mudança de vias, completas. As condições, especificações e projetos, poderão ser adquiridos no escritório da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, à rua Visconde de Irlhauma n. 62, sobrado, com o Sr. Edgard Viana, mediante o pagamento da taxa de trezentos mil réis (300\$000) por cada coleção ou quinhentos mil réis (500\$000) por dupla-coleção, todos os dias úteis, das 14 às 16 horas. As propostas deverão ser remetidas ao Ministério do Exterior da Bolívia, em La Paz, com a antecedência necessária, afim de serem ali abertas no dia 4 de abril do corrente ano, imperivelmente, às 15 horas. — *Luiz Alberto Whately*, engenheiro chefe. — *Juan Rivera Torres*, engenheiro delegado.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Divisão de Caça e Pesea

Ficam os Srs. Eugênio de Mestre, Ernani Ferreira Porto, Benedito Bonifácio Tavares e Manuel de tal, vulgo Gramofone, residentes à rua Silvio e Sousa, n. 28, rua Sergipe, n. 3, e/8, nesta Capital, e em Itinga, Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, convidados no prazo de 10 dias a contar da publicação deste no "Diário Oficial", apresentarem sua defesa em virtude de terem sido autoados por infração do artigo 60, parágrafo 1.º, do Código de Caça.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1940. — *Ascanio Faria*, diretor.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

Sra. Lia Romero de Lacerda:

Solicito vosso comparecimento a audiência do procurador adjunto, Dr. Milcíades Gonçalves, na Procuradoria do Trabalho, 4º andar, Palácio do Trabalho (Esplanada do Castelo), às treze (13) ho-

ras do dia dois (2) do mês de fevereiro de 1940, afim de ser cumprida decisão da Junta de Conciliação e Julgamento. (P. 5.526-39.)

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

Sr. Caetano Lúcio da Silva:

Solicito vosso comparecimento a audiência do procurador adjunto, Dr. Milcíades Gonçalves, na Procuradoria do Trabalho, 4º andar, Palácio do Trabalho (Esplanada do Castelo), às treze (13) horas do dia dois (2) do mês de fevereiro de 1940, afim de ser cumprida decisão da Junta de Conciliação e Julgamento. (P. 8.992-39.)

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

Sr. Jorge Satiro:

Solicito vosso comparecimento a audiência do procurador adjunto, Dr. Milcíades Gonçalves, na Procuradoria do Trabalho, 4º andar, Palácio do Trabalho (Esplanada do Castelo), às treze (13) horas do dia dois (2) do mês de fevereiro de 1940, afim de ser cumprida decisão da Junta de Conciliação e Julgamento. (P. 11.103-39.)

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

Srs. Bulhões Pedreira & Comp. Ltda.:

Solicito vosso comparecimento a audiência do procurador adjunto, Dr. Milcíades Gonçalves, na Procuradoria do Trabalho, 4º andar, Palácio do Trabalho (Esplanada do Castelo), às treze (13) horas do dia dois (2) do mês de fevereiro de 1940, afim de ser cumprida decisão da Junta de Conciliação e Julgamento e pagar as custas relativas ao P. 8.270-37.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

Sr. Antônio M. da Silva Segundo (Botequim):

Solicito vosso comparecimento a audiência do procurador adjunto, Dr. Milcíades Gonçalves, na Procuradoria do Trabalho, 4º andar, Palácio do Trabalho (Esplanada do Castelo), às treze (13) horas do dia dois (2) do mês de fevereiro de 1940, afim de ser cumprida decisão da Junta de Conciliação e Julgamento e pagar as custas relativas ao P. 10.454-39.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

Sr. Sebastião A. da Silva:

Solicito vosso comparecimento a audiência do procurador adjunto, Dr. Milcíades Gonçalves, na Procuradoria do Trabalho, 4º andar, Palácio do Trabalho (Esplanada do Castelo), às treze (13) horas do dia dois (2) do mês de fevereiro de 1940, afim de ser cumprida decisão da Junta de Conciliação e Julgamento e pagar as custas relativas ao P. 4.993-38.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

Sr. José Francisco de Moura (Materiais de Construções):

Solicito vosso comparecimento a audiência do procurador adjunto, Dr. Milcíades Gonçalves, na Procuradoria do Trabalho, 4º andar, Palácio do Trabalho (Esplanada do Castelo), às treze (13) horas do dia dois (2) do mês de fevereiro de 1940, afim de ser cumprida decisão da Junta de Conciliação e Julgamento e pagar as custas relativas ao P. 6.397-38.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho**PROCURADORIA**

Srs. Irmãos Morzarto (Empresa Transportadora):

Solicito vosso comparecimento a audiência do procurador adjunto, Dr. Milciades Gonçalves, na Procuradoria do Trabalho, 4º andar, Palácio do Trabalho (Esplanada do Castelo), às treze (13) horas do dia dois (2) do mês de fevereiro de 1940, afim de ser cumprida decisão da Junta de Conciliação e Julgamento e pagar as custas relativas ao P. 7.815-38.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho**PROCURADORIA**

Sr. Manuel Munoz Gamarra:

Solicito vosso comparecimento a audiência do procurador adjunto, Dr. Milciades Gonçalves, na Procuradoria do Trabalho, 4º andar, Palácio do Trabalho (Esplanada do Castelo), às treze (13) horas do dia dois (2) do mês de fevereiro de 1940, afim de ser cumprida decisão da Junta de Conciliação e Julgamento e pagar as custas relativas ao P. 6.237-39.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho**PROCURADORIA**

Srs. J. F. Bastos & Comp.:

Solicito vosso comparecimento a audiência do procurador adjunto, Dr. Milciades Gonçalves, na Procuradoria do Trabalho, 4º andar, Palácio do Trabalho (Esplanada do Castelo), às treze (13) horas do dia dois (2) do mês de fevereiro de 1940, afim de ser cumprida decisão da Junta de Conciliação e Julgamento e pagar as custas relativas ao P. 10.363-39.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho**PROCURADORIA**

Srs. Joaquim Carvalho & Comp. Limitada (Perfumistas):

Solicito vosso comparecimento a audiência do procurador adjunto, Dr. Milciades Gonçalves, na Procuradoria do Trabalho, 4º andar, Palácio do Trabalho (Esplanada do Castelo), às treze (13) horas do dia dois (2) do mês de fevereiro de 1940, afim de ser cumprida decisão da Junta de Conciliação e Julgamento e pagar as custas relativas ao P. 4.417-39.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho**PROCURADORIA**

Sr. diretor da Sociedade Industrial Granito Ltda. (Pedreira Dova Ltda.):

Solicito vosso comparecimento a audiência do procurador adjunto, Dr. Milciades Gonçalves, na Procuradoria do Trabalho, 4º andar, Palácio do Trabalho (Esplanada do Castelo), às treze (13) horas do dia dois (2) do mês de fevereiro de 1940, afim de ser cumprida decisão da Junta de Conciliação e Julgamento e pagar as custas relativas ao P. 6.745-39.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho**PROCURADORIA**

Srs. Correia & Vargas (Transportes):

Solicito vosso comparecimento a audiência do procurador adjunto, Dr. Milciades Gonçalves, na Procuradoria do Trabalho, 4º andar, Palácio do Trabalho (Esplanada do Castelo), às treze (13) horas do dia dois (2) do mês de fevereiro de 1940, afim de ser cumprida decisão da Junta de Conciliação e Julgamento e pagar as custas relativas ao P. 9.417-38.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional de Imigração

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de intimação publicado no "Diário Oficial" de 23 do corrente, à página 1.376.

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Quinta Região

DISTRITO FEDERAL, RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

AUTO DE CONSTATAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 515

Joaquim Meias de Gouveia, estabelecido à rua dos Arcos n. 26, da cidade do Rio de Janeiro, tendo infringido as disposições dos artigos 7.º, parágrafo único e 44.º, do Decreto n. 23.569 de 11 de dezembro de 1933, conforme foi verificado pela fiscalização deste Conselho ter fixado uma taboleta na construção de um prédio à rua João Lira n. 103, sem que da mesma conste a palavra "Licenciado" após seu título profissional, infringindo assim o disposto no parágrafo único do art. 7.º e art. 44.º, por ser reincidente, ambos do Decreto n. 23.569, fica intimado a, dentro do prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente auto no "Diário Oficial", a retificar a taboleta de acordo com o que preceitua o citado parágrafo único, do art. 7.º sob pena de reincidência e a apresentar a defesa que tiver, dentro do mesmo prazo, sob pena de revelia, bem como a efetuar, dentro do mesmo prazo acima concedido, na Tesouraria deste Conselho, sito no Edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 3.º andar, sala 342, à Avenida Aparício Borges n. 10, das 12 às 15 horas e aos sábados das 12 às 13 1/2 horas, o pagamento da multa de 1:000\$0 (um conto de réis), de conformidade com o Art. 38.º, letra "a" e 44.º do decreto acima referido e em virtude do fato supra mencionado, sob pena de, não o fazendo, ser enviado o competente auto de multa, independentemente de nova intimação, à autoridade judiciária.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Jayme Bernardo Ferreira*, encarregado da fiscalização. — *Evander Piffer*, 1.ª testemunha. — *João Baptista de Mello*, 2.ª testemunha.

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Quinta Região

DISTRITO FEDERAL, RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

EDITAL N.º 260

Faço público, para os devidos fins, ter este Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 5.ª Região, em sua sessão de 15 de janeiro de 1940, resolvido tornar *sem efeito* a publicação denominada "Relação Geral dos Construtores, Arquitetos-Construtores, Arquitetos e Agrimensores "não diplomados", registrados no C. R. E. A. da 5.ª Região, até 31 de março de 1936, e habilitados dentro dos limites de suas licenças ao exercício das respectivas profissões", editada no ano de 1936, por conter a referida publicação incorreções.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1940. — *Luiz Onofre Pinheiro Guedes*, presidente.

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários**AUTO DE INFRAÇÃO**

Autuado M. A. de Oliveira & Azevedo, desta Capital. Decisão em 18-1-40. — Multa de 100\$0, grau mínimo do inciso II do art. 172 do Regulamento do IAPI.

Autuado Luiz Arnoni, de São Paulo, São Paulo. Decisão em 18-1-40. — Multa de 300\$0, grau médio do inciso II do art. 172, nos termos dos artigos 177, alínea "b", de 178 c" do Regulamento do IAPI.

Autuado Luiz Arnoni, de São Paulo, São Paulo. Decisão em 18-1-40. — Multa de 100\$0, grau mínimo do inciso II do art. 172 do Regulamento do IAPI.

Autuado Amadeu dos Santos Rigota, de São Paulo, São Paulo. Decisão em 18-1-40. — Multa de 100\$0, grau mínimo do inciso I do art. 172 do Regulamento do IAPI.

Autuado Arcângelo Romano, de São Paulo, São Paulo. Decisão em 19-1-40. — Multa de 100\$0, grau mínimo do inciso II do art. 172 do Regulamento do IAPI.

Autuado Abel Bighetti, de São Paulo, São Paulo. Decisão em 18-1-40. — Multa de 100\$0, grau mínimo do inciso II do art. 172 do Regulamento do IAPI.

Autuado R. Mellilo, de São Manuel, São Paulo. — Decisão em 19-1-40. — Multa de 100\$0 grau mínimo do inciso II do art. 172, do Regulamento do IAPI.

Autuado Manuel Joaquim de Almeida, de São Paulo, São Paulo. Decisão em 18-1-40. — Multa de 100\$0, grau mínimo do inciso I do art. 172 do Regulamento do IAPI.

Autuado José Felardi, de São Paulo, São Paulo. Decisão em 19-1-40. Multa de 100\$0, grau mínimo do inciso II do art. 172 do Regulamento do IAPI.

Autuado Moinhos Quilombo Ltda., de São Paulo, São Paulo. Decisão em 19-1-40. — Multa de 100\$0, grau mínimo do inciso II do art. 172 do Regulamento do IAPI.

Autuado Chang Cheng Ping, de Salvador, Bafa. Decisão em 19 de janeiro de 1940. — Multa de 100\$0, grau mínimo do inciso II do art. 172 do Regulamento do IAPI.

(C. 730 — 23-1-940 — 49\$0)

ESTADO DE SÃO PAULO

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

EDITAL

CONCURSO PARA PROFESSOR CATEDRÁTICO DE DIREITO PÚBLICO CONSTITUCIONAL

De ordem do Exmo. Sr. Diretor, Professor Dr. Sebastião Soares de Faria, e de acordo com a legislação em vigor, faço público que se acha aberta nesta Secretaria, das 13 1/2 às 14 1/2 horas, em todos os dias úteis, pelo prazo de quatro (4) meses, contado desta data, a inscrição no concurso para professor catedrático de Direito Público Constitucional. Ao inscrever-se o candidato entregará ao Secretário (100) cem exemplares impressos de uma monografia original, ainda não publicada, com cincoenta páginas, no mínimo, sobre assunto de livre escolha, pertinente à matéria em concurso, instruindo o seu requerimento com: a) caderneta de reservista; ou certidão de quitação do serviço militar; b) diploma de bacharel ou doutor em direito; c) prova de cidadania brasileira; d) folha corrida do juízo criminal da justiça local, e da polícia; e) atestado de que não tem defeito físico que prejudique o ensino e nem sofre de moléstia contagiosa; f) prova de atividade profissional relacionada com a disciplina em concurso; g) títulos ou obras científicas que possua; h) recibo da Tesouraria da Faculdade do pagamento da taxa de inscrição, na importância de 300\$0 (trezentos mil réis). As provas de concurso, consistem, sucessivamente, nos termos da legislação em vigor, a saber: a) prova escrita; b) arguição sobre a monografia apresentada; c) prova didática. — A inscrição para o referido concurso será encerrada no dia 24 de maio de 1940, às 14 1/2 horas. Qualquer outra informação será apresentada nesta Secretaria no horário acima.

Secretaria da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 24 de janeiro de 1940. — Flávio Mendes, secretário.

(C. 723 — 23-1-940 — 499\$8 — 12 vezes).

SOCIEDADES ANONIMAS

BANCO DO BRASIL

(*) ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 1939

Aos onze dias do mês de janeiro de mil novecentos e quarenta, na sede do Banco do Brasil, à rua Primeiro de Março número sessenta e seis, no Rio de Janeiro, às dezesseis horas e trinta minutos, o senhor presidente, doutor João Marques dos Reis, convida os senhores acionistas doutores Ari de Almeida e Silva e José Willemsens Júnior para completarem a Mesa, na qualidade de primeiro e segundo secretários.

Declara a seguir que o livro de presença acusa o comparecimento de acionistas possuidores de um total de duzentas e noventa e nove mil setecentas e onze (299.711) ações, representando vinte e nove mil novecentos e sessenta e dois (29.962) votos. De acordo com a lei, nesta terceira convocação, poderia a assembleia funcionar com número qualquer de acionistas presentes, mas é lisonjeiro consignar o número elevado dos que compareceram, revelando o interesse tomado pelas coisas que dizem respeito ao Banco do Brasil. Congratulando-se por essa circunstância, o senhor presidente informa que foram preenchidas todas as formalidades exigidas por lei para o funcionamento da sessão, pois além de ampla divulgação pela imprensa, todos os acionistas foram pessoalmente avisados e convidados por carta, conforme recibos em poder do estabelecimento.

O Sr. presidente diz que, em primeiro lugar, vai mandar proceder à leitura da ata da assembleia ordinária realizada em vinte e dois (22) de abril do ano passado, como também das duas primeiras convocações desta assembleia extraordinária, as quais tiveram lugar em vinte e seis (26) de dezembro próximo findo e quatro (4) de janeiro corrente.

O acionista senhor Honório de Araújo Maia propõe seja dispensada a leitura das atas, visto serem do conhecimento de todos pela publicação feita nos jornais desta capital. O senhor presidente submete à discussão e votação esta proposta, que é aprovada; em seguida submete à discussão e votação as referidas atas, verificando-se sua aprovação por unanimidade.

(*) Reproduz-se por ter saído com incorreções.

Passando ao objeto da convocação, o senhor presidente declara que, como é do conhecimento de todos, a assembleia foi convocada para deliberar sobre uma proposta de reforma dos estatutos, sobre a qual já se manifestou o Conselho Fiscal, dando sua aprovação. S. Ex. mandou proceder à leitura do parecer do referido Conselho sobre o assunto, o que é feito pelo primeiro secretário, doutor Ari de Almeida e Silva, como segue:

"Banco do Brasil — Conselho Fiscal — Parecer.

Ao Conselho Fiscal foi presente a reforma dos Estatutos que deverá ser submetida à apreciação dos senhores acionistas em assembleia geral especialmente convocada para este fim.

Consta a reforma das seguintes alterações:

O art. 8º, n. 3, passará a ter a seguinte redação:

3º — Descontar e redescantar títulos de crédito, em moeda nacional com prazo de vencimento que não exceda de 120 dias, contados do desconto ou redescanto, contendo a responsabilidade cambial de duas firmas, pelo menos, de reconhecido crédito e solvência, desde que uma delas seja de comerciante, industrial ou agricultor. Mediante deliberação da Diretoria, poderão ser descontados ou redescantados títulos de prazo até 180 dias, realizados descontos ou particulares de reconhecida idoneidade e, em caráter excepcional, empréstimos sob a modalidade de crédito pessoal.

§ 1.º As operações baseadas em crédito pessoal não poderão exceder a 50 % dos limites cadastrais das firmas interessadas.

§ 2.º Os títulos girados de uma praça sobre outra poderão ser descontados quando a pronta e integral liquidação dos mesmos fique assegurada pelo crédito de que gozam os respectivos sacadores, ou quando os sacados sejam de conhecida idoneidade e hajam dado ao Banco promessa escrita de aceite, positiva e incondicionalmente.

No n. 5, do mesmo art. 8º, substituir-se-á a palavra "moedas" — pela palavra "pedras".

O § 1º do n. 6, artigo 8º, será eliminado. O § 2º passará a parágrafo único e nele acrescentar-se-ão entre "inclusive" e "os títulos emitidos", as palavras "conhecimentos de transporte e".

No n. 7, artigo 8º, substituir-se-á a expressão "estradas de ferro" pela palavra "transporte".

acrescentar-se-á ao dito artigo o n. 13, assim redigido:

13º — Fazer, em hipóteses não previstas para a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, operações de financiamento de obras públicas ou de indústrias de interesse nacional, inclusive importação de máquinas ou material ferroviário, desde que o estudo dessas aplicações confirme, previamente, no negócio, a necessária margem de vantagem e a segurança de liquidação.

a) realizado o estudo completo pelos órgãos competentes do Banco, e depois do pronunciamento do diretor a cuja carteira couber a orientação de tais negócios, será o assunto submetido à deliberação da Diretoria.

b) A taxa será a das operações comuns, o prazo de acordo com as circunstâncias que caracterizem a operação, enquadrando-se entre as garantias a faculdade do Banco receber hipoteca originária.

c) Dos contratos concluídos com o objetivo acima indicado constará uma cláusula em que se estipule, a título de compensação, seja deduzida dos recebimentos efetuados pelo Banco, por conta da empresa, uma certa percentagem que se empregará na constituição de um "Fundo para o desenvolvimento de iniciativas de interesse público".

d) Quando a natureza do negócios não permitir o recebimento direto das receitas pelo Banco, embora de resultados seguros a operação projetada, a empresa que pretender o financiamento deverá constituir-se em sociedade anônima, se já o não for, e de sua direção, por preceito estatutário, participará um diretor indicado pelo Banco e com direito de veto. A receita será semanalmente recolhida ao Banco pela Tesouraria da Empresa, e da indicação do diretor, não decorrerá para aquele qualquer responsabilidade pela situação desta.

e) O Banco poderá suspender o financiamento, promovendo a liquidação do negócio, sempre que a prática não corresponda aos resultados esperados.

f) No caso de liquidação do Banco do Brasil, o fundo acima indicado pertencerá ao Tesouro Nacional, pelos valores que então o constituam, depois de coberto por ele qualquer prejuízo decorrente das operações que lhe tenham dado origem.

No art. 47, o parágrafo 2º passará a 3º, sendo o novo parágrafo 2º redigido como segue:

"A quota sobre os lucros líquidos do Banco poderá, a critério da Diretoria, ser diminuída, suspensa ou abolida definitivamente".

O Conselho Fiscal nada tem a opor às alterações dos Estatutos que lhe foram presentes, porquanto todas elas, ou visam dar maior amplitude e elasticidade aos negócios do Banco, ou remover impecilhos ao preenchimento de formalidades legais.

Dentro desta finalidade propõe também o Conselho Fiscal que no parágrafo 6º do artigo 42 se altere para 30 dias o prazo dentro do qual deverão ser publicadas as atas das assembleias gerais.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1939. — O Conselho Fiscal: Jorge de Toledo Dodsworth — Hernani Coelho Duarte — Pedro de Albuquerque Corrêa — Argemiro de Hungria Machado — Carloman da Silva Oliveira".

Terminada a leitura do parecer, o senhor presidente lê o officio n. 16, datado de 8 de janeiro de 1940, que lhe foi endereçada pelo senhor ministro da Fazenda, do seguinte teor:

"Ministério da Fazenda — N. 16 — Rio de Janeiro, em 8 de janeiro de 1940.

Sr. presidente do Banco do Brasil:

Comunico-vos, para os fins convenientes, haver resolvido designar o Sr. Dr. Francisco Sá Filho, procurador geral da Fazenda Pública, para representar o Governo na Assembléa Geral Extraordinária de acionistas desse Banco, a realizar-se no próximo dia 11.

Saudações. — A. de Souza Costa".

Fica assim, a assembléa inteirada dos termos em que é acreditado o senhor representante do Governo da República.

O senhor presidente friza, então, que os fins visados na proposta de reforma dos estatutos estão perfeitamente acentuados no parecer do Conselho Fiscal: traem o propósito de possibilitar ao Banco uma ação mais completa e eficaz para auxiliar a economia nacional, missão de que este Instituto se sente incumbido e procura desempenhar da melhor forma possível, com todos os recursos de que dispõe.

O senhor presidente submete à aprovação da assembléa a reforma dos Estatutos, à qual deseja aduzir uma disposição no começo do número 13 do artigo 8º, intercalando entre "Carteira de Crédito Agrícola e Industrial" e "operações de financiamento" as seguintes palavras: "e tendo, especialmente, em vista, indústrias novas destinadas à exploração das riquezas do País". Explica que esse acréscimo visa habilitar melhor o Banco ao preenchimento de sua finalidade, e sugere uma votação de toda a matéria em conjunto para poupar delongas aos senhores acionistas.

O senhor Manuel Gomes Moreira declara que sente muito divergir do senhor presidente, mas tem pequenas emendas e observações a apresentar, por isso, pede a votação em separado do projeto.

O senhor presidente diz que apresentou a proposta para aprovação sem prejuízo, porém, de serem depois ouvidas e estudadas quaisquer emendas ou sugestões que os senhores acionistas desejarem fazer.

Após alguns esclarecimentos sobre certos detalhes e a leitura do artigo 47 dos Estatutos, solicitada por um senhor acionista, o senhor presidente inclui a sugestão final do Conselho Fiscal sobre a dilatação do prazo para publicação das atas, a proposta em discussão, que, posta em votação, é imediatamente aprovada.

O senhor presidente declara então que dá inteira liberdade aos senhores acionistas para apresentar quaisquer sugestões ou emendas aos estatutos.

O senhor Manuel Gomes Moreira faz várias sugestões, que provocam esclarecimentos e refutações por parte do senhor presidente e do senhor representante do Governo, em consequência de que o senhor Manuel Gomes Moreira consente em retirá-las.

O senhor representante do Governo pede a palavra: deseja: aproveitar a oportunidade para apresentar duas propostas de modificações. A primeira refere-se ao artigo 14: como a assembléa não ignora, as operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial foram objeto de deliberações legislativas posteriores à última reforma dos Estatutos e à regulamentação daquela Carteira, deixando assim o artigo em referência de mencionar decretos relativos ao assunto; de acordo com a legislação ora em vigor, o artigo 14 deverá ter a seguinte redação: "Além das operações a que se refere o artigo 10, o Banco, nos termos dos Decretos-leis 1.002, 1.172, 1.230 e 1.888, de 29 de dezembro de 1938, e 27 de março, de 29 de abril e 15 de dezembro de 1939, efetuará empréstimos, em letras hipotecárias, para pagamento e liquidação de dívidas contraídas por agricultores".

A segunda emenda reporta-se à substituição do presidente e dos diretores da Casa, em seus impedimentos. Os Estatutos presentes dizem que (artigo 26): "Nos impedimentos temporários, serão substituídos: a) o presidente do Banco pelo diretor da Carteira de Câmbio; na falta deste, pelo diretor da Carteira de Redescontos; e na de ambos, por aquele que o Ministro da Fazenda designar; b) os demais diretores, pelo que o presidente designar" — que propõe alterar para: "Nos impedimentos temporários serão substituídos: a) o presidente do Banco por um diretor designado pelo ministro da Fazenda; b) os diretores, pelo que o presidente designar".

Pondo em discussão as duas propostas acima, o senhor presidente presta detalhados esclarecimentos em favor das mesmas, declarando que a primeira se justifica por si mesma. Quanto à segunda, acha muito acertado o alvitre, pois todos os diretores, eleitos em assembléa ou nomeados diretamente pelo Governo da República, são igualmente pessoas de inteira confiança deste. Afirma que encontrou em todos os membros da Diretoria colaboradores eficientes, que não tardou em considerar verdadeiros amigos; nenhum é menos digno de sua inteira confiança, como também da do Governo e da assembléa, cujo ato, ao invés de diminuir alguns, vem colocar todos no pé de igualdade a que fazem jus.

Submetidas à aprovação da assembléa, as duas propostas são aprovadas por unanimidade.

O senhor presidente pergunta se mais alguém deseja usar da palavra.

O senhor Manuel Gomes Moreira propõe conste da ata um voto de reconhecimento pela maneira criteriosa com que a Mesa dirigiu os trabalhos da assembléa.

O senhor presidente, verificando não haver mais quem queira falar, dá por encerrada a sessão, e agradece, em nome da Mesa, a generosa proposta do senhor Manuel Gomes Moreira, cujo espírito de tenacidade, aliado ao de cordialidade e compreensão, muito enaltece a Casa, pelo interesse que o senhor acionista demonstra tomar por tudo quanto toca ao Banco do Brasil. Mais uma vez se confessa profundamente grato pela boa vontade com que os senhores acionistas acudiram à convocação da presente assembléa e, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, levanta a sessão.

E eu, Ary de Almeida e Silva, secretário, mandei lavrar a presente ata que conferi, achei conforme e assino, com os demais membros da Mesa e outros acionistas.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1940. — Ary de Almeida e Silva, — Marques dos Reis. — José Willemsens Junior. — Pedro D. Roche. — A. L. de Souza Mello. — I. Simões Lopes. — U. de Mendonça. — F. A. Santos Filho. — Villobaldo Campos. — Carloman da Silva Oliveira. — F. Sá Filho. — Honório de Araújo Maia. — Pedro de Magalhães Corrêa. — Hernani Coelho Duarte. — Argemiro Hungria da Silva Machado. — José Alves de Souza. — Manoel Gomes Moreira.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Primeira Secção

Certidão — Em cumprimento ao despacho exarado pelo senhor diretor deste Departamento, em 19 de janeiro de 1940, no requerimento do Banco do Brasil, Certifico que se acha devidamente arquivada nesta Repartição, sob o número 14.908, a ata da assembléa geral extraordinária, realizada em 11 de janeiro de 1940, que aprovou reformas estatutárias. Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Primeira Secção. Eu, Lia Barna Machado Silva, escripturário da classe E, passei a presente certidão, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1940. — Lia Barna Machado Silva, esc. E. — Visto, Celso Esteves, diretor da Secção.

S. A. IMOBILIÁRIA GLOBO

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JANEIRO DE 1940

Reunidos à rua do Rosário n. 160, 2º andar, às 15 horas do dia 18 de janeiro de 1940, conforme convite feito pela diretoria aos Srs. acionistas no *Diário Oficial*, nos dias 15, 16 e 17 do corrente mês, para esta assembléa geral extraordinária; presente número legal de acionistas, o presidente da companhia, Sr. Mário Rebêlo de Oliveira, dando por aberta a sessão, pediu aos presentes para que, de acordo com o art. 17 dos estatutos, elegessem o presidente da assembléa.

Eleito unanimemente o Sr. João de Canali, agradeceu e convidou para secretário o Sr. José Eduardo De Domenico.

Organizada assim a Mesa, o Sr. presidente da assembléa, mandou que o Sr. secretário lesse o anúncio de convocação desta assembléa, o que foi feito conforme se segue:

"S. A. Imobiliária 'Globo' — Assembléa geral extraordinária — São convidados os Srs. acionistas a se reunirem em assembléa extraordinária, no próximo dia 18 do corrente, às 15 horas, na rua do Rosário n. 160, 2º andar, afim-de deliberarem sobre a proposta de compra, que é feita pela 'Lavanderia Confiança Limitada', atual locatária do prédio da rua Senador Furtado n. 61, à S. A. Imobiliária 'Globo', pela importância de 400:000\$0 (quatrocentos contos de réis), à vista.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1940. — A diretoria".

Terminada a leitura, o Sr. Mário Rebêlo de Oliveira pediu a palavra e apresentou a proposta feita pela "Lavanderia Confiança Limitada", para a compra do prédio e terreno sito à rua Senador Furtado n. 61, nos termos da carta que se segue:

"Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1939. Ilus. Srs. diretores da Imobiliária 'Globo S. A.' — Saudações.

A Lavanderia Confiança Limitada, pelos seus dois únicos e atuais quotistas, abaixo assinados, em virtude do contrato de cessão de quotas feito a ambos em 18 do corrente mês, pelo ex-sócio senhor Joaquim José Domingues Maris, valendo-se da opção de compra e venda do prédio em que está instalada, mencionado no contrato de locação que fez com essa companhia, vem propor-vos comprar o dito prédio pela importância de 400:000\$ (quatrocentos contos de réis) pagos à vista em moeda corrente.

Esse preço é inferior ao constante da opção, que foi fixado em 500:000\$0 (quinhentos contos de réis), mas atendendo a que a compra e venda do prédio se efetuará já e que essa companhia está adstrita ao decreto de renovação de locação nos termos da legislação vigente, parece-nos que haverá compensação para a diferença de preço que nesta pedimos.

Certos de que VV. SS. aceitarão a proposta, que nesta fazemos, subscrevemo-nos, atenciosamente,

Pela Lavanderia Confiança Ltda, assinados: Alberto Dias Teixeira. — Amílcar Dias Teixeira".

Ambas as firmas estão reconhecidas pelo tabelião do 17º Offício, Dr. Luiz Cavalcanti Filho.

Lida a carta-proposta, o Sr. Mário Rebêlo de Oliveira declarou, que devia ser tomada em consideração esta proposta, inferior em

100:000\$0 (cem contos de réis) ao da opção, por se tratar de um prédio próprio para determinada indústria, fora da zona industrial, e que mais tarde poderia trazer dificuldades para uma nova locação; além disso os locatários poderiam usar dos direitos que têm de renovação de locação, de acordo com a lei vigente, por um prazo de mais 10 (dez) anos, sendo de parecer, portanto, que a venda pela importância de 400:000\$0 (quatrocentos contos de réis) o consequente produto poderá ter uma melhor aplicação.

Posta em votação a proposta feita pela "Lavanderia Confiança Limitada" foi ela unanimemente aprovada.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente declarou encerrada a sessão, pedindo que eu, como secretário, lavrasse a presente ata, que foi lida, aprovada e vai por todos os presentes assinada.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1940. — *João de Canali*, presidente. — *José Eduardo de Domenico*, secretário. — *Mário Rebelo d'Oliveira*. — *Manfredo de Lamare*. — *Waldemar P. Padernosso*. — *Antonio Santana Mendes*. — *Octacilio Homem Martins*. — *Euter Mendes Barbosa*. — *Alfredo C. Corrêa*. — *Raul Monteiro Guimarães*. — *José Joaquim Moreira*.

(Esta cópia confere com o original).

(C — 682 — 23-1-1940 — 269\$3 — 2 vezes).

BANCO ECONÔMICO DO BRASIL

Sociedade Anônima

RELATÓRIO DA DIRETORIA A SER APRESENTADO AOS SENHORES ACIONISTAS EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, A SER REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 1940.

Cumprindo o que determina a lei e os nossos estatutos, apresentamos o relatório do ano de 1939.

Infelizmente, apesar dos nossos esforços, o resultado do último balanço não é superior ao dos anteriores. Provém tudo isso da deficiência do capital do banco, sobre o qual incidem quasi que os mesmos onus dos bancos de grandes capitais.

A hipótese do aumento do capital ou outra medida tendente a obviar essa dificuldade vêm sendo cuidadosamente estudadas pela diretoria e serão levadas, tão logo tenham sua solução, ao conhecimento dos senhores acionistas.

Agradecendo a diretoria as provas de confiança que lhe têm sido dadas pelos senhores acionistas e o sempre continuo apoio do conselho fiscal, acha-se à disposição de uns e de outro para quaisquer esclarecimentos que se fizerem de mister.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — A diretoria.

BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1939

Ativo

Letras descontadas	2.102:579\$200
Empréstimos em c. correntes	799:819\$200
Imóveis	173:700\$000
Móveis e utensílios	28:900\$000
Caixa e bancos	280:962\$900
Títulos em cobrança	93:932\$300
Valores depositados	1.660:750\$000
Valores caucionados	697:393\$800
Hipotecas	73:500\$000
Administração de bens	224:000\$000
Contratos de imóveis	93:700\$000
Correspondentes	320:620\$000
Diversas contas	49:685\$400
	6.899:572\$800

Passivo

Capital	1.000:000\$000
Fundos de reserva	157:019\$700
Depósitos a prazo fixo	655:071\$300
C. cor. com juros	885:318\$800
C. cor. especial	364:973\$100
Prestamistas de terrenos	86:525\$000
Títulos redescatados	137:300\$000
Credores por títulos	93:932\$300
Tit. em caução e em depósito	2.358:113\$800
Garantias hipotecárias	73:500\$000
Propriedades em administração	224:000\$000
Contratantes	93:700\$000
Correspondentes	320:620\$000
Diversas contas	149:468\$800
	6.899:572\$800

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1939. — *Dr. Camillo Altílio Filho*. — *Dr. Francisco Guimarães*, diretores. — *Dniester Marques da Silva*, contador.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 30 DE DEZEMBRO DE 1939

Deve

A Impostos	12:952\$800
A Selos e estampilhas	2:191\$700
A Despesas gerais	7:567\$600
A Aluguéis	8:400\$000
A Honorários e ordenados	57:528\$300
A Contr. de Previdência	1:803\$000
A Juros devedores	86:189\$900
	175:734\$300
Saldo para o ex. de 1940	371\$600
	176:107\$900

Haver

De Saldo anterior	318\$700
Resultado apurado	175:759\$200
	176:107\$900

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1939. — *Dr. Camillo Altílio Filho*. — *Dr. Francisco Guimarães*, diretores. — *Dniester Marques da Silva*, contador.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do conselho fiscal do Banco Econômico do Brasil, abaixo assinados, tendo examinado o balanço, contas e documentos relativos ao segundo semestre do exercício de 1939, declaram que os mesmos estão escriturados em perfeita ordem, concordando com a sua aprovação.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Rondolpho Fernandes das Chagas*. — *Raul de Araujo Maia*. — *José de Mendonça Furtado*.
(C 733 — 23-1-1940 — 160\$100)

COMPANHIA BRASIL COMERCIAL E IMOBILIÁRIA

RELATÓRIO A SER APRESENTADO A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, A REALIZAR-SE EM 30 DO CORRENTE MÊS

Srs. Acionistas:

Os nossos balanços, contas e anexos, referentes ao ano de 1939, publicados com este relatório, estão acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, do seguinte teor: — Parecer do Conselho Fiscal da Companhia Brasil Comercial e Imobiliária, sobre a escrituração, balanços, contas e documentos, relativos ao ano de 1939. Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Brasil Comercial e Imobiliária, tendo examinado detidamente toda a sua escrituração, balanços, contas e demais documentos, relativos ao ano de 1939, verificaram a sua perfeita ordem e exatidão, pelo que são de parecer que sejam os mesmos aprovados, e bem assim, todos os atos praticados pela diretoria, no decurso do ano referido.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1940. — *Joaquim Martins de Macedo*. — *A. Leal V. da Costa*. — *Raul Affonso Velho*. — Foi realizada uma única Assembléia Geral Ordinária no decurso do ano passado, em 4 de fevereiro, publicada no *Diário Oficial* de 23 de março do mesmo ano. Como os senhores acionistas verificarão pelos balanços publicados, foi extinto o nosso empréstimo por debêntures, pelo resgate das últimas debêntures que existiam em circulação. Cabe-nos agradecer a cooperação dos senhores membros do Conselho Fiscal, que serviram conosco no exercício findo, pedindo-vos a eleição daqueles que devem servir no presente.

Terminando, ficamos à vossa inteira disposição, para outras informações que desejardes.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1940. — A Diretoria.

BALANÇO GERAL EM 30 DE JUNHO DE 1939

	Ativo	Passivo
Imóveis	8.907:328\$100	
Instalações	912:640\$280	
Aluguéis a Receber	6:947\$300	
Depósitos em Garantia	2:860\$000	
Selos para Ingressos	4:528\$600	
Ações Caucionadas	20:000\$000	
Lucros e Perdas	1.031:963\$850	
Capital		1.500:000\$000
Contas Correntes		6.394:668\$130
Depósitos em Garantia de Aluguéis		1:600\$000
Caução da Diretoria		20:000\$000
	10.916:268\$130	10.916:268\$130

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1939. — *Francisco Serrador*, presidente. — *Dr. Gilberto Augusto de Andrade*, diretor. — *Thomas Marco*, guarda-livros.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 30 DE JUNHO DE 1939

	Débito	Crédito
Saldo do balanço anterior ...	1.024:129\$356	
Gastos diversos	134:557\$200	
Rendas		126:722\$700
Saldo para o próximo balanço		1.031:963\$850
	<u>1.158:686\$550</u>	<u>1.158:686\$550</u>

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1939. — *Thomas Marco*, guarda-livros.

BALANÇO GERAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 1939

	Ativo	Passivo
Imóveis	8.907:328\$100	
Instalações	912:640\$280	
Aluguéis a Receber	5:970\$100	
Depósitos em Garantia	2:860\$000	
Sêlos para Ingressos	2:183\$100	
Caixa	24:603\$000	
Carnaval de 1940	1:414\$300	
Ações Caucionadas	20:000\$000	
Lucros e Perdas	1.021:982\$050	
Capital		4.500:000\$000
Contas Correntes		5.497:440\$930
Depósitos em Garantia de Aluguéis		1:600\$000
Caução da Diretoria		20:000\$000
	<u>10.929:040\$930</u>	<u>10.929:040\$930</u>

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1939. — *Francisco Serrador*, presidente. — *Dr. Gilberto Augusto de Andrade*, diretor. — *Thomas Marco*, guarda-livros.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 30 DE DEZEMBRO DE 1939

	Débito	Crédito
Saldo do balanço anterior ...	1.031:963\$850	
Gastos diversos	120:127\$200	
Rendas		130:109\$000
Saldo para o próximo balanço		1.021:982\$050
	<u>1.152:091\$050</u>	<u>1.152:091\$050</u>

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1939. — *Thomas Marco*, guarda-livros.

(C 679 — 23-1-1940 — 167\$3)

COMPANHIA INDUSTRIAL, FORÇA E LUZ

BALANÇO GERAL PROCEDIDO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1939

	Ativo	
Usina Hidroelétrica	1.434:065\$900	
Instalações	2.345:561\$800	
Móveis e utensílios	10:071\$000	3.789:698\$200
Caixa		7:826\$100
Depósito de materiais		195:451\$200
Ações caucionadas		20:000\$000
Contas correntes		472:727\$700
Diversas contas		98:630\$600
		<u>4.584:333\$800</u>
	Passivo	
Capital		4.000:000\$000
Fundo de depreciação	170:531\$600	
Fundo de reserva	52:127\$500	222:659\$100
Caixa de Aposent. e Pensões		2:917\$000
Caução da diretoria		20:000\$000
Contas correntes		66:192\$300
Dividendo		202:500\$000
Diversas contas		70:035\$400
		<u>4.584:333\$800</u>

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS

	Débito	
a Despesas gerais:		
Pelo saldo desta conta, relativo a impostos, ordenados, custeio da Usina, conservações de linhas, estampilhas, seguros, materiais para escritório, porcentagens da diretoria, etc.		168:937\$600

a Dividendo:

Cred. a esta conta para pagamento do 4º coupon das ações preferenciais de 9 % a. a.	112:500\$000	
Idem para pagamento do 3º dividendo das ações ordinárias a 12 % a. a.	90:000\$000	202:500\$000

a Fundo de reserva:

Idem 5 % sobre o lucro verificado	13:418\$100
---	-------------

a Fundo de depreciação:

Idem pelo desgastes de máquinas	40:054\$200
---	-------------

a Imposto sobre a renda:

Idem pelo saldo desta conta	12:388\$900
	<u>437:298\$800</u>

Crédito

de Consumo de luz:	
Renda bruta desta conta	282:189\$900
de Consumo de energia:	
Idem, idem	124:545\$400
de Mão de obra:	
Idem, idem	7:818\$000
de Juros e descontos:	
Idem, idem	8:981\$500
De Depósito de materiais:	
Idem, idem	12:844\$600
de Aluguéis de casas:	
Idem, idem	210\$000
de Renda de aluguéis de postes:	
Idem, idem	709\$400
	<u>437:298\$800</u>

Itajubá, 30 de dezembro de 1939. — *W. Braz*, presidente. — *Luiz L. Vianna*, diretor-gerente. — *Francisco de Almeida*, contador.

(C 677 — 23-1-1940 — 161\$200)

BORDALO, BRENHA, S. A.

Casa Bancária

FLATÓRIO QUE SERÁ APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DOS ACIONISTAS, A REALIZAR-SE EM 25 DE FEVEREIRO DE 1940

Senhores acionistas:

De conformidade com as disposições legais, a diretoria tem prazer em submeter à vossa apreciação as contas de sua administração durante o ano social, findo em 31 de dezembro de 1939 e o parecer do conselho fiscal.

O balanço geral e seus anexos, que evidenciam a real situação da sociedade, poderão orientar-vos sobre a marcha dos nossos negócios.

Entretanto, a diretoria está ao vosso inteiro dispôr para outros esclarecimentos que julgardes necessários.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1940. — *Jayme Rego Bordalo Freire*, diretor-gerente.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do conselho fiscal da Casa Bancária Bordalo, Brenha, S. A., tendo examinado minuciosamente todos os documentos, balanço e contas referentes ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 1939 e encontrado tudo perfeitamente em ordem, são de parecer que todas as contas e atos da diretoria sejam aprovados pelos senhores acionistas, na próxima assembléia geral ordinária.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1940. — *Dr. Leopoldo Tavares da Cunha Mello*. — *Dr. Trajano de Miranda Valverde*. — *Genaro Bayma de Moraes*.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1939

Ativo		
Caixa:		
Dinheiro em cofre	86:005\$800	
No Banco do Brasil	401:419\$200	
Em outros bancos	20:018\$900	
Moedas estrangeiras	77:242\$800	
Ações em depósito	10:000\$000	
Correspondentes no exterior	159:233\$400	
Instalação	47:331\$900	
Letras descontadas	285:769\$600	
Móveis & utensílios	8:640\$500	
Tesouro Nacional	100:000\$000	
Títulos de nossa propriedade	96:070\$000	
Diversas contas	12:822\$500	
Passivo		
Capital	500:000\$000	
Fundo de reserva	10:636\$500	
Apólices em depósito no Tesouro Nacional	100:000\$000	
Caução da diretoria	10:000\$000	
Depósitos em c/c com juros	275:504\$500	
Depósitos em c/c sem juros	310:559\$200	
Diversas contas	97:854\$400	
	1.304:554\$600	1.304:554\$600

Jayme Rego Bordallo Freire, diretor-gerente. — J. Magalhães, contador.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS & PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1939

Débito		
Despesas gerais:		
Despendido com aluguel, comissões, corretagens, honorários, impostos, ordenados, selos, etc., etc.	157:479\$830	
Diferenças de câmbio em várias contas e moedas	4:937\$100	
Contribuição para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários	2:508\$000	
Fundo de reserva	10:636\$500	
Depreciação nas contas móveis & utensílios e instalação	10:636\$500	
Porcentagem da diretoria	8:445\$000	
Porcentagem do conselho fiscal	4:500\$000	
Imposto de renda	5:147\$600	
1º dividendo a distribuir de 14 % ao ano	70:000\$000	
Crédito		
Diferença de câmbio em várias contas e moedas	237:892\$000	
Juros e comissões	30:398\$530	
	268:290\$530	268:290\$530

Jayme Rego Bordallo Freire, diretor-gerente. — J. Magalhães, contador.

(C. 681 — 23-1-1940 — 137\$700)

COMPANHIA PHYMATOSAN, S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA QUE SERÁ APRESENTADO À ASSEMBLEIA GERAL DE AÇÃOISTAS EM RELAÇÃO AO BALANÇO ENCERRADO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1939.

Srs. acionistas:

Em satisfação às disposições estatutárias da nossa sociedade, bem como aos dispositivos legais, cabe a esta Diretoria submeter a V. apreciação com este relatório as contas e o parecer do Conselho Fiscal, que as estudou e conferiu, referentes ao exercício de 1939.

Negócios: As considerações que vimos fazendo, desde exercícios anteriores, têm que ser repetidas ainda hoje quanto ao vulto que os negócios vêm tomando, num crescente desenvolvimento, o qual asseguram aos produtos de nossa manufatura uma incontestável aceitação, pois que, pôde ser constatado no presente exercício, um coeficiente maior de cerca de 257:000\$000, comparados com o exercício anterior de 1938.

Despesas: Como consequência inevitável as despesas do presente ano, comparadas com a do anterior, foram mais vultosas em cerca de 106:000\$000, circunstância que se justifica com os encargos de comissões e outros gastos necessários ao aumento das vendas gerais realizadas. Não obstante, porque o aumento de venda foi de molde a su-

perar o excesso de despesa, o nosso balanço do presente exercício mostra um dividendo líquido a distribuir de 220:198\$160, depois de transferida, no presente ano, a carga da conta.

Fundo de reserva n. 2 a importância de 80:000\$000, de acordo com a deliberação dos senhores acionistas, em assembleias anteriores, para o fim de atender a despesas supervenientes, em especial agora, à construção de um prédio, a ser erigido no terreno que esta Cia. possui à rua Maxwell, no Andaraí, freguesia do Engenho Velho e adquirido da Cia. Brasileira de Imóveis e Construções, com escritório à Avenida Rio Branco n. 48, nesta capital, pela quantia de 114:528\$500 e mais 462\$000 de despesas de escritura, lavrada no 13º ofício de notas desta capital em 9 de outubro do corrente ano, devendo se notar no balanço do ativo e passivo o título.

Terreno — onde se averba o valor de 114:990\$500, do dispêndio acima especificado.

Fundo de reserva autorizado em 1937 e 1938: As respectivas autorizações em assembleias dos senhores acionistas realizadas nos anos acima citados atingiram a um montante de reserva de 160:000\$000, sendo que em 1937 a autorização foi de 20:000\$000 e a de 1938 foi de 80:000\$000 integralizando, portanto, a soma de 100:000\$000 a qual foi inteiramente aplicada à compra do terreno sito à rua Maxwell, adquirido da Cia. Brasileira de Imóveis e Construções. Como se vê do dispêndio total, consignado na conta do ativo — Terreno — réis 114:990\$500, houve uma diferença maior de 14:990\$500, extra fundo de reserva.

Com referência à soma de 80:000\$000 para novo fundo de reserva para o presente ano de 1939 que acima referimos, esta diretoria fará a sua aplicação quando julgar oportuna, futuramente, com a construção do laboratório necessário ao serviço da Cia.

Situação financeira: Continua esta diretoria a afirmar que de ano para ano a situação financeira da Cia. se solidifica bem mais, estando claramente caracterizada pelo nosso balanço de ativo e passivo.

Auxiliares da Administração: Deixamos consignados aqui os aplausos desta diretoria a esses n/ coadjuvantes pelo cabal desempenho dado às suas atribuições.

Conselho fiscal: Tornamos extensivos aos senhores membros do conselho fiscal desta Cia. os melhores agradecimentos da Diretoria pelo seu trabalho proficiente.

Deverá ser realizada a eleição do conselho fiscal e suplentes para o exercício de 1940, de acordo com as disposições estatutárias.

Concluindo, temos a maior satisfação de prestar aos senhores acionistas, sendo necessários, quaisquer outros informes de que venham a carecer no escritório da Cia., à rua Conde de Bonfim número 1.084.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1939. — Frederico Marcondes dos Santos, diretor presidente. — Francisca de Brito Teixeira Leite, diretor gerente. — Marcia Costa Lenz Cesar, dir. superintendente.

RESUMO DO BALANÇO GERAL DO ATIVO E PASSIVO DA CIA., COM SEDE À RUA CONDE DE BONFIM N. 1.084 NESTA CAPITAL, PROCEDIDO EM DATA DE 30 DE DEZEMBRO DE 1939.

Ativo		
Mercadorias	44:706\$300	
Caixa	6:604\$196	
Terreno: (sito à rua Maxwell, no Andaraí, freguesia do Engenho Velho)	114:990\$500	
Marcas Registradas	99:176\$300	
Fórmula farmacêutica	55:000\$000	
Ações caucionadas	15:000\$000	
Maquinismos	47:792\$500	
Móveis e utensílios	11:191\$300	
Instalações	10:330\$000	
Seguros	896\$000	
Selo Sanitários	3:240\$080	
Selos vendas mercantis	1:134\$700	
Bancos — devedores	291:091\$220	
Contas correntes — devedores	170:575\$690	
	1.441:731\$796	

Passivo		
Capital	100:000\$000	
Fundo de Reserva n. 1	193:919\$166	
Fundo de Reserva n. 2 (especial)	180:000\$000	
Caução da Diretoria	15:000\$000	
Títulos caucionados	150:992\$200	
Títulos descontados	125:881\$8200	
Bancos — credores	114:334\$000	
Contas correntes — credores	21:145\$070	
Dividendo de 1939 (líquido a distribuir por 1.000 ações)	220:198\$160	
	1.441:731\$796	

Frederico Marcondes dos Santos, dir-presidente. — Aureliano Ramos de Oliveira, guarda-livros, (ordem dos Contadores: n. 284 — Departamento Nacional da Indústria e Comércio n. 34.394.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS EM 30 DE DEZEMBRO DE 1939

Débito

Transferência para fecho das contas:		
a Impostos	22:257\$300	
a Aluguéis	20:400\$000	
a Propaganda	193:815\$230	
a Comissões	59:059\$700	
a Ordenados	31:353\$800	
a Despesas gerais	24:155\$800	
a Juros e descontos	33:757\$800	
a Honorários	82:506\$000	
a Gastos eventuais	11:192\$000	
a Gratificações	13:300\$000	492:091\$130

Transferência do imposto relativo a gastos verificados no presente ano, creditados às seguintes contas:

a Selos sanitários	68:146\$640	
a Selos Vendas Mercantis	16:525\$000	
a Seguros	1:329\$000	86:000\$640

Pela depreciação de 10% nos saldos devedores do ano de 1938 das seguintes contas:

a Móveis e utensílios s/Rs.	12:438\$150	1:243\$850	
a Instalações s/Rs.	11:477\$700	1:147\$700	
a Máquinas e s/Rs.	49:769\$500	1:976\$900	4:368\$150
			582:160\$220
a Fundo de Reserva n. 2 (Especial) Importância transferida, este ano, de acordo com a autorização dos acionistas			80:000\$000
a Dividendo de 1939: — Pelos dividendos a distribuir por 1.000 ações		220:198\$160	300:198\$160
			882:658\$380

Crédito

de Mercadorias: — Pelo lucro bruto verificado n/conta de acordo com o stock inventariado de 44:706\$300		882:658\$380
		882:658\$380

Frederico Marcondes dos Santos, diretor-presidente. — Aureliano Ramos de Oliveira, guarda-livros; Ordem dos Contadores n. 284 — Departamento Nacional da Indústria e Comércio, n. 34.394.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós abaixo assinados, membros do conselho fiscal da Companhia Phymatosan S. A., na conformidade dos estatutos, declaramos ter examinado os livros, contas, documentos e balanço da referida Companhia, referentes ao exercício de 1939, e, tendo constatado achar-se tudo em perfeita ordem, deixamos aqui assignalada nossa plena aprovação.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1939. — *Dirceu da Silva Tavares.* — *Custódio Leite de Abreu.* — *João de Sousa Moraes.*
C. 685-23-1-40 — 520\$200)

SOCIEDADES CIVIS

SOCIEDADE BRASILEIRA DE AUTORES TEATRAIS

Extrato da ata da Assembléa Geral Ordinária de eleição de Diretoria para o biênio 1940-41, cujo registro foi feito no 1º Ofício de Registro de Títulos, sob n. 5.953 do Livro J 12.

Às 17 h. e 30 minutos do dia 7 de dezembro de 1939, na sede social, com a presença de número legal de sócios, o Sr. Armando Gonzaga, presidente da Sociedade, depois de declarar iniciados os trabalhos, solicitou a indicação de um dos presentes para, na forma dos estatutos, dirigir esta reunião. Por proposta do Sr. Amorim Diniz, foi aclamado o Sr. Carlos Bettencourt que nomeou os Srs. Mateus da Fontoura e Renato Lacerda, para secretários. Foi procedida pelo 1º secretário, a chamada dos sócios, consoante livro de presença, tendo lugar, então o ato eletivo, revestido de todas as formalidades estatutárias. Foram chamados 53 sócios, votando por procuração devidamente legalizadas diversos associados. Procedida a apuração, cujos trabalhos foram auxiliados pelos Srs. Raul Pederneiras e José Ribeiro dos Santos, como escrutinadores, acusando

do o total de 97 cédulas, o Sr. presidente proclama eleita a seguinte diretoria para o biênio 1940-41: Frederico Cardoso de Menezes, presidente. Joraci Camargo, vice-presidente. Miguel Santos, tesoureiro. Gastão Tojeiro, sub-tesoureiro. Sofonias Dornelas, 1º secretário e Ari Barroso, sub-secretário, sendo esses nomes aclamados por uma salva de palmas. Fizeram uso da palavra o Sr. presidente da assembléa, felicitando os diretores eleitos e o Sr. Paulo Magalhães, dirigindo caloroso discurso congratulatório com a nova diretoria eleita, destacando a figura do grande escritor Joraci Camargo, seu contendor vitorioso. Depois de que, encerrados os trabalhos, foi lavrada a respectiva ata que, uma vez lida e aprovada, foi assinada pelos Srs. Carlos Bettencourt, presidente da Assembléa, Mateus da Fontoura, 1º secretário, Renato Lacerda, 2º secretário. Frederico Antônio Cardoso de Menezes, José Vanderlei, Daniel da Silva Rocha, Eurico Silva, Raul Paranhos Pederneiras, Gastão Tojeiro, Miguel Santos, Arnaldo Gonzaga, Geisa Boscoli, Paulo de Magalhães, Joraci Camargo, Sofonias Dornelas, Paulo Orlando, cujas firmas foram reconhecidas em 17 de janeiro de 1940, pelo tabelião Fernando de Azevedo Milanez.

Extrato da ata da Assembléa de Posse da Diretoria eleita para o biênio 1940-41, cujo registro foi feito no 1º Ofício de Registro de Títulos, sob n. 5.954 do Livro J 12.

Em 13 de janeiro corrente, na sede social, presentes os Srs. Dr. Israel Scuto, diretor da Divisão de Teatro e Cinema, do DIP; Dr. Mauro Pederneiras, representante do diretor da Divisão de Imprensa do mesmo DIP; Dr. Abadie Faria Rosa, diretor do Serviço Nacional de Teatro; João de Deus Falcão, representante da Ass. Brasileira de Críticos Teatrais e Mendonça Balsemão, representando a Casa dos Artistas, além de número legal de sócios, o Sr. Armando Gonzaga, presidente da Diretoria cujo mandato ora se extinguiu, assumiu a presidência e depois de breve oração alusiva ao ato, concedeu a palavra ao Sr. Paulo de Magalhães que fez um discurso de despedida aos companheiros da Diretoria (o mandato findo, após o que empossou o Sr. Cardoso de Menezes, no cargo de presidente da SBAT, para que fora eleito. Este, uma vez empossado, investiu em seus respectivos cargos, os Srs. Joraci Camargo, vice-presidente; Miguel Santos, tesoureiro; Gastão Tojeiro, sub-tesoureiro; Sofonias Dornelas, secretário e Ari Barroso, sub-secretário, proferindo logo após uma oração sobre seu programa de ação, no período de seu mandato. Após agradecer o comparecimento de todos os componentes desta sessão, encerrou os trabalhos, sendo esta ata, depois de lida e aprovada, assinada pelos Srs. J. Amberé, Feo. Correia da Silva, Miguel Santos, Luiz Iglesias, F. J. Freire Jr., Sofonias Dornelas, Jerônimo Cabral, Ari Barroso, Frederico Antônio Cardoso de Menezes e Cândido Nazareth, cujas firmas estão reconhecidas pelo tabelião Fernando de Azevedo Milanez, em data de 17 do corrente mês.

(C-721-23-1-940-37\$9)

CRUZADA BRASILEIRA CONTRA O ANALFABETISMO

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 3 DE JANEIRO DE 1940

Às quatorze horas do dia três de janeiro de mil, novecentos e quarenta, reunidos, em número legal, os sócios efetivos da Cruzada Brasileira Contra o Analfabetismo, em sua sede à Travessa do Ouvidor n. 38, foi pelo Presidente, declarada aberta a sessão para a Assembléa Geral Extraordinária, convocada nos termos do artigo dezesseis dos Estatutos. Pelos presentes foi aclamado para dirigir os trabalhos o Sr. Dr. Orozimbo Loureiro, que convidou para secretários da Mesa os senhores Rubens Martins e Ernesto Rocha. Declarando abertos os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa disse das razões desta Assembléa, que eram as de prestações de contas e demonstração dos serviços prestados por esta Instituição. Sobre o assunto da prestação de serviços pede a palavra o Professor Alfredo Rubens de Andrade que apresentou, na qualidade de Secretário Geral da Instituição, o relatório dos serviços feitos em o período decorrido de agosto de 1938 a 31 de dezembro de 1939, destacando-se o seguinte: Distribuição gratuita de material escolar a diversas escolas: 3.800 cartilhas; 1.200 cadernos escolares; 1.600 taboadas; 3.000 lápis e 45 cadernos de papel. Para a abertura de novas escolas, contribuiu a Cruzada Brasileira Contra o Analfabetismo com o auxílio pecuniário de dois contos e quinhentos mil réis, tendo sido abertas por intermédio desta Instituição vinte e nove escolas em diversas localidades do país. Independente desses serviços, a Cruzada promoveu a matrícula de quinhentos e sessenta e três alunos em várias escolas, fornecendo setecentos e vinte peças de vestuário infantil aos alunos e trezentas e cinco passagens de bonde e de trem. Foram expedidas, pela secretaria, mil e setecentas cartas e setecentos e vinte e cinco impressos de propaganda. Apresentado e lido esse relatório, foi o mesmo unanimemente aprovado, depois de ter sido posto em discussão. Em seguida o Sr. Presidente apresentou o Balanete da Tesouraria que foi lido, posto em discussão e, submetido à aprovação, foi unanimemente aprovado. Para fazer uma indicação pede a palavra o Sr. Dr. Arozimbo Loureiro Junior que, considerando neces-

sário para o bom êxito da cruzada o aumento dos membros da diretoria, propõe que sejam restabelecidos os cargos de Vice-presidente de mais um diretor, escolhidos por aclamação. Posta em discussão a sua proposta ninguém quiz fazer uso da palavra, e submetida então a proposta a votação foi a mesma unanimemente aprovada. Então o mesmo Sr. Dr. Orozimbo Loureiro Junior indicou para vice-presidente e para diretor respectivamente, os senhores Rubem Martins e Francisco Vizeu Barbosa. O Sr. Presidente da Mesa submeteu os dois nomes à assembléia que os aclamou por unanimidade. Então o Sr. Presidente declarou empossados nos cargos de vice-presidente o Sr. Rubem Martins e de diretor o Sr. Francisco Vizeu Barbosa. — Professor *Alfredo de Andrade*, secretário geral — tesoureiro.

(C. 732 — 23-1-940 — 66\$3)

ANÚNCIOS

Banco Almeida Magalhães, S. A.

Na sede deste Banco, à rua General Câmara n. 47, nesta Capital, está sendo pago o terceiro dividendo relativo ao segundo semestre de 1939, à razão de vinte e cinco mil réis por ação.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1940. — *A Diretoria*.

(C. 694 — 23-1-940 — 9\$200)

Companhia Cerâmica Brasileira

AVISO

A partir de 25 do corrente mês, das 15 horas em diante, serão pagos, no escritório desta Companhia, à rua México n. 168, salas 1.401 a 1.104 (11º andar), os juros de 9 %, do empréstimo por Debentures, relativo ao semestre vencido em 31 de dezembro de 1939 (cupões n. 24).

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1940. — *A Diretoria*.

(C. 729 — 23-1-940 — 13\$300)

Perfumaria Lopes S. A.

Acham-se à disposição dos Srs. acionistas os documentos de que trata o art. 147 do Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891. — *A diretoria*.

(C. 724 — 23-1-940 — 6\$100)

Rio Box Clube

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria comunica aos senhores sócios proprietários quotistas que se acham à sua disposição os documentos da escrituração a que se referem os Estatutos do Clube, e os convida para a assembléia geral ordinária, a realizar-se em 26 de janeiro do corrente ano, na rua 1º de Março n. 9, 2º andar, às 18 horas. — *A Diretoria*.

(C. 731 — 23-1-940 — 12\$200)

Casino Balneário Atlântico S. A.

São convidados os senhores acionistas desta sociedade para a assembléia geral ordinária, na sede social, à avenida Atlântica número 1.080, no dia 1 de fevereiro de 1940, às 15 horas, afim de serem discutidos e aprovados o parecer do Conselho Fiscal, sobre o balanço, contas e relatório da Diretoria e eleição do Conselho Fiscal e seus suplentes.

Outrossim, previne-se que na forma do art. 7º dos Estatutos, os senhores acionistas deverão depositar na Tesouraria, pelo menos três dias antes da reunião, as suas respectivas ações.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Joaquim da Rocha Gomes*, diretor-secretário.

(C. 692 — 23-1-940 — 61\$200 — 3 vezes)

Prédios Comerciais Reunidos S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas para a assembléia geral ordinária, a realizar-se no próximo dia 19 de fevereiro, às 14 horas, na sede social, à rua do Ouvidor n. 170, 1º andar, afim de tomarem conhecimento dos negócios da sociedade, aprovarem o balanço e contas da diretoria, e procederem à eleição do conselho fiscal.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *A Diretoria*.

(C. 693 — 23-1-940 — 49\$000 — 3 vezes)

Casa de Saúde e Maternidade Dr. Pedro Ernesto S. A.

ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA

Convoco os Srs. acionistas para a assembléia geral extraordinária, a realizar-se no dia 29 do corrente mês, às 15 horas, em sua sede, à avenida Henrique Valadares ns. 101/107.

Ordem do dia:

Tratar de interesses sociais.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1940. — *Guilherme Benedito Azevedo Lopes*, diretor-presidente.

(C. 691 — 23-1-940 — 18\$100)

Camara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos

VENDAS JUDICIAIS

O corretor José Nascimento Araujo, autorizado por alvará do Dr. juiz da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública, venderá em leilão na Bolsa do dia 26 do corrente, 125 apólices Diversas Emissões, e 1:000\$000, 5 %, port., penhoradas à Companhia Imobiliária Paisandú.

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1940. — *Juvenal de Queiroz Vieira*, presidente.

(C. 680 — 23-1-940 — 11\$200)

Empresa Construtora Siemens-Bauunion do Brasil S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convida-se os senhores acionistas a se reunirem em assembléia geral extraordinária, na sede social, à rua General Câmara n. 87, 5º andar, às 17 horas do dia 8 de fevereiro de 1940, para tratar de vários assuntos de ordem geral e mais especialmente da conversão de ações nominativas integralizadas em ações ao portador.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *A Diretoria*.

(C. 683 — 23-1-940 — 15\$300)

Associação dos Construtores Cíveis do Rio de Janeiro

(Sindicalizada)

A Diretoria convida os Srs. associados prestamistas do empréstimo para a construção da sede social, a assistir o sorteio de amortização, no valor de 5 % sobre o montante da atual dívida, a ser realizado na próxima quinta-feira, dia 25 do corrente, às 10,30 em nossa sede social, à rua do Senado n. 213. — Dr. *Eduardo V. Pedernheiras*, presidente.

(C. 684 — 23-1-940 — 15\$300)

Bairro de Fátima, Sociedade Anônima

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, à rua do Núncio n. 61, os documentos a que se refere o art. 147 do Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1940. — *A Diretoria*.

(C. 678 — 23-1-940 — 8\$200)

Conhecimentos de Café Extraviados

Declaramos, para os devidos efeitos, terem-se extraviado no correio os conhecimentos da Estrada de Ferro Leopoldina, de nossa propriedade, abaixo discriminados, todos de despachos feitos na estação de Coimbra, por Soares Ladeira & Comp. Ltda.:

Despacho de C n. 1, de 2-1-940, para Praia Formosa, consignado à ordem, quota direta, 71 sacos de café em grão, pesando 4.296 quilos;

Despacho de C n. 2, de 2-1-940, para Praia Formosa, consignado à ordem, quota retida, 52 sacos de café em grão, pesando 3.146 quilos;

Despacho n. 52, de 2-1-940, para Rio Branco, consignado ao Departamento Nacional do Café, quota D. N. C., 52 sacos de café em grão não inferior a tipo 8, marca SLC, pesando 3.146 quilos.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Soares Ladeira & Comp. Ltda.*

Reconheço a firma Soares Ladeira & Comp. Ltda.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. Em testemunho (sinal público) da verdade. — *Annibal Gomes*.

(C. 719 — 23-1-940 — 76\$500 — 3 vezes)

Declaração

Carmelina das Graças Martins declara que perdeu sua carteira de identidade, sob registro n. 189.706.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1940. — *Carmelina das Graças Martins*.

Reconheço a firma Carmelina das Graças Martins.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. Em testemunho (sinal público) da verdade. — *Norival de Freitas*.

(C. 720 — 23-1-940 — 12\$200)

Declaração

Declaro que a 1ª via do certificado da 5ª série do Colégio Pedro II, está retido na Escola Superior de Comércio.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *Rosa Edith de Souza Vianna*.

(C. 687 — 23-1-940 — 12\$200 — 3 vezes)

Caixa Beneficente dos Sargentos da Marinha**Eliminação de sócios**

Foram eliminados do quadro social, de acordo com o art. 2º dos estatutos em vigor, os seguintes senhores: Adelino Ribeiro de Jesus, Antônio Alves Parente, Antônio Moreira Sergio, Benedito Guilherme da Silva, Benício Rodrigues dos Santos, Dilço da Silva, João Ferreira dos Santos e Manuel da Costa Matos.

Os eliminados acima, ficam destituídos de todos os direitos e regalias sociais, não podendo futuramente exigir indenização sobre quaisquer beneficências que lhes tocariam como associado, ou de contribuições pecuniárias que em tempo fizeram à Associação.

Sede social da Caixa Beneficente dos Sargentos da Marinha, em 23 de janeiro de 1940. — *A Diretoria*.

(C. 686 — 23-1-940 — 24\$500)

Banco Financeiro Novo Mundo**5º dividendo**

A partir de 12 de fevereiro próximo, se pagará, na sede deste Banco, à rua do Carmo ns. 65/67, das 13,30 às 15,30 horas, o 5º dividendo, relativo ao exercício de 1939, à razão de 8 % a. a.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *A Diretoria*.

(C. 725 — 23-1-940 — 22\$400 — 2 vezes)

Banco Financeiro Novo Mundo

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da sociedade anônima — Banco Financeiro Novo Mundo — à rua do Carmo ns. 65/67, os documentos mencionados no art. 147 do Decreto número 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *A Diretoria*.

(C. 726 — 23-1-940 — 20\$400 — 2 vezes)

Declaração

Pela presente declaro ter perdido a carteira de identidade R. C. 237.020, com o nome João dos Santos, fornecida pelo Instituto de Identificação.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940. — *João dos Santos Policia*.

Reconheço a firma João dos Santos Policia.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940.; Em testemunho (sinal público) da verdade. — *Oscar Borges*.

(C. 688 — 23-1-90 — 12\$200)

Companhia Fiduciária Brasileira

Acham-se à disposição dos senhores acionistas os documentos de que trata o art. 147 do Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1940. — *A Diretoria*.

(C. 690 — 23-1-940 — 7\$100)

Banco Borges**7º dividendo****RETIFICAÇÃO**

No aviso publicado no *Diário Oficial* de 19 do corrente, à página 1.445, onde se lê:

"Será pago a partir do dia 11 do corrente mês", leia-se:

"Será pago a partir do dia 22 do corrente mês".

Laboratório Sampaio Costa, S. A.**PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

São convidados os senhores acionistas do Laboratório Sampaio Costa, S. A., para se reunirem em assembléia geral extraordinária, no dia 27 do corrente mês, às 10 horas, na sede da Sociedade, à rua Araújo Porto Alegre n. 70, 11º andar, salas 1.116/17, afim de tomar conhecimento da renúncia dos diretores presidente e técnico e da alteração e modificação dos arts. 7º a 11º do Capítulo terceiro dos estatutos sociais.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1940. — *Fernando Leite*, diretor-tesoureiro.

(C. 978 — 22-1-940 — 61\$200 — 3 vezes)

Instituto Clínico de Madureira**ASSEMBLÉIA GERAL****Segunda e última convocação**

De ordem do Sr. presidente convoco os Srs. sócios efetivos para a assembléia geral, a realizar-se na sede do Instituto, à estrada Portela n. 91, às 20 horas do dia 29 do corrente.

Assunto: Reforma dos Estatutos. — *Rinaldo de Lacerda*, secretário.

(C. 787 — 22-1-940 — 26\$500 — 2 vezes)

Navegação Aérea Brasileira S. A.**(Em incorporação)**

Ficam convocados todos os subscritores de ações da Navegação Aérea Brasileira Sociedade Anônima, para se reunirem, em 20 de fevereiro de 1940, às 16 horas, em sua sede provisória, à rua Buenos Aires n. 100, 6º andar, salas 66/68, para discussão e aprovação de seus estatutos e todos os demais atos de constituição definitiva da Sociedade.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1940. — *Paulo V da Rocha Vianna*. — *Eivaldo Kós*, incorporadores.

(C. 984 — 22-1-940 — 34\$700 — 2 vezes)

Declaração

Declaro que as vias do certificado da 5ª série do Colégio Pedro II, Externato, se encontram, uma na Escola Nacional de Educação Física e Desportos, e outra na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1940. — *Victor José Castel-Ruiz de Azevedo*.

(C. 789 — 22-1-940 — 16\$300 — 2 vezes)

Declaração

Declaro que perdi o certificado dos exames de 5ª série, prestados no Colégio Pedro II, no ano de 1938.

Rio, 22 de janeiro de 1940. — *Ondina Quintanilha*.

(C. 988 — 22-1-904 — 12\$200 — 3 vezes)

Declaração

Declaramos, para os devidos efeitos, que se acha perdido o talão do imposto de transmissão de propriedade, sob n. 9.810, pago à Prefeitura do Distrito Federal, em nome do Sr. Fernando de Abreu Coutinho, em 30 de setembro de 1930, relativo a um terreno sito à rua Saint Roman, nesta capital.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1940. — Por procuração do Sr. Fernando de Abreu Coutinho, Companhia Comércio e Construções S. A., *Jayme Leal Costa*, diretor. — *Arethyno de Carvalho*, diretor.

Reconheço as firmas Jayme Leal Costa e Arethyno de Carvalho.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1940. Em testemunho (sinal público) da verdade. — *Mozart Lago*.

(C. 636 — 17-1-940 — 290\$700 — 15 vezes)

União Previsora Ferroviária**Rua Senador Pompeu n. 143 — Sobrado**

De ordem do presidente, de acordo com o art. 65, são convidados os associados quites para a assembléia geral ordinária, a verificar-se no dia 24 do corrente mês, às 19 horas, na sede social, para leitura do relatório da administração e eleição da comissão de contas. No caso de não haver número na primeira convocação, fica desde já convocada a segunda para o dia 26, às mesmas horas e local.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1940. — *Avelino Mendes Guimarães Filho*, secretário.

(C. 1.002 — 22-1-940 — 32\$600 — 2 vezes)

Belmiro Rodrigues S. A.

Na sede desta sociedade, à avenida Rio Branco n. 26, 15º andar, acham-se à disposição dos Srs. acionistas os documentos de que trata o art. 147 do Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*
(C. 707 — 15-1-940 — 27\$500 — 3 vezes)

S. A. "O Jornal" .

Convidamos os acionistas da S. A. "O Jornal", que ainda tenham em seu poder cautelas ou ações ao portador, a virem registrá-las no livro competente, em cumprimento das exigências da Constituição.

A sede da Sociedade é à rua 7 de Setembro n. 209, 4º andar.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.003 — 22-1-940 — 33\$700 — 3 vezes)

Declaração

O abaixo assinado declara que se extraviou o seu certificado de exames da 5ª série secundária, realizados em 1933, no Colégio Pedro II (Externato).

Rio, 21 de janeiro de 1940. — *Carlos Gitelman.*

(C. 1.001 — 22-1-940 — 14\$300 — 2 vezes)

Associação Beneficente Campista de Auxílios às Famílias**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

De ordem do Sr. presidente, são convidados os sócios da A. B. C. de Auxílios às Famílias, para a assembléia geral ordinária, a realizar-se na sua sede social, à rua Santos Dumont n. 45, às 20 horas do dia 7 do mês p. futuro, para o seguinte: Leitura do relatório da administração, eleição da Comissão de Exame de Contas e seus suplentes.

De conformidade com o art. 50 do Decreto n. 21.828, de 14 de setembro de 1932, realizar-se-á a assembléia com qualquer número de associados.

Campos, 23 de janeiro de 1940. — *Roldão Monteiro da Silva,* diretor-secretário.

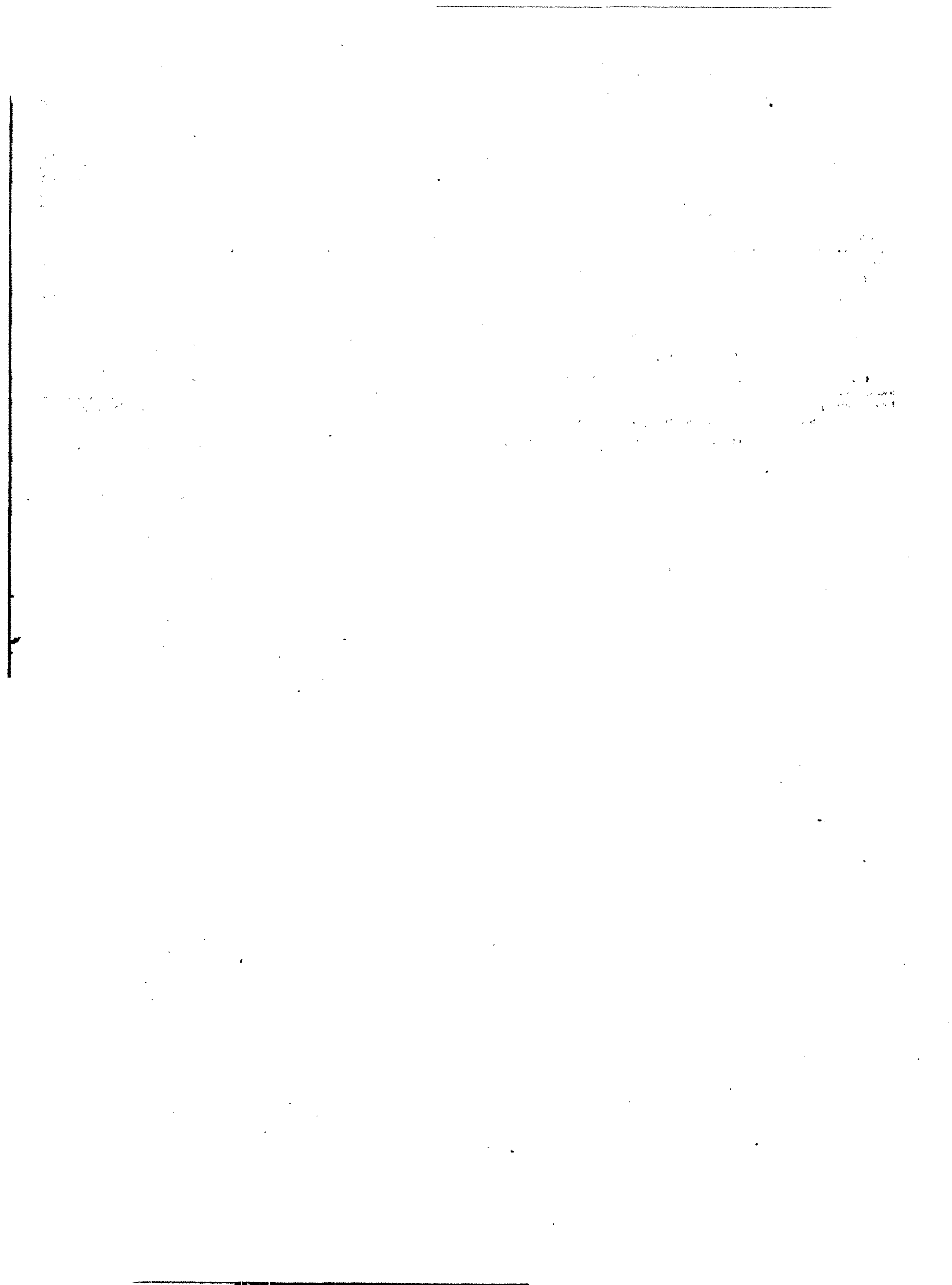
(C. 775 — 18-1-940 — 46\$900 — 2 vezes)

A Economisadora Imobiliária S. A.

Acham-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede desta Sociedade, os documentos aos quais se refere o art. 117 do Decreto número 434, de 4 de julho de 1891, e ficam os Srs. acionistas desde já convidados para a assembléia geral que se reunirá no dia 10 do próximo mês de fevereiro.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1940.

(C. 755 — 17-1-940 — 33\$700 — 3 vezes)



Preço do número de hoje \$400

IMPrensa NACIONAL — INDÚSTRIA DO JORNAL
PRACA MARECHAL ANCORA — PONTA DO GALABOUÇO
